



A PESQUISA COMO CRIAÇÃO DE MUNDOS:

20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção
da Psicologia Social

ORGANIZAÇÃO

Fernanda Amador, Simone Paulon, Vanessa Maurenente e Carolina dos Reis

A PESQUISA COMO CRIAÇÃO DE MUNDOS:

20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção
da Psicologia Social

ORGANIZAÇÃO

Fernanda Amador, Simone Paulon,
Vanessa Maurenente e Carolina dos Reis



AbRAPSO EDITORA

Florianópolis - 2023



A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensejar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da Abrapso – Biênio 2022-2023

Presidente: Hildeberto Vieira Martins

Primeira Secretária: Lia Vainer Schucman

Segundo Secretário: Samir Perez Mortada

Primeira Tesoureira: Adriana Eiko Matsumoto

Segundo Tesoureiro: Alexandre Bárbara Soares

Diretora de Comunicação: Lílian Caroline Urnau

Diretora de Relações Externas: Céu Silva Cavalcanti



ABRAPSO EDITORA

Editor Geral

Emerson Rasera

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicinio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúvia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Editora da ABRAPSO adota a licença da Creative Commons CC BY:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivados - CC BY-NC-ND:

Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A pesquisa como criação de mundos [livro eletrônico] : 20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção da psicologia social / organização Fernanda Amador...[et al.]. -- Florianópolis, SC : ABRAPSO Editora, 2023.
PDF

Vários autores.
Outros organizadoras: Simone Paulon, Vanessa Maurenre, Carolina dos Reis.

Bibliografia.
ISBN 978-65-88473-23-8

1. Ensino superior (Pós-graduação) 2. Pesquisa científica 3. Psicologia social I. Amador, Fernanda. II. Paulon, Simone. III. Maurenre, Vanessa. IV. Reis, Carolina dos.

23-168143

CDD-302

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social 302

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Projeto gráfico e design de capa: Arnaldo Bublitz
*Arte da capa: **Vento não se captura, é sentido.***
por Zeca Amaral (ezequiel_candidoamaral@hotmail.com)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – PUXANDO ALGUNS FIOS PASSADOS, PASSANDO TRAMAS ENTRE TEMPOS.....7

Carolina dos Reis • Cleci Maraschin • Fernanda Spanier Amador • Simone Mainieri Paulon • Vanessa Maurenre

PREFÁCIO..... 14

Luís Antonio dos Santos Baptista

TANIA, SOPROS NOS MODOS DE FAZER PSICOLOGIA..... 18

Luís Arthur Costa

I. CORPO, ARTE E CLÍNICA:

UM PERCURSO CONCEITUAL-AFETIVO EM MEMÓRIA DE TANIA MARA GALLI FONSECA..... 23

Erica Franceschini • Alana Soares Albuquerque

II. TRAVESSIAS, NARRAÇÕES DA DIFERENÇA..... 36

Analice de Lima Palombini • Douglas Casarotto de Oliveira • Gabriela Weber Itaquy • Geovani Fachini da Silva • Ivone dos Santos, Júlia Dutra de Carvalho • Lígia Castegnaro Trevisan • Livia Zanchet • Marciana Zambillo • Paula Emília Adamy • Rafael Wolski de Oliveira • Ricardo Lugon Arantes • Sandra Maria Sales Fagundes • Scarleth Nardes • Sharyel Toebe • Thales William Borges Lindenmeyer • Thiago dos Santos Alves

III. SUL - SUBJETIVIDADES E SABERES ANTICOLONIAIS 52

Rosane Azevedo Neves da Silva • Ademiel Sant'Anna Júnior • Caroline Rodrigues Ferreira • Dinaê Espindola Martins • Glaucia Maria Dias Fontoura • Paula Santos Flores • Raquel de Oliveira Guerreiro • Rejane Pafěj Kanhgág • Renata Flores Treppe • Simone Alves de Almeida • Tiago Rodrigues da Costa

IV. E'LÉÉKÒ EM CARTAS: EXISTIR EM ARQUIPÉLAGO E A FILOPOÉTICA DO VIVER COLETIVO.....58

Miriam Cristiane Alves • Ademiel de Sant'Anna Junior • Maria Luzitana Conceição dos Santos • Rose Mari Ferreira • Ana Paula Melo da Silva • Camila Trindade Coelho • Monique Navarro Souza • Aurélia Maria Rios • Ayo Maiá Freitas Santos • Bruna Barcelos Duarte • Maria Leonor Mesquita Tarques da Silva

V. VERTIGENS DO EXERCÍCIO (PO)ÉTICO DE PESQUISAR..... 77

Lilian Rodrigues da Cruz • Leonardo de Oliveira • Letícia Maísa Eichherr • Marília Meneghetti Bruhn • Amanda Cappellari • Adrieli Pacheco Sperandir • Lutine de Lara

VI. RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE, RAÇA, DIVERSIDADE CORPORAL E OS DESAFIOS DA ABORDAGEM INTERSECCIONAL: PESQUISA ÉTICO-POLÍTICA EM CENA..... 87

Henrique Caetano Nardi • Paula Sandrine Machado • Rafaela Vasconcelos Freitas

VII. INVENTÁRIO: COMO CULTIVAR FIÇÕES CLÍNICO-POLÍTICAS NO PESQUISAR.....97

Luís Artur Costa • Ali do Espírito Santo • Brida Emanoele Spohn Cezar • Bruno Armando Diab Papini • Francine Delavald Bottoni • Jesse Rodriguez Cardoso • Júlia Arnhold Rombaldi • Karem Sâmia Pamplona Pires • Karine Shamash Szuchman • Leonardo Régis de Paula • Maria Lucia Macari • Maurício Winck Esteves • Moisés José de Melo Alves • Monique Navarro Souza • Vanessa Branco Cardoso

VIII. DIÁLOGOS, HISTÓRIAS E CONSTRUÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SAÚDE E TRABALHO (NEST).....	109
<i>Jussara Maria Rosa Mendes • Dolores Sanches Wünsch • Carmem Regina Giongo • Paulo Antonio Barros Oliveira • Vanito Ianium Vieira Cá • Tuane Vieira Devit • Adriano Ruschel Marinho • Âgüida Luana Veriato Schultz • Gildo Aliante • Daniela Trevisan Monteiro</i>	
IX. OFICINANDO EM REDE E AS PASSAGENS DE SUBSTANTIVO A VERBO	123
<i>Cleci Maraschin • Vanessa Maurente</i>	
X. “N-PISTA(S)” PARA PESQUISAR INSTITUIÇÕES, SUBJETIVAÇÃO E TRABALHO	138
<i>Fernanda Spanier Amador</i>	
XI. IMAGENS, TRABALHO E SUBJETIVIDADE EM TEMPOS DE GUARDAR MEMÓRIAS E INVENTAR FUTUROS	154
<i>Jaqueline Tittoni • Aline Kelly da Silva • Camila Pereira Alves • Diego Drescher de Castro • Fabiane Konowaluk Santos Machado • Helena de Barros Soares • Leandro Marchini Peixoto • Leticia Eli Pereira de Campos • Marilu Coullart • Marlete Andrize de Oliveira • Marlon Freitas de Campos • Rossana Bogorny Heinze • Thiele da Costa Müller de Castro</i>	
XII. NEPPICS - PERCURSOS CRÍTICOS E CONEXÕES PLURAIS DE UM GRUPO DE PESQUISA	170
<i>Rosemarie Gartner Tschiedel • Bruna Molina Leal • Carlos André Ferreira Lira • Geice Michele Pereira • Luiza Maria da Rocha Zunino • Patrick Deconto Peliccioli • Ricardo André Cecchin • Vinicius Cardoso Pasqualin</i>	
XIII. LARGA A VELHA E VAI PARA A ZONA: DESLOCAMENTOS E DESCAMINHOS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA	183
<i>Carolina dos Reis • Rodrigo Kreher • Oriana Holsbach Hadler • Neuza Maria de Fátima Guareschi</i>	
XIV. LER O NOSSO TEMPO, PRATICAR A LIBERDADE E EXPERIMENTAR OUTROS MUNDOS	195
<i>Inês Hennigen • Bruno Eduardo Procopiuk Walter • João Maurício Farias • Adriel Giordani Christ</i>	
XV. POLÍTICAS DO TEXTO: POR UMA ECOLOGIA ACADÊMICA	210
<i>Luciano Bedin da Costa • Bruna Moraes Battistelli • Camilla Zachello • Daniel Leal Racheli da Silveira • Gabriela Hammes Varela • Laura Barcellos Pujol de Souza • María Laura del Huerto • Vitória Moro Bombassaro</i>	
XVI. CARTAS INTERVENIENTES: SOBRE PESQUISAS BRINCANTES E ARTESANIAS COLETIVAS	223
<i>Simone Mainieri Paulon • Moises Romanini • Dário Frederico Pasche • Mário Francis Londero • Michele de Freitas Faria de Vasconcelos • Luciana Barone • Ariadne Cedraz • Cassio Nogueira • Diogo Faria Corrêa da Costa • Tamires Sivinski • Iago Marafina • Juliana Baldasso Siqueira</i>	
POSFÁCIO – PSICOLOGIA, PESQUISA CARTOGRÁFICA E TRANSVERSALIDADE: TRÊS ANOS DEPOIS	243
<i>Eduardo Passos</i>	
SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)	254

APRESENTAÇÃO

PUXANDO ALGUNS FIOS PASSADOS, PASSANDO TRAMAS ENTRE TEMPOS

Carolina dos Reis

Cleci Maraschin

Fernanda Spanier Amador

Simone Mainieri Paulon

Vanessa Maurente

Lembrar é recontar. Recontar é também criar, juntar lembranças que persistem e que se ligam com a criação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Certamente, há muitos começos, muitos esquecimentos, muitas lacunas. Essa é uma pequena nota, uma breve versão, de apontamentos tecidos nos afetos da memória. Logo na partida, somos tomadas pela saudade de Tania Mara Galli Fonseca e Sérgio Antônio Carlos, que participaram, desde o que podemos chamar de um início, dessa criação coletiva e que, certamente, poderiam colorir essa pequena narrativa com outros fios. Outros também, embora com passagens mais breves, deixaram suas marcas ao nos deixar: Esther Beyer e Carlos Baum. Coleguismos e amizades que duram em nós.

Escolhemos também um tempo. Transcorria o ano de 1995 e, desde lá, projetava-se um PPG. O quadro docente do então Setor de Psicologia Social contava com (quase) quatro doutora/es: Sérgio Antônio Carlos (que doutorou-se em 1993); Maria da Graça Jacques (em 1993); Cleci Maraschin (em 1995); Tania Mara Galli Fonseca (em 1996). Embora muito animadas, quatro professoras não eram suficientes para criar e fazer existir um programa de pós-graduação. Surgiu, então, a proposta de criação de uma linha de pesquisa no PPG existente, ligado ao então Departamento de Psicologia. Dado o insucesso dessa primeira tentativa, uma dica surge em conversa com a Professora Suely Rolnik, da PUC-SP: “Procurem professores amigos da Psicologia Social”. Foi assim que se constituiu o grupo inicial de docentes do futuro Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, o PPGPSI. Além das/dos quatro citadas, se somaram: Léa da Cruz Fagundes e Edson de Souza, do Departamento de Psicologia; Esther Beyer,

da Faculdade de Educação (FACED); José Vicente Tavares dos Santos e Maria Assunta Campilongo, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH); Marisa Eizirik (FACED); Nara Bernardes, da PUC-RS, Margarete Axt (FACED); Maria Lucia Tiellet Nunes (Psico); Álvaro Crespo Melo, da Faculdade de Medicina (FAMED). No projeto de criação do curso, foram incluídos, ainda, os professores em qualificação do então Departamento de Psicologia: Regina Orgler Sordi; Paulo Kroeff, Jaqueline Tittoni, Liliane Froemming e Nair Iracema dos Santos.

A alegria pela aceitação dos colegas em participar daquela aventura fez com que o grupo reunido trabalhasse intensamente no projeto do curso. Foram muitos os turnos em que Cleci e Tânia - designadas para compor a primeira versão da proposta -, passaram juntas. Cleci, sentada à frente do computador, digitava na maior velocidade que conseguia as frases que Tânia proferia em uma rapidez estonteante. Tânia andava de um lado a outro na sala, de cigarro aceso entre os dedos, sempre falando, pensando alto, recitando. Estavam tomadas por uma grande vibração, pois poderiam inventar e apostar em modos de pesquisar que incluíssem a interdisciplinaridade, a intervenção e o tempo presente como formas de conhecer. Obviamente, uma não digitou tudo na forma como a outra falava. Os dedos dançavam no teclado e iam recompondo o texto recitado. Sempre há uma certa tradução. Após, encaminhavam às antigas impressoras matriciais uma cópia para cada uma, para posterior leitura. Quando achavam que o texto estava bom o suficiente, o submetiam aos demais colegas para discussão.

Após muito trabalho, no ano de 1996, assim foi apresentado nosso PPG:

O Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) tem como problemática central de ensino e de pesquisa o estudo dos modos de subjetivação e dos processos grupais e institucionais constituídos nas/pelas mudanças contemporâneas. O Mestrado em Psicologia Social e Institucional tem como objetivo a qualificação docente de nível superior e a formação de pesquisadores afins com os objetos temáticos propostos. (fonte: Folder de divulgação de 1996).

As linhas de pesquisa foram assim descritas:

Sociedade do conhecimento e ecologia social e cognitiva - estuda as transformações sociais e cognitivas- em especial as relacionadas às instituições virtuais e às subjetividades emergentes -, provocadas pelo impacto dos fenômenos da informatização, globalização e digitalização. Analisa mudanças cognitivas, sócio-interativas e de linguagem, em situações de aprendizagem, de produção de bens simbólicos ou relações que definem noções de normalidade e patologia. Professores Integrantes: Cleci Maraschin, Léa da Cruz Fagundes, Margarete Axt, Esther Beyer.

Instituições sociais e práticas sócio-culturais - análise dos equipamentos sociais - grupos e organizações - enquanto produtores e reprodutores de subjetividades. Ênfase no estudo de categorias - como classe social, gênero, geração, raça/etnia e suas recíprocas conexões -; focalização em eixos temáticos - como saúde, educação e trabalho - e redes de poder e exclusão social e cultural. Professores Integrantes: Maria da Graça Corrêa Jacques, Marisa Faermann Eizirik, Sérgio Antonio Carlos, Tania Mara Galli Fonseca, Nara Bernardes e José Vicente Tavares dos Santos.

Subjetividades contemporâneas, discursos e sintomas sociais - Análise de aspectos da modernidade que tem gerado o movimento do sujeito contemporâneo na direção de uma crescente autonomia e individualismo, bem como transformações nas produções discursivas e/ou sintomáticas quer sejam elas individuais e/ou sociais. Professores Integrantes: Álvaro Roberto Crespo Merlo, Edson Luiz André de Sousa, Tania Mara Galli Fonseca, Maria Assunta Campilongo, Maria Lúcia Tiellet Nunes.

O ano de 1996 foi um ano de efervescência. O Conselho Universitário havia aprovado a criação do Instituto de Psicologia, realocando os professores em três departamentos: Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade, Psicologia Social e Institucional e Psicanálise e Psicopatologia. Assim, nosso Programa de Pós-Graduação nascia interdepartamental, com professores oriundos do Instituto de Psicologia e de outras três unidades de ensino: FACED, IFCH e FAMED. O PPG em Psicologia Social e Institucional teve sua criação autorizada pela Câmara de Pós-Graduação da UFRGS, através da resolução nº 016, de 19 de novembro de 1996. Foi o primeiro passo de sua institucionalização. O projeto necessitou de um segundo envio, à Capes, para aprovação, que ocorreu em 1997. A primeira turma do curso de Mestrado teve ingresso em março de 1998. A Profa. Tania coordenou o programa até 2002, quando Cleci assumiu, permanecendo até 2006.

Outro marco importante na história do PPGPSI foi a criação do curso de Doutorado em Psicologia Social e Institucional, em 2010, período em que a Educação Superior no Brasil era foco de importantes investimentos por meio de programas de incentivo governamentais, tais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), e, em especial, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que permitiu a ampliação dos cursos de graduação e o aumento do número de técnicos administrativos e professores, contribuindo para o incremento aos programas de pós-graduação

decorrentes desses ingressos. Tais investimentos vinham acompanhados, ainda, do avanço das políticas afirmativas de ingresso e de permanência junto aos cursos de graduação, que buscaram democratizar o acesso ao ensino superior. Além disso, os programas de pós-graduação experimentaram um período de ampliação no número de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado e de bolsas de estudos voltadas à internacionalização, que acompanhavam o estabelecimento de novos convênios abertos ou fortalecidos por meio do Programa Ciências Sem Fronteiras, possibilitando intercâmbio de centenas de estudantes brasileiros para Universidades do mundo inteiro.

Desde sua criação, o PPGPSI já formou mais de 459 mestros e 98 doutoros. Hoje, somos 27 docentes, sendo 22 permanentes e 5 colaboradoras, tramados em três linhas de pesquisa, que atualmente se configuram assim:

Linha de Pesquisa 1 – Clínica, Subjetividade e Política, que concentra-se nas problematizações teórico-metodológicas que enfoquem a temática da Clínica em suas inflexões contemporâneas tomadas como indissociáveis da Política. Privilegia debates que ampliem e atualizem a crítica às práticas sociais e modos de pensar e subjetivar cotidianos enfatizando o paradigma ético-estético das experimentações e investigações.

Linha de Pesquisa 2 – Políticas Públicas e Produção de Subjetividade, que estuda a produção de subjetividade na interface com as políticas públicas, com o objetivo de problematizar as práticas nas áreas da educação, do trabalho, da saúde, da assistência social, da segurança pública, da cidade, da moradia, entre outras. Explora a dimensão interseccional, sobretudo os marcadores sociais de gênero, sexualidade, classe e raça. As pesquisas na linha buscam articular ações voltadas para a qualificação do que é o público como espaço político de investimento de ações governamentais, bem como de afirmação de coletividades e da diferença.

Linha de Pesquisa 3 – Redes Sócio-Técnicas, Cognição e Comunicação, que estuda como as redes sócio técnicas produzem modos de comunicação, cognição e subjetivação. Em seus estudos privilegia metodologias qualitativas processuais tais como pesquisa-intervenção, método clínico, grupos focais, intervenções vídeo-fotográficas e análises discursivas.

Neste ínterim, passamos por muitas aprendizagens, algumas bastante difíceis, mas que certamente contribuíram para a consolidação de riquezas do que hoje constitui o Programa. No entanto, ao mesmo tempo em que narramos a história deste Programa, vivemos ameaças de todos os tipos ao ensino superior e à pesquisa no Brasil, concretizadas através dos cortes no financiamento de projetos e bolsas; das suspeitas, insufladas na mass mídia, acerca das reais finalidades das universidades, especialmente do papel social das universidades públicas; da ameaça às políticas afirmativas e do questionamento à própria concepção de ciência e ao valor da produção científica.

Celebrar a amizade e as possibilidades de composição, nos dias sombrios em que vivemos, tem sido uma forma de resistência importante. Universidades privadas também sofrem com a política do desmonte do Estado e desinvestimentos profundos na educação, principalmente no campo das Ciências Humanas, um movimento que caracteriza um ataque à ciência e ao ensino superior no Brasil, mas que ameaça toda a sociedade. Estamos sobrevivendo a um projeto destrutivo e precisamos encontrar formas de continuar existindo e resistindo, o que só é possível através da construção de um “Comum na diferença” (Hardt e Negri, 2016), que nos permita seguir em nossas pautas.

Este comum, que outrora era constituído por “amigos da Psicologia Social”, que não eram necessariamente psicólogos ou não pertenciam ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atualmente se configura de maneiras diferentes. Em 2017, o PPGPSI abriu cotas para discentes indígenas, negros/as, pessoas com deficiência, pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneres), graduados da rede privada de ensino superior beneficiários do PROUNI ou da rede pública de ensino superior beneficiários de bolsas de estudo voltadas a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que inicia um novo momento em sua história, garantindo o ingresso de pessoas antes excluídas de seus processos seletivos.

Novas pautas - antirracistas, feministas, anticapacitistas... - entram com força no PPGPSI, demandando novos fóruns de debate, múltiplos dispositivos e espaços de formações, exigindo permanentes análises de nossas implicações, ainda que com a velocidade e abrangência aquém do necessário, em função de valores conservadores, especialmente do racismo institucional que experimentamos na universidade. O reconhecimento da Pós-Graduação e do corpo docente como brancos, das epistemologias estudadas como coloniais, das práticas incutidas de violências, são apenas alguns dos pontos que começam a ser discutidos, tardiamente, em nosso contexto. O Comum que se faz necessário criar agora, a fim de resistir ao projeto de destruição da pós-graduação e das políticas afirmativas em curso no país, diz respeito ao encontro de corpos que experimentam violências distintas ao longo da vida, por questões de raça, classe, gênero, sexualidade e diversidade corporal que se interseccionam.

A história singular de violências sofridas por cada corpo que se coloca em ação na possibilidade de criação de um “Comum na diferença” e as relações de poder desiguais entre as próprias pessoas que fazem parte do coletivo traduzem um pouco da delicadeza do momento em que vivemos. Ao mesmo tempo em que temos um inimigo comum, as diferenças seguirão sendo diferenças. Precisamos permanecer com estas questões no cerne de nossas pautas. Donna Haraway (2016) propõe a ideia de cama de gato como uma figuração dessa construção. A brincadeira de crianças, conhecida também como jogo de cordas, era praticada com as mãos, as quais passavam um padrão de rede a outra pessoa, que o recebia, transformando-o.

Eu penso em (...) camas-de-gato em um sentido triplo de figuração. Primeiro, promiscuamente puxando fibras em eventos e práticas coagulados e densos, eu tento seguir os fios para onde eles levam para rastrear eles e vejo seus emaranhados e padrões como cruciais para permanecer no problema em lugares e tempos reais e particulares (Haraway, 2016, p. 3).

Assim, jogar cama de gato consiste em entregar e receber padrões, modificando-os, falhando, todavia produzindo, eventualmente, algo bonito, como propõe Donna Haraway. Neste gesto cotidiano de construção de um “Comum na diferença”, nos termos propostos por Hardt e Negri, permanecemos no problema com o qual devemos seguir, que consiste em pensar as relações a partir de uma perspectiva interseccional. Os textos aqui reunidos abrem linhas de reflexão e apontam desdobramentos teórico-metodológicos aos desafios desses tempos.

Fazer a história de um Programa de Pós-graduação: eis a oportunidade de fazer, dele próprio, objeto de nosso pensamento. Quando percorremos os eventos que nos trouxeram até aqui, percebemos que algo sempre nos escapa, vaza, escorrega. Trata-se de tudo aquilo que ele ainda não é, mas que pode vir a ser. Trata-se de uma espécie de bruma virtual, que aguarda, ativa e insistentemente, tensionando as margens, por se atualizar.

Retraçar os ocorridos permite-nos estranhá-los. Permite-nos colocar novos problemas para que sua continuidade seja possível, possibilita novas conexões e agenciamentos, oferece-nos germens de um outro tempo perturbador das linearidades e continuidades. Viabiliza nosso acesso ao descontínuo, ao acontecimental, ao que ainda não está na história, mas que é prenhe de potência, para vivificá-la. Assim, quando apresentamos elementos da história de nosso PPG, abrimos veredas para um próximo movimento em direção a sua constante gênese. O Programa está sempre sujeito a novas nascentes, a novas linhas que o constituem, desde as problemáticas que o animam em vitalidade e desafio, e que parecem atualizar o enunciado que uma de suas fundadoras propunha ao apresentá-lo em seu memorial descritivo de professora titular, escrito em 1997: “Nosso mestrado deverá

mover-se através de passagens não capturadas pelo conforto das certezas, devendo, como tanto queremos, auxiliar no florescimento de múltiplos estados nascentes de nossa ciência” (Fonseca, 1998, p. 108).

Comprometidas com a formação de pesquisadores e pesquisadores sintonizados com as urgências de nosso tempo, não nos furtamos de insistir com a pergunta: quem somos nós, pesquisadoras e pesquisadores em Psicologia Social e Institucional, neste momento preciso da história? Momento preciso de ebulição, de angústias frente a forças conservadoras, fascistas e colonialistas, que ganham dimensões preocupantes em diversas partes do mundo! E, ainda: como lidamos com a crise, essa tão necessária para catalisar forças crítico-analíticas no presente?

Seguindo as linhas sinuosas de Analistas Institucionais que nos antecederam, respondemos: estamos aqui, alimentando dia a dia nossa vontade política de produzir novos problemas! Fomentando “entres”, entre-nós, entre-tempos, entre-espacos, entre-seres, entre-pensamentos, laços afetivos e de desejo que sustentam uma rede propulsora de novas questões que nos desalojam, que nos fazem continuar diferentemente.

Professoras, professores, estudantes, pessoas com as quais pesquisamos nos mais diversos campos de investigação, juntam-se na, muitas vezes, conflitiva tarefa de reconciliar ética, estética e política nas diferentes esferas da vida social. Buscamos sempre ultrapassar nossas dificuldades de escuta para determinados “roncos surdos de batalha” e, muitas vezes, para determinados “estrondosos ruídos de guerra”, dadas nossas posições, não raro, marcadas por privilégios epistêmicos e acadêmicos.

Escrever é inventar agenciamentos, por isso, a escrita da história de nosso Programa de Pós-Graduação agencia o compromisso com as muitas vozes que o constituem. Contar-fazer nossa história necessita ser pretexto para uma espécie de conspiração, maquinação desejante que não se furta aos desafios do presente. Aqui estamos, e por outros “nós” esperamos!

PREFÁCIO

Luis Antonio dos Santos Baptista

Modulação das águas, o drapeado incessante na superfície dos oceanos revela o vento como o poderoso artífice. Na literatura, em diferentes épocas e estilos, dobras e desdobras do mar revoltado criadas por tempestades, vendavais, ofertam-nos imagens metafóricas sobre os mistérios da alma, ou sobre o poder entre os homens. Forças da natureza espelhariam o reconhecimento das emoções incontroláveis, represadas no humano. Porém, imagens do mar e do vento, em certas modalidades de literatura recusam o fascínio da busca do desvendamento de um mistério, a harmonia ornamental da metáfora a tornar universal o significado de um símbolo. O assombramento ocasionado pelas intempéries da natureza não se realizaria no encontro com o indomável da alma humana revelado por estas forças. A potência inumana dos oceanos e dos vendavais escapa do apaziguamento do significado de um símbolo. Em determinadas apostas estéticas da literatura, imagens burlam mensagens que forneçam a resposta conclusiva; turvam a nitidez do símbolo onde habitaria o significado redentor; cortam a previsibilidade da continuidade do narrado à semelhança de uma dialética a interromper a busca pela estabilidade de uma verdade. Neste livro, o leitor não encontrará a calma dos mares delimitados por nítidas margens, assim como a navegação precisa em direção ao porto seguro. Superfície agônica composta por um drapeado incessante, transtornada por vendavais peculiares, seria o espelho d'água ofertado pelos autores.

Vento e mar nos ensaios dos grupos de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFRGS aproximam-se da imagem criada por Walter Benjamin no livro *Passagens*, ao afirmar a estreita relação entre o conceito e a intempestiva força da história, assim como da vulnerabilidade dos conceitos aos apelos de um agora em momentos de perigo: “ser dialético significa ter o vento da história nas velas. As velas são os conceitos. Porém, não basta dispor das velas. O decisivo é a arte de posicioná-las” (Benjamin, 2018, p. 515). Segundo o filósofo berlinense, não bastaria a eficiência das velas para navegar, é necessária a atenção aos ventos. Desatento, ao navegador será negada a oportunidade de questionar a eficácia de sua bússola, de rever percursos planejados. A dialética dos ventos suspende, interrompe o caminho rumo à resposta decisiva onde as tempestades faltam. Dialética transtornante, alheia à calma da síntese, ou da conciliação.

Os vendavais não seriam exclusivos dos oceanos. Na academia também se navega soprado por ventos do mercado. A desorientação ocasionada por violentas tempestades não ocorreria; o fracasso do posicionamento das velas, ou dos conceitos, terá no navegador a maestria inquirida. Modulações das marés produzidas por heterogêneas intensidades do vento; modos díspares de atravessamento dos fluxos marítimos perdem força na navegação do mercado neoliberal. Velas e navegador protagonizam o percurso insuflados por sopros do mercado. Travessia onde sublevações, levantes, revoltas das águas faltam. Caso o naufrágio aconteça, novas tecnologias serão requeridas. Arte marítima do marinheiro sem mar, cujo corpo imuniza-se do tremor provocado pelo drapeado das ondas.

Os ensaios aqui reunidos são sensíveis às tempestades da atualidade brasileira. Diferem-se das publicações acadêmicas não contagiadas pelos alarmes de perigo, por sinais de que algo ocorre como catástrofe no agora. A precisão conceitual dos escritos é elaborada no mar intempestivo da atualidade política brasileira, a exigir a singularidade da criação operada no risco corajoso da experimentação. Coragem dos navegadores atentos à força disruptiva dos ventos e à vulnerabilidade da disposição das velas. Sopros do mercado circulam ao longe do livro, no qual a coragem da escrita afirma-se.

Nos ensaios dos diferentes grupos de pesquisa, o leitor encontrará o relato sobre o legado ético da pesquisadora Tania Galli, que nos oferta o gosto pelo desassossego e o ímpeto pela experimentação. Essa força frágil e forte daquelas que se colocam como inventores em meio ao desconhecido. Será convidado a deambular por travessias na cidade, percorrer o chão de territórios habitados por outrem, nas estranhezas do encontro com a diferença, sem a pretensão de dar voz a ninguém, mas capazes de dar ouvidos. Que as vozes que escutamos ressoem em nossos tímpanos. Localizará a problematização da ideia de uma verdade natural sobre os corpos sexuados e a concepção da realidade como única, estável e coerente, indicando que, entre outros elementos, as práticas científicas atuam na performance da natureza ao invés de constituírem um espelho dela. Terá a oportunidade de refletir sobre o desmonte dos direitos dos trabalhadores, representado pela pauta neoliberal do capital global e das contrarreformas trabalhista e previdenciária, e sobre o cenário político-econômico nacional que nos últimos anos segue marcado pelo avanço do conservadorismo, do fundamentalismo religioso e dos preconceitos de raça, gênero e classe, resultando no contexto da necropolítica. Será incitado a indagar sobre o alcance da Psicologia, levando-a para junto dos movimentos sociais ou fortalecendo sua presença nas políticas públicas, sem conseguir romper significativamente com sua lógica imperialista. Conhecerá metodologias de pesquisa como oficinas, onde é possível acionar e inventar outras formas de agir e de pensar em realidades marcadas por violências instituídas e invisibilizadas das mais variadas formas. Terá a chance de pensar no âmbito das transformações nos modos de organização do trabalho operadas pela verve fascista que “re-pulsa” pelos contornos

do neoliberalismo, permitindo posicionar a consideração da experiência do trabalho na esfera de uma analítica do poder com nuances particulares. Será contagiado a acompanhar paradoxos da imagem na pesquisa como fundamentais nos processos de colonização, paradoxos que abrem janelas e ampliam os olhares, mas, ao mesmo tempo, fixam e pressionam as experiências. Será convocado a enfrentar as sutis e/ou violentas injunções que pesam sobre nós – que impõem lutas, pois é fundamental recusá-las – e, a engajar-se em relações outras, que tenham como norte o problema ético da prática da liberdade. Conhecerá uma comuna de pesquisantes que toma o *corpus* teórico e conceitual da decolonialidade como estratégia para afirmar subjetividades e saberes que rompem com a colonialidade inerente aos processos de subjetivação e de produção de conhecimento forjados numa lógica capitalística. Será apresentado a um coletivo de pesquisadores do campo da saúde coletiva e da saúde mental, imbuído do espírito cartográfico e embalado pela disposição afirmativa de dizer “Sim” à vida, na experimentação de uma escrita operada com as vísceras. O leitor encontrará também a ficção como estratégia clínico-política para afirmar uma ético-estética da diferença em nossas políticas do narrar a nós mesmos, para percorrer e tensionar nossos modos de existência, nossas formas de compreender e constituir coletivos, assim como o pesquisar enquanto pertença viva, de escritas vulneráveis às inusitadas vidas que corajosamente brotam de nossos endurecidos pescoços acadêmicos.

O drapeado das ondas não é exclusivo das águas. O conceito de coletivo deste livro assemelha-se a simetrias soltas, feitas e desfeitas por correntes vulneráveis aos redemoinhos nos canaviais. O poeta João Cabral de Melo Neto o contrasta com a forma dura das pedras, compacta e formatada pela “disciplina das milícias”. O coletivo atento e vigilante à manutenção das suas bordas. Segundo o poeta pernambucano, o drapeado instável provocado pelos ventos daria lugar a uma praça ocupada, atravessada por correntes da multidão onde formas atam-se, desatam-se, transmutam-se no ato corajoso do pensar coletivamente. Afirma João Cabral (Melo Neto, 1994, p.150):

*Se venta no canavial estendido sob o sol
seu tecido inanimado faz-se sensível lençol,
Não recorda o canavial então as praças vazias:
não tem, como têm as pedras, disciplina de milícias.
É solta sua simetria: como a das ondas na areia
ou as ondas da multidão lutando na praça cheia.
Então, da praça repleta é o canavial a imagem:
veem-se as mesmas correntes que se fazem e desfazem,
voragens que se desatam, redemoinhos iguais,
estrelas iguais àquelas que o povo lutando faz.*

REFERÊNCIAS:

Benjamin, Walter (2018). *Passagens*.
Editora UFMG.

Melo Neto, João Cabral (1984). *Obras
Completas*. Nova Aguilar.

TANIA, SOPROS NOS MODOS DE FAZER PSICOLOGIA

Luís Arthur Costa

Tania Mara Galli Fonseca, nossa amiga e colega, psicóloga e professora, pesquisadora e extensionista, irrompeu no mundo em um dia quente de fevereiro do ano 1948, na cidade de Erechim, no norte do Rio Grande do Sul. Faleceu há poucos anos, no dia 12 de setembro de 2019, na cidade de Porto Alegre. Viveu intensamente 71 anos dedicados à formação de muitas gerações de psicólogos e psicólogas. Trabalhou com a alegria do pensar e compartilhou com muitos a paixão do aprender, sempre buscando transformações sociais. Seus estudos trouxeram importante contribuição para os campos da psicologia social, da psicologia do trabalho, da filosofia, da arte, da loucura e da memória.

Sua figura era marcante para todos que a conheceram. A presença esguia lhe dava ares de nuvem, seus passos leves e gestos sutis, acolhedores, não contrastavam com o faiscar dos seus olhos vivos. Como professora, ao adentrar a sala de aula, sua fala geralmente iniciava com uma voz trêmula, frágil e titubeante. Os estudantes acompanhavam sua associação de ideias na qual, muitas vezes, era difícil adivinhar um nexos. Suavemente, palavra por palavra, os movimentos do pensamento teciam seu próprio chão. O que parecia um passeio banal e gratuito, cheio de tropeços, tornava-se uma rigorosa aventura plena de ímpeto e ousadia. A senhora de gestos sutis não parecia mais aquela figura frágil do início. Os movimentos que pareciam sem rumo se revelam precisos; o corpo esguio e aparentemente frágil faz dançar como plumas os pesados conceitos diante de ouvintes atentos. A aula evidenciava-se performance e o gesto fazia-se pensamento em ato simultaneamente trágico e sutil.

Nessa constante dança com o limiar, Tania traçou sua trajetória acadêmica em uma sucessão de experimentações que abriam horizontes a novas paisagens a serem exploradas: filosofias dialéticas, feminismo, filosofias da diferença, trabalho, loucura, clínica e arte, são tantas as andanças de Tania que nos perdemos facilmente em seu labirinto sem muros nem fronteiras. “*Imagine que o céu é um abismo e a pele é o céu*” ela dizia, em uma das tantas imagens poéticas que nos faziam vertigem. Tania

sempre habitou a experiência limiar. O desafio de apresentar os movimentos de sua vida não é tarefa fácil, tanto pela importância e originalidade de seu trabalho como pela intensidade e vibração de seu pensamento. Em um manuscrito datado de 2004¹, Tania nos alerta:

Elaborar este Memorial relativo ao meu percurso profissional e acadêmico transforma-se em oportunidade para operar uma torção na tendência de construir uma história [...] erigida na suposição de um único começo, com vistas a dar alcance à pretensão de inventar uma identidade coerente e unificada. (Fonseca, 2004, p. 6)

Ao seguir os fios desse percurso, atentamos a seu alerta: ela ensina que os trajetos não têm uma única origem e tampouco um único destino, articulando forças com distintas temporalidades em tramas heterogêneas. São inúmeras as histórias que poderíamos contar sobre os inícios de Tania, assim como infinitivas são as narrativas da sua duração em nós. Uma multidão de vozes a compor uma nuvem sempre errante.

Tania fez-se psicóloga na PUCRS, em 1970. Durante seus anos de formação, sempre questionou avidamente a cumplicidade da psicologia brasileira à ditadura civil-militar, posto que forjava psicólogos como “tecnocratas do comportamento humano”. Tal inconformidade era um ato de desobediência diante das lógicas autoritárias e resultou na sua expulsão do curso de Psicologia. Tentaram silenciar sua voz. No entanto, Tania reverberou a voz de Maria Bethânia na canção *Carta de Amor*: “Sou como a haste fina, que qualquer brisa verga, nenhuma espada corta”: lutou contra a injusta expulsão e foi reintegrada e graduada pela mesma universidade.

No movimento de seu desejo de luta contra as injustiças, escolheu a Psicologia do Trabalho como área profissional, ao mesmo tempo que iniciou sua carreira como docente na UNISINOS, no recém-criado curso de Psicologia, onde trabalhou por quase 20 anos, desligando-se em 1989 para abraçar integralmente a docência na UFRGS. Durante esse transcurso temporal, também foi Presidente da Sociedade de Psicologia do RGS. Antes de aposentar-se como Professora Titular da UFRGS, em 2003, foi vice-diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de 1992 a 1996, participou da criação do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, em 1997, sendo sua primeira coordenadora e atuando como docente no Programa até seu falecimento.

A conjunção dos fazeres de psicóloga do trabalho e de professora universitária desdobrou-se na inserção no mestrado sob orientação de Juracy C. Marques e, posteriormente, no doutorado em Educação, sob orientação de Guacira Lopes

1 Fonseca, T. M. G., (2004). *Memorial de um itinerário subjetivo*. Manuscrito.

Louro, concluídos, respectivamente, em 1978 e 1996. Sua condição de mulher a produziu lutadora no enfrentamento do sexismo, da homofobia e do machismo. Em sua tese de doutoramento, “*Vozes e silêncios do feminino: de mulher à operária*” (1996), articula o campo da psicologia do trabalho à discussão feminista. A luta pela possibilidade de escuta contra o silenciamento imposto a tantas vozes em nosso país foi uma questão na qual Tania insistiu em seu trabalho, cartografando constantemente as operações de opressão e resistência nos processos de subjetivação. Assim, percorreu os modos de trabalhar, as questões de gênero, as clausuras da loucura e as potências das artes, em suas diferentes obras, desde “*Vozes e silêncios do feminino*” (1996) até “*Vidas do Fora: habitantes do silêncio*” (Fonseca & Costa, 2010). Em sua última obra, “*Imagens do Fora: um arquivo da loucura*”, nos deixou um texto de despedida, “*Túmulo e palavra: o ‘After Life’ para prolongar um último toque com a ponta dos dedos*” (Fonseca, 2018), no qual, ao escrever movida pela experiência da perda de seu amado, nos sacode com a intensidade de algumas de suas últimas palavras sobre a experiência do limiar:

‘After life’, o que dizer diante do tempo marcado pelo ‘tarde demais’? O que dizer depois da partida, da cerimônia do adeus e dos tropeços advindos dessa perda? Não poderia deixar de escrever sobre esse ‘after life’ impulsionado, agora, pelo ‘nachleben’, ou seja, por este impulso de fazer sobreviver àquilo que não temos mais em nossa vida presente. Tudo se passa no compasso de dois tempos: o de um ‘tarde demais’ e o do ‘por vir’. Enclausurados nas passagens dos instantes, já não decidimos voluntariamente o que nos acontece. Diante do morto e da perda que ele suscita, tornamo-nos náufragos à deriva do que os momentos nos reservam. Ondas grandes e pequenas nos balançam e desequilibram, nossos pés não atingem o fundo, suspensos ficamos nas águas do ir e vir das sensações sequenciais, em cada onda, em cada balanço, um novo rosto se descortina, nossa paisagem interior se transmuta na imediatez dos afetos que as águas dos momentos nos traduzem. Por isso, dizemos que nos tornamos náufragos. (Fonseca, 2018, p. 258)

A indissociabilidade entre modos de conhecer e de subjetivar também se colocava como norteamento ético de seus fazeres Psi, o que configurou uma espécie de militância profissional e acadêmica, erguida e sustentada pelo exame das práticas sociais e, dentre elas, as da própria ciência. Foi fundadora e coordenadora do Grupo de Trabalho denominado “Subjetividade, Conhecimento e Práticas Sociais” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Tania, com seu estilo rizomático, articulou uma ampla e diversa rede de parcerias acadêmicas, da qual brotaram amizades com pesquisadores de múltiplas áreas do conhecimento e de diversas regiões do Brasil e do exterior. Em 2004, realizou um pós-doutoramento na Universidade de Lisboa/Portugal. Na ocasião,

foi conferencista nas Universidades de Lisboa, Braga e Coimbra. A voz de Tania se fez vento e ventania a polinizar novos mundos possíveis em diferentes chãos.

Coordenou pesquisas e intervenções onde a temática do trabalho, do tempo e dos modos de subjetivação articulavam novas problematizações, produzindo, a cada vez, desdobramentos singulares. Com o projeto “Modos de Trabalhar, Modos de Subjetivar no Contexto da Reforma Psiquiátrica” deu-se seu reencontro com o velho hospício e a nova ‘Oficina de Criatividade’ do Hospital Psiquiátrico São Pedro: do trabalho e do tempo tomaram força o corpo, a arte e a clínica. Em 2006, cria o projeto “Corpo, Arte e Clínica nos Modos de Trabalhar e Subjetivar” (Fonseca, 2006), que seguiria uma década com o mesmo nome e formato. No início dos anos 2000, surge o projeto do ‘Acervo da Oficina de Criatividade’, com o objetivo de fazer durar os testemunhos das vidas que passavam por aquele espaço, cujas marcas ficavam registradas em obras plásticas e literárias. A construção do Acervo foi um gesto clínico-político para dar visibilidade e proporcionar a escuta das vidas e experiências que por ali transitavam, originando dois projetos que se desenvolveram entre 2009 e 2019: “*Potência Clínica das Memórias da Loucura*” (-Fonseca, 2009) e “Arquivo e Testemunho de Vidas Infames: Restos que insistem”. Sua dedicação ao Acervo no HPSP para a constituição de uma memória e voz daqueles que foram atingidos pela violência manicomial segue até hoje através do programa de extensão da UFRGS, que leva seu nome em uma homenagem póstuma: ‘Núcleo Transdisciplinar Arte e Loucura Tania Mara Galli Fonseca’².

Em 2016, lançou-se em um projeto tão íntimo quanto transversal a todas as suas pesquisas anteriores e atuais: “*O Interminável Limiar da Experiência: o cotidiano a contrapelo*”. Pesquisa tanto pessoal como impessoal, que nos parece um esforço de sistematização conceitual da prática de toda uma vida e que permanece como seu principal legado na seguinte indagação: *como manter-se sempre na experiência limiar em sua intensidade e riqueza singulares a forçar novos possíveis?* A voz de Tania segue a ultrapassar silêncios, erguendo-se das letras impressas em seus textos a reverberar nas peles e revirá-las céus abismados em nuvens, que desconhecem fronteiras, mas chovem em nosso chão e fazem brotar novas flores a polinizarem outros jardins.

2 No canal do NuTAL no *youtube* encontramos um precioso baú de testemunhos dos encontros com Tania: <https://www.youtube.com/channel/UCcGfUelhFrCPQMKEVVm7JcA>

REFERÊNCIAS

Fonseca, T. M. G., (1996). *Vozes e silêncio do feminino: de mulher à operária* [Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].

Fonseca, T. M. G. (2006). *Corpo, Arte e Clínica nos Modos de Trabalhar e Subjetivar*. Projeto de Pesquisa. Propesq/Ufrgs.

Fonseca, T. M. G. (2009). *Potência Clínica das Memórias da Loucura*. Projeto de Pesquisa. Propesq/Ufrgs.

Fonseca, T. M. G. & Costa, L. B. (Orgs.). (2010). *Vidas do Fora - habitantes do silêncio*. Editora da UFRGS.

Fonseca, T. M. G., (2016). *O Interminável Limiar da Experiência: o cotidiano a contrapelo*. Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq/ edital Produtividade em Pesquisa.

Fonseca, T. M. G. (2018). Túmulo e palavra: o 'After Life' para prolongar um último toque com a ponta dos dedos. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 25(2), 259-278.

CORPO, ARTE E CLÍNICA: UM PERCURSO CONCEITUAL-AFETIVO EM MEMÓRIA DE TANIA MARA GALLI FONSECA

Erica Franceschini

Alana Soares Albuquerque

Com as vozes de *Corpo, Arte e Clínica* em sua última formatação: Raquel Guerreiro, Paula Flores, Pedro Augusto Papini, Larissa Neubarth, Brida Spohn, Camilla Zachello, Laura Pujol Barcellos, Gabriel Escobar, Rafael Camelier e Ricardo Giacomoni.

PRÓLOGO

Tania partiu às vésperas do início da primavera, enquanto as árvores ainda exibiam seus galhos secos e as flores existiam, apenas, na condição de promessa. Aguardávamos as cores da nova estação, mas o céu fez-se ainda mais cinza. Envolta em uma cobertinha, no cálido frio de agosto, Tania deixou-nos como tarefa escrever este texto que seria publicado em um livro que, segundo suas palavras, viria contar a história do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS). Deixou-nos como tarefa, portanto, contar sua história como docente, mas também como fundadora deste Programa, do qual ela muito se orgulhava e que, mesmo na sua ausência, segue vivo como um sonho em realização. Talvez, a palavra “sonho” seja um bom índice para introduzirmos este texto, já que Tania apostava muito nos seus e, desta maneira, sempre tinha acolhimento para os sonhos dos seus alunos e orientandos – como se cada um de nós compusesse com ela sua antologia acadêmica que, antes de tudo, tornava-se uma poética sonhadora.

Mas, todo o sonho precisa de um lugar para se realizar; é preciso um *lócus* para uma operação conjunta e insistente, o que veio a ser chamado de “Corpo, Arte e Clínica”, grupo de pesquisa sob sua coordenação, lugar de composição, de afetos, encontros e escritas. Logo, antes de um espaço puramente acadêmico, seu grupo de pesquisa fez-se um lugar de cuidado e de acolhimento, bem como um espaço

tão consistente em seus movimentos (imprecisos) que não se esvai, nem mesmo depois do fim. Nossa escrita, assim, abre-se com este prólogo e com os rastros do que vivemos enquanto compartilhamos do seu mundo e dos micromundos que inventamos juntos e juntas ao longo destes anos. Não temos nenhuma intenção de realizar uma investigação cronológica, nem de compor uma biografia linear deste lugar-grupo, uma vez que era Tania mesma que coadunava com teóricos que defendiam uma vida apresentada por fragmentos, por pequenos detalhes e lacunas, uma vida que, mesmo depois da morte, guarda sempre muitos sentidos a serem desvelados por diferentes olhares.

Admitimos, porém, que será impossível não recorrer, em algum nível, a um pouco de cronologia, talvez em uma tentativa de dar alguma ordem ao caos do tempo emaranhado, aos “lençóis do passado” que se sobrepõem uns aos outros, empregando aqui uma expressão que Tania adorava usar em suas escritas, recorrendo ao vocabulário bergsonian. Falamos dessa inevitável cronologia temporal pois nos lançamos à árdua tarefa de recuperar um passado que nos antecede, de contar uma história que já se fazia muito antes de nossos caminhos se cruzarem com os de Tania. Apesar de precisarmos, em certa medida, traçar essa história – sem o intuito de esgotá-la, é lógico –, gostaríamos de priorizar, acima de tudo, as memórias que construímos de nosso grupo junto à Tania, ou seja, de focarmos nossa escrita nos últimos anos de trabalho junto a ela. Para isso, operamos um percurso conceitual-afetivo de nosso grupo de pesquisa, de um grupo que segue vivo e insistente em sonhar. Operamos com nossos olhares, neste tempo presente, sabendo que muitos outros ainda virão, depois de nós.

Desejamos, pois, cumprir com esta tarefa como um presente que recebemos generosamente e que, ao soltarmos o nó e abriremos sua caixa, encontramos um reservatório para se continuar sonhando os sonhos que ela nos deixou no seu jardim de pensamentos. Neste meio, dar corpo a este texto torna-se uma espécie de memorial de seu legado e que se impõe como um desafio no nosso percurso como suas orientandas, tal como se tivéssemos sido imbuídas de algo que excede nossos esforços, de um inalcançável, do que estaria, sempre, além de nós. Além de nós, decidimos assumir esta escrita e contar esta história, que não é apenas a história de um grupo de pesquisa – tema requerido pelos organizadores deste livro – mas é uma história tanto de pertencimento como de perda, tanto de arquivo como de testemunho. Se na ocasião do convite para esta escrita era esperado que Tania fosse uma das autoras, agora só nos resta trazê-la como uma espécie de personagem para esse texto, o que talvez lhe conceda um tom um tanto biográfico, ou talvez fosse melhor dizer “biografemático”, já que em nossas memórias certamente haverá um pouco de ficção.

Nosso esforço, assim, é por inscrever a história de Tania neste livro, talvez, como uma maneira mesma de adiar o seu fim (uma vez que ela mesma inscreveu sua história no mundo, resta-nos falar sobre as reverberações de sua existência). Erguemo-nos,

portanto, nesta função de contar mais uma história, na expectativa de que esta possa abrir-se em muitas outras e em muitos outros mundos e olhares. E fazeres pesquisadores.

UM TEMPO QUE NOS ANTECEDE

Tínhamos 7 e 8 anos de idade quando “Corpo, Arte e Clínica” nasceu, em meio ao turbilhão que levou à criação do PPGPSI, já no ano seguinte – março de 1998. Nasceu com outro nome, “Modos de trabalhar, modos de subjetivar”, para fazer jus às pesquisas sobre os modos de trabalhar contemporâneos, mais especificamente, sobre os processos de subjetivação de trabalhadoras mulheres. A Psicologia organizacional e do trabalho foi, durante muito tempo, o campo de pesquisa e intervenção de Tania, sendo as práticas de gestão no trabalho seu objeto de estudo desde seu mestrado em Educação, concluído no final dos anos 1970. Já durante seu doutorado na mesma área, realizado nos anos 1990, período em que Tania já lecionava no curso de Psicologia da UFRGS, acrescentou-se a esse campo de pesquisa a perspectiva feminista, voltada aos estudos de gênero. As mulheres trabalhadoras viraram o objeto de estudo de Tania, que se debruçava agora, sempre com olhar questionador, sobre o problema da dominação masculina, analisando, a partir de uma perspectiva sociológica, como homens e mulheres reproduziam a ordem social na qual se engendravam, adequando-se a prescrições culturais que impregnavam de poder as relações sociais da qual faziam parte.

É importante ressaltar que o contexto analisado por Tania em suas pesquisas sobre trabalho era o da reestruturação produtiva, ou seja, o que interessava à jovem pesquisadora eram as mudanças significativas no campo do trabalho decorrentes principalmente da revolução tecnológica que proporcionou uma maior automação de atividades que antes eram realizadas manualmente, acelerando o processo produtivo como um todo. O trabalho que antes era realizado por muitas pessoas, agora poderia ser feito apenas por uma, que passa a assumir mais de uma função. Soma-se à inovação tecnológica, portanto, um aumento do desemprego e uma maior desregulamentação e flexibilização do trabalho, características típicas de um sistema neoliberal que preza por uma intervenção mínima do Estado na economia e por uma predominância máxima do setor privado. A crítica ao capitalismo e à captura total das esferas da vida pelo capital era presente nos escritos de Tania, que já naquela época percebia que essa seria uma tendência que apenas se intensificaria. Se hoje presenciamos uma precarização cada vez maior das condições de trabalho, percebemos que essa é decorrente dessa mesma tendência de desregulamentação, um tipo de prática que hoje em dia se traduz no chamado processo de “uberização” do trabalho, o que revela a relevância que esse tipo de estudo ainda tem atualmente.

A postura crítica e questionadora de Tania, que no final dos anos 1990 já coordenava um grupo de pesquisa no recém-criado PPGPSI, voltou-se no início dos anos

2000 a um contexto diferente do que vinha sendo estudado. Se o campo empírico de seu estudo sobre as trabalhadoras mulheres era anteriormente a indústria têxtil e o setor bancário, agora Tania e seu grupo de pesquisa adentram em um outro ambiente de trabalho: o hospital psiquiátrico. Atenta aos movimentos que resultaram na Reforma Psiquiátrica no Brasil, Tania voltou seu olhar para as condições de trabalho da equipe de saúde mental. Uma vez dentro do centenário Hospital Psiquiátrico São Pedro, principal referência em saúde mental da cidade de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul, Tania teve sua primeira aproximação com a Oficina de Criatividade, espaço esse que viria a ser seu novo campo de investigação e que abrigaria diversas pesquisas que, sob sua supervisão, seriam desenvolvidas nesse local.

As atividades expressivas dos frequentadores da Oficina, muitos deles internos que viveram suas vidas inteiras sob o teto da instituição psiquiátrica, outros pacientes em tratamento que passavam pelo local, chamaram a atenção de Tania, que nesse momento interessava-se pela Filosofia da Diferença e se aventurava em autores como Spinoza, Nietzsche, Deleuze e Guattari. A partir de seu contato com as obras expressivas dos pacientes do hospital e dos estudos filosóficos que embasavam seu pensamento sobre a loucura, emergiram como objeto de pesquisa as categorias Corpo, Arte e Clínica, que em 2006 passaram a figurar não apenas no título de seu projeto de pesquisa vigente, como no nome do grupo de pesquisa.

A inserção de Tania e seu grupo no Hospital São Pedro, em especial no espaço da Oficina de Criatividade, iniciaria uma nova fase de pesquisa e trabalho em sua trajetória docente e marcaria uma mudança significativa em seus interesses de estudo: das condições de trabalho aos processos criativos dos loucos; da história das mulheres trabalhadoras à história da loucura; da gestão organizacional do trabalho às categorias de arquivo, testemunho e memória. Com seu espírito inquieto e mente aberta a possíveis agenciamentos com novos autores e abordagens, com sua curiosidade intrínseca que a levava na direção de novos objetos de estudo que capturavam de forma sensível sua atenção, Tania navegou por esses diferentes assuntos de forma fluida e sem deixar de se dedicar com paixão a seus objetos de estudo. Apesar de serem campos diferentes, Tania manteve algo em comum nesses seus dois grandes objetos de investigação, algo que atravessou toda a sua trajetória: sua postura crítica, que a fez problematizar as próprias formas de fazer pesquisa em Psicologia e um interesse intrínseco em dar alguma visibilidade aos chamados devires menores, seja o devir-mulher, seja o devir-louco.

Uma vez inserida neste espaço que seria o lugar onde dezenas de pesquisadores sob sua tutela também viriam a desenvolver seus trabalhos, ocupando e dando vida às ruínas do antigo hospício, Tania marcou seu lugar não só na história da Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro, como naquilo que vem se constituindo como a história da loucura no Rio Grande do Sul. Afirmamos essa importância pois foi a partir de sua inserção na Oficina que sua equipe iniciou um

dois mais importantes projetos do grupo “Corpo, Arte e Clínica”, talvez aquele que tenha deixado maior legado material: a catalogação e arquivamento das obras produzidas pelos pacientes do hospital, dando origem ao que hoje temos como o Acervo da Oficina de Criatividade. O trabalho de catalogação e organização das obras começou em 2007 com o projeto de extensão chamado “Rizomas da loucura”, que, ao longo dos anos seguintes, passou a constar como uma das principais atividades de dois dos grandes projetos desenvolvidos pelo grupo: “Potência clínica das memórias da loucura” e “Arquivo e testemunho de vidas infames: restos que insistem”. Tal atividade vem sendo realizada ao longo dos últimos anos por estudantes de diferentes áreas do conhecimento, como Psicologia, Artes, Antropologia, História etc., e já armazenou mais de 200.000 obras.

Gostaríamos de complementar que a entrada de Tania com seu grupo de pesquisa na Oficina de Criatividade do HPSP, na época, deu-se graças aos laços de amizade que constituiu e que mantinha em sua vida de maneira tão sensível, dedicada e amorosa. Essa característica, aliás, de estabelecer amizades, poderia ser considerada uma virtude que Tania possuía e, mais que isso, uma generosidade de estar com pessoas sempre em acolhimento e cuidado com o outro, desde colegas de profissão até seus orientandos, alunos, bolsistas de iniciação científica etc. Assim, “Corpo, Arte e Clínica” tornou-se uma valorosa comunidade de amigos, tal como um modo de vida em recriação permanente da existência coletiva e um fluir de experiências que se coadunavam nas vozes de diferentes pesquisadores em torno de sua mestra. Essa comunidade transfigurava-se conforme a entrada e saída de pessoas no grupo e, especialmente, conforme as conversas se compunham na dádiva dos “bons encontros” – que faziam durar a presença mesmo daqueles que já haviam findado suas pesquisas e se aventurado por outros caminhos – como se sempre fosse possível esse retorno. Inspirada pela *Ética* de Spinoza (2014), Tania pensava no espaço-tempo dos encontros quinzenais ocorridos na sala 300G do Instituto de Psicologia como um *ethos* factual de afetação, como se ali, ao redor de uma mesa e providos de café, fosse possível imaginar um novo mundo no qual múltiplos corpos, pela arte da amizade, também operariam clinicamente para aumentar a potência de agir, desvencilhando-os da servidão e possibilitando a liberdade.

Outrossim, tal como indicamos acima, a entrada de Tania na Oficina de Criatividade também se deu pela potência da amizade, dessa vez com a que veio a ser sua orientadora de pós-doutorado realizado na Universidade de Lisboa, em Portugal, Dra. Ana Luísa Janeira. Em visita ao Brasil, Ana Luísa e Tania passearam por Porto Alegre, quando Ana Luísa vislumbrou uma grande construção arquitetônica e requisitou que Tania parasse o carro para que pudessem adentrar aquele espaço curioso. Tratava-se do Hospital Psiquiátrico que guardava dentro da grande estrutura o que poderíamos designar como um espaço menor, não somente pelo tamanho em termos de capacidade, mas também pela expressi-

vidade de sua função. Menor porque colocava em xeque a gigantesca estrutura do poder instaurada há centenas de anos no que diz respeito aos modos de cuidar, acolher e tratar a loucura. A Oficina de Criatividade foi descoberta no quarto pavilhão do HPSP – do total de seis pavilhões – com suas cores, papéis, pinceis, que se sobrepunham, ali, ao que anteriormente fora conhecido como o lugar destinado à realização de cirurgias em pacientes acometidos por algum transtorno mental. O espaço, portanto, transmutou-se para acolher diferentes expressões da loucura, não mais pelas vozes dos operadores do poder, mas pelas obras expressivas produzidas em oficinas de pintura, desenho, escrita, argila e bordado. Transmutou-se, naquele momento, todo um objetivo de pesquisa e um novo universo abriu-se para Tania, assim como novas parcerias tornadas amigáveis, como a que construiu com a psicóloga Bárbara Neubarth, fundadora da Oficina mencionada, com quem Tania encontrou-se nessa primeira visita ao HPSP. Juntamente com Tania, Bárbara acompanhou a atividade de catalogação durante toda sua realização e, até os dias atuais, honra a memória de Tania dando seguimento a esta atividade.

Uma outra amizade que não poderíamos deixar de mencionar era a de Tania com a professora do Instituto de Artes da UFRGS, Dra. Blanca Brites. Conjuntamente, as professoras idealizaram e promoveram uma exposição denominada “Eu Sou Você”, que se montou nas dependências do próprio HPSP e apresentou quatro coleções de arte produzidas por Frontino Vieira, Cenilda Ribeiro, Luiz Guides e Natalia Leite; exposição que operou como um sopro para se pensar criticamente e colocar em xeque as habituais fronteiras estabelecidas entre o normal e o patológico. A partir dessa exposição, ainda, o grupo “Corpo, Arte e Clínica” lançou um livro chamado “*Vidas do fora: habitantes do silêncio*” (Fonseca, 2010) dando evidência às obras dos pacientes do HPSP, abrindo liames para aquilo que Tania propunha em seu trabalho junto à Oficina de Criatividade, qual seja, conservar e guardar o arquivo silencioso da loucura, mas não apenas, inculcando o testemunho, com o qual poderíamos revirar os arquivos, abrindo-os para as múltiplas vozes da história. Para tanto e num primeiro momento, encontrou sustentação teórica em autores tais como Giorgio Agamben (2008), mais especificamente na obra “*O que Resta de Auschwitz*”, a qual vem acompanhada pelo subtítulo o “arquivo” e a “testemunha”. Essas duas expressões viriam traduzir essa relação entre o dito e o não-dito, entre o possível e impossível, entre narrativa e o inenarrável; portanto, viria ao encontro dessas vidas ditas infames, sejam os sobreviventes de Auschwitz, sejam os loucos de outrora internados no HPSP. Outrossim, o arquivo produzido na Oficina de Criatividade na forma de pinturas, desenhos, bordados e escritas compunha, pois, o testemunho de uma nova história da loucura, não mais pautada pelo dito, mas também por aquilo que, durante longos anos, permaneceu soterrado e silenciado pelas/nas entranhas manicomiais.

ARQUIVO E TESTEMUNHO

A partir dessa nova expressão, Tania percebeu a necessidade de transformar essa ideia dos arquivistas e testemunhas da história da loucura em uma experiência docente. Daí que, no ano de 2012, o seminário intitulado “Arquivo e Testemunho” passou a fazer parte da grade curricular do Instituto de Psicologia da UFRGS, acolhendo novos e outros autores e autoras no circuito de referenciais já firmados pelo “Corpo, Arte e Clínica”. Além disso, enquanto categoria de seminário, esse espaço de estudo e pesquisa acolheu estudantes dos mais diversos cursos de graduação e de pós-graduação, tanto da UFRGS quanto de outras universidades, e teve um total de 14 edições, isto é, cerca de 7 anos de estudos conduzidos por Tania, juntamente com seus orientandos do grupo – os quais tiveram a oportunidade e privilégio de ministrar algumas das aulas do seminário em sua companhia. Outro fator importante que envolveu o seminário é o fato de ele sempre ter ocorrido nas dependências da Oficina de Criatividade, constituindo uma aura potente à discussão teórica e prática e ofertando-nos um espaço-tempo crítico de construção de um olhar muito mais afinado às demandas sociais, bem como à importância de nosso desenvolvimento e comprometimento profissional diante de realidades diversas, tão afastadas, mas ao mesmo tempo tão próximas de nossa vida.

Em termos de referências bibliográficas, consideramos relevante pontuar uma outra amizade de Tania que veio a gerar uma espécie de ruptura teórica e possibilitou desbravar novos mares, respondendo a sua incansável busca por navegar. Trata-se do encontro com a professora Cláudia Caimi, ocorrido na quinta edição do seminário, encontro que se deu a partir da organização de um curso ministrado no Instituto de Letras pela professora Jeanne Marie-Gagnebin, no qual foram abordadas as questões relacionadas à memória, experiência e limiar – índices que se tornariam intercessores na construção dos seminários dali por diante. Aliás, foi graças ao seminário que Cláudia e Tania estabeleceram uma amizade entre elas, ligando o grupo “Corpo, Arte e Clínica” com as escrituras de Walter Benjamin, filósofo alemão estudado por Cláudia, e com Georges Didi-Huberman, historiador francês – tendo ambos autores inspirado Tania na construção coletiva do projeto de pesquisa CNPq produzido no ano de 2016 denominado “O interminável limiar da experiência: o cotidiano a contrapelo”, que tinha como problema a questão: como acessar a experiência do limiar para produzir um cotidiano a contrapelo das tendências biopolíticas, massificantes e formalizadas do contemporâneo? Logo, os estudos do grupo passaram a tomar as narrativas do cotidiano como possíveis zonas de limiares, nos quais a experiência dos sujeitos e dos pesquisadores produziriam outras experiências e modos de existência pautados por novas intensidades.

Tendo isso em vista, faz-se necessário dizer que durante os seus muitos anos de docência, Tania deixou uma marca expressiva na relação entre aprender e estudar

e naquilo que entendemos da prática de ensinar. No último seminário “Arquivo e Testemunho”, ocorrido no ano de 2019, Tania já estava adoecida, realizando o tratamento oncológico, porém com grande desejo de continuar a emprestar sua voz a estes momentos e a acompanhar seus orientandos na sua empreitada de estágio. Como todas as manhãs de quarta-feira, chegava mais cedo para tomar café com a Bárbara e recebia os estudantes com a mesma paixão que aquela do primeiro seminário realizado. Até o último dia, aliás, a professora Cláudia sentou-se no fundo da sala, emprestando seu olhar amoroso aos orientandos de Tania, quando essa última não podia mais estar presente. Em uma de suas últimas aulas, Tania comentou que o estudante que mais estuda para uma aula é o professor. De fato, víamos toda sua preparação, dedicação e generosidade para esse acontecimento docente e isso nos animava à docência. Aprendemos a desenvolver um assunto, mais do que isso, aprendemos a ofertar palavras e afetos àqueles que se colocavam na condição de estudante. Aprendemos a estudar e a montar uma narrativa para o outro, saindo de nossas teias muitas vezes solitárias da pesquisa. Nos envolvemos e Tania envolveu-nos nessa esfera artística-docente, do cuidado que operou conosco, ensinando-nos que o conhecimento tem seus lugares de passagem e que ele não foi feito, senão, para passar.

Passamos, ainda, por muitos lugares que, nós, nesse momento, talvez não tenhamos o conhecimento histórico para dizer. Talvez, quando outros ex-orientandos de Tania vierem a ler esse texto, encontrem lacunas, falhas e/ou esquecimentos que poderiam contar com mais pormenores o que se constituiu enquanto “Corpo, Arte e Clínica”. Nós, sabendo de nossa precária condição de contar essa história, apenas ofertamos uma pequena parcela daquilo que o grupo, em sua última constituição, viveu. Tentamos emprestar nossa voz aos movimentos longínquos que não experienciamos, deste tempo antes de nós. Mas, como seria depois de nós? Sabemos que ainda há muito para se dizer, muitas testemunhas de “Corpo, Arte e Clínica” que virão encontrar seus lugares de repouso para as palavras. Rememorarmos, por exemplo, a importância de Tania e seus orientandos no Ateliê de Escrita, uma das atividades propostas pela Oficina de Criatividade, que contou com a participação e motivação do grupo de pesquisa para sua existência. Desse espaço de ocupação, inclusive, inspirou-se a escrita de vários livros, dissertações e teses, abrindo-se como um braço do próprio movimento do grupo de pesquisa. Agora, cá estamos, indo para aquele que foi o último projeto pensado – e por que não também sonhado, como uma aspiração que se projeta no tempo – por Tania e seus orientandos.

○ ÚLTIMO PROJETO OU A PESQUISA POR VIR

Se tinha uma característica que definia Tania como professora e pesquisadora era sua incansável vontade de saber, sua busca apaixonada pelas teorias e sua abertura às novas ideias trazidas especialmente por seus orientandos, ideias essas que eram

por sua vez incorporadas em seus próprios interesses de pesquisa. Tania fez questão de estar presente em nossos seminários, nas orientações e nas reuniões de nosso grupo até seus últimos meses de vida, enquanto sua saúde permitiu. A perspectiva do adoecimento e do agravamento de seus problemas de saúde, que, é importante lembrar, se seguiram à perda de seu companheiro e a um difícil processo de luto, não impediu que Tania, agarrando-se à vitalidade e vontade de saber que ainda pulsavam naquele pequeno corpo, continuasse com seus projetos. Com uma atitude de quem encara a finitude fazendo planos para o futuro, no sentido de superá-la, talvez, ou como se ainda houvesse muita vida pela frente, Tania escreveu junto conosco, um mês antes de sua partida, aquele que seria seu último projeto.

Ao mesmo tempo que era em torno dessa vontade de saber que gravitavam nossas pesquisas e atividades de nosso grupo, em contrapartida, como mencionamos, Tania tinha um interesse genuíno pelos objetos de pesquisa de cada um de seus orientados, interesse esse que certamente não se resumia só ao que era pesquisado em seu grupo, como também aos assuntos de todos aqueles que a procuravam para ler ou avaliar seus projetos, o que ficava claro na dedicação com que escrevia seus famosos pareceres para banca. Foi principalmente com esse interesse naquilo que lhe chegava de novo a partir das pesquisas que orientava que Tania se voltou à questão da imagem, do imaginário, e da ficção, elemento que transversalizavam naquele momento a maioria dos projetos orientados por ela. Tentando ainda manter o Acervo da Oficina de Criatividade como seu campo de pesquisa, Tania queria, dessa vez, ao invés de arquivar, abrir o arquivo, remexer as imagens guardadas com o fim de produzir uma certa cartografia ou, usando um termo no qual ela estava muito interessada naquele momento, uma montagem.

Se os projetos de pesquisa anteriores se voltaram ao problema do arquivo, realizando a catalogação das obras produzidas no Acervo e também a organização e exposição de quatro coleções de artistas selecionadas em função de seu alto potencial artístico e estético, Tania queria, dessa vez, se debruçar não sobre essas obras que já tinham ganhado algum destaque no próprio Acervo e em exposições de arte – e que foram durante muito tempo alvo das questões sobre arte, loucura e imagem –, mas sim sobre todas aquelas milhares de obras que assumiram, em todos esses anos, a posição de um resto, ou daquilo que se empilhava enquanto arquivo por falta de um destinatário disponível. Usando uma expressão de um autor importante para nosso grupo naquele momento, Georges Didi-Huberman (2017), Tania falava na necessidade de uma tomada de posição diante dessas imagens que, como garrafas atiradas ao mar contendo mensagens, se encontravam à espera de sobrevivência, de explorações e de incitações de sentido. O novo projeto, ainda sob a égide dos conceitos de arquivo e testemunho, voltava-se, portanto, para aquilo que havia sido deixado pra trás: o ainda não, o que ainda não foi aberto, ou nem mesmo catalogado.

Tania intitulou sua pesquisa por vir de “Exercícios cartográficos da imaginação diante de imagens: remontagens da história da loucura”. Realizando uma aproximação entre o método da cartografia de Deleuze e Guattari (1995) e o método da montagem desenvolvido por Didi-Huberman (2018) a partir do trabalho do historiador da arte Aby Warburg, a ideia seria colocar as imagens umas em relação com as outras, como em um *Atlas*, expressão usada por tal historiador. Essa redistribuição das imagens ofertaria, por sua vez, um tipo de leitura que não separa o inteligível do sensível, estando a potência criadora do Atlas em revelar o caráter lacunar de cada imagem, preservando o inacabado das obras e colocando em questão a própria representação. Tratar-se-ia, assim, de desmontar e fragmentar o arquivo, de fazer-lhe fendas e fissuras, produzindo, a partir dessa (re)montagem, as condições necessárias para a legibilidade dessas imagens. Apresentando-se como uma forma visual do saber, o Atlas não esgota as possibilidades dadas, mas produz uma abertura a possíveis ainda não dados, pois tem a imaginação como seu principal motor, imaginação essa cuja principal função é a de descobrir certos laços que a observação direta seria incapaz de discernir (Didi-Huberman, 2018).

O problema de pesquisa colocado por Tania envolvia diretamente a questão da imaginação, resumindo-se em tal pergunta: pode a imaginação causar aberturas na história da loucura ou suscitar-lhe remontagens? Aqui, o problema da imaginação é relacionado diretamente à própria narrativa da história, questionando: o que quer dizer essa produção de aberturas? Desde projetos anteriores, sempre foi uma preocupação de nosso grupo a tentativa de contar uma outra história da loucura. Levando em conta que muitos que chegaram ao Hospital Psiquiátrico São Pedro quando esse ainda era o antigo manicômio tiveram seus nomes, suas vidas e suas histórias apagadas sob o crivo dos diagnósticos, das prescrições e da medicalização, o trabalho realizado na Oficina de Criatividade e o cuidado destinado às obras sempre tiveram como objetivo colocar em evidência as vozes desses artistas-loucos que agora podiam, a partir de seus desenhos, pinturas, esculturas, bordados, escritas e outras formas de expressão, contar suas histórias em primeira pessoa.

Se antes nossos olhares se voltavam ao próprio processo de catalogação das obras, sendo o arquivo uma tentativa de salvá-las do esquecimento, ou na análise/leitura dessas obras em sua dimensão mais individual ou particular, agora se trataria, a partir da montagem, de colocá-las em relação. Se o próprio arquivamento das obras expressivas dos artistas-loucos já era visto como uma outra forma de fazer história, posto que salva do esquecimento essas formas menores de expressão e as contrapõe ao arquivo oficial da loucura – aquele que se compõem de breves anotações nos registros do hospital, prontuários, fichas, etc. –, dessa vez essa outra história seria buscada justamente na abertura e remontagem do arquivo, colocando-o, assim, em movimento e desviando-se mais uma vez da pretensão de vir a catalogar essas obras de forma acabada e definitiva.

Quando Tania falava na produção de aberturas na história estava se referindo principalmente a leituras que vínhamos fazendo das “*Teses Sobre o Conceito de História*” de Walter Benjamin (2012). Entrando no campo da Filosofia da História, o filósofo critica em suas teses o modelo da história universal do historicismo clássico, para propor, por outro lado, uma história “escovada a contrapelo”. Para Benjamin, o historiador não deve contar os acontecimentos, como em um procedimento aditivo, mas sim captar a constelação em que sua própria época entra em contato com uma época anterior. É nessa constelação que encontramos imagens em relação, imagens que relampejam no momento presente. Em suas palavras, “o passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade” (Benjamin, 2012, p. 243). O historiador, nesse caso, rejeita a imagem eterna do passado, própria ao historicismo, preenchida por um tempo homogêneo e vazio, para pensar numa história feita no tempo do presente, no “tempo de agora” (*jetztzeit*), pois é esse o momento apontado para a “conhecibilidade” dessas imagens que relampejam como clarões. Era essa expressão que Tania usava, inclusive, em algum momento de sua escrita, para se referir às obras do Acervo, afirmando que essas se apresentariam como “breves clarões”.

Era essa preocupação com uma outra leitura da história que Tania tinha em seu último projeto de pesquisa e em suas últimas indagações teóricas. Tentando responder, enfim, à pergunta colocada por essa coletânea, poderíamos dizer que aquilo que se fazia urgente para Tania, diante mesmo da perspectiva de sua finitude, era, enfim, a abertura do arquivo, era estar, de fato, diante das imagens que, durante muitos anos, estiveram ali envelopadas e empilhadas, guardadas pelas paredes úmidas do prédio do antigo hospício. O papel dos (des)arquivistas dessa vez seria tornar-se corpo de passagem para a multiplicação de sentidos ali existentes, colocando-se finalmente como destinatários dessas mensagens que por tanto tempo estiveram ausentes, por chegar. Recorrendo ao vocabulário de Lapoujade (2017), tratava-se de intensificar ou de dar mais realidade àquilo que existe, ou seja, de instaurar existências, na medida em que os seres precisam uns dos outros para ganharem mais consistência no mundo. Tomando posição diante dessas imagens, o (des)arquivista tornar-se-ia uma espécie de advogado dessas existências inacabadas, seu porta-voz, pois perceber, para Lapoujade (2017), nunca é apenas observar o mundo de fora, mas sim entrar em um ponto de vista. Nesse sentido, percepção é sempre participação.

Não podemos deixar de lembrar que esse problema da “imaginação diante das imagens” se fazia urgente para Tania devido também ao cenário traçado por autores que vínhamos lendo naquele ano de 2019, como Peter Pál Pelbart (2019) e Suely Rolnik (2018), que, atentos à questão da ascensão dos autoritarismos em todo o mundo, em especial em nosso país, apontavam para uma possível crise do imaginário pela qual estaríamos passando, dada a captura cada vez mais intensa das subjetividades, e da própria imaginação, pelos mecanismos de poder vigentes. Enquanto Rolnik nos fala

em seu último livro da “colonização capitalística” da subjetividade e do imaginário, dada nossa impossibilidade cada vez maior de imaginarmos outros mundos possíveis para além do que o capitalismo nos apresenta, Pelbart, em seus “*Ensaio do Assombro*”, mais especificamente na sessão intitulada “Imaginação política”, se dedica a traçar um panorama do que foi a tragédia da história brasileira recente. O autor ressalta a potência das manifestações de junho de 2013 enquanto um acontecimento que ainda reverbera em nossa realidade atual, mas também vê nesse acontecimento uma certa ambivalência: ao mesmo tempo que junho de 2013 significou uma ruptura importante para que a insatisfação das massas e suas múltiplas reivindicações emergissem, também foi o que deu abertura para que se instaurasse todo movimento que levaria ao golpe de 2016 e, conseqüentemente, à ascensão de Bolsonaro, que personificou em sua imagem todo ódio contido no movimento antipetista.

Nunca imaginamos que estaríamos vivenciando a maior crise sanitária pela qual já passamos justamente nesse momento em que a própria realidade brasileira atual já é, por si, absurda e assombrosa (usando a expressão do título de Pelbart), posto que assistimos o crescimento cada vez maior das manifestações de ódio às minorias, do preconceito racial, da misoginia, da violência policial, do negacionismo científico, entre tantas outras tragédias que hoje acometem nosso país sob o atual (des)governo no qual nos encontramos. Depois de tudo isso, cá estamos nós, no fatídico ano de 2020. Lembramos que Tania partiu alguns meses antes do início desse ano tão difícil. Às vezes nos pegamos pensando que sua precoce partida lhe poupou de passar pela triste experiência que estamos vivenciando neste ano que se encerra de maneira tão trágica, e que isso teria sido para ela como um pouco de sorte, talvez, pensando naquela visão apaziguadora da morte como alívio ou alento.

Por outro lado, também temos que admitir que é inevitável não nos perguntarmos com certa frequência o que Tania diria sobre tudo isso que estamos vivendo, e nesses momentos sentimos como se nosso pensamento estivesse órfão dos agenciamentos que antes eram feitos com seu espírito crítico e questionador. O que Tania escreveria hoje sobre a pandemia de 2020, esse acontecimento que modificou de forma tão radical nossas vidas, nossos encontros e nosso cotidiano? O que diria de nossa tragédia atual compartilhada? O que falaria sobre os negacionistas, sobre o descaso de nosso governo, sobre os absurdos proferidos por nosso presidente? De outro lado, quais seriam hoje seus anseios e sonhos de futuro diante de tempos tão sombrios, mas que também nos forcem a pensar em outros mundos possíveis? Qual leitura faria das imagens que estamos produzindo hoje, posto que esse era seu interesse antes de sua partida? Sobre todas essas questões, resta-nos apenas a imagem de Tania discursando em suas aulas, gesticulando com seus braços inquietos, imagem essa que guardamos em nossas memórias com tanta saudade e que nos permite fabular, hoje, a partir de um exercício especulativo, o que Tania diria de tudo isso.

REFERÊNCIAS:

Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Boitempo.

Benjamin, W. (2012). Sobre o conceito de história. In *Magia e técnica, arte e política*. (pp. 241-252). Brasiliense. (Obras escolhidas vol. 1)

Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Editora 34.

Didi-Huberman, G. (2018). *Atlas ou o Gaio saber inquieto*. O olho da história, III. Ed. UFMG.

Didi-Huberman, G. (2017). *Quando as imagens tomam posição*. O olho da história, I. Ed. UFMG.

Fonseca, T. M. G. & Costa, L. B. (Orgs.). (2010). *Vidas do Fora: habitantes do silêncio*. Editora UFRGS.

Lapoujade, D. (2017). *As existências mínimas*. N-1 edições.

Pelbart, P. P. (2019). *Ensaio do assombro*. N-1 edições.

Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. N-1 edições.

Spinoza, B. (2014). *Ética*. Autêntica.

TRAVESSIAS, NARRAÇÕES DA DIFERENÇA

*Analice de Lima Palombini | Douglas Casarotto de Oliveira | Gabriela Weber Itaquy
Geovani Fachini da Silva | Ivone dos Santos, Júlia Dutra de Carvalho | Lígia Castegnaro Trevisan
Livia Zanchet | Marciana Zambillo | Paula Emília Adamy | Rafael Wolski de Oliveira
Ricardo Lugon Arantes | Sandra Maria Sales Fagundes | Scarleth Nardes | Sharyel Toebe
Thales William Borges Lindenmeyer | Thiago dos Santos Alves*

Somos um grupo de aprendizes conectados com experiências diversas. Somos pais, mães, avó, filhas, filhos; docentes da área da saúde ou implicados na formação de jovens; trabalhadores e gestores do Sistema Único de Saúde e da Saúde Mental em diferentes espaços e esferas de governo. Somos clínicos-políticos. Militamos pela saúde coletiva e por uma sociedade sem manicômios, pelo fim de todas as formas de encarceramentos — pelo cuidado, pela educação, pela vida, em liberdade. Conhecemos o manicômio e seus braços na cidade, como a Central de Psiquiatria, gigantesco ambulatório responsável pela prescrição de psicofármacos e encaminhamento para internação, a que acorriam as gentes de todo o estado, desde a ditadura até a beira dos anos 2000. Estivemos juntos no projeto São Pedro Cidadão/RS, em prol da desinstitucionalização da loucura e dos modos de cuidar. Integramos as equipes dos primeiros serviços substitutivos à lógica manicomial, os centros de atenção psicossocial e os serviços residenciais terapêuticos, inventando outros modos de cuidar. Aprendemos com a experiência de estar com os usuários desses serviços, com os usuários de álcool e outras drogas, com jovens em conflito com a lei, com imigrantes e refugiados, com pessoas vivendo com HIV. Buscamos meios de narrar o que aprendemos e o quanto há ainda por aprender.

O ingresso de estudantes negros e negras na universidade nos fez olhar para o que (quase) não víamos: o racismo estruturante do país, que não deixa de habitar em nós, em sua maioria habituados ao conforto da branquitude. O golpe de 2016 — parlamentar, jurídico, midiático, empresarial, misógeno —, aprofundado pelo golpe das eleições de 2018, expôs nossas mazelas de país-colônia e as fragilidades de nossa democracia: pano roto, de desbotado verde-amarelo, curto demais para cobrir a imensidão do povo. As formas do resistir pedem por re-existências: descolonizar saberes e fazeres, engajar-nos de outros modos em nossas lutas por democracia,

saúde coletiva, cuidado em liberdade. Re-existir exige transformar nosso pensar, nosso ensinar, nosso aprender. Espanta-nos o quanto temos a (nos) transformar.

‘Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção’ é espaço de partilha e produção de intervenções clínico-políticas e pesquisas participativas, no ponto de cruzamento entre experiência e narração, escrita de si e escrita do mundo, na relação à diferença em seu encontro com a cidade. O seu nascedouro é, ele próprio, travessia: a passagem do manicômio para a vida na cidade que uma reforma psiquiátrica antimanicomial colocou em curso no Brasil da redemocratização, no final dos anos 1980. É assim que tem surgimento o Programa de Acompanhamento Terapêutico na Rede Pública - ATnaRede, projeto de ensino, pesquisa e extensão em torno ao acompanhamento terapêutico (AT) como clínica a céu aberto, sem muro, que vai até onde vivem as pessoas a quem se dirige o seu cuidado, propondo-se a estar com elas, a acompanhar os seus cotidianos, a coabitar seus territórios existenciais. Além da oferta da modalidade clínica do AT para usuários dos serviços de saúde e da rede intersetorial, o ATnaRede, desde 1998, forma estudantes e profissionais para o cuidado em saúde mental, territorializado e em rede, conforme aos princípios do Sistema Único de Saúde; e produz conhecimento que concerne, tanto à experimentação e análise das redes operadoras do cuidado em saúde mental nos territórios em que atua, quanto à produção de pensamento sobre o acompanhamento terapêutico como tecnologia leve de cuidado, a operar junto aos territórios de vida dos usuários, voltada ao diagnóstico (situacional), ao tratamento (psicossocial), a exercícios de cidadania e autonomia. O ATnaRede é, até hoje, uma das linhas a perpassar o tecido de experiências que se tramam no Travessias (Ecker & Palombini, 2020; Palombini, 2018; Palombini & Pasini, 2017; Palombini et al., 2008; Palombini, Pasini, Brondani et al., 2019; Palombini, Pasini, Ecker et al., 2019; Rocha & Palombini, 2017; Silva et al., 2020).

Também situado no campo da atenção psicossocial e da reforma psiquiátrica, o projeto multicêntrico da Gestão Autônoma da Medicação (GAM) é outra das linhas a tramar nosso tecido. Entre os anos 2009 e 2014, em parceria estabelecida com o Canadá, elaborou-se a versão brasileira do Guia da Gestão Autônoma da Medicação (Guia GAM-BR) – instrumento a serviço dos usuários da saúde mental, que visa aumentar o seu poder de negociação a propósito de seus tratamentos medicamentosos junto aos profissionais com quem se tratam, reconhecendo o saber que advém da experiência de uso do medicamento e o direito a recusar um dado tratamento sem perda dos espaços de cuidado. A abordagem GAM desenvolveu-se nos anos 1990, no Quebec, pelos organismos comunitários — associação de serviços alternativos de saúde mental e grupos de direitos dos usuários — articulados

à universidade. Sua versão brasileira concretizou-se, por sua vez, na parceria entre universidade, associação de usuários e familiares e serviços da rede pública de saúde mental, em especial os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Diferenças entre os dois países fizeram do esforço de adaptação do Guia GAM à realidade brasileira uma experiência que não caberia mais nomear de adaptação; tratou-se, antes, da transformação do Guia originário do Quebec em um instrumento brasileiro. Era um sopro vindo do movimento estrangeiro de usuários de saúde mental, que, misturado ao calor dos nossos encontros cogestivos — entre docentes, estudantes, trabalhadores, usuários e seus familiares —, enchia-nos de coragem para afirmar em liberdade a diferença em meio à normose (Cervo, 2021; Flores et al., 2015; Marques et al., 2013; Medeiros & Palombini, 2014; Palombini, Ferrer et al., 2020; Palombini, Pasini et al., 2020; Palombini et al., 2013; Passos et al., 2013; Silveira et al., 2014; Zambillo & Palombini, 2016, 2017; Zanchet & Palombini, 2020a, 2020b; Zanchet et al., 2015).

Muitos outros fios se entrelaçam a esses, na tessitura de nossas pesquisas desde 2009. Alguns se teceram pelo direito a habitar a cidade: a experiência do Coletivo de Rádio Potência Mental (Streppel & Palombini, 2011a, 2011b); os rastros das andanças de Abel pela cidade de Viamão (Palombini & Oliveira, 2012), o dizer sobre viver, habitar, resistir de jovens da Vila Dique em processo de remoção (Kammsetzer & Palombini, 2017); a hospitalidade nos itinerários de imigrantes forçados e refugiados (Oliveira, 2018). Outros, por formas de cuidar *em e com* liberdade: as encruzilhadas da clínica, entre psicanálise e nutrição, no atendimento a crianças e seus pais em falência alimentar (Muller & Palombini, 2015); problematizações em torno à política de saúde mental e o cuidado de pessoas que usam drogas (Ximendes, 2015); a experiência da paternidade na clínica e na cultura contemporâneas (Pinho & Palombini, 2020); uma proposta linguageira para transformar o cuidado nas situações de crise (Dassoler & Palombini, 2020); as brechas para invenção de si e do mundo por parte das juventudes periféricas (Duarte, 2020). Houve os que se tramaram em torno dos aparelhos de repressão do Estado: a narrativa de mulheres encarceradas na ala fechada do presídio feminino (Leite & Palombini, 2012); a escuta e a transmissão de testemunhas de violência de Estado (Szuchman et al., 2019). Há, ainda, aqueles que se voltaram aos processos de formação: intervenções riso-clínicas entre palhaços e trabalhadores na educação permanente em saúde (Barboza, 2016); tramas entre políticas públicas, juventudes, relações étnico-raciais e formação em psicologia (Carvalho, 2017). Finalmente, tramou-se, também, em torno de imagens da vida danificada, em ensaios sobre cinema (Fagundes et al., 2012).

Há fios se tecendo ainda. Em sua maioria, seguem enlaçados às experiências que concernem ao campo da saúde, na atenção psicossocial e na garantia de direitos: em torno da relação entre cidade e subjetividade em tempos pandêmicos; em testemunhos de violência de Estado; na escuta do que contam usuários de drogas, ilícitas ou não,

sobre formas do viver; na articulação entre redução de danos ou pessoas vivendo com HIV e gestão autônoma da medicação; na tomada de decisão por interromper o uso de psicofármacos; no ouvir de vozes como fenômeno alheio às tradições indígenas e africanas; em pistas dos encontros e desencontros entre as lutas do campo da saúde mental e das deficiências, na escuta de mulheres em situação de rua; nos atravessamentos coloniais na escuta em saúde mental. Outros fios virão tramar-se a estes no porvir.

Na tessitura de nossas travessias, obramos pontes para atravessar fronteiras. Tecemos redes com as linhas da pesquisa e da extensão (pesquisa-intervenção) em universidades desde o Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina até o interior do Rio Grande do Sul. Criamos laços de trabalho e pesquisa com Canadá, Espanha, França e Portugal.

O trabalho clínico e investigativo que realizamos nos coloca em contato com uma teia complexa de relações – entre pessoas, lugares, objetos –, espaços e temporalidades múltiplos, constitutivos da subjetividade. Essa complexidade e a incompletude dos saberes que buscam abarcá-la nos lançam à conversa em roda com interlocutores de uma multiplicidade de campos: saúde coletiva, psicanálise, reforma psiquiátrica, cartografia, pesquisa narrativa. Nos últimos anos, aos velhos amigos europeus — Freud, Lacan, Benjamin, Foucault, Deleuze-Guattari —, vieram juntar-se outros, a interrogar nosso colonialismo, nosso racismo, nossa branquitude. Butler, Fanon, M'Bembe, Grada Kilomba, bell hooks, vieram de alhures com este fim. Outras são desta terra: Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Lélia Gonzalez, Neuza Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira, assim como Rachel de Gouveia Passos e Emiliano de Camargo David. A literatura e o cinema também entraram na roda. Da literatura, chegam-nos Ruben Fonseca e sua arte de andar pelas ruas do Rio de Janeiro; Ana Maria Gonçalves e a história de um defeito de cor; Conceição Evaristo e suas escrituras; Svetlana Alexijevich e as memórias da guerra sem rosto de mulher. Do cinema documentário, Eduardo Coutinho e Petra Costa.

Em nossas travessias, ao percorrer o chão de territórios habitados por outros, nas estranhezas do encontro com a diferença, não temos a pretensão de dar voz a ninguém. Tomara que sejamos capazes de dar ouvidos¹ e que as vozes que escutamos ressoem em nossos tímpanos.

1 Cf. Franciroy Campos, durante entrevista ao Programa Cai Na Roda, da TV GGN, em 22 de maio de 2021, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yEf0w65TxWA>.

Ela chegou para atendimento carregando uma bolsa com todos os seus pertences de vida. Entre eles, um livro. Perguntei sobre o livro, ela me falou que era sobre filosofia e leu vários trechos para mim. Contou que iniciou o curso de filosofia há muito tempo, estudando por um ano e meio. Pedagogia, estudou por mais um ano. Abandonou quando começou a fazer uso do *crack* de forma mais intensa, mas nada a fez abandonar o cuidado com as filhas. Pagou a faculdade de direito da filha mais velha fazendo *shows* de *streaptease*. Já a filha mais nova teve apoio dos avós. Me mostrou seu caderno, onde anota o valor do benefício que recebe e contabiliza todos os seus gastos. Falei para ela sobre o projeto de pesquisa, do qual aceitou participar, e mostrei-lhe onde escrever seu nome e assinar: “*Pode deixar que eu sei onde assinar, comecei duas faculdades, né, minha filha?*” Ela me explicava que é preciso ter uma grande organização para sobreviver na rua por muito tempo. Eu concordei. Mulher negra, em situação de rua, faz seu acompanhamento de HIV com algumas dificuldades, mas se encontra com carga viral indetectável e demonstra bastante implicação com esse cuidado! Escutei sobre a rua, não como falta, mas como uma grande potência de vida.

No dia em que Maurício², homem, gay, branco, recebeu o diagnóstico de HIV, ficou muito abalado. Estava com seu ex-companheiro, cujo resultado deu negativo, e os dois se abraçaram, demoradamente. Chamei-o para atendimento e ele pediu que o companheiro ficasse junto. Conversei longamente sobre o quanto receber um diagnóstico de HIV hoje não é mais o mesmo que há 30 anos atrás. Falamos sobre prevenção combinada, sobre diferença de HIV e *aids*, importância do tratamento e da carga viral indetectável, intransmissível para o HIV. Duas semanas depois, ele retornou. Dizia achar que as pessoas o olhavam diferente, demorava horas no banho para tentar se lavar, sentia que era uma bomba de contaminação e que as pessoas teriam nojo dele. Perguntei sobre o seu nojo, e ele pôs-se a chorar muito e a falar das suas dificuldades em relação ao diagnóstico. Falamos sobre a importância de quebrar nossos próprios estigmas. Queria saber se teria problemas em seguir a vida normal e se nunca mais iria poder beber ou usar alguma substância por causa do tratamento. Falei sobre a importância do tratamento, independente do uso de álcool e outras drogas e mostrei a ele um *site*, onde se pode relacionar as medicações com qualquer outra medicação ou outras drogas para conhecer as interações medicamentosas e, dessa forma, decidir sobre o uso ou não

2 Este e os demais nomes constantes nas narrativas são fictícios.

com maior apropriação. Ao final, me pediu indicação de um grupo, algum espaço onde pudesse conversar com pessoas também vivendo com HIV, com quem pudesse trocar. Indiquei o grupo do serviço, que se encontra semanalmente de modo virtual.

**O nome foi trocado para manter a identidade em sigilo.*

Por Paula Adamy

O tão esperado dia chegou. Vesti as roupas mais coloridas que eu tinha para representar o *hippie*. Entrei no personagem antes de sair de casa. Estava me sentindo engraçado e surpreendentemente confiante.

Tive dificuldade em encontrar o tal hotel. Grande. Luxuoso. Tive medo de ser barrado na entrada. Mas o medo durou só alguns segundos porque encontrei dois colegas fumando. Abracei-os e pedi um cigarro. Eles logo me contaram a triste novidade: as duas colegas que estavam se estranhando há um tempo haviam brigado na porta do hotel. Os membros do grupo estavam cabisbaixos e convencidos de que não haveria como apresentar. Morreríamos na praia. Não entendia muito bem os fatos nem os afetos. Decidi esperar. O auditório em nossa frente estava aberto e aos poucos as pessoas começaram a chegar. Um dos organizadores avisou que poderíamos ter acesso ao camarim.

Camarim? Todos sorriram contentes. Ninguém sabia que teria uma coisa daquelas. O conflito magicamente encontrou uma trégua. Entramos em uma sala ampla. Foi somente ali que pude me dar conta do trabalho das colegas. Algumas delas já estavam caracterizadas com seus personagens. Uma vestida de anjo, outra de demônio. Elas haviam confeccionado garfo, capa e rabo, remontando a representação dos desenhos animados. Outra trouxe vários lenços. Ela deu a ideia de que todos usássemos um para compor no momento da dança com todos os membros da rede afetiva da protagonista. Um tanto desajeitados e tomados pelo afeto do conflito que se dissipou, executamos o último ensaio.

Uma nova angústia apareceu. A colega que anteriormente havia caído em uma crise no CAPS dizia que estava muito nervosa e com medo de que isso fosse acontecer no meio do palco, na frente de todo mundo. Imediatamente, as outras colegas passaram a acalmá-la, dizendo que, se isso acontecesse, haveria muitas pessoas para cuidar dela e que poderíamos aproveitar isso como um movimento da própria apresentação. Eu

não disse nada, mas fiquei nervoso também. Não tinha como saber as proporções dos efeitos de um negócio daqueles mesmo em quem não havia sofrido tanto na vida, como era o meu caso. Antes que pudesse ponderar por mais tempo, tiramos uma foto juntos. Estava na hora. O grupo GAM/Teatro do CAPS Prado Veppo faria sua apresentação. Em cena, a peça autoral “*Entre a seringa e a flor*”, história de uma ouvidora de vozes que, em sofrimento, se vê entre dois modos de cuidado, um manicomial e outro em liberdade.

Fim da peça. Aplausos. Agradecemos timidamente ao público. Rapidamente saímos do palco. Fui direto para a mesa com as águas. Precisava beber algo. Quando olhei para trás, um susto: alguém deitada no chão. Rapidamente as organizadoras do evento foram até nós. Algumas colegas disseram que estava tudo bem, que sabiam como lidar com aquilo. Eu confirmei, acrescentando que isso não era novidade, que ela iria se recuperar logo. Disse com apreensão. Minhas pernas tremiam, tentei não transparecer preocupação excessiva. Outra colega surgiu com um copo de água. Anunciou com uma piscadela que havia colocado medicamento. Alguém dizia para a caída que tudo iria ficar bem, que ela conseguiu, atuou na frente de muita gente, fez um ótimo trabalho. Tensão no ar. Outra contou que ela já estava passando mal no palco, mas que foi segurada, postergando o desmaio para o camarim. Eu novamente só observando o acontecimento, impressionado com a calma do grupo, com a força do apoio entre pares. Aos poucos ela foi voltando. Bebeu a água, sentou, levantou. Uma segunda onda de aplausos. “Eu consegui!”, dizia ela repetidamente. Até as organizadoras do evento, que sabiam da missa a metade, se emocionaram com a cena.

Por Thales William Borges Lindenmeyer

Várias vezes eu fui abordado quando tava chegando em casa, “que que tu faz por aqui?”, “Eu moro aqui”, “onde tu mora?”, “moro ali”, mas outros já mandam botar a mão na parede, a mão na cabeça, vagabundo, vem chutando o cara e tudo porque a gente mora lá e porque é negro. Aí se tá no centro vão fazer a mesma coisa porque daí não é um local apropriado pra ti e tu tem aquela característica de suspeito. Se tá aqui, tá pra roubar, não mora aqui. [...] Porque ele faz a interpretação, se o cara é rico e tá com droga, a mesma quantidade de droga do que eu que sou

pobre e preto, eu vou ser enquadrado como traficante, ele não porque ele tem condições de comprar a droga e não precisa traficar. Daí, ele é consumidor. Esse é o balanço. Ele é classe média e branco, então ele não precisa tá traficando a droga, deve ser pra consumo. Eu digo “não, a minha é pra consumir” “como assim? Tu é pobre, pra consumir... tu tem essa aí pra comercializar, pra poder fazer mais pra ti” (Homem, negro, 56 anos, ensino fundamental completo).

Fragmento de narrativa colhida por Rafael Wolski de Oliveira

Há quem diga que Alfredo não falava muito. Seu jeito de proferir as palavras, às vezes, parecia inteligível para aqueles que esperavam uma voz ativa de quem grita sobre muros a nitidez de sua existência. Há uma surdez à palavra inenarrável, uma surdez ao silêncio proferido. Alfredo era um homem de estatura média, com uma idade que chegava aos cinquenta anos. Tinha um corpo delgado, cabelos finos e acinzentado. Sua pele era clara e continha algumas rugas do tempo. Não gostava de deixar sua barba e sempre estava com o rosto ao vento. Carregava consigo uma maleta preta, com o couro desgastado, onde transportava um livro antigo, quinquilharias e parafernálias para uso de seu tabaco. Ao seu lado, empurrava uma pequena bicicleta vermelha, na qual não ousava subir, apenas a levava em suas caminhadas até o CAPS.

Alfredo participava de um coletivo de usuários do CAPS, que se reunia para debater temas sobre uso de suas medicações, assim como outras questões relacionadas às suas vidas. Era um grupo com alguns anos de existência, que toda quinta-feira fazia o seu encontro usual. Foi assim que conheci Alfredo.

O coletivo se reunia esporadicamente com grupos de outros lugares na cidade de Porto Alegre, para, então, compartilharem suas experiências. Assim foi naquele dia de dezembro. Viajamos de trem. Uma viagem de 50 minutos, passando pelas geografias das cidades vizinhas da capital do Rio Grande do Sul. Calor excessivo, em um vagão sem ar condicionado. As janelas abertas nos sufocavam com o ar quente de um verão por vir, misturado com os óleos profundos e ardentes exalados pela máquina. Os assentos estavam quase todos ocupados, restando apenas para alguns viajantes. Alfredo e eu viajamos de pé.

Em nossa companhia estavam Joana e Gislaïne, também integrantes deste coletivo. Joana é uma mulher de estatura baixa, cabelo grosso e preto, com uma gargalhada que acolhe a todos que estão à sua volta. Tem a pele clara e sua idade chega aos cinquenta e cinco anos. Joana usa grandes óculos escuros, marcando sua presença forte, que busca sempre mostrar a que veio. Joana não mede as palavras para dizer aquilo que acha não ser justo e sua indignação se apresenta como arma, que resplandece sua força. Nos sentimos seguros com Joana. O problema é Joana sentir-se segura com as pessoas, pois sempre há aqueles que tentam lhe silenciar e deixam de ouvir suas palavras de revolta.

Gislaïne é uma mulher miúda, estatura baixa, que usa seu cabelo bem curto. Tem a pele negra, com um brilho que reluz sua grandeza para além de seu tamanho. Sua idade completa os cinquenta anos. Não é idosa, porém muito dependente em suas atividades. Vive uma vida na condição de “doente”, segundo sua família a considera. Tinha um sentimento apazível ao andar agarrada aos braços de um homem, e, nesse dia, meus braços se fizeram de empréstimo para que andássemos sorridentes pelas ruas.

Andávamos em bando no centro da capital numa tarde ensolarada e quente, explorando bancas de revistas. É que Joana queria comprar cartões de natal para seus familiares. Paramos em uma dessas pequenas bancas com paredes de metal, onde o vendedor, escondido atrás de uma grande quantidade de produtos, assistia a uma televisão minúscula com imagens em preto e branco. Havia jornais, todo tipo de revista, cartões, gibis, balas e água com gás. Joana comprou um cartão para cada familiar que lhe provocava uma lembrança. Logo seguimos o caminho.

Gislaïne vinha junto, braços dados comigo, toda vaidosa. Súbito tropeça, o salto de seu sapato descola. Alfredo, vestido com seu sobretudo absurdamente quente, foi o primeiro a notar a situação. “Olha ali, uma sapataria!”, apontou, mobilizando o bando todo na incursão ao conserto do sapato de Gislaïne.

A sapataria era quase não visível. Uma sala estreita que continha um grande balcão, atrás do qual ficava Rubens, entre prateleiras de metal com diversos sapatos de longos anos e um cheiro forte de cola. Rubens era um homem alto, tinha um sorriso de canto de boca e em suas mãos lhe faltavam as pontas dos dedos. Era calvo, quase nenhum fio de cabelo em sua cabeça. Usava um óculos que caía abaixo dos olhos e tinha um pouco de graxa nas mãos. Uma simpatia não óbvia, porém, acolhedora. Nos contara que estava ali naquele pequeno espaço há mais de vinte anos e que seguira os passos de seu pai, também sapateiro. Enquanto adaptava

pequenas tarraxas para prender o salto de Gislaïne, fumava um cigarro, o que incentivou Joana a lhe pedir fogo. Não nos custou nada, Rubens, o sapateiro, fez de graça. Logo, seguimos o caminho.

Por Geovani Fachini da Silva

João chegou para atendimento e logo falou: você sabe que eu sou morador de rua, né?! Um dia eu durmo na igreja, logo dizem que não posso ficar lá. Outro dia fico na praça, mas logo também me mandam embora... agora durmo no campão, lá tá sujo, cheio de merda, mas é o único lugar que dá para ficar. Eu tinha que limpar lá, mas não tenho mais força! Tô doente! A senhora sabe que eu tenho hepatite? Aids não! Peguei hepatite das comidas que eu pegava do lixo. Pegava torta, botava as formigas pro lado e comia... sinto meu fígado grande, doendo, tô doente! Não tenho força! Eu sou sozinho. Tenho uma filha, mas ela não gosta de mim. Não vou mentir! Eu uso drogas, peguei vício. Eu uso *crack e cocaína*. *Isto quando consigo fazer algum bico e ganhar algum dinheiro. Uso álcool! Comecei a usar há 16 anos e não consegui mais parar. Já me internei três vezes e não adianta! É difícil não tomar banho, tem dias que nem eu me aguento.* Tu sabe que o homem pode feder mais que um morto?... No tempo que puxei cadeia li muita filosofia. Penso muita coisa...como fui parar assim?

João buscava encaminhamento para acessar a cozinha comunitário do bairro. Conversamos sobre os demais serviços que envolviam os cuidados em saúde, saúde mental e assistência social, além da possibilidade de pernoitar em albergue. Ele disse que tinha fome. Agradeceu inúmeras vezes por poder acessar um direito básico. Antes de ir embora, recitou com veemência dois versos sobre liberdade.

Por Gabriela Weber Itaquy

Era manhã de sexta-feira, março de 2021. A pandemia do covid-19 no Brasil encontrava-se num pico, com mais de 4.000 mortes diárias e com o sistema de saúde colapsado. No RS, a situação exigiu instauração de bandeira preta, que significava um incremento das medidas restritivas, para evitar a circulação de pessoas. No CAPS AD, porém, como

afirmação de nosso papel como serviço de saúde, ocupávamo-nos da reinvenção do papel da atenção psicossocial nesse contexto, o que, dentre outras frentes de trabalho, demandava da equipe uma reorganização das atividades coletivas, grupos e oficinas.

Então, naquela manhã, tentávamos aprender a operar uma oficina de serigrafia. Não havia usuários do serviço no encontro, provavelmente em função das medidas exigindo a redução da circulação de pessoas nas ruas. Estávamos em dois trabalhadores e dois jovens que não eram “usuários do CAPS”, mas, sim, integrantes do Movimento de Ocupação da Vila Resistência, que apoiavam a criação da oficina ofertando seus saberes de serigrafistas. Eles se aproximaram do CAPS a partir das redes territoriais já construídas e alimentadas pelo serviço. Mas, não era exclusivamente por esses saberes que sua conexão com o CAPS se dava.

No encontro, as conversas circulavam em torno das necessidades da vida na periferia e das pessoas que frequentavam o CAPS, dos tempos de Covid e sobre as experiências com o trabalho e as perspectivas sobre essa parceria com o CAPS em uma iniciativa de geração de trabalho e renda. Um dos jovens relatou que talvez não pudesse estar lá nas sextas-feiras, caso conseguisse um bico de trabalho no dia. Outro relatou a forma como conseguia camisetas de boa qualidade para realizar a serigrafia, garimpendo-as em brechós da cidade. O trabalho e as trocas seguiam, embalados pela música em nosso celular. Numa conversa sobre as músicas, quando tocava um RAP, um dos jovens contou que gostava de escutar as músicas para lembrar-se de suas lutas. Sua fala gerou um breve silêncio, enquanto a música tocava. Silêncio que dizia sobre uma das principais aprendizagens da manhã, bem como explicitava o que nos unia naquele encontro.

Por Douglas Casarotto de Oliveira

Em agosto de 2020, um jovem entregador de *delivery* foi vítima da violência racial promovida por um homem branco, o qual, após o ocorrido, foi declarado doente mental. Em 22 de julho, marmitas envenenadas foram distribuídas a moradores de rua em Itapevi/SP, causando a morte de dois deles. Hoje, às 23h00 de um domingo frio e chuvoso, o que eu mais ouço são dois barulhos: das teles e dos sacos plásticos e das latas sendo retiradas dos lixos.

Pessoas reciclam desde as 07h00 da manhã, todos os dias, e, se não fosse a pandemia, eu não estaria olhando para tal realidade, na mesma

intensidade. Me questiono como o CAPS AD poderia reconhecer esse hábito comum entre pessoas que estão em busca de uma renda, ser ponte e elo de cuidado. No entanto, não nos tornamos capazes de dialogar e acolher uma verdade em tempos tão virulentos, a daqueles que perfazem a travessia entre as lixeiras em meio à pandemia. Temos usuários que reciclam, temos usuários que fazem entregas, e nesse ponto está tudo bem. O que me afeta são as famílias que estão despotencializadas de laços institucionais ligados ao cuidado, à rede de atenção e assistência. Penso nas refeições que o CAPS tem e que poderiam ser liberadas a quem necessita neste momento.

Observo e absorvo um contexto que expõe a ferida perpetuada pelo capitalismo. Pessoas reciclam os restos daquilo que foi comprado pelo delivery. Pessoas nas ruas, em meio à necessidade de sobreviver, fazem o que podem sob condições iníquas de vida. Onde e como alcançaremos uma sociedade possível, a do “reciclar, reduzir e reutilizar”, tão importantes para a continuidade da vida? Como podemos transformar realidades sem reconhecer aqueles que estão debaixo das pontes invisíveis da miséria e da precariedade do trabalho? Pontes que, imaginariamente, são temas políticos de pouca expressão. Abismos cotidianos servem à manutenção das latas de lixo e das caixas de compartimentação das refeições prontas. Depois de tanto refletir, me questiono: o que a Redução de Danos teria a ver com isso?

Por Thiago dos Santos Alves

REFERÊNCIAS

- Barboza, R. P.** (2016). *Intervenções Riso-Clinicas: entre palhaços e trabalhadores na educação permanente em saúde mental* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre/RS].
- Carvalho, J. D.** (2017). *Cadernos Negros: tramas entre políticas públicas, juventudes, relações étnico-raciais e formação em psicologia* [Tese de Doutorado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre/RS].
- Cervo, M. R.** (2021). Modos de narrar a experiência de pesquisar com crianças na atenção psicossocial. In R. B. Ceccim & C. R. Freitas (Orgs.), *Fármacos, remédios, medicamentos. O que a Educação tem com isso?* (pp. 101-120). Rede Unida.
- Dassoler, V. A & Palombini, A. L.** (2020). Atenção à crise na contemporaneidade: desafios à Reforma Psiquiátrica Brasileira. *Saúde em Debate* (Rio de Janeiro), 44(3), 278-291. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-11042020E323>
- Duarte, A. E.** (2020). *Narrativas inventivas com juventudes periféricas* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre/RS].
- Ecker, D. D. & Palombini, A. L.** (2020). La complejidad de los derechos sociales en la clínica en psicología. Factores materiales, singulares y multidimensionales. *Pensando Psicología* (Bogotá), 16(2), 1-28. <https://doi.org/10.16925/2382-3984.2020.02.01>
- Fagundes, A. B., Palombini, A. L., & Baptista, L. A. S.** (2012). Imagens da modernidade: a estetização da vida danificada no cinema moderno. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* (São João del-Rei), 7(1), 112-120. https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume7_n1/Fagundes_et_al.pdf
- Flores, A. A., Muhammad, A. H., Conceição, A. P., Nogueira, A., Palombini, A. L., Marques, C. C. E., Passos, E. H. et al.** (2015). A experiência da produção de saber no encontro entre pesquisadores e usuários de serviços públicos de saúde mental: a construção do Guia Gam brasileiro. *Caderno HumanizaSUS do Ministério da Saúde*, 5(1), 257-275. <https://repositorio.observatoriodocuidado.org/handle/handle/1762>
- Kammsetzer, C. S. & Palombini, A. L.** (2017). Território e Subjetividade: narrativas de jovens em uma remoção urbana *Fractal: Revista de Psicologia* (Niterói), 29(3), 280-287. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i3/1427>
- Leite, M. P. V. & Palombini, A. L.** (2012). O castelo cor-de-rosa e as pr(inc)esas da B4. *Mnemosine* (Rio de Janeiro), 8(2), 96-121. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41560>
- Marques, C. C., Palombini, A. L., Passos, E., & Onocko-Campos, R. T.** (2013). Sobre mudar de lugar e produzir diferenças – A voz dos usuários de serviços públicos de saúde mental. *Mnemosine* (Rio de Janeiro), 9(1), 106-126. <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/paganex/cecilia2013sobremudardelugar.pdf>
- Medeiros, R. G. & Palombini, A. L.** (2014). Entre prescrições e ilícitudes, promovendo saúde mental: uma análise das contribuições da pesquisa Gestão Autônoma da Medicação In *Crack e outras drogas: múltiplas facetas do cuidado em saúde mental* (1 ed. pp. 174-205). UPF Editora.

- Muller, C. O. & Palombini, A. L.** (2015). Entre bebês, abismos e fantasmas: narrativas para pensar a relação entre clínica e saúde coletiva. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* (São Paulo), 18(2), 292-306. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2015v18n2p292.8>
- Oliveira, G. C.** (2018). *Da hospitalidade nos itinerários de imigrantes forçados e refugiados no Brasil* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre/RS].
- Palombini, A. L.** (2018). 25 anos depois, um pouco da estrada em que fiz meu chão: acompanhamento terapêutico e reforma psiquiátrica. In *25 anos da lei da reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul* (1a ed., pp. 245-261). Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- Palombini, A. L., Ferrer, A. L., Oliveira, D. C., Trevisan, L. C., & Adamy, P. E.** (2021). O que pode a Gestão Autônoma da Medicação? Protagonismo e transformação das práticas de cuidado em saúde. In R. Ceccim & C. Freitas (Orgs.), *Fármacos, remédios, medicamentos. O que a Educação tem com isso?* (pp. 101-120). Rede Unida.
- Palombini, A. L. & Pasini, V. L.** (2017). As redes e os muros da cidade: andanças no acompanhamento terapêutico. In M. Belloc, K. Cabral, A. Palombini, R. Oliveira, & S. Tinoco (Orgs.), *Além dos muros. Acompanhamento Terapêutico como Política Pública de Saúde Mental e Direitos Humanos* (1a ed., pp. 56-67). Rede Unida.
- Palombini, A. L., Pasini, V. L., Brondani A. C., Guerra S. Z., & Ecker D. D.** (2019) *Acompanhamento terapêutico, universidade e políticas públicas: rede de conversações* (1a ed., pp. 85). Rede Unida.
- Palombini A. L., Pasini V. L., Ecker D. D., Castro L., Silveira J. S., Schreiner L., & Guerra S. Z.** (2019). Acompanhamento terapêutico: uma clínica em rede. Sustentando a vida entre precariedades e riscos. In R. Onocko-Campos & B. Emerich (Orgs.), *Saúde Loucura 10* (1a ed., pp. 91-114.). Hucitec.
- Palombini, A. L., Jover, E. R., Richter, E. P., Mesquita, J. L. R., Cabral, K. V., Benevides, L. G., Belloc, M. M., Severo, B. R., Silva, M. C. C., Raymundo, M. B., Sibemberg, N., Machado, P. S., Kasper, S. G., & Freitas, V. T. B.** (2008). *Acompanhamento Terapêutico na Rede Pública: a clínica em movimento* (2a ed.). UFRGS.
- Palombini, A. L., Pasini, V., Zanchet, L., Bongiovanni, J., Zambillo, M., Guerra, S. Z., Oliveira Neto, A. B., & Ehlers, L. P.** (2020). Autonomia e Exercício de Direitos na Experiência da Gestão Autônoma da Medicação. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 40(1), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190411>
- Palombini, A. L., Ferrer, A. L., Oliveira, D. C., Rombaldi, J. A., Azambuja, M. A., Pasini, V. L., & Saldanha, O. M. F. L.** (2020). Produção de Grupalidade e Exercícios de Autonomia na GAM: a Experiência do Rio Grande do Sul. *Polis e Psique* (Porto Alegre), 10(2), 53-75. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.104142>
- Palombini, A. L. & Oliveira, R. W.** (2012). Andanças: artes de habitar uma cidade. In L. Baptista & M. Ferreira (Orgs.), *Por que a cidade? Escritos sobre experiência urbana e subjetividade* (1ª ed., pp. 83-103). Eduff.
- Palombini, A. L., Onocko Campos, R. T., Silveira, M., Gonçalves, L. L. M., Zanchet, L., Xavier, M. A. Z., & Marques, C. C. E.** (2013) Relações entre pesquisa e clínica em estudos em gestão com usuários de saúde mental. *Ciência e Saúde Coletiva*, 18(1), 2899-2908.

- Passos, E., Palombini, A. L., Onocko Campos, R. T., Melo, J., Maggi, P. M., Marques, C. C. E., Zanchet, L., Cervo, M. R., & Emerich, B. F.** (2013). Autonomia e cogestão na prática em saúde mental: o dispositivo da gestão autônoma da medicação. *Aletheia* (ULBRA-Canoas), 41, 24-38. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000200003&lng=pt&tlng=pt
- Pinho, G. S. & Palombini, A. L.** (2020). Identidade de gênero e parentalidade. In J. Stona (Org.), *Relações de gênero e escuta clínica* (1a ed., pp. 175-192). Devires.
- Rocha, L. P. & Palombini, A. L.** (2017). A clínica do Acompanhamento Terapêutico como pesquisa psicanalítica: uma escrita compartilhada entre vários. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica* (Rio de Janeiro), 20(3), 732-742. <https://doi.org/10.1590/1809-44142017003012>
- Silva, L. G., Pasini, V. L., Marques, S. E., & Palombini, A. L.** (2020). Costuras Teórico-Clínicas no Acompanhamento Terapêutico: Um Percurso com Areta. In H. Nardi, R. Silveira, L. Silva, & L. Rodrigues (Orgs.), *Psicologia e relações raciais: um percurso em construção* (1a ed. pp. 85-98). ABRAPSO Editora.
- Silveira, M., Palombini, A. L., & Moraes, M.** (2014). EscreverCOM: uma experiência ético-política de pesquisa. *Mnemosine* (Rio de Janeiro), 10(1), 2-22. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41638>
- Streppel, F. F. & Palombini, A. L.** (2011a). O lado avesso da extensão: universidade e sociedade (quem é o outro da relação?). Por uma pesquisa-intensão. *Polis e Psique* (Porto Alegre), 5(2), 150-170. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.53947>
- Streppel, F. F. & Palombini, A. L.** (2011b). Devir-loucura no rádio: uma experiência em saúde mental. *Fractal: Revista de Psicologia* (Niterói), 23(3), 501-522. <https://periodicos.ufr.br/fractal/article/view/4864>
- Szuchman, K. S., Lazzarotto, G. D. R., & Palombini, A. L.** (2019). Construção de testemunhos de violência de Estado: Exercício político da formação em psicologia. *Revista de Psicologia Política* (São Paulo), 19(46), 422-434. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300004&lng=pt&tlng=pt
- Ximendes, A. M. C.** (2015). *Da relação entre a política de saúde mental e o cuidado de pessoas que usam drogas: problematizações* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Zambillo, M. & Palombini, A. L.** (2016). Laboratório in vita: autonomias em ato em saúde mental. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*, 8(18). <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69425>
- Zambillo, M. & Palombini, A. L.** (2017). Autonomias errantes: Processos de autonomização em saúde mental. *Estudos de Psicologia* (Natal), 22(1), 78-88. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20170009>
- Zanchet, L. & Palombini, A. L.** (2020a). A noção de experiência na GAM brasileira: relações raciais e subalternidades. *Polis e Psique* (Porto Alegre), 10(2), 33-52. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.104026>

Zanchet, L. & Palombini, A. L.

(2020b). Os diferentes empregos da palavra experiência nas publicações sobre a Gestão Autônoma da Medicação no Brasil. *Mnemosine* (Rio de Janeiro), 16(2), 256-275. <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2020.57664>

Zanchet, L., Palombini, A. L., &

Yasui, S. (2015). Receituário Mais que Especial: uma intervenção urbana para pensar arte e pesquisa no contexto da Reforma Psiquiátrica. *Interface* (Botucatu), 19(55), 1039-1050. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622014.0594>

SUL - SUBJETIVIDADES E SABERES ANTICOLONIAIS

Rosane Azevedo Neves da Silva | Ademiel Sant'Anna Júnior | Caroline Rodrigues Ferreira
Dinaê Espíndola Martins | Glaucia Maria Dias Fontoura | Paula Santos Flores
Raquel de Oliveira Guerreiro | Rejane Pafêj Kanhgág | Renata Flores Trepte
Simone Alves de Almeida | Tiago Rodrigues da Costa

Experimentamos um esgotamento do mundo que nos força a pensar diferentemente do que se pensava até então. A pandemia escancarou uma crise permanente, na qual já estávamos imersos, exacerbando desigualdades e injustiças e movimentando as placas tectônicas onde os fundamentos das nossas epistemes se assentavam. Como cartografar essa experiência contemporânea de um esgotamento não só da natureza, mas dos modos de ser e habitar o mundo? Que reverberações esse esgotamento produz no campo da psicologia social contemporânea? Como operar com as ferramentas da crítica e da diferença para agir nos tempos extremos e inimagináveis que experimentamos?

A aposta desse coletivo de pesquisa que nomeamos SuL passa pela afirmação de um *ethos* anticolonial que toma o SuL como lugar epistêmico e existencial (Santos & Meneses, 2009). Esse lugar não remete a uma localização geográfica ou coordenada espacial, mas a um plano intensivo que acolhe a radical diferença do mundo. A diferença sempre foi aniquilada pelo projeto moderno/colonial cujas narrativas produzem uma violência epistêmica e ontológica que se expressa na desqualificação dos saberes originários e na desumanização daqueles que não correspondem ao espelho do colonizador.

Romper com as colonialidades do saber, do poder e do ser consiste em produzir um deslocamento na direção de outros modos de conhecer e habitar o mundo, desmontando as engrenagens do projeto moderno/colonial.

A seguir, compartilhamos as recentes experimentações desse coletivo de pesquisantes.

SUL - SUBJETIVIDADES E SABERES ANTICOLONIAIS

Não nos reconhecemos por temática ou autores-mestres de referência, não formamos um coletivo que pesquisa o mesmo objeto ou tem como coincidência

um campo problemático. No coração da nossa comuna, procuramos operar em uma perspectiva ético-política da produção de conhecimento e apostar na problematização como método de pesquisa. Entendemos como nosso comum a diferença, a afirmação do múltiplo como estratégia de produção de novos modos de conhecer e habitar o mundo; e como não basta dizer “Viva o múltiplo”, pois o desafio é produzi-lo, nos propomos ao exercício conjunto da produção de um ato de pesquisar não como algo em comum, mas em comuna.

Declarar a comuna é, a cada vez, fazer o tempo histórico perder as estribeiras, abrir brechas no *continuum* desesperante das submissões, no encadeamento sem razão dos dias, na triste luta de cada um por sua própria sobrevivência. Declarar a Comuna é consentir em se ligar. Nada mais será como antes. (Comitê Invisível, 2016, p. 239)

Pesquisas se atravessam e incidem na ruptura do desejo colonial por meio de diferentes entradas e saídas. Procuramos também dar corpo à comuna: que seu coração

seja aquilo que lhe escapa, aquilo que a atravessa, algo que ela jamais pode se apropriar. As coisas comuns eram o oceano, a atmosfera, os templos, aquilo que ninguém pode se apropriar enquanto tal; podem monopolizar alguns litros de água do mar, uma parcela da costa ou as pedras do templo, mas não o mar enquanto tal, não o sagrado. (Comitê Invisível, 2016, p. 245)

Somos uma comuna de pesquisantes que toma o *corpus* teórico e conceitual da decolonialidade como estratégia para afirmar subjetividades e saberes que rompem com a colonialidade inerente aos processos de subjetivação e de produção de conhecimento forjados numa lógica capitalística. De acordo com Maldonado-Torres (2020), a colonialidade ou modernidade/colonialidade emerge com a invasão do Novo Mundo e com as formas de escravização que ergueram e sustentaram os territórios coloniais. Trata-se de uma racionalidade global de desumanização que opera para além dos períodos históricos de colonização. Mesmo com a independência das colônias, o pensamento e as práticas coloniais continuam vigentes. Na direção contrária a isso, a decolonialidade se coloca como uma luta de enfrentamento à “lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (Maldonado-Torres, 2020, p. 36), na busca de uma saída por meio da afirmação de mundos para além daquele dito “civilizado” que a modernidade instituiu.

O giro decolonial implica uma atitude crítica frente aos saberes, poderes e modos de ser impostos pela colonialidade que conduziram ao apagamento de outros modos de conhecer e de habitar o mundo. Cabe salientar que movimen-

tos de resistência e luta anticolonial contra esse sistema de dominação sempre existiram e atualmente tensionam os saberes coloniais nos modos de produção de conhecimento, sobretudo nos espaços acadêmicos.

Para romper com essa engrenagem colonial, é preciso compreender os dispositivos que a movem. O dispositivo da racialidade (Carneiro, 2005) é estruturante da colonialidade e opera naturalizando uma suposta supremacia de um grupo social em relação a outros, forjando e mantendo relações profundamente assimétricas, discriminatórias e desiguais. Tal dispositivo invisibiliza a racialização do colonizador, de forma que a subjetividade e o saber colonial não se reconhecem como produções hegemonicamente brancas. Nessa direção, Grada Kilomba (2019) indica que a branquitude é uma identidade dependente, que se afirma por meio da negação do que ela chama de outra/o. A discriminação institui uma diferenciação hierarquizada, que inclui no lugar de outra/os aqueles que desviam da normatividade colonial. O silêncio sobre os lugares e práticas da branquitude acaba por legitimar a supremacia branca nas dimensões econômica, política e social (Bento, 2014), se denominando referência e outrificando as demais subjetividades.

Para Frantz Fanon (2008), homens e mulheres negras são colocados na “zona do não ser”, expressando uma concepção universal de ser humano que é destinada apenas aos brancos. O racismo será o alicerce desse sistema hierárquico que reparte a humanidade entre inferiores e superiores através de algumas marcas. No caso brasileiro, essa marca está estabelecida pela cor da pele. Portanto, reconhecemos que a sociabilidade brasileira tem no racismo sua base estrutural (Passos, 2020, p. 117).

Além da racialidade, a máquina colonial também se organiza em torno de questões de gênero, classe, sexualidade, deficiência e outros marcadores sociais da diferença. O sistema estrutural de vantagens e privilégios é atravessado por esses marcadores que, na intersecção com a raça, constituem processos discriminatórios de determinados corpos em relação ao corpo colonizador. Assim, a ruptura com a colonialidade é indissociável de uma crítica à branquitude intrínseca a essa engrenagem colonial que mantém em sua operacionalização um sistema de vantagens e privilégios estruturais em relação a corpos não-brancos. Tal engrenagem é sustentada pelo pacto narcísico da branquitude, que nega a responsabilização das pessoas brancas na produção do racismo, mantendo as desigualdades raciais tais como colocadas historicamente em nossa sociedade (Bento, 2002).

Para romper com essa maquinaria que habita a subjetividade e os saberes coloniais, é preciso fazer um deslocamento que movimente outras produções de sentido, tomando a problematização como método e atualizando a função da crítica como operador metodológico, que expressa tanto a ideia de limite, de virada - no sentido de um ponto crítico que permite encontrar o problema -, quanto uma atitude, um *ethos*, um modo de fazer pesquisa que busca ultrapassar todo tipo de reducionismo inerente à colonialidade da relação poder-saber-ser.

REINVENTAR A PSICOLOGIA SOCIAL A PARTIR DE UM *ETHOS* ANTICOLONIAL

Desde sua emergência, a Psicologia, assim como outras tantas áreas de conhecimento, forma parte da maquinaria colonial que se impôs sobre os saberes e as práticas ancestrais das populações nativas da América Latina e da população africana para cá trazida e escravizada. A maquinaria colonial sempre esteve voltada ao aniquilamento dos saberes desses povos em nome de um modelo único de humanidade baseado no que se pretendia como “civilização ocidental”. Diante da violência colonial, civilizações inteiras - línguas, saberes, mundos - desapareceram. Essa violência traça uma linha abissal e invisível, que anula as formas de conhecimento e os modos de existência nos territórios coloniais, legitimando apenas as supostas verdades impostas pela modernidade ocidental (Santos, 2007).

Romper com a colonialidade passa, necessariamente, pela afirmação de outros saberes e modos de existência. Qual seria a contribuição da psicologia social para a ruptura dessa linha abissal que não cessa de produzir violência? Procurando movimentar essa pergunta, sem a pretensão de respondê-la, problematizamos aqui o conceito de diferença. Na matriz eurocêntrica, a diferença é tomada sempre em relação a alguma coisa que é considerada como centro ou modelo de referência, colocando aqueles saberes e modos de existência que diferem da “norma” em uma posição de subalternidade.

Compreendemos que precisamos descentralizar qualquer modelo e pensar a pluralidade de modos de existência diferentes entre si e não diferentes em relação a um determinado mundo tido como universal. Para cada mundo, o que é centro é o seu próprio mundo, como pode ser visto a partir da noção de perspectivismo ameríndio, concepção segundo a qual o mundo é habitado por humanos e não humanos que o compreendem a partir de perspectivas distintas (Castro, 1996). Assim, os povos ameríndios não formulam: “vamos fazer diferente dos brancos!”, seria absurdo supor que eles possam pensar desse modo, como se não tivessem sua própria perspectiva. Eles são a própria diferença. Esses mundos não estão à margem, pois eles são inteiros em si mesmos, inclusive quando empurrados para outros cantos, tendo seus territórios devorados por aqueles que se consideram o centro.

Acreditamos que tal debate pode abrir novos sentidos para pensar, inclusive, o que seja romper com um determinado modelo: se queremos inventar novos mundos, é importante conhecer alguns milhares de outros que já existem e que a colonialidade tenta apagar. Trata-se, portanto, de des-cobrir o que o projeto colonial escondeu antes de querer inventar a roda da diferença como se ela já não existisse.

Propomos, então, uma atualização da noção de diferença no contexto da psicologia social, tomando a diferença não mais como um desvio da norma baseada numa ficção colonial eurocêntrica, mas como condição da existência dos vários

mundos que coabitam o cosmos. Daí a urgência de se afirmar uma psicologia social decolonial para demarcar uma oposição ao colonial-universal, tomando a diferença como algo inerente à produção dos vários mundos que nos circundam, rompendo com a pretensão de universalidade engendrada pela colonialidade. O modelo civilizatório ocidental é *uma* cosmovisão, *um* modelo e não *o* modelo. ‘Tudo é cultura, tudo é natureza, tudo é diferença’.

O que insiste em se fazer urgente para a psicologia social contemporânea é operar esse descentramento e trazer diferentes modos de conhecer, diferentes epistemes, ao invés de apenas reconhecer a existência de outros mundos sem renunciar à mesma base eurocêntrica.

É preciso mergulhar na experiência radical da diferença que habita o mundo, produzindo desestabilizações nos objetos e métodos que, até então, marcaram esse campo de conhecimento. Talvez essa seja a tarefa improrrogável da psicologia social na atualidade: não apenas reconhecer a diferença, mas habitá-la, rompendo com o antropocentrismo em torno do qual gravita o pensamento acadêmico-colonial.

Pode a Psicologia ir além do antropocentrismo e considerar, por exemplo, que há subjetividade nas montanhas, nos rios, nas árvores, em tudo o que é vivo e não somente no humano do projeto colonial? É possível à Psicologia produzir esse descentramento e admitir um animismo que transita pelos diferentes mundos humanos e não-humanos, traçando espaços de coexistência e afirmando políticas de coengendramento na construção de outras práticas e saberes psi?

Se nos apresentamos como comuna e não como grupo, é porque tomamos a comuna como espaço de subversão do conhecimento e de produção de diferença nos modos de pesquisar e inventar formas de desmontagem da colonialidade que insiste em se atualizar de diferentes maneiras. Se afirmamos uma posição anticolonial, é porque acreditamos que a desmontagem se faz minando as supostas hegemonias com sopros de outros possíveis: afirmar-se anticolonial é um *ethos*, uma postura contra todo tipo de opressão, contra tudo aquilo que despotencializa formas de existência. Se repensamos e recolocamos palavras é porque nos colocamos em movimento. Nos vemos como pesquisantes e não como pesquisadores, pois embarcamos juntos no movimento de ir à procura da “terceira margem do pensamento” que, tal qual a terceira margem do rio de Guimarães Rosa, é aquilo que não se vê, que não se toca e que não se conhece sem correr o risco da experiência.

Para nos arriscarmos por essa terceira margem do pensamento é preciso compartilhar experimentações sobre a produção de outras embarcações, outros saberes e experiências. Como esse dispositivo anticolonial ativa questões e problematizações no campo de pesquisa? Esta tem sido a pergunta que vem movimentando nossas indagações e nos convoca para um lugar que exige desfazer, repensar e reagir à colonialidade e suas capturas, que não cessam de se atualizar e se multiplicar no contemporâneo.

REFERÊNCIAS

Bento, Maria Aparecida (2002). *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP].

Bento, Maria Aparecida (2014). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & Maria Aparecida S. Bento (Orgs.), *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-75). Vozes.

Carneiro, Sueli (2005). *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser* [Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP].

Castro, Eduardo Viveiros (1996). Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana* (Rio de Janeiro), 2(2), 115-144. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005&lng=en&nrm=iso

Comitê Invisível (2016). *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. N-1 edições.

Fanon, Frantz (2008). *Peles negras, máscaras brancas*. EDUFBA.

Kilomba, Grada (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

Maldonado-Torres, Nelson (2020). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres, & R. Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (pp. 27-53). Autêntica.

Passos, Rachel Gouveia (2020). Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 18(45), 77-92.

Santos, Boaventura de Sousa (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos - CEBRAP*, 79, 71-94.

Santos, Boaventura de Sousa & Meneses, Maria Paula (Orgs.). (2009). *Epistemologias do Sul*. Almedina.

E'LEÉKÒ EM CARTAS:

EXISTIR EM ARQUIPÉLAGO E A FILOPOÉTICA DO VIVER COLETIVO

*Miriam Cristiane Alves | Ademiél de Sant'Anna Junior | Maria Luzitana Conceição dos Santos
Rose Mari Ferreira | Ana Paula Melo da Silva | Camila Trindade Coelho
Monique Navarro Souza | Aurélia Maria Rios | Ayo Maiá Freitas Santos
Bruna Barcelos Duarte | Maria Leonor Mesquita Tarques da Silva*

Quem tu és? De onde vens? Por onde andas? Em que encruzilhadas te encontro?
Sou E'léékò! Aquela que se enuncia na “singularidade histórica do lugar” (Glissant, 2005, p. 10) de onde nós, pretas e pretos, emitimos a nossa voz, as nossas palavras ritmadas e encharcadas por um viver singular agenciado por processos coletivos. Sou voz em polifonia. Existo em “arquipélago” e na “filopoética” do viver coletivo, aluindo a conceitos de Glissant.

Diferindo do continente, não sou regida por totalitarismos cimentados, ou pela individualidade das ilhas (Glissant, 2005). Me afirmo nos espaços, me nutro dos encontros entre muitos territórios por onde o contraste é o que vai contornando meus mapas que não são feitos por uma mão, mas por várias. Opero desde a diferença, na criação de novos imaginários, que nomearemos aqui, convocadas por Glissant (2005), de filopoética - modo de avizinhar que enquanto transforma imaginários em “poética da Relação”, reconstrói memórias e remonta narrativas desde o coletivo, desde a “crioulização”.

Glissant (2005), em seu tempo, problematiza a “verdade” sobre a crioulização do mundo, na qual há permeabilidades e profundas imbricações entre os elementos culturais que constituem esse mesmo mundo. A partir de uma discussão sobre as línguas crioulas, o autor traz a ideia do “pensamento rastro/resíduo” como fundamental para a formação de um arsenal artístico e cultural, e eu diria intelectual, válidos para todas/os - o Jazz e a Capoeira, por exemplo - e salienta: “O pensamento rastro/resíduo é aquele que se aplica, em nossos dias, da forma mais válida, à falsa universalidade dos pensamentos de sistema” (Glissant, 2005, p. 20). Para o autor, a crioulização permite que, na totalidade do mundo, tudo o que é tido como heterogêneo possa ser colocado em Relação, em um devir imprevisível.

Imprevisibilidade é meu nome. Heterogeneidade me constitui. Nesse tempo presente, tomo emprestado de Glissant (2005) ideias-conceitos que irão fundamentar meu 'Assentamento e Feitura'. Faço aqui, alusão a dois conceitos vividos por aquelas e aqueles que se nutrem das tradições de matriz africana. Conceitos que dizem sobre a sacralização do território e o processo iniciático.

Sou miúda, tenho apenas quatro primaveras, faltando três para o início da minha maior idade. Minhas sementes foram plantadas no final de 2016, em terreno fértil da Universidade Federal de Pelotas (UFPel/RS). Sementes que começaram a germinar no início de 2017, em meio a pensamentos rastros/resíduos compartilhados entre muitos nós. Inicialmente, eu fui constituída por muitos estudantes de graduação em psicologia, alguns em antropologia, outros em história e, também, em enfermagem. Começamos a engatinhar. No final de 2017, nossas sementes foram levadas pelo vento, espalhadas através da 'Jornada E'léékò'¹ como num sopro, numa respiração de vida - Èmí².

A Jornada E'léékò passou a se constituir como o grande dispersor de minhas sementes, de nossas sementes, de minhas raízes, de nossas raízes que, como num "rizoma" (Deleuze & Guattari, 1995), passaram a germinar vidas no solo do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS). A partir de 2018, foram muitas bancas de qualificação e de defesas de dissertações e teses, muitas "Interlocuções Metodológicas"³ e "Pesquisas Incômodas"⁴. Em 2019, vivencio meu 'Assentamento' no PPGPSI/UFRGS.

Nesse percurso, minha 'Feitura' seguiu seu curso, tornando-me um arquipélago que acolhe estudantes de graduação, de pós-graduação e docentes de diversas instituições de ensino universitário do país, além da UFPel e da UFRGS - pedras fundamentais que me assentam: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Goiás (UFG).

- 1 A Jornada do Núcleo de Estudos e Pesquisas E'léékò é realizada no segundo semestre de cada ano, desde 2017, e completará a sua V edição, em 2021.
- 2 Trata-se de vida representada pela respiração, conforme nos aponta José Beniste (2019, p. 241).
- 3 Evento construído pelos estudantes de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, que comumente ocorre de dois em dois anos, junto à disciplina de Metodologia de Pesquisa II. Devido à pandemia, ainda não há previsão para a realização do próximo. Mais informações consultar o site do PPGPSI: <http://www.ufrgs.br/ppgpsi>
- 4 O 3º Pesquisas Incômodas teve como tema "Mês da Consciência Negra: Intersecção entre Ciência e Arte", cujas convidadas foram a Professora Míriam Alves (UFPel), a Professora Jaqueline Tittoni (UFRGS) e a mestrand Bruna Battistelli (PPGPSI/UFRGS). O evento foi organizado por estudantes de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, no dia 27 de novembro de 2018, na Biblioteca do Instituto de Psicologia. Fonte: <https://www.facebook.com/events/215582686006481>

Como podem ver, eu não tenho parada, ando por esse vasto território, por diversas encruzilhadas dando forma ao pensamento rastro/resíduo! Tenho raízes sólidas e sensíveis do tipo que me permitem o espraiamento, a conexão, a multiplicação sem uma direção definida, na imprevisibilidade do ser. Como o rizoma em Deleuze e Guattari (1995), sou aquela que, na ginga da Capoeira e na improvisação do Jazz, pode esquivar, confundir, driblar, cortar caminho, se esconder, tendo como referência a ética-estética-política das sociedades secretas femininas da cultura Yorùbá. Sou E'léékò - Núcleo de Estudos e Pesquisas.

Sou coletividade, comunidade, arquipélago E'léékò, que de um passado ancestral se restabelece no contemporâneo, enunciando o “sendo-no-mundo” comum a todas e todos nós (Glissant, 2005). Nesse processo de ser-sendo-no-mundo nos conectamos por meio do que ousamos denominar de Pensamento Negro Descolonial. Em nossas pesquisas dialogamos com e desde: Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Aimé Césaire, Grada Kilomba, Achille Mbembe, Beatriz Nascimento, Muniz Sodré, bell hooks, Abdias do Nascimento, Audre Lorde, Édouard Glissant, Patricia Hill Collins, entre outras e outros intelectuais antirracistas, antissexistas, anticoloniais, anticapitalistas e anti-imperialistas. Problematizamos, refletimos sobre, buscamos compreender, colocamos em discussão, pesquisamos desde o lugar da “Clínica, Subjetividade e Política”⁵.

O que faço mesmo aqui? Tenho a tarefa de me apresentar a você, leitora e leitor. Mas de que modo? Qual caminho trilhar? Precisa ser pela escrita. Que tipo de escrita? Eram muitas as dúvidas e os questionamentos. Após um período de escuta de nossa poética, lembrei de uma banca de qualificação de doutorado, lembrei da lindeza de “carta-grafias” de Bruna Battistelli (2017). Ao passo dessa jovem pesquisadora, apresento a você, que nos lê, um caminho de escrita que busca cumprir sua tarefa acadêmica e, ao mesmo tempo, se mostra afetiva, simples e intensa (Battistelli, 2017). Uma política de escrita encharcada pela afirmação de uma ciência cuja racionalidade não é linear, constituindo-se pela complementariedade entre razão e emoção.

Convido-te a ler cartas endereçadas a mim, tendo como desafio, ler-me nas entrelinhas das singularidades de cada narrativa aqui posta, assim como, nas entrelinhas do mundo que nos agencia neste arquipélago, enunciando a importância do lugar enquanto sopro e centelha do nosso existir ético-estético-político.

5 Linha de pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS).

ÌYÁLÓDDE - “SOU ELZA / SOU ONÇA. / CANTO / SEM PEDIR / LICENÇA. / SOU ONÇA. / SOU ELZA. / EU ONÇO / DESDE / NASCENÇA.”⁶

*À Ìyálòdde E'lééko,
Mo júbà o!*⁷

Como você está? Eu? Tenho andado inquieto... Está bem difícil, né? A sensação que tenho, é de que cada semana dentro de casa amiúda mais as paredes por aqui. Estou em luto... O Frio na espinha e o peso na nuca chegam de butuca quando leio notícias de mais de 4 mil mortes por Covid-19 no Brasil⁸. Escrevo hoje para não fundir a cuca, escrevo desde nosso território por ser um dos quilombos onde é possível tomar fôlego para continuar na luta. Recordando “Ôrí”⁹, produzido em 1989, com Beatriz Nascimento, penso que um quilombo não corresponde ao nosso passado, mas trata-se de um fluxo que extrapola desde mim, desde ti, abraçando-nos enquanto cria a inadiável resistência a uma vida que opera em coletivo. Neste amiudar em que o coração aperta, cada encontro E'léékò tem sido um abraço que faz expandir, mesmo neste momento em que discutimos a escassez do ar.

Quando encontro vocês: Aurélia Rios, Maria Luz Santos, Tatiane da Costa, Monique Navarro, Rose Mari Ferreira, Ana Paula Melo, Maiara Freitas, Camila Trindade Coelho, Larissa Oyarzabal, Maria Luisa Pereira de Oliveira, Míriam Alves Olórí-Oba e tantas mais Ìyálòdde - título este que Jurema Werneck (2020, p. 29) explicita como aquele atribuído “à mulheres emblemáticas, lideranças políticas femininas que realizam suas atividades nos grupamentos urbanos, nas cidades” –, sinto-me abraçado e fortalecido com vocês. Mo júbà o, porque Ìyálòdde não vai tratar de um título, mas de ação política, onde mulheres pretas, mesmo após a violência do sequestro transatlântico, organizam aqui, entre si, entre nós **dentro de nós**, a autodefinição em diferentes espaços de luta (Werneck, 2020).

6 Poema de Ricardo Aleixo (2017, p. 43).

7 “*Meus respeitos*” (Beniste, 2019 p. 436)

8 Reportagem feita pelo jornal G1 no dia 06/04/21, onde é apontado o registro de que, pela primeira vez, o Brasil ultrapassa 4 mil mortes por Covid-19 em 24 horas. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/brasil-bate-marca-de-4-mil-mortes-por-covid-registrados-em-um-dia-e-soma-3376-mil-na-pandemia.ghtml>

9 Ôrí. Direção de Raquel Gerber. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital. <https://negrasoulblog.wordpress.com/2016/08/25/309/>

E'léékò tem sido desde 2019 para este que escreve, espaço de fortalecimento, afirmação e insurgência do tornar-me como sou, porque somos nós.

Quem escreve aqui é uma “bixa preta” da diáspora (Veiga, 2018), que encontra neste núcleo de estudos e pesquisas este abraço com acolhimento. Canto para me afirmar com Linn da Quebrada (2017) “Bixa pre-, tra, tra, tra, tra!”¹⁰, danço com as pontas dos dedos, que insistentemente trêmulos, escrevem (para) sobre viver. Tenho experimentado a intensidade deste “tra tra tra tra” nos teclados do computador e/ou do celular... Quais músicas tocam as digitações que inscrevo?

Escuto você E'lééko, como quilombo que respira pela ação e circulação das palavras, com a força das Ìyálòdè que juntas ensaiam a resistência ao genocídio de pessoas pretas e indígenas. Não vamos nos calar. Não vamos morrer. Somos escritoras, escritores, poetas que sangram, sustentando com Édouard Glissant (2005) a responsabilidade de quem escreve como responsável pela criação de novas estéticas do imaginário. Assim, seguiremos em arquipélago que nesta carta trato como sinônimo de coletivo, redesenhando e escutando rastros-resíduos Ìyálòdè ancestral desde onde escorrem poéticas, filopoéticas que beiram e bailam o “caos-mundo” como ato e Relação, sendo, portanto, criação. Neste caso do “tra tra tra tra” do teclado com as pontas dos dedos vou “Sangrando” para sobreviver.

Quando eu soltar a minha voz
Por favor entenda
Que palavra por palavra
Eis aqui uma pessoa se entregando
Coração na boca
Peito aberto
Vou sangrando
São as lutas dessa nossa vida
Que eu estou cantando
Quando eu abrir minha garganta
Essa força tanta
Tudo que você ouvir
Esteja certa
Que estarei vivendo
Veja o brilho dos meus olhos
E o tremor nas minhas mãos
E o meu corpo tão suado

10 Composta e interpretada por Linn da Quebrada (2017), a música faz parte do álbum Pajubá. <https://www.lettras.mus.br/mc-linn-da-quebrada/bixa-preta/>

Transbordando toda a nossa emoção
E se eu chorar
E o sal molhar o meu sorriso
Não se espante, cante
Que o teu canto é a minha força
Pra cantar
Quando eu soltar a minha voz
Por favor, entenda
É apenas o meu jeito de viver
O que é amar
(Gonzaguinha, 1980)

Me despeço por aqui Ìyálóde, mas gostaria de fazer um pedido... O que o “tra, tra tra tra” de seus teclados vão dizendo a você? Pode me responder? Adúpé¹¹ pelos abraços, respirações, inspirações, transpirações e conspirações que nos inscrevem por aqui. Que nosso quilombo seja como a lua, mesmo em tempos minguentes, que possamos (re)nascente, crescente, cheia e brilhando uma expressão singular!

*Àşę¹²,
Odara.*

11 “Nós agradecemos” (Beniste, 2019 p. 43).

12 Àşę é força vital que circula e expande nossos corpos em exercício de potência que é ação, em direção ao poder de realização, conforme Juana Elbein dos Santos (2012).

À PESQUISA DESCOLONIAL DO FUTURO - “OLHE TODAS AS QUE VIERAM / ANTES DE NÓS / NÃO HÁ SEGREDO”¹³

Cara Ìyálòòde E'léékò,

Do território nordestino paraibano, eu escrevo do passado. Como disse a martinicana Maméga (Ega, 2021) em suas cartas a Carolina Maria de Jesus, o passado é o lugar onde nossa ancestralidade se encontra. O ano é 2021. O mundo enfrenta a pandemia causada pela Covid-19 com suas cepas e ondas. Até o momento desta escrita, 3.188.206 mil famílias¹⁴ no planeta reaprendem a conviver com o distanciamento físico, isolamento, perda de entes queridas/os, enriquecimentos estratosféricos. Muitas/os das/os nossas/os morreram porque foram obrigadas/os a não fazer o isolamento físico e a fome voltou a bater na ‘porta’ da América Latina, nossa “América Ladina”, segundo o pensamento de Lélia González (1988/2018). Que será de nossa Grande Mãe África, Ìyálòòde?

Em um passado um pouco mais longínquo, ouvi sobre você, Núcleo de Estudos e Pesquisa E'léékò UFPel/UFGRS, por um companheiro de moradia. Depois fomos apresentadas. Desde então, não arredei pé. Era recém-admitida ao Programa de Doutorado em Educação na UFGRS. Naquele universo marcado pelo privilégio de corporalidades brancas e a considerar a distância de casa, você se apresentou como primeiro - não único - espaço de aquilombamento epistêmico, político e de afetos (Nascimento, 1985). Naquela época aglomerar não significava impedimento para estarmos fisicamente juntas. O pensamento crítico, a arte do “*Slam*” (Maiato, Alves, & Barcelos, 2020) em diálogo com minhas vivências do Maracatu, as rodadas de pizza pós-evento e o chimarrão. Necessárias estratégias de (re)existência ao pensamento universalista tomaram conta de nossos debates na ‘III Jornada E'léékò’. A energia do riso presencial e os abraços são as que mais sinto falta.

É bem verdade que ainda no passado nos reinventamos. Atividades remotas síncronas, antes talvez sequer imaginadas, passaram a fazer parte do nosso protocolo de segurança sanitária. Assim, seguiram nossos debates. Expressões artísticas pretas, ferramentas teóricas da Larissa Oyarzabal, Grada Kilomba, Tatiane Borchartt da Costa, Monique Navarro, Franz Fanon, Deivison Faustino, Míriam Alves Olórí-Oba, Maíne Alves

13 Fragmento do poema de Ryane Leão (2017, p. 123).

14 Dados do Centro de Recursos Coronavírus da Universidade de Medicina Anthony Hopkins. <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>.

Prates, Alcione Correa Alves, Ademiel de Sant'Anna Júnior, Fernanda Maiato, Rafael Barcellos, Denise Ferreira da Silva, Aimé Césaire, Rose Mari Ferreira e tantas pessoas E'léékò. Ainda tivemos o curso virtual “Epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas”¹⁵ que marcaram o traçado de nosso território de conhecimentos (des)construídos em universidades neocoloniais.

Nossos encontros eram, para mim, um *continuum* de diálogos pluriversos pelo trânsito comunicacional com a pesquisa desenvolvida – espaço de luta e (re)existência ao racismo e sexismo epistêmico (González, 1980/2018). Em um daqueles encontros, enquanto mulher preta, apresentei os caminhos de ‘Feitura’ de uma cartilha bilíngue – português e tupi. Tu te lembra? Os processos de construção da ‘IV Jornada E'léékò’ continuaram em mim. Segui nas encruzilhadas de Exú na Jurema Sagrada.

De um tempo-espço espiralar não deixo meu abraço, mas sim braços e sentimentos para seguirmos tensionando, refletindo e construindo o nosso “sendo-no-mundo” (Glissant, 2005). Reafirmo a importância de ambientes transcendentais ao regionalismo e ao nacionalismo. De espaços em que possamos, em meio as nossas lutas coletivas - na luta pela vida -, ler e interpretar pensadoras e pensadores descoloniais a partir da margem, falar em ‘Feituras’ e tencionar o racismo linguístico da universidade, fundadas na ética dos ‘movimentos’ e dos afro-afetos E'léékò.

*Aşę o,
Brilho de Oşùn*

15 O curso de extensão “Epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas”, realizado totalmente *on-line*, teve o intuito de promover o lançamento e a divulgação do Vol. 1 da Série Pensamento Negro Descolonial, organizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa E'léékò em parceria com a Editora Rede UNIDA. O livro está disponível para *download* no site da editora. <https://editora.redeunida.org.br/serie/pensamento-negro-descolonial/>

DESCOBERTAS - “CADA VEZ QUE ENCONTRO OUTRAS MULHERES / PARA PARTILHAR HISTÓRIAS / NOS TORNAMOS TERRA FÉRTIL.”¹⁶

Querida E'léekò, ao receber esta carta, desejo que estejas bem!

Estou aqui, a rememorar nossas caminhadas, nossas coisas, nossas vivências. Rememorar o que existe em nosso território. Aqui tem samba, *rock and roll* e futebol (Holanda, 2005). Tem muito choro, também. Choro pelas vidas pretas perdidas pela pandemia. Muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. Deivison Faustino (2020) já denunciava “*Os condenados pela Covid-19*”.

Em nosso território, tem a resistência de quem lutou sozinha por ser a única estudante preta na graduação e continua lutando, agora, como uma das poucas mulheres pretas no mestrado. Já fui uma ilha. Hoje, me constituo como arquipélago ao teu lado, E'léekò.

Você é território de saberes, de trocas, de vivências, de aprendizados, de afetos, de acolhimento e de fortalecimento. Em você, me percebo na “Negritude” de Aimé Césaire (1987/2010), vivendo “a história dentro da história”, enunciando uma ciência descolonial desde o lugar preto e enfrentando todas as decorrências deste posicionamento ético-estético-político. Ao seu lado, me permito sair dos parâmetros eurocêntricos da vida acadêmica e vivencio leituras que me atravessam, que me encharcam, que me inundam e me permitem escutar o que antes não escutava, sentir o que antes não sentia, vivenciar o que antes não vivenciava. Com você, não sou mais ilha, sou arquipélago da poética da Relação de Glissant (2005). Sou mulher preta, pesquisadora e trabalhadora da saúde que atua na linha de frente da Covid-19.

Estou aqui para “erguer a voz” (hooks, 2019) e, num ato de enunciação, propagar aos quatro ventos o “racismo/sexismo epistêmico” das universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2016). Sob os auspícios de respiros e fagulhas, você existe em arquipélago, em aquilombamento que nos fortalece como num *continuum*. Foi contigo que encontrei meu povo preto reunido e permeado por uma tela que não divide, mas sim, aquilomba, aos olhos de Beatriz Nascimento (1985).

Por que o aquilombar é tão importante para mim? Porque trabalho em um ambiente branco. A assistência no Sistema Único de Saúde (SUS) é branca. Minhas/meus colegas de trabalho são brancas/os. A universidade é branca. Então, aquilombar é fortalecer.

Lembra de nosso encontro no território psi da UFRGS? Na ocasião, eu precisava de um sul em relação a minha dissertação de mestrado. Como é do nosso povo preto, você me acolheu e indicou algumas leituras. Era o início de uma jornada e eu, nem imaginava que teria 'Jornada E'lélékò, Que mudanças em minha vida!

Você me acolheu no auge da pandemia, em 2020, em meio ao ensino remoto, às transformações do cotidiano, às vidas ceifadas, à luta *Black Lives Matter*¹⁷ decorrente do assassinato de George Floyd que fez ecoar pelo mundo a onda antirracista. Eu me refugiei no teu colo. Nossos encontros virtuais, nossas leituras e discussões foram essenciais para compreender as estruturas sociais e, ademais, proporcionar alívio em tempos tão difíceis.

Hoje sou arquipélago, mas o sendo-no-mundo comum a nós, pretas e pretos, continua com a sombra do **alvo**. Como existir, quando somos **alvo**?

(Re)existo ao seu lado, ao lado deste afetuoso coletivo.

Até mais ver. Beijos com muito afeto,

Rosa Negra do Sol Nascente

17 Apesar de ganhar notoriedade e adesão mundial após o assassinato de George Floyd em 25/05/2020, o movimento foi criado em 2013 por Alicia Garza, parte da aliança nacional de trabalhadoras domésticas; Patrice Cullors da coalizão contra a violência policial em Los Angeles; Opal Tometi, da aliança negra pela imigração justa. Com o objetivo de erradicar a supremacia branca e constituir intervenções locais contra violência policial exercida nas comunidades negras. Em tradução livre, seu significado: "*Vidas Negras Importam*" vai materializar a luta das comunidades negras contra a violência policial e do estado. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm>

FORÇA COLETIVA E ETERNO PULSAR - “NAVEGO NAS ÁGUAS DONDE BROTA UMA FACE TUA QUE ME LIBERTA”¹⁸

Querida Ìyálòdè,

Os últimos meses têm sido muito difíceis, muito mais do que imaginei. Na medida em que meus dedos tocam as teclas do computador e desenho palavras sobre a poética de nossa Relação, os olhos marejam e transbordam águas de outros tempos. Falando em águas, prometi para mim, que assim que puder eu lavarei meu corpo em uma imensidão delas... pode ser no mar, numa cachoeira, num rio... Por enquanto, só água de choro. Essa já não engulo mais. Deságuo quantas vezes se apresentam como necessárias e assim me lavo, me refaço. A partir da água eu falo com você e sobre você.

Você tem sido um bálsamo nos meus dias. Você é água doce de riacho, cristalina, refrescante, que guarda muita vida e a espalha por onde o destino permitir. Já me disseram que você também é águas revoltas. Eu não duvido! Você é o que a gente quiser! Como diria Luedji Luna (2020), “*bom mesmo é estar debaixo d’água*”.

Em um mundo estilhaçado pelo pensamento eurocêntrico e pelo antropocentrismo¹⁹, descrever um pouco sobre como eu te sinto, percebo e vivencio, se apresenta como uma oportunidade de externalizar um dos principais ensinamentos que carrego comigo: a descolonização acontece em movimentos que são feitos nas relações, em alianças, em resistências. Lembra como nós nos definimos? Território de vida, de (re)existência, de compartilhamento, de conhecimentos produzidos da poética da Relação, de produção de imaginários e sentidos descoloniais.

Nos últimos dias, encontrei algumas anotações. Dentre elas, estava uma meta para 2020: tornar-me E’léékò. Lembrei o quanto ensaiei para fazer o pedido à Ìyálòdè para compor o quilombo (Nascimento, 1985). Quanto preparo! Acho que eram nossos ancestrais soprando ao pé do ouvido. Eu nem imaginava que estava prestes a estabelecer um divisor de águas na minha trajetória. Você, E’léékò, não foi nada menos que isso. Um divisor de águas. No sentido mais profundo e potente que essa expressão e sentimento podem ter.

18 Fragmento do poema de Livia Natália (2017, p. 55).

19 Concepção que considera a “humanidade” (leia-se aqui a imposta pelo sistema eurocêntrico) como centro do universo e, por conseguinte, institui modos de relações hierárquicas que desvalorizam a diversidade de múltiplas formas de existências no planeta. Para uma leitura sobre como esse movimento colonial reverbera na produção de hierarquias na realidade social, ver “*A Dívida Impagável*” de Denise Ferreira da Silva (2019). Para uma crítica mais desenvolvida acerca dos impactos ecológicos desse modo antropocêntrico de produção, ler as desenvolvidas pelo sociólogo Jason Moore, jasonwmoore.wordpress.com

Você é uma encruzilhada em constante pulso, é fonte inesgotável de conhecimento, é elemento que encorpa, fortalece e cura nosso intelecto preto, nos Orí-enta²⁰, reorganiza. Nos firma no centro de uma experiência ancestral de produção de conhecimento e de liberdade. Você em nós, é a reafirmação do que canta Aláfia (2015) - “nós estamos além desse mapa / não cabemos na sua ampulheta / não vestimos, tampouco, essa roupa” -, negando toda redução e limitação que a universidade ocidentalizada busca nos impor. Em nossa coletividade vamos “afrodinamicamente mantendo nossa honra viva” (Racionais MC’S, 1992).

Você é disruptiva em termos de aprendizagens. Poder contar com as Ìyálòdè que nos conduzem nesse turbulento embarque da produção acadêmica é experimentar a confiança de que não estamos sozinhas na jornada de nos desconstruirmos e revermos, constantemente, sobre aquilo que nomeamos como verdades (Alves, Seminotti, & Jesus, 2015). Viver ao teu lado é um processo radicalmente transformador, que exige encarar nossas dores e transgredirmos (hooks, 2017) a partir delas.

Não sabemos como estaremos no pós-pandemia, tampouco temos alguma perspectiva de como estaremos no próximo ano. No entanto, gostaria de enaltecer nosso modo de nos apropriarmos dos dispositivos sociotécnicos na atual conjuntura. Fazemos deles um trampolim para a permanência e ampliação desse território ético-estético-político-afetivo, de formação de vidas engajadas e de sentidos implicados com um viver encarnado.

Essa transmutação para o virtual explicita a força de atualização de nossas movências: um desejo coletivo que nos une e nos mobiliza pelas águas que repudiam as opressões e as violências que vivenciamos há séculos. Esse movimento é também sobre habitar o espaço virtual e atuar no presente. É sobre desenvolver novas habilidades, novos processos cognitivos, novas cosmopercepções (Oyewùmi, 2017). Nossos deslocamentos e desdobramentos se apresentam como respostas coletivas e inventivas, que resistem no atual contexto pandêmico.

Meu profundo desejo é que esse território de criação de novos imaginários se fortaleça e se prolifere pelo mundo, para além dos muros físicos e virtuais de nossas universidades, que possa alimentar não

20 Na língua Yorubá a palavra “Orí”, em tradução literal, significa “cabeça” (Beniste, 2019, p. 591). No entanto, apresenta uma complexidade na dinâmica civilizacional de matriz Africana, estando associado ao nascimento, onde cada Orí existente no àiyé (mundo visível) é modelado no òrun (mundo invisível), constituindo “o doble da existência individualizada de cada pessoa (Santos, 2012, p. 234). Considerando essa dimensão civilizacional de Orí, fizemos uma composição e um jogo semântico com a palavra “orientar” da língua Portuguesa, trazendo a ideia de que “Orí-entar” passa por um processo de singularização dos sujeitos e de suas subjetividades, a partir de uma racionalidade que consideramos a complementariedade entre mundos visível e invisível, portanto, uma racionalidade não linear.

somente nosso espírito coletivo, mas também o de nossas comunidades sem fronteiras, como um tipo de “*Devir E'léékó*”.

Deixo uma mensagem como registro para a atual e as próximas gerações: o que nos nutre são as redes afetivas que construímos, as conexões com nossas histórias, com o nosso presente. O que nos nutre é a construção permanente de um comum transitório das diferenças. Nosso compromisso é com a descolonização da vida e dos afetos. É com a luta antirracista, antissexista, anticolonialista, anticapitalista, anti-imperialista. É com o posicionamento ético-político feminista, interseccional, pluriversal.

Vida longa a esse território de acolhimento, amorosidade, de cuidado, de saberes ancestrais, plurais e “afrofuturistas” (Womack, 2013).

*Cordialmente, com muito afeto,
Poetra Cósmica e Ewé*

**REDE DE AFETO TEÓRICA-PRÁTICA -
“PREMISSA ESSENCIAL DE CONDUTA: SER VULÇÃO SEM CULPA”²¹**

*A benção, E'léékò!
Como tens passado nesses dias amargos?*

Espero que você esteja minimamente tranquila. Por aqui eu tenho tido dias “tranquilos”. Apesar de... De todo esse caos que nos ronda. A pandemia, o trabalho ou a falta dele, a vacina que não chega, o desgoverno, o aluguel, o colapso, a morte, o luto.

Colocar em palavras o que você significa para mim, foi algo que me deixou pensativa. Logo eu que gosto tanto das palavras! Por aqui, sigo em busca de compreender algumas das inquietações que me habitam, aí que cheguei à conclusão de que talvez seja tão complexo escrever porque eu sinto e faço parte desse arquipélago. Sinto E'léékò.

Sentir é difícil, visceral eu diria. Sentir nos foi negado por um longo tempo, às vezes ainda é. Mas a gente sente, e sente muito. Sente alegrias, sente fome, sente sede, sente curiosidades, sente tristezas, a gente sente, e sentir é lindo. E'léékò, você nos permite sentir. Quando sentimos somos, estamos. Quando somos, existimos, nos humanizamos. Entendemos o que sentimos. Vislumbramos uma infinidade de futuros possíveis, descobrimos que não somos o que fizeram de nós, que não somos inquebráveis e que não precisamos ser, descobrimos as muitas e diversas formas de nos (re)montar, (re)conectar e seguir sentindo, (re)existindo, sendo. Um constante ser-sendo-no-mundo.

Na caminhada de retorno à universidade, agora, rumo ao doutorado, entre as buscas incessantes de uma nova possibilidade de pesquisa referente a história da saúde mental do nosso povo preto e os seus agravantes pertinentes aos efeitos maléficos do racismo, me deparei com a produção e discussão epistemológica da Ìyálòdè. Finalizei a leitura do texto, que nesse meio universitário chamamos de científico. Senti o acalento na fervilhação do meu Orí²²: - “É isto que quero estudar, pesquisar, aprender e produzir referências”. Encontrei uma intelectual que converge com as minhas práticas profissionais no âmbito da Psicologia e elucida relevâncias sociais que mobilizam as nossas habilidades investigativas, ações, reflexões, críticas para a produção de conhecimentos

21 Fragmento do poema de Ryane Leão (2019, p. 54).

22 Ver nota de rodapé número 20.

descoloniais. Encontrei você, E'léékò. Não estou só! A condição de ilha não me pertence. Eu constituo esse grande arquipélago.

Na universidade, já vivenciei a hostilidade pura. Novamente, morreram mais de 4 mil²³ pessoas em um dia, mas eles continuam querendo o texto justificado em fonte Arial 12. Não importa quantas vezes nós tenhamos que demandar energia para ler um texto qualquer, de um livro qualquer, que alguém escreveu sobre uma história que não é a nossa, uma história que não faz o menor sentido para quem vem de onde eu venho. Querem que a gente respire mesmo quando falta oxigênio e se não respirar, já era. Então: “prova fazendo a prova, prova que tu sabes, prova que tu mereces e que não é só mais uma aluna cotista roubando a vaga. Prova que tu queres estar aqui”. Mesmo que a gente queira, em parte, queira porque é “tudo pra ontem”, como já nos disse Emicida (2020), “viver é partir, voltar e repartir”, afinal, “tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós” (Emicida, 2019).

‘E'léékò é nós!’ É aquela que fomenta conhecimento em cada um e cada uma de nós. Aquela que estimula que toda questão-vida seja considerada, sentida, visibilizada, problematizada na permeabilidade das leituras propostas. Escutas e narrativas são entrelaçadas com as dimensões subjetivas de cada um e cada uma, sem correções, proposituras e carteiradas academicistas.

Você germina a pluriversidade do coletivo e valoriza as singularidades dos sujeitos. Em gestão compartilhada e na corresponsabilização pelo processo formativo, você nos instiga a olhar criticamente sobre referenciais epistemológicos em face a uma mirada descolonial e antirracista.

E'léékò, você é respiro, serve de alimento para o nosso Orí. Você acolhe como uma manhã quentinha de sol no frio do inverno e aquece o coração. Nos permite transpor a fronteira da solidão de uma academia branca e busca por meio de trocas de saberes pretos romper com as mordças que insistem em nos colocar. Você é grito de liberdade, é renascimento, é o nosso povo, é amor, é amar, é elo... é “AmarElo” (Emicida, 2019).

Oxalá que a germinação se faça e que, como a planta que se alastra, nossas raízes-rizomas se espalhem por “Todo-o-mundo” (Glissant, 2005).

Àşę
Ayóbámi Alireau

23 Reportagem feita pelo jornal *Estado de Minas* divulga o novo balanço de óbitos pelo Conass (Conselho Nacional dos Secretários de Saúde), que registra que no dia 06/04/21, 4.195 pessoas perderam a vida para a Covid-19. https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/04/08/interna_nacional,1255141/covid-brasil-volta-a-registrar-mais-de-4-mil-mortes-e-bate-novo-recorde.shtml

POR TUDO QUE VIVI, UM DESPERTAR - “ARQUIPÉLAGO CERCADO / POR ESTE MAR DE VONTADES / E ETERNAS AVENTURAS / DE BOA-VENTURANÇA”²⁴

*Querida Ìyálòdè E'léékò
Desejo que estejas bem!*

Estou insegura para te escrever. Depois de procrastinar muito e de surgirem dúvidas se deveria ou não escrever, se seria capaz de tal façanha, cá estou! Mas eu ainda não tenho certeza se as palavras serão suficientes para expressar ao mundo o que sinto por você.

Fico aqui pensando sobre o que eu era e o que me tornei depois que te conheci e passei a constituir esse arquipélago. Eu posso, perfeitamente, classificar minha trajetória acadêmica em antes e depois de estar ao seu lado. Antes, digo que minha caminhada, embora firme, ainda era frágil, incipiente quanto aos conhecimentos teórico-epistemológicos sobre as relações raciais, a violência racista e sexista que, enquanto mulher preta e moradora da periférica, vivencio cotidianamente. Agora, me sinto com a língua afiada diante do conjunto de conhecimentos que me deslocou e continua deslocando em um ser-sendo-no-mundo, em um vir-a-ser, num “*Devir E'léékò*”, como enuncia Poeira Cósmica-Ewé em sua carta.

Você foi e continua sendo fundamental em minha *Feitura* em Psicologia e, sobretudo, em meu processo de tornar-me mulher preta, universitária, pesquisadora. Eu já me vi cheia de medos e inseguranças por ocupar um espaço em uma universidade majoritariamente branca e burguesa. Não mais me vejo assim!

Eu me pego pensando nos aprendizados e experiências que você me proporcionou, instigando-me na minha autoafirmação e autorreconhecimento como mulher preta e me possibilitando sentir as sutilezas e os solavancos dessa experiência.

Nessa caminhada, o acolhimento e o respeito à pluriversidade de experiências compartilhadas foram fundamentais para eu protagonizar e exercitar o ser pesquisadora. A presença é marcante em nossa coletividade. Aqui não falo da presença física espacial, falo da presença humana, sensível e imaterial. Penso que foi a força desta presença que, em meio a pandemia da Covid-19, transformou esse arquipélago em refúgio para cada ilha.

Cada uma e cada um de nós, enquanto ilhas em diáspora, nos colocamos a transformar experiências vividas em ciência preta narrada

24 Fragmento do poema de Cuti (2007, p. 81).

e marcada pela ética-estética do lugar desde o qual enunciamos a nossa existência. Foi nesse aquilombamento que compreendi a importância do “*lugar*” (Glissant, 2005), do meu lugar de enunciação, do lugar de onde observo e me relaciono com o mundo, do meu lugar de pertencimento, em que minhas experiências de vida, minhas histórias singulares se agenciam com outras tantas histórias de nós. Foi nesse território que aprendi a “erguer a voz” ao passo de bell hooks (2019). Foi aqui que, com a ajuda de Grada Kilomba (2019), estilhacei a “máscara do silenciamento”.

Por que escrevo?
Porque eu tenho de
Porque minha voz,
em todos seus dialetos,
tem sido calada por muito tempo

(Jacob Sam-La Rose, 2002, citado por Kilomba 2019, p. 27)

As tardinhas de segundas-feiras fizeram a diferença no meu ser-sendo-na-faculdade. Na terra fértil onde estás assentada, meu coração fica quentinho. Foi você que me ajudou a reconhecer que a universidade é sim o meu lugar, que sou digna do espaço que ocupo e que o meu saber é válido e legítimo.

E'léékò, multiplique a sua existência nas diversas universidades deste país! Esse é o meu desejo. Que outras Marias, Roses, Cristianas, Sandras, Anas, Camilas, Andersons, Maines, Claudemiras, Rafaels, Moniques, Luanas, Aurélias, Maiaras, Brunas, Julianes, Ruis, Lucas, Ademiels, Cecílias, Leonores, Fernandas, Míriams, Josés, Julias, Gabriels, Murilos, Andressas, Mylenas, Jéssicas, Evelylys, Tatianas, Elianas, Vitóriaas, Geovanas, Pedros, Jefersons, Adrianes, Rodrigos, Joiceas, Amandas, Felipes possam usufruir do direito de existir na produção do conhecimento.

Um dia teremos a nossa tão sonhada Pluriversidade!

Vida longa E'léékò.

E, continuemos na ginga da Capoeira e na improvisação do Jazz...

*Com todo meu carinho e respeito,
Bru Camaleoa*

Referências

- Aláfia, B.** (2015). *Salve Geral* [Álbum Corpura]. SomLivre. <https://www.youtube.com/watch?v=l6gjbIX4Elg>
- Aleixo, R.** (2017). *Antiboi*: poemas. Crisálida.
- Alves, M. C., Jesus, J. P., & Scholz, D.** (2015). Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. *Saúde em Debate*, 39(106), 869-880. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201510600030025>
- Alves, M. C., Seminotti, N., & Jesus, J. P.** (2015). Conhecimentos e Verdades: Racionalidades em Questão! In Leonardo Machado Silva & Maria Lúcia Andreoli Moraes (Orgs.), *Psicologia & Espiritualidade* (pp. 95-115). EDIPUCRS.
- Battistelli, B. M.** (2017). *Carta-grafias: entre cuidado, pesquisa e acolhimento*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169461>
- Beniste, J.** (2011). *Dicionário yorubá-português*. Bertrand.
- Césaire, A.** (1987/2010). *O discurso sobre a Negritude*. Nandyala. (Coleção Vozes da Diáspora Negra, vol. 3)
- Cuti, L.** (2007). *Negroesia* (antologia poética). Mazza.
- Deleuze, G. & Guattari, F.** (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Aurélio Guerra & Célia Pinto Costa, trads.). Editora 34.
- Ega, F.** (2021). *Cartas a uma negra*: uma narrativa antilhana (Vinícius Carneiro & Mathilde Moaty, trads.). Todavia.
- Emicida.** (2019). *AmarElo* (Álbum completo). LabFantasma. <https://www.youtube.com/playlist?list=PL>
- Emicida.** (2020). É tudo pra ontem. LabFantasma. <https://www.youtube.com/watch?v=qbQC60p5eZk>
- Faustino, D. M.** (2020). *Os condenados pela Covid-19: uma análise fanoniana das expressões coloniais do genocídio negro no Brasil contemporâneo*. Buala. <https://www.buala.org/pt/cidade/os-condenados-pela-covid-19-uma-analise-fanoniana-das-expressoes-coloniais-do-genocidio-negro>
- Glissant, Édouart** (2005). *Introdução a uma poética da diversidade*. Editora da UFJR.
- Gonzaguinha, L.** (1980). *Sangrando. Gonzaguinha - de volta ao começo* (Álbum completo). Emi.
- Gonzalez, L.** (1988/2018). A categoria político-cultural de amefricanidade. In *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Filhos da África.
- Grosfoguel, R.** (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- Holanda, Chico. B.** (2005). *Meu caro amigo* (DVD). Biscoito Fino. https://www.youtube.com/watch?v=o4_UkwRE7NA
- hooks, bell** (2017). *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade* (Marcelo Brandão Cipolla, trad.). Martins Fontes.
- hooks, bell** (2019). *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra* (Cátia Bocaiuva, trad.). Elefante.
- Kilomba, G.** (2019). *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano* (Jess Oliveira, trad.). Cobogó.
- Leão, R.** (2017). *Tudo nela brilha e queima*. Planeta do Brasil.

- Leão, R.** (2019). *Jamais peço desculpas por me derramar*. Planeta do Brasil.
- Luna, L.** (2020). *Bom Mesmo é Estar Debaixo D'água* (DVD). Independente. <https://www.youtube.com/watch?v=BCQnOftvLXM>
- Maiato, F., Alves, M., & Barcellos, R.** (2020) Abaixo a guarda e abre o peito: o resgate físico, cognitivo e subjetivo do sujeito negro no Slam Chamego. In Miriam Alves & Alcione Correa (Orgs.), *Epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas* (pp. 176-189). Rede UNIDA.
- Mc Linn da Quebrada** (2017). *Bixa Preta, Pajubá* (DVD). Independente. <https://youtu.be/VyrQPjG0bbY>
- Natália, Lívia** (2017). *Dia bonito pra chover*. Malê.
- Nascimento, B.** (1985). O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodiaspórica: Revista do Mundo Negro*, 5(6-7), 41-49. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408010/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Beatriz_O%20conceito%20de%20Quilombo%20e%20a%20resist%C3%Aancia%20cultur%20negra.pdf
- Oyeewùmí, O.** (2017). *La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género* (Alejandro Montelongo González, trad.). En la Frontera.
- Racionais Mc's.** (1992). *Voz Ativa* (Escolha seu caminho) (DVD). Zimbabwe. <https://www.youtube.com/watch?v=C1F7Y2rUHM4>
- Santos, Juana E.** (2012). *Os Nagô e a Morte: Pàde, Àsèsè e o Culto Égun na Bahia*. Vozes.
- Veiga, L.** (2018). As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. *Revista Tabuleiro de Letras*, 12(01), 77-88.
- Werneck, J.** (2020). *O Samba segundo as Ialodês: Mulheres negras e cultura midiática*. Hucitec.
- Womack, Y.** (2013). *Afrofuturism: The world of black sci-fi and fantasy culture*. Lawrence Hill Books.

VERTIGENS DO EXERCÍCIO (PO)ÉTICO DE PESQUISAR

Lílian Rodrigues da Cruz | Leonardo de Oliveira | Letícia Maísa Eichherr
Marília Meneghetti Bruhn | Amanda Cappellari | Adrieli Pacheco Sperandir
Lutine de Lara

“Por onde começar? Como encontrar o lugar, em meio à vertigem de possibilidades, que servirá para um começo?” questiona Noemi Jaffe (2018, p. 55) e nos faz suspirar frente às vertigens de um tempo estranho no qual vivemos. Suspiros para tentar encontrar fios e tramas para uma lucidez mínima que insiste em ser necessária para uma escrita dita acadêmica. Decidimos, então, começar pela poesia, num exercício (po)ético da vida cotidiana em que o improrrogável insiste em se fazer presente e urgente nos nossos passos e atos de pesquisadoras caminhantes.

O Improrrogável.
Nem vou olhar no dicionário,
não há tempo para a aspereza
e assepsia das definições.
Tem algo que lateja no vento,
sussurrado pelos viadutos
gritado por pichações,
tantos nomes,
e não me diga que são números.
Escuta!
Tem algo de elétrico nas tardes,
algo que não tem me deixado dormir.
Afogados por outra notícia,
vamos nos afundando nos sofás,
cremos que não tem algo latejando no ar,
que não há gritos e nem sussurros,
eletricidade,
que não há movimento,
que já não somos nômades,
que as bocas já não sorriem os dentes
e que não há esperança.
Que não há o inadiável,

o inalienável.
Que não há urgência...
Mas ela está aí.
Sim!
Batendo às portas,
tocando interfones,
pintando as praças
e orlas, e ruas
e rostos.
Trago então a estes rostos,
à olhos vistos,
e às páginas outrora mudas,
um manifesto (ao) improrrogável:
pois é improrrogável olhar os espelhos,
desfazer os vampiros que vestimos,
são improrrogáveis os coletivos e as
revoadas de ideias, mariposas de ocaso.
É improrrogável criar linhas, possíveis,
lumes, faróis na neblina noturna.
É improrrogável observar os pássaros e
os girassóis, e seus improvisos.
É improrrogável a poesia, a poética,

torná-la pública, política.
 É improrrogável passarinhar, Manuelar
 o cotidiano,
 gorjear a dureza dos edifícios
 e corações empedernidos,
 Avoar rodas de samba.
 Escuta! Ação! escutação:
 é improrrogável resistir, existir, reexistir.
 Improrrogável escrever caminhos,
 passos,
 e improrrogável ouvir as histórias que
 emanam dos meios fios e das marquises.
 São improrrogáveis as vacinas, o
 oxigênio, contra os retrocessos, contra a
 repetição, contra a ignorância, produzir
 diferença.
 É improrrogável fazer uma distribuição
 pública do direito de utopiar.
 É improrrogável descolonizar a boca, os
 olhos e as ideias. As peles. Os papéis.
 É improrrogável revirar-se com Carolina
 de Jesus, com Conceição Evaristo,
 são improrrogáveis as fotos, punctuns, a
 fruição, políticas de texto/vida.

São improrrogáveis a
 interseccionalidade, os atravessamentos
 as tensões, as singularidades, as
 multiplicidades.
 É improrrogável desenxergar fronteiras
 entre nós, desfazer nós.
 É improrrogável o movimento, a
 esperança, a vida, a utopia.
 Contra a necropolítica,
 contra eles,
 esses ferros velhos
 de ideias oxidadas.
 Improrrogáveis pássaros,
 vagalumes,
 respiros.
 Traçar linhas a mãos plurais.
 Tecer em bando.
 É improrrogável lutar,
 Com a arma que tiveres,
 Poesias, palavras,
 Bandos,
 Rostos,
 Olhares
 E vozes
 E mãos.

(Leonardo de Oliveira, 2020)¹

O que mais nos é improrrogável entre lutar e esperar e pesquisar?
 E... E... E...

Julio Cortázar (2019) nos disse que a esperança faz parte da vida. É a própria vida se defendendo. A vida é, também, improrrogável. Veja bem, a vida não é um fato dado, tácito. Há de se produzir vida, inclusive na pesquisa, que não se quer apenas uma monografia, dissertação ou tese na estante da biblioteca [virtual]. Pesquisar envolve conhecer, nomear, fazer ver, lutar, mas acima de tudo, envolve um ato alegre e, como tal, pode ser trampolim em direção ao aumento da potência de agir que lateja nos encontros. Contra a produção de morte, de necropolítica, o que podemos então? Produzir vida, lumes, plantios, poesia.

1 Poesia escrita pelo poeta e mestrando Leonardo de Oliveira, integrante do GEPS, publicada em sua página no Instagram @delirios.e.elefantes, após discussões acerca da produção deste capítulo do livro e sobre questões improrrogáveis no contemporâneo. Entendemos importante destacar sua autoria, pois simboliza um jeito próprio de dar luz e escrita aos devaneios e reflexões.

A poética não é só brecha, é resistência possível e a resistência é improrrogável. Como num quarto escuro, onde o sol penetra as frestas da veneziana e amanhece de assalto no domingo. As frestas aparecem e, quando não, nós, com delicadeza, sensibilidade, contundência e afinco, as produzimos. Semeamos e regamos, assim como com sementes de girassóis.

Com isso, afirmamos que não há facilidades no trajeto de lutar-esperançar-pesquisar, mas é cultivo, caminho necessário se pleiteamos mudanças. Um caminho sem volta. Para isso, é preciso andar em bando. Pesquisar em bando.

Andar em bando é um desafio. Seja caminhando lado a lado ou voando como pássaros em V. É preciso respeitar passos e batidas de asas, descobrir ritmos possíveis, por vezes parar, descansar, recalculando rotas, seguir. Mas, como é pesquisar em bando? Descobrimos a cada passo, entre caminhos do GEPS, rotas das pesquisas e pormenores dos encontros, que há improrrogáveis questões no contemporâneo, como canta Belchior²: “no presente, a mente, o corpo é diferente e o passado é uma roupa que não nos serve mais”. Como uma dialética dos tempos, nos interessa as reflexões e problematizações sobre as epistemologias e as metodologias que seguem hegemônicas neste sistema-mundo moderno-colonial (Grosfoguel, 2016) em um movimento contra-hegemônico que traga outras narrativas e modos de produzir conhecimento até então silenciados pela branquitude, pelo racismo, pelo sexismo, pelo capacitismo, dentre outras opressões.

O Grupo de Estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas e Produção de Subjetividades (GEPS) é composto por pesquisadoras³ vinculadas ao doutorado, pós-doutorado, mestrado e graduação, que se dedicam a pesquisar e produzir conhecimentos que transversalizam as políticas públicas. O nome GEPS foi aventado no final de 2018 e registrado em 2019. Contudo, o bando existe muito antes de qualquer sigla, de qualquer nome... As nomeações não são urgentes, mas a necessidade de encontros sempre nos foram improrrogáveis.

POLÍTICAS DA ESCRITA

Eis que fomos atingidas por rajadas poéticas que [por serem poesia] contrariaram as leis da natureza: não tiveram curta duração de força e intensidade. A ventania se faz ininterrupta e perturba o pensamento que se tenta linear. Perturba, sim: é barulhenta, não nos deixa pensar sossegadas. Nossos corpos, que não passa(ra)m ilesos às nossas pesquisas, desaprenderam a produzir conhecimento sem literatura. “Imaginava que um não-leitor ia ao médico e o médico o observava e dizia: você tem o colesterol a matá-lo, se continuar assim não se salva. E o médico perguntava:

2 Música *Velha Roupa Colorida*, composta por Belchior.

3 Escrevemos no feminino porque o GEPS é composto, majoritariamente, por mulheres.

tem abusado dos fritos, dos ovos, você tem lido o suficiente”? (Mãe, 2016, p. 78). Tal como Alfredo, passamos a oferecer literatura em nossas orientações coletivas a fim de produzir saúde quando um pedaço de pensamento começa a adoecer.

Experimentamos topografias que escancararam nossa *condição* de agrimen-soras parciais. Não existe cartografia concluída, sabemos. Em um gesto coletivo não-homogêneo, fomos impelidas a inventar outros modos de narrar nossos encontros com o campo. Não em um movimento inaugural em relação ao mundo, mas como diferenciação em relação a si mesmas. Em coro afirmamos que as pesquisas não dão conta da totalidade da vida. É improrrogável entender que nosso saber é não-todo. Em um fazer ético, na tentativa de não forçar molduras que aprisionam a vida, povoamos nossas escrituras com narrativas, escritas, biografemas, fragmentos ficcionais, poemas, escutação...

São escrituras de um sul global, desafiadas e desafiando a descentralizar a bússola da produção de conhecimento que ainda aponta ao norte. Contudo, como nos disse Joaquín Torres García (1984) - “*nuestro norte es el Sur*” -, somos tomadas por acontecimentos mundiais e locais que nos fazem olhar para [nossos] corpos latinoamericanos, que inspiram luta e potência e que querem lançar-se em palavras-vagalumes iluminando o que pode parecer a escuridão dos retrocessos e das violências políticas de uma onda de extrema direita e neoliberalismo. Glória Anzaldúa (2000, p. 232) diz que escreve “porque a escrita salva da complacência que amedronta”. Assim, escrevemos em um contexto de pandemia mundial do coronavírus em um país (des)governado por um presid... um presidente?! Quais palavras usar? “Fascista”? “Genocida”? “Racista”? Faltam adjetivos para descrever...

Sobretudo, há que se dizer que o Chile será a tumba do neoliberalismo, apontam as faixas dos manifestantes vitoriosos na luta por uma nova constituição no país. Na Bolívia, após um golpe com toques do serviço secreto estadunidense, as eleições trazem democraticamente a esquerda popular de volta ao poder. Na Argentina, a onda verde de mulheres vibra pela legalização do aborto, no Paraguai revoltas insurgentes contestaram e pressionaram o governo, causando a renúncia do ministro da saúde. Nos EUA, Trump perde as eleições. No Brasil, entretanto, ainda há muito o que fazer, e muito o que desfazer. Protestos “Fora Bolsonaro” urgem por todo o país: “faltam quantas mortes para o *impeachment*?” e velhas peças retornam fortalecidas ao tabuleiro. É improrrogável estarmos preparadas para a luta, que se faz necessária não apenas no embate político partidário, mas num exercício também de ética e de vida cotidiana.

Exercício de éticas - (po)éticas - de vida, de pesquisa, de leitura e de escrita que nos fazemos não querer mais banhar somente em palavras escritas por velhos conhecidos. Não que, com isso, abandonemos de vez nossos encontros alegres com Foucault, Deleuze, Guattari, Barthes, Freud, Lacan e outros mais.

Entretanto, é agora que aquelas e aqueles que encontramos nas estradas e rios da América Latina e de África dizem tanto de nós que já não conseguimos mais viver ou produzir sem elas e eles. São histórias de Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Clarice Lispector, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Chimamanda Adichie, Maya Angelou, Achille Mbembe, Franz Fanon, Maria Aparecida Bento, que compõem modos de subjetivação que transbordam em nossas tentativas de descolonizar olhares, falas, escutas, pensamentos e, também, pesquisas.

Neste sentido, Rosane Preciosa (2010, p. 17) nos auxilia nas reflexões, ao pontuar sobre os processos de pensar o impensável, de se mover por forças forasteiras e que “isso exige de nós piruetas mortais e quase nunca podemos contar com uma cama elástica que ampare as quedas. Despenca-se, fraturam-se ossos. Não é nada fácil desmontar um campo pronto de referências afixado na alma”. São quedas necessárias à branquitude, pois é preciso desmontar hegemonias para poder remontar outros modos menos violentos de produzir conhecimentos.

UMA FOLHA EM BRANCO

Pausa. Silêncio. Entre um respiro e um gole de água, criando coragem para continuar a escrita, contemplamos a folha branca. Algo dado de antemão em quase qualquer escrita acadêmica; folha branca - tela branca - a partir de onde todas as escrituras surgem. Escrituras branqueadas, alvejadas, assépticas, neutras... Questionamos a fonte da letra, o tamanho, o espaçamento; normas da ABNT, da APA. No entanto, a cor da folha permanece ubiquamente inquestionável: branca. Reparemos na ironia. Uma página em branco, vazia, o ecoante espaço da página não inscrita, corpo de texto, cor de esquecimento. Deu um branco na gente. Como histórias que foram apagadas, esvaziadas, pintadas de uma palidez albugínea, néveas tais qual este papel/tela que observamos. Lembramos da personagem/autora Maria Nova observando as marcas da desocupação de sua comunidade, na escrevivência de Conceição Evaristo.

Maria-Nova andava pelos terrenos recentemente ocupados com poeira-tristeza-lágrimas nos olhos. No local onde estavam os barracos dos que tinham ido pela manhã, agora só restava um grande vazio. Era como um corpo que aos poucos fosse perdendo os pedaços. Sentiu dores. Pensou em Vó Rita (Evaristo, 2017, p. 87).

Pensando nesses esvaziamentos, nessas nadificações, desaconteceres, é improrrogável falar da nossa branquitude. Falar de branquitude também é questionar a folha branca na qual pessoas brancas, como nós, produzem as suas escritas. Até há pouco

tempo, não questionávamos este apagamento, embranquecimento, a branquitude e a hegemonia da cor branca em ambientes acadêmicos e a nossa responsabilidade neste processo; olhávamos apenas para o racismo sem enxergar a branquitude, sem nos enxergarmos, sem nos implicarmos. Contudo, o racismo só existe se houver branquitude. Não há opressão sem opressor. É improrrogável irmos além de contemplar o abismo da folha em branco e enfrentar o abismo da brancura da nossa pele.

“É improrrogável olhar os espelhos/ Desfazer os vampiros que vestimos”, é o convite que faz o poema de Leonardo de Oliveira. Lembramos de Lourenço Cardoso (2018, s/p) que afirma:

O branco Drácula não se enxerga no espelho. Se você não se enxerga, não tem como se criticar. O branco Narciso, por outro lado, somente se enxerga, só tem olhos para si e não para os outros. Os outros não são interessantes. Ele só tem olhos para si porque ele é belo, é inteligente.

Concordamos que queremos estar em relação com o mundo de outro modo muito além de brancos dráculas e/ou narcisos. Aprendemos [e seguimos aprendendo] que nosso lugar de fala é desde a branquitude e que nossos saberes são localizados, inspiradas nas discussões de Donna Haraway (2009, p. 21), que apontam que a objetividade no pesquisar passa por “nomear onde estamos e onde não estamos” e em nos posicionar diante de nossa corporificação específica e particular. Nesta perspectiva imanente produz-se uma crítica frontal aos saberes transcendentais, universais e neutros. A perspectiva parcial torna visível quem pesquisa e, ao mesmo tempo, responsabiliza a pesquisadora por aquilo que vê e nomeia (Haraway, 2009).

COMO AS INTERSECÇÕES COSTURAM AS EXISTÊNCIAS?

Em nossas pesquisas, propomos a olhar para a violência colonial, olhar para a brutalidade que forjou os espaços de poder na colônia e, conseqüentemente, as opressões. Vivemos encontros de vida e teoria com algumas mulheres de força improrrogáveis.

Nos encontramos com Suely Carneiro (2003), que nos diz que no Brasil e na América Latina a violação colonial perpetrada pelos brancos contra as mulheres negras e indígenas é o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça. Este apontamento ecoa na voz e na arte de Elza Soares, que em suas canções fala da mulher do fim do mundo e da necessidade de usar a voz para dizer aquilo que cala. O que cala a mulher do fim do mundo? Elza canta que “o meu país é meu lugar de fala”⁴, pois na tessitura das costuras de um Brasil, a linha que perpassa toda a estrutura é a linha que se intersecciona nas experiências de mulheres negras.

4 Trecho da música “*O que se cala*”, de Elza Soares, lançada no ano de 2018.

Assim, um pensamento interseccional se torna improrrogável na tentativa de incomodar o sono injusto, que nós, pessoas brancas, desfrutamos há muito tempo⁵. A interseccionalidade surge nas vozes do movimento estadunidense *black feminism* dos anos 1970 e é grito que ecoa, principalmente, nas vozes de pensadoras negras que buscam abordar a experiência de vida sob a perspectiva dos múltiplos sistemas de dominação. A interseccionalidade propõe pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado (Akotirene, 2019).

Carla Akotirene (2019, p. 15) aponta que é necessário descolonizar e adotar o Atlântico enquanto *locus* de opressões cruzadas, pois as águas do Atlântico “cicatrizam feridas coloniais causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitários, contrapostos humanos e não humanos”. É nessas águas que encontramos com Conceição Evaristo falando da experiência limite da mulher negra no Brasil. É na escrevivência que ela diz aquilo que cala. “A (escre)vivência das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra” (Evaristo, 2005, p. 6). A escrevivência se torna um processo de resistência política e literária, um caminho na escrita para contar as intersecções que atravessam a experiência dessas escritoras.

É pensando numa escrita política com reverberações interseccionais que também encontramos com Gloria Anzaldúa (2000, p. 235), que alerta: “Muitos têm habilidade com as palavras. Denominam-se visionários, mas não veem. Muitos têm o dom da língua, mas nada para dizer. Não os escutem”. São palavras que imediatamente nos remetem à escrita de Carolina Maria de Jesus (1960), que tinha muito a dizer, mas foi pouco escutada. No livro “*Quarto de despejo*”, ela cria uma poética denunciante acerca da condição de invisibilidade social da favela e inscreve a sua experiência enquanto mulher sobre a perspectiva da cor, localizando sua experiência de mulher pobre na sua pele preta: “quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro” (Jesus, 1960, p. 160).

A interseccionalidade é perspectiva, método, olhar, conceito, que nos encaminha para compreender as múltiplas experiências de vida, mas também nos direciona para reconhecermos os nossos lugares de fala e os nossos espaços de privilégio. É caminho para desacomodar estruturas que há muito tempo forjam as experiências de vida e mantêm as desigualdades sociais.

5 Frase inspirada em um trecho do capítulo “Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita”, de Conceição Evaristo, que escreve: “A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”. (Evaristo, 2007, p. 21).

[DESOBEDECER] METODOLOGIAS [NOS INTERESSA]

Padrões metodológicos se complicam quando o bando do GEPS se encontra. Nomear nossos modos de pesquisar igual ao de outros é como se fosse uma rajada de vento que dificulta nosso voar em linha reta. Não que isto nos interesse. Assim como dificulta, nos impulsiona a outras direções. Somos um passarinho que tem dificuldade de se encaixar e seguir caminhos lineares.

Cartografia, etnografia, pesquisa bibliográfica, entrevista semiestruturada ou aberta, pesquisa qualitativa, grupo focal. Nos parece que estes nomes limitavam as possibilidades dos nossos modos de pesquisar. Não obedecemos a alguns critérios do rigor científico. Sensação similar à de Manoel de Barros (2015, p. 85). “Passou um homem e disse: Essa volta que o rio faz... se chama enseada... Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia uma volta atrás da casa. Era uma enseada. Acho que o nome empobreceu a imagem”. Assim, inventamos outros nomes, outros modos, para enriquecer e dar sentido aos encontros vividos com aqueles e aquelas que foram nossos parceiros de pesquisa - e não objetos.

PesquisarCom, poéticas públicas, cartografia, biografemas, escutação. Encontramos jovens, crianças, pessoas em situação de rua, profissionais da assistência social, o acolhimento institucional, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o Trabalho Educativo, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e, com esses outros bandos nos somamos, para “resistir, existir, reexistir” (Leonardo Oliveira, 2020). Nestes encontros alegres, a pesquisa se esforça em perdurar como escrevivência e procura frear seu ímpeto totalizante.

Como conhecer jamais o menino? Para conhecê-lo tenho que esperar que ele se deteriore, e só então ele estará ao meu alcance. Lá está ele, um ponto no infinito. Ninguém conhecerá o dele hoje. Quanto a mim, olho, e é inútil: não consigo entender coisa apenas atual, totalmente atual: o que conheço dele é apenas sua situação... (Lispector, 2016, p. 417)

No conto “*Menino a bico de pena*” Clarice Lispector (2016) nos ensina que a vida do menino é sempre mais veloz que as ideias e não pode ser apreendida pelo olhar atento de quem o observa. No improrrogável, a vida e sua exuberância. No pesquisar, notícias da vida em movimento, processos em deterioração de uma vida que sempre insiste em desobedecer, por isso, respira e pode escapar, existir.

ENTÃO, POR ONDE DESCOMEÇAR, RECOMEÇAR?

Quem sabe, andarilhar... isso, com reticências de quem hesita, suspende, abre espaço para interpretar. O andarilho pára!!! Ah! Com exclamação!!! Te(n)

são. Escandir, expandir, dilatar fronteiras e os domínios do conhecimento. Quais passos, andanças/ caminhos se fazem urgentes, insurgentes neste sobrevoos? A inconclusão, a abertura, a dúvida e a ressonância são ferramentas de que não podemos abrir mão. Temos pistas, um corpo/corda cheio de nós, mas que não se ata, não se encerra. Passamos a habitar estes (des)territórios nos aliando a poesia e ela pode ser prazer, beleza, mas pode ser cortante, desconfortável. Nos aliamos a cosmologias outras, abrimos horizontes improrrogáveis, encharcamos os olhos com inconformismo e luta, olhamos o espelho.

Quando nos aliamos aos bandos de pássaros, o que isso (nos) produz, enquanto agrimensoras parciais? Afinal, quem é que agora nos lê, quem sonha com nosso sonho, nossos lampejos e compõe com nossas vozes, tece com esses planos, agora compartilhados? Novas alianças, passos, pássaros ao bando. Propomos, assim, cantar/catar histórias, da escrita/corpo/inscrito, da miséria/riqueza do dia a dia, dessas folhas brancas e de cada costura desse tecido e dessa vida que se trama, embalados por revoadas, desenhando paisagens, atmosferas nômades, encontros de massas de ar. Não sabemos ainda, apesar disso, prever o clima de amanhã, mesmo assim, nos preparamos para os possíveis.

REFERÊNCIAS

- Akotirene, Carla** (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Anzaldúa, Gloria** (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos feministas*, 8(1), 229-236.
- Barros, Manoel de** (2015). *Meu quintal é maior do que o mundo*. Objetiva.
- Cardoso, Lourenço** (2018). Gente Branca. O que os brancos de um país racista podem fazer pela igualdade além de não serem racistas? [Entrevista concedida à Mirella Nascimento, *Tab UOL*. <https://tab.uol.com.br/edicao/branquitude/>]
- Carneiro, Sueli** (2003). Enegrecer o feminismo. In *Racismos Contemporâneos* (pp. 118-126). Ashoka Empreendedores Sociais; Takano Cidadania.
- Cortázar, Julio** (2019). *O jogo da amarelinha*. Companhia das Letras.
- Evaristo, Conceição** (2017). *Becos da Memória*. Pallas.
- Evaristo, Conceição** (2005). Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In Marcos A. Alexandre (Org.), *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces* (pp. 16-21). Mazza Edições.
- Grosfoguel, Ramón** (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Soc.&Estado*, 31(1), 25-49.
- Haraway, Donna** (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Jaffe, Noemi** (2018). *Livro dos Começos*. SESI/SP.
- Jesus, Carolina Maria de** (1960). *Quarto de despejo*. Francisco Alves.
- Lispector, Clarice** (2016). Menino a bico de pena. In *Todos os contos* (Benjamin Moser, Org.). Rocco.
- Mãe, Valter Hugo** (2016). *O filho de mil homens*. Biblioteca Azul.
- Preciosa, Rosane** (2010). *Rumores Discretos da Subjetividade: Sujeito e escritura em processo*. Sulina.
- Torres García, Joaquín** (1984). *Universalismo Constructivo*. Contribución a la unificación del arte y de la cultura de América. Alianza Editorial.

RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE, RAÇA, DIVERSIDADE CORPORAL E OS DESAFIOS DA ABORDAGEM INTERSECCIONAL:

PESQUISA ÉTICO-POLÍTICA EM CENA

Henrique Caetano Nardi

Paula Sandrine Machado

Rafaela Vasconcelos Freitas

O Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero –(NUPSEX) tem por objetivo a produção de conhecimento no campo da sexualidade, relações de gênero e raça. O grupo privilegia pesquisas voltadas à compreensão das formas como tais campos se acoplam a distintos modos de ser, a partir de uma preocupação ética e política. Nossa reflexão ética é guiada pelo princípio do direito à liberdade e do respeito à diversidade das formas de expressão de si e dos distintos modos de constituição das corporalidades. Nossa ação política se caracteriza pelas estratégias de pesquisa, bem como pela responsabilidade com o compartilhamento do conhecimento produzido no espaço público.

O Núcleo foi criado oficialmente em 2007, a partir de financiamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, embora nossas atividades sejam anteriores à sua oficialização. Desde a sua concepção, o NUPSEX tem buscado problematizar os vetores de subjetivação presentes no contexto sociopolítico brasileiro e internacional, mais especificamente na forma como esse se materializa no campo das políticas públicas, dos movimentos sociais, da cultura, bem como no modo como os corpos são construídos e se constroem nos processos de subjetivação, particularmente na relação com a cisheteronorma.

As principais produções do grupo tomam por base as perspectivas pós-estruturalista, dos estudos da ciência e da tecnologia, do feminismo interseccional, dos estudos queer e da teoria descolonial. Elas estão articuladas às diferentes trajetórias de suas/seus pesquisadoras/es, que buscam construir estratégias ético-políticas de pesquisa neste campo.

Neste breve capítulo, apresentaremos nossas principais perspectivas teóricas e um panorama das nossas produções como grupo nos últimos anos. Tem-se como horizonte que os âmbitos das ciências, das políticas e das sociedades são coproduzidos, como sinaliza Sheila Jasanoff (2004). Além disso, entendemos que a produção de conhecimento, em seus diversos contextos, tem uma dimensão política e prática com efeitos desiguais nos corpos, nas subjetividades, na produção das identidades e no reconhecimento de direitos. Logo, conhecer não é somente representar o real, mas demanda engajar-se, manejar e intervir nas práticas, no ponto em que elas formam realidades (Moraes & Arendt, 2013).

ACOPLAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS, FAZERES HETEROGÊNEOS E EM PROCESSO: DISPOSITIVOS PARA UMA CIÊNCIA LOCALIZADA E EM DISPUTA

Alguns conceitos operacionalizados nas pesquisas realizadas pelo grupo, desde a sua criação, remetem às definições propostas por Michel Foucault (1994a), quando o autor se refere à subjetividade como a experiência que fazemos de nós mesmos no interior de um determinado jogo de verdades. Por jogo de verdades entende-se a maneira como os saberes se legitimam como verdadeiros a partir das suas formas de enunciação, dos seus suportes materiais e institucionais, dos procedimentos para sua produção e do seu engate nas redes enunciativas (Foucault, 1994a). Embora este seja um conceito sintético, ele é complexo e denso, remetendo aos processos, às práticas e aos enunciados com efeito de verdade aos quais somos expostos e que nos são propostos ou impostos em um determinado tempo e contexto. Fazer a experiência de si é um processo contínuo, não limitado à forma individual e que, conceitualmente, recusa uma essência *a priori* do que seria o sujeito ou a subjetividade. Essa última, portanto, é designada mais como forma do que como conteúdo, respeitando somente o *a priori* histórico, como algo que nos antecede e nos excede, conforma propõe Judith Butler (2010).

Afirmar que o sujeito é um efeito dos modos e processos de subjetivação é assumir a perspectiva dos efeitos performativos daquilo que nomeamos. Assim, aponta para a ideia de que a constituição/autoconstituição do que somos depende da forma como, em cada período histórico e em cada contexto sociocultural, pensamos nossas vidas a partir das relações de poder, que oferecem/impõem um modo de ser hierarquizado pela norma, com suas regras e sanções, em um determinado tempo-contexto.

Para dar um breve exemplo do que formulamos a esse respeito — mesmo sabendo que os exemplos são sempre limitantes e reduzem a complexidade daquilo a que nos remetemos — podemos pensar que os discursos (médico, jurídico, psicológico, pedagógico, antropológico etc.), que nomeiam as homossexualidades, as travestilidades, as transexualidades e as intersexualidades como formas identitárias,

emergiram somente no século XIX e XX e têm definições distintas, dependendo da cultura na qual estão inseridos. Outras épocas e culturas tratavam isso que hoje classificamos como identidades, por exemplo, como práticas inseridas em outras cosmo-ontologias. Assim, na relação com os jogos de verdade, cada um de nós irá pensar o que “é”, o que “deve ser”; e o que “pode ser”, a partir daquelas informações validadas por formas de veridicção próprias a um determinado tempo (como as regras da ciência hoje, as da teologia em outras épocas, ou ainda os jogos políticos envolvendo as disputas entre a ciência e a religião, entre outros inúmeros arranjos possíveis) e que, de determinada maneira, adquiriram efeito de verdade.

Cabe salientar que esse “eu” que utilizamos para nos denominar tem sempre um caráter performativo, reiterado a partir do modo como nos constituímos de forma contingente na relação com as “verdades” de nosso tempo. Nessa direção, é importante inverter o *cogito* de René Descartes (cuja obra marca a emergência da ciência moderna na lógica eurocêntrica) — “penso, logo existo” —, pois há algo que pensa em mim. A configuração desse *algo-verdade* que pensa antecede e excede o sujeito, mas não o limita, pois não há forma identitária capaz de dar conta integralmente do que podemos ser, ainda que as identidades balizem nossas existências.

O conceito de gênero, por sua vez, remete a uma divisão binária e hierarquizada do feminino e do masculino que é socialmente imposta e reiterada (Nardi, 2015). Ele é o produto das relações sociais, que condicionam formas de agir e pensar designadas como masculinas aos homens e femininas às mulheres, ambas intrinsecamente ligadas à heterossexualidade compulsória (Rich, 1993). As relações de gênero são um elemento transversal em todas as esferas da vida social, o qual é dependente da cisheteronormatividade e central para a sua compreensão. Por cisheteronorma entende-se, aqui, a forma através da qual a heterossexualidade e a cisgeneridade foram naturalizadas, assim como construídas e reiteradas como a norma a partir da qual as outras expressões da sexualidade e de gênero são julgadas e hierarquizadas.

A cisheteronormatividade regula as relações entre gênero e sexualidade fazendo, entre outros efeitos, com que, no senso comum, mulheres e homens homossexuais sejam questionadas/os do ponto de vista de suas masculinidades e feminilidades e, de forma recorrente, que não sejam considerados/as como homens e mulheres “verdadeiros/as”. A norma impõe expressões de gênero limitadas a uma coerência dicotômica, complementar, hierarquizada e recíproca em relação ao sistema sexo-gênero-sexualidade, ou seja, pessoas com um corpo designado como o de mulher no nascimento devem aprender a se expressar socialmente de forma feminina e desejar homens masculinos e vice-versa. A norma funciona de forma performativa, no sentido que Judith Butler toma de John L. Austin, isto é, os enunciados não simplesmente descrevem, mas fazem o que designam. Ao mesmo tempo, tais enunciados dependem de sua reiteração constante para

funcionar (Butler, 2010). Assim, a expressão “diversidade sexual e de gênero” é um termo que, embora criticado pelo seu uso indiscriminado, remete justamente a uma contestação da norma, a qual explicita as suas fissuras e pode ter como efeito deslocamentos nos ideais regulatórios, ao designar performativamente que existem múltiplas expressões de gênero e sexualidade.

Ainda no sentido de explicitar algumas definições utilizadas, entendemos a sexualidade como um dispositivo histórico de poder (Foucault, 1976), que, a partir do final do século XVIII, se afirma, no mundo ocidental, como o conjunto de discursos e instituições que produzem um modo de subjetivação, colocando as práticas sexuais, os desejos e os afetos como centrais para a constituição do sujeito moderno. Tal dispositivo desencadeou uma incitação discursiva sobre o sexo e a sexualidade nos múltiplos campos da ciência e das instituições (jurídica, governamental, pedagógica, familiar, econômica etc.) para nortear a conduta dos indivíduos e da população no contexto das estratégias de governo da vida que caracterizam a biopolítica.

Assim, o dispositivo da sexualidade é aquilo que coloca o poder em ação, materializa o poder, faz com que ele seja posto em ato (lembrando que, para Foucault, o poder só existe em ato). É a rede dinâmica que une e faz a difusão de discursos (da medicina, do direito, da psicologia, da pedagogia etc.) e se materializa na arquitetura, na geografia social, nas estratégias de governo (as políticas públicas), no regime jurídico, nas ações da polícia, nas práticas da assistência, nas ações dos trabalhadores na saúde, na mídia e no trabalho, ou seja, aquele conjunto de instituições e práticas que produz, no cotidiano, a centralidade da sexualidade para a experiência que fazemos do que somos.

As formas de governo que se sustentam na lei e na norma nunca são neutras ou uniformes, elas são fruto dos conflitos próprios às relações de poder em uma sociedade, bem como buscam transformar ou manter o modo como uma determinada sociedade se organiza. Assim, para pensar a ação nas políticas e na legislação no campo da diversidade sexual e de gênero, não se deve analisar, de forma homogênea, a ação do governo e, tampouco, dos movimentos sociais. Nesse mesmo sentido, nos últimos anos, as perspectivas interseccionais (Brah, 2006; Crenshaw, 1991) e descolonial (Dussel, 1998; Lugones, 2008; Mignolo, 2002) têm marcado uma inflexão na maneira como o grupo se aproxima de autoras e autores do norte global, o que repercute em nossas análises e ações.

O conceito de interseccionalidade, proposto por Kimberlé Crenshaw (1991), mostra, por exemplo, que cada pessoa/grupo vive de forma distinta as opressões dependendo da forma como se articulam as relações de gênero, sexualidade, classe, raça, geração, entre tantas outras. Ao operacionalizar o conceito nas análises, evita-se aquilo que Larissa MacGarrity (2014) alerta como um risco no campo dos estudos de minorias, ou seja, de tomar a experiência das e dos mais privilegiadas/os

no interior de uma minoria como uma experiência de todas/os que a compõem. Um homem *gay* branco rico norte-americano enfrenta barreiras muito distintas do que uma travesti negra brasileira pobre, por exemplo.

Nesse sentido, é importante destacar que o próprio dispositivo da sexualidade age nos processos de subjetivação de formas distintas, dependendo dos marcadores sociais da diferença (Brah, 2006) que nos constituem e que balizam nossas possibilidades de agir e fazer escolhas. Ou seja, a classe, a cor da pele, a idade, o gênero e a sexualidade são marcados pela ação do dispositivo de formas distintas. Assim, o esquadramento social que marca nossas posições e possibilidades de mobilidade no campo social muda, se sou branco ou negro, homem ou mulher, cis ou trans, velho ou jovem, homossexual ou heterossexual, pobre ou rico, e, também do país, da região, da cultura onde vivemos, como já ressaltamos. A crítica descolonial e pós-colonial¹ é, portanto, fundamental nesse debate, pois nos faz pensar o lugar subalternizado e os efeitos distintos de uma legislação e de um sistema jurídico que tem uma matriz eurocêntrica (Sartori, 2017).

O dispositivo da sexualidade emerge contingentemente à modernidade, nas transformações que se afirmam na lógica capitalista liberal que marca as revoluções burguesas na Europa, embora, para as e os representantes do giro descolonial, a modernidade se instaure na invasão da América. O discurso jurídico, que emerge com a passagem da lei de deus (que marca as primeiras hierarquias coloniais do humano) à lei dos homens (nesse momento, eram os homens mesmo, pois as mulheres ainda estavam submetidas a um estatuto de infracidadania ou, ainda, de propriedade), afirma, nos enunciados que o estruturam, a figura do indivíduo como central. Esse indivíduo, o “homem”, passa a ser escrutinado, esquadrimado e dissecado pela ciência, sendo o discurso científico aquele que vai afirmando e legitimando, pela via da normalização, essa nova ordem que organiza a sociedade.

1 Há um debate não resolvido em torno do uso do termo descolonial ou decolonial. Para um detalhamento deste debate ver o artigo de Pedro Pablo Gómez (2015). Aqui escolhemos o termo descolonial, pois não segue a lógica da aproximação com o termo como é usado em inglês, ainda, cabe lembrar que decolonial é um neologismo em português. Não acreditamos que descolonial se confunda com a ideia de descolonização (outro conceito), assim acreditamos que ao usar a grafia da palavra original em português nos aproximamos mais da corrente teórica descolonial. Quanto às diferenças e aproximações entre os conceitos de descolonial e de pós-colonial, recomendamos a leitura do segundo capítulo do livro de Dailor Sartori (2017). Basicamente o primeiro termo foi criado pelo grupo modernidade/colonialidade constituído por Catherine Walsh, Walter Dignolo, Anibal Quijano entre outras/os e remete à crítica da modernidade como uma época criada a partir da invasão da América no século XIV e o surgimento da lógica eurocêntrica como forma de dominação colonial. Já o segundo conceito foi concebido por vários autores e autoras e cujo livro, *O Orientalismo*, de Edward Saïd é um precursor. Também realiza a crítica do eurocentrismo moderno, buscando fazer emergir as vozes subalternizadas, mas seus escritos se concentram sobre as colônias europeias do século XX. São expoentes autores e autoras como Homi Bhabha e Gayatri Spivak entre muitos outras/os. Enquanto o primeiro termo centra a sua discussão na América e é influenciado pelo conceito de sistema-mundo, marcado pelo marxismo, o segundo privilegia a crítica do discurso colonial e a potencialidade de agência dos sujeitos.

Há uma série de deslocamentos e acoplagens que se produzem aqui. A passagem da aristocracia para a burguesia como classe dominante se deu via um deslocamento do dispositivo da aliança (que marcava os casamentos entre as famílias aristocráticas e mantinha uma casta dominante, ungida por deus) ao dispositivo da sexualidade, que a normaliza, inicialmente aquela da burguesia, assegurando sua legitimidade como classe dominante. Foucault (1976) afirma que o “sangue azul da aristocracia” é substituído, nesse processo, pela “sexualidade da burguesia” (cujo “tipo ideal”, aparece, de forma irônica, no capítulo “Nós, vitorianos” do volume I da *História da Sexualidade*) como marca de dominação. O dispositivo que emerge no século XVIII, mas que se afirma no século XIX, incorpora a técnica da confissão cristã no discurso científico e nas práticas da polícia, da justiça, da medicina, da psiquiatria nascente, da psicanálise e da pedagogia. Há aqui um furor e uma incitação a confessar e falar sobre a sexualidade, locus central da verdade sobre o sujeito. Há uma explosão discursiva que se centra na vigilância da sexualidade como controle da população e do indivíduo na acoplagem da biopolítica e da disciplina (que constituem o biopoder), conduzindo as estratégias de governamentalidade. Nessa passagem da religião para a ciência, se instauram-metamorfoseiam outras hierarquias generificadas, sexualizadas e racializadas na relação europa-colônias que se mantém até hoje nas lógicas da colonialidade do poder e do saber.

Os debates sobre a construção do conhecimento como inscrita em relações de poder e como prática situada de produção de saberes localizados (Haraway, 1995), também aproximaram o grupo dos debates no campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, em especial aquele inspirado pelos Estudos Feministas da Ciência e pela crítica da chamada virada material. De forma bastante genérica, essa produção suspende a ideia de uma verdade natural sobre os corpos sexuados e a concepção da realidade como única, estável e coerente, indicando que, entre outros elementos, as práticas científicas atuam na performance da natureza ao invés de constituírem um espelho desta. A virada material, por sua vez, provoca um deslocamento em direção às práticas semiótico-materiais que produzem as realidades, as quais, invariavelmente, envolvem elementos heterogêneos, como coisas, ferramentas, substâncias, tecnologias, humanos e não humanos, que se coordenam em ontologias múltiplas (Mol, 2003). A análise sobre os processos que produzem esse corpo — que é múltiplo — como algo unificado e constante permite refletir, por exemplo, sobre a patologização e medicalização dos corpos e das identidades, não como efeito de um discurso normativo coeso, mas como um espaço onde a natureza e seus desdobramentos estão em disputa. Nessa disputa, somos também agentes como pesquisadoras e pesquisadores. Atuamos nessas práticas, levamos instrumentos, damos nomes, preenchemos relatórios etc. Isso tudo se trata, como afirmaria Mol (2008), de uma política ontológica.

PRODUÇÃO

Desde sua criação, já foram defendidas doze dissertações de mestrado e três teses de doutorado e supervisionado um pós-doutorado, sendo que há cinco doutoramentos em andamento, quatro mestrados e um pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. As produções científicas são divulgadas em revistas nacionais e internacionais, contabilizando trinta e cinco artigos, dois livros organizados, trinta e dois capítulos, um dossiê para a revista *Polis e Psique* e múltiplos trabalhos apresentados em congresso nacionais e internacionais. As pesquisas desenvolvidas no NUPSEX têm contado com financiamento do CNPq e outras agências de fomento, através de diferentes editais. Mantemos intercâmbio com diversos núcleos de pesquisa de instituições nacionais e internacionais, como o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NuH), da Universidade Federal de Minas Gerais; Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (Margens), da Universidade Federal de Santa Catarina; Núcleo de Estudos para a Prevenção da AIDS (Nepaids), da Universidade de São Paulo; Multiversos, da Universidade de Fortaleza e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (LabESHU), da Universidade Federal de Pernambuco; Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) e Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Clínica de Direitos Humanos, do Centro Universitário Ritter dos Reis, entre outros. Além disso, estabeleceram-se parcerias de pesquisa com a Cátedra de Homofobia da Universidade do Quebec em Montreal e com o Institut de Recherches Interdisciplinaires sur les Enjeux Sociaux, da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris. Como fruto dessas parcerias, temos recebido estudantes para intercâmbio de outros países e de outras regiões do país. O NUPSEX também conta com o subgrupo de pesquisa “Direito, Sexualidade e Gênero”, coordenado pelo professor Roger Raupp Rios. Os autores compõem ainda o GT Psicologia, Políticas e Sexualidades da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), em diálogo e parceria com outros pesquisadores e programas de pós-graduação pelo país.

CRDH

Como fruto do trabalho do NUPSEX/UFRGS e a partir do edital PROEXT, em 2012 criamos o Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade (CRDH). O CRDH tem como objetivos: proporcionar acolhimento e orientação à população LGBT vítima de discriminação, violência e/ou preconceito relacionados à identidade de gênero, orientação sexual e raça; realizar formação e prover assessoria para profissionais das políticas públicas de

educação, saúde, segurança pública e assistência social; assim como desenvolver projetos de formação para escolas de ensino fundamental e médio. O CRDH é também um programa de extensão da UFRGS, que nasceu de um trabalho de formação e atendimento no campo da violência de gênero nas relações de intimidade, iniciado em 2003, em parceria com a Professora Raquel da Silva Silveira (na época vinculada à UNIRITTER).

Ao longo dos anos, com uma equipe interdisciplinar que se renova com a cadência dos tempos de formação universitária, o CRDH vem promovendo um trabalho articulado de ensino, pesquisa e extensão em colaboração com os movimentos sociais, ONGs e setor público. Nessa direção, o Centro promove, anualmente, desde 2011, o seminário “Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas”. O trabalho desenvolvido resultou na publicação de três livros (2013, 2015 e 2018) e na formulação de tecnologias de formação, presenciais e EAD, com as quais já atingiu mais de 20.000 pessoas, direta e indiretamente. Foi responsável pela elaboração de instrumento de avaliação do preconceito contra orientações não heterossexuais e transexualidades/travestilidades na área de saúde, utilizado com mais de 15.000 pessoas em escolas públicas no RS, CE, MG, PE e em Portugal, além da própria UFRGS. Também integrou a comissão de implantação do nome social para travestis e transexuais na Universidade, além disso, participa do Observatório da Homofobia do Estado do RS e é convidado a fazer conferências no CRP-RS, AJURIS-RS, Conferência Municipal LGBT e Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em universidades e órgãos públicos, entre outros espaços, além de ter representado a UFRGS no acordo de cooperação entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria de Segurança Pública do RS no combate à homofobia.

NOTAS FINAIS SOBRE UM FAZER EM PROCESSO

Desde 2020, a pandemia de Covid-19 vem repercutindo em diferentes âmbitos da vida cotidiana. Em meio aos retrocessos políticos e econômicos nacionais, no campo da educação, o NUPSEX reafirma seu compromisso em refletir como as humanidades podem ter um papel crucial em relação ao entendimento dos adoecimentos e aos enfrentamentos de situações alarmantes, pensando como os marcadores sociais da diferença e desigualdade (como raça, gênero, sexualidade e corporalidades) perpassam a cultura, tendo em vista a necessidade de (re)aprendermos a viver em conjunto. Endossando que as ciências humanas e sociais são partes fundamentais da ciência e as tentativas de retirá-las de um diálogo articulado com outras áreas reforçam a precariedade de uma noção normativa e limitada em saúde.

As ações do grupo, problematizando os lugares comuns, contribuem para o estabelecimento de novas formas de fazer saúde e de potencializar nossos próprios

conceitos, por uma ciência ampla, múltipla e integral. Nesse sentido, desenvolvemos ações *on-line* de grande abrangência, como os cursos de extensão: “A temática de gênero e sexualidades no cotidiano dos Institutos Federais de Educação”; “CORPOTÊNCIAS: Grupo de Estudos em Diversidades Corporais”; Grupo de estudos infâncias trans. As duas últimas atingiram pessoas de todo país, com demanda de continuidade. Nossas páginas no *Facebook*² e o perfil *@nupsex.ufrgs* no Instagram se configuram, ainda, como formas de comunicação dos trabalhos desenvolvidos na universidade e o público externo.

Acreditamos que núcleos de pesquisa e centros de referência, como os que apresentamos, têm o potencial de estabelecer espaços institucionais para o debate de temáticas urgentes e importantes na (re)democratização das sociedades, assim como de constituir um espaço de sociabilidade, formação e liberdade para uma comunidade acadêmica cada vez mais diversa e criativa. Se os contextos de criação e suas formas e possibilidades de atuação estão inseridos em um panorama nacional mais amplo, as bases teóricas e as temáticas de pesquisa também são inerentes às urgências e aos interesses daquelas que as constituem. Nossas trajetórias no debate da diversidade corporal e funcional, das sexualidades, das dinâmicas raciais e sociais possibilitaram e indicaram a necessidade de estabelecer parcerias, fornecer apoio institucional e auxiliar alunos e seus coletivos, ampliando os espaços de formação para além das salas de aula e dos auditórios; expandindo e legitimando (novas) áreas de conhecimento. As vozerias e algazarras muitas vezes caracterizadas como uma suposta desordem barulhenta, para nós, caracterizam o fazer científico. Essa desordem diz das disputas pelos significados desse espaço e, longe de deslegitimar a sua produção, indicam a potência daqueles que a constituem, que não reconhecem os cânones acadêmicos como sítios do silêncio e da conformação, mas também de transformação de ruído em saberes.

2 <https://www.facebook.com/groups/nupsex>; <https://www.facebook.com/groups/direitonupsex> e <https://www.facebook.com/crdhufrgs>

REFERÊNCIAS

- Brah, A.** (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376.
- Butler, J.** (2010). *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales e discursivos del sexo*. Paidós.
- Crenshaw, K. W.** (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity, politics, and violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43, 1241-1299.
- Dussel, E.** 1998. *Un proyecto ético y político para América Latina*, Anthropos.
- Foucault, M.** (1976). *Histoire de la Sexualité*. Vol. I. *La volonté de savoir*. Gallimard.
- Foucault, M.** (1994a) L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In *Dits et Ecrits* (Vol. IV, pp. 708-729). Gallimard.
- Foucault, M.** (1994b) Entretien avec Michel Foucault. In *Dits et Ecrits* (Vol. IV, pp. 513-518). Paris: Gallimard.
- Gómez, P. P. (2015)**. ¿Decolonialidad, descolonialidad o des/decolonialidad? In W. D. Mignolo & P.P. Gómez (Orgs.), *Trayectorias de re-existencia: ensayos en torno a la colonialidad/decolonialidad del saber, el sentir y el creer* (pp. 353-362). Universidad Distrital Francisco Jose de Caldas.
- Haraway, D.** (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Jasanoff, Sheila** (2004). *States of Knowledge: The Co-Production of Science and the Social Order*. Author.
- Lugones, M.** (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, 9, 73-101.
- Macgarrity, L. A.** (2014). Socioeconomic Status as Context for Minority Stress and Health Disparities Among Lesbian, Gay, and Bisexual Individuals. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 1(4)383-397.
- Mol, Annemarie** (2003). *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Duke University Press.
- Mol, A.** (2008). Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In *Objectos impuros: experiências em estudos sobre a ciência* (pp. 63-75). Afrontamento.
- Moraes, Marcia O. & Arendt, Ronald João J.** (2013). Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social. *Psicol. Estud.*, Maringá, 18(2), 313-321. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000200012&lng=en&nrm=iso
- Mignolo, W.** (2002) *Historias locales / diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Akal.
- Nardi, H. C.** (2015). Gênero e Trabalho. In Pedro F. Bendassolli & Jairo Eduardo Borges (Orgs.), *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações* (pp. 357-362). Casapri.
- Rich, Adrienne** (1993). Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In Barbara C. Gelp & Albert Gelp (Eds.), *Adrienne Rich's Poetry and Prose* (pp. 17-44). W.W. Norton & Company.
- Sartori, Dailor** (2017). *Pensamento descolonial e direitos indígenas*. Lumen.

INVENTÁRIO: COMO CULTIVAR FICÇÕES CLÍNICO-POLÍTICAS NO PESQUISAR

*Luis Artur Costa | Ali do Espírito Santo | Brides Emanoele Spohn Cezar
Bruno Armando Diab Papini | Francine Delavald Bottoni | Jesse Rodriguez Cardoso
Júlia Arnhold Rombaldi | Kareem Sâmia Pamplona Pires | Karine Shamash Szuchman
Leonardo Régis de Paula | Maria Lucia Macari | Mauricio Winck Esteves
Moisés José de Melo Alves | Monique Navarro Souza | Vanessa Branco Cardoso*

INTRODUÇÃO AO MANUAL DE CULTIVO: PROLIFERAR CONTÁGIOS DE LÍRIOS

Caras pessoas leitoras, perdoem se abusamos do vosso bom senso ao propor tal inventário de proporções pouco razoáveis, no entanto, temos exatamente a pretensão de quem sabe, proporcionar-lhes formas menos proporcionais para suas palavras, afetos e pensamentos na aventura da produção de conhecimento. Palavras menos proporcionais as quais, quem sabe, sejam capazes de proporcionar uma jornada menos edificante do que outras, mas jamais menos valorosa em suas honras de escrita que se quer indisciplinada. Aqui, talvez possamos dizer, balbúrdia é método: apenas pelo descarrilar dos trilhos seremos capazes de percorrer, quem sabe, novos caminhos.

Como expurgar de nossos corpos as muitas medidas que as réguas de sempre inscreveram com tanto afinco em cada vinco da pele? Acreditamos que não basta torcer as réguas até quebrá-las, temos que torcer o próprio espaço-tempo que, em nosso campo sensível, já prescinde da existência das réguas para adotar as suas medidas, afinal, é como se a régua habitasse cada filigrana de nossos poros, de nossos bastonetes, de nossas células ciliadas do tecido auricular, entranhada em nossas entranhas, dando ritmo ao batimento de nossos corações e movimento aos pulmões em seus ciclos repetidos. Para fazer sair às réguas, temos que promover uma escrita capaz de expelir pedras dos rins, potente o suficiente para fazer sentir e pensar diferente às palavras tão acostumadas a se banharem sempre nas mesmas águas plácidas e tranquilas do cais.

Nas cidades que construímos em nossos textos, tais fluxos de palavras, imagens, afetos e pensamentos estão, algumas vezes, conformados por uma extensa rede de

caminhos definidos, rede complexa, mas planificada por inteiro: introdução, justificativa, objetivos, problema de pesquisa, resultados, conclusão e anexos. Nada contra a praticidade da água encanada, mas queremos apostar nos vazamentos, nas infiltrações que esboroam as formas, fazem verter nascedouros e cultivam uma flora urbana subterrânea por meio do gotejamento.

Assim, proliferam mofos e musgos a desfazer as formas simétricas e proporcionais dos textos em micro florestas tropicais preches de vidas e possibilidades. Vemos vicejar essa vida que ergue formas singulares, ancoradas por sobre as estruturas gerais dos antigos prédios, compondo novas paisagens. Estilísticas ao mesmo tempo ancestrais e nunca vistas, em uma articulação de tempos alinhavados na ética da multiplicação de possibilidades. Dessa forma, trazemos aqui um breve inventário de algumas destas aventuras singulares a brotar em meio às formas gerais. Trata-se de um pequeno apanhado de um imenso ecossistema que resiste e insiste em afirmar outras clínico-políticas do narrar para além da formalização lógico-matemática-financeira moderno-colonial.

JUSTIFICATIVA: POR UMA ÉTICO-ESTÉTICA FICCIONAL NAS CLÍNICO-POLÍTICAS DO NARRAR

Se, por um lado, tudo pode ser considerado ficção desde uma mirada que não cinde um juízo entre natureza e artifício (Costa, 2012), por outro lado, tal generalização da ontologia ficcional não nos permite distinguir entre as diferentes ético-estéticas das políticas do narrar. Se é nítido o artifício ficcional, tanto nas meditações cartesianas que inauguram o indivíduo racional moderno e suas tecnologias, quanto na rede sociotécnica que nos permite divisar o mundo subatômico assim como o levedo do leite (Latour, 2001), não queremos aqui igualar tais ficções que buscam coordenar territorialidades totais voltadas à promoção de previsão-controle, com outras clínico-políticas do narrar que objetivam, por exemplo, tensionar nosso campo cognitivo-afetivo-sensível por meio de experimentações narrativas singulares voltadas para uma multiplicação do campo de possibilidades e problematização ética dos nossos modos de existir.

Dito isso, adiantamos que o presente inventário contém algumas amostras destas espécies de experimentações voltadas ao deslocamento, transformação e multiplicação das nossas possibilidades de perceber, pensar, sentir, dizer, ver, fazer ao mundo e a nós mesmos. Experimentamos, em nosso grupo, a ficção como estratégia clínico-política para afirmar uma ético-estética da diferença em nossas políticas do narrar a nós mesmos, para percorrer e tensionar nossos modos de existência, nossas formas de compreender e constituir coletivos.

Se na modernidade-colonialidade vemos a emergência de línguas gerais que desterritorializam e formalizam matematicamente a todos entes-acontecimentos do

universo por meio de geometria, lógica, estatística, digitalização e, por fim e antes de tudo, do comutador universal do capital, de modo a constituir um plano pretensamente universal e hierarquizante dos modos de existir, vamos, por outro lado, afirmar a clínico-política do narrar segundo uma ético-estética ficcional como contra protocolo às ficções formalizantes-universalizantes de tais planos numéricos gerais: voltadas não à promoção de controle-previsão planejados, mas sim à experimentação-tensionamento de possíveis em um processo de singularização-complexificação de mundos.

Uma experiência de antropologia especulativa (Saer, 2004) entre virtualidades, istidades, singularidades em um empirismo transcendental no qual há uma paradoxal imanência entre sensível e inteligível, atual e virtual, natural e artificial. Cartografia-ficcional (Bottoni, 2017; Bottoni & Costa, 2018), memórias inventadas (Cunha, 2017; Cunha & Costa, 2020); alterego heterotópico (Alves, 2018; Alves & Costa, 2019; Reis, 2019), retratos (Cezar, 2018); ensaio (Esteves, 2019), delírio como método (Papini, 2019; Nascimento, 2018; Costa, 2012, 2014), redução ao absurdo (Cardoso, 2021; Costa, 2018), biografemas colaborativos (Costa, 2016), inacabamento-fragmento (Manzoli, 2019), escrevivência (Almeida, 2018; Cardoso, 2020), historicizar (Paula, 2019; Paula & Rodrigues, 2021¹), esculpir o tempo (Macari, 2020), heterofagia (Cardoso, 2018), são algumas das operações metodológicas que já foram experimentadas pelo grupo. Aqui, poderemos acompanhar com mais vagar algumas destas experimentações encontradas em nossa exploração das águas turbulentas. São espécimes onto-epistêmicos dados ao contágio e à proliferação, assim, recomendamos muita atenção e cuidado quando da sua leitura.

RESULTADOS: CULTIVOS FICIONAIS COLETADOS EM UM DEAMBULAR FESTIVO

ESCRITA INACABADA

Por que deveríamos moldar nossa forma de narrar para fazê-la caber numa linguagem dita científica, derivada do campo da razão, da lógica, do empirismo e da objetividade, se tratamos de questões subjetivas, não neutras, nas quais estamos implicados política e afetivamente? Na busca por suspiros de outras linguagens dentro da Academia, encontro narrativas que borram fronteiras disciplinares e discursivas na medida em que permitem a criação de deslocamentos e desvios. Costurando forma e conteúdo, pretendo a criação de uma escrita que se diga inacabada, lacunar e que não pretende atestar veracidade alguma. Nesse caminho, encontro a ficção como linguagem para compor minha pesquisa: uma escrita

1 Paula, Leonardo Régis & Rodrigues, Luciana (2021). Raça e Racismo: histórias ficcionais de corpos negros na universidade. *Revista Psicologia Política*, 2021 (no prelo).

ensaística (Starobinski, 2011) que potencializa os limiares (Gagnebin, 2014) e aposta na fragmentação para compor uma constelação (Benjamin, 1984). A proposta é criar estilhaços de imagens que abram a possibilidade de paisagens múltiplas, inconclusas, que, sem ter seus limites circundados, convocam quem lê a arquitetar conjuntamente com quem escreve os sentidos para aquilo que se vê.

(DE)COMPOSIÇÕES EM DEVIR

A ficção como método criativo de pesquisa mobiliza o virtual em termos de possíveis no campo imagético e cognitivo. Esse modo de fazer ver possibilita hibridismos com as virtualidades, enquanto probabilidades incorpóreas na fabricação de outros mundos. Uma de suas funções está em evidenciar, em fazer operar o virtual em termos de acontecimentos, em diferentes escalas disruptivas para novas aberturas. Podemos operá-las em conjunto com os acoplamentos afetivos e com as subjetivações que compõem a produção da realidade/modernidade/colonialidade.

Ficções falam sobre desejos, imagens e paisagens que, por muitas vezes, são invisibilizadas e excluídas, mas que estão ali, em suas lutas locais e/ou globais, operando na camada comunicativa e cognitiva de mundos compartilhados. Quem sabe, um de seus grandes desafios esteja em constantemente questionarmos os modos de como podemos modular sua potência desejante, em novas produções éticas, estéticas e políticas de outras narrativas e experimentos, na posição que afirmamos e na postura que manejamos essas (de)composições em devir.

AFETAÇÕES

Em contrapartida à imposição de uma escrita monocromática, eurocentrada, heteronormativa, encarnada na ideia de neutralidade e objetividade como única forma válida de expressão de saberes acadêmicos, se apresenta uma escrita ficcional através de um arco-íris de experiências e emoções, afeta-ações que carregam histórias de mundos historicamente silenciados pelos que ocupam os espaços de poder, possibilitando narrar as experiências da urbe e da psicologia a partir de outras perspectivas. Aposta-se numa escrita que transborda os estereótipos criados às populações marginalizadas a partir de narrativas que captem a multipl-cidade das suas constituições, uma escrita que faz chorar o luto invisibilizado da população negra, que mostra o algoz usando vestimentas de herói, a maldade do cidadão de bem, a fome da falta de pão, as desiguais condições de vida. Dessa forma, a partir da ficção se pratica uma ética do respeito à diferença, da afirmação da diferença e do contágio com a diferença, numa busca de lutar contra as violências estruturalmente naturalizadas na nossa sociedade a quem não se adéqua ao molde branco/eurocêntrico.

HISTORICIZAR

Historicizar é um conceito teórico-metodológico-narrativo que, baseado na ficção e interseccionalidade, surge como um método de pesquisa qualitativa para a análise de políticas públicas a partir do Pensamento Negro Decolonial. Situado no campo das práticas de resistência e das políticas de escrita a partir das diferenças, o Historicizar busca produzir um conhecimento que tencione as complexidades do narrar, tecidas e destecidas das experiências dos/as pesquisadores/as, profissionais e usuários/as que compõem redes informais e formais das políticas públicas brasileiras. Ou seja, este conceito visa trabalhar em suas histórias as imagens de controle como dimensão ideológica do racismo, sexismo, homofobia, transfobia, dentre outras que são utilizadas pelos grupos dominantes com o objetivo de perpetuar padrões de violência e dominação, mantendo o poder que lhe é constituído historicamente.

RECEITAS

Ainda recomendo a leitura da crônica “Receita para mal de amor”, de Rubem Braga (1985), todas as vezes que me pedem conselhos (de profissional psi) em casos de decepções amorosas. Penso nesse texto como exemplo para abordar a ficção, talvez, pelo desfecho que o texto apresenta, ao afirmar que receitas prontas não adiantam muito quando se trata dos movimentos da vida. Ou também por conta da rejeição em carregar o peso na formulação de uma resposta aos problemas das pessoas.

A ficção opera maneiras de acompanhar a vida, aproximar-se das pessoas sem a necessidade de imperativos, entendendo que os textos acadêmicos podem ter a aqui cara das pessoas (e estas não são somente homens brancos cis e héteros), podem estabelecer identificação, assim como serem combustíveis para criação de maneiras de viver. O autor da crônica traz um conselho bem ao modo como os antigos dizem: “se fosse bom, não se dava, se vendia” - importante quando temos uma metodologia que visa desfazer os modos tradicionais e valores coloniais na pesquisa. Assim, o foco no sensível e a busca clínico- política por outras formas de afetar-deslocar nossos modos de existir pode nos tornar mais capazes (potentes) para afetarmos e sermos afetados por outras formas de narrar o mundo e a nós mesmos para além das formas hegemônicas.

BENTO: ESCRITA DE SI HETEROTÓPICO

Como transformar a pesquisa, a experiência em língua? Como tornar a tela em branco em algo potente? Como estar na academia e realizar uma pesquisa implicada e localizada, se nos vemos fortemente convidados a apagar os rastros da/o pesquisadora/or que a encadeou?

Em um dos infinitos possíveis que a narrativa ficcional nos permite operar o agenciamento entre pesquisa/texto, a nossa escrita passou a ser atravessada pelo humor-delírio-cínico-xamânico em uma escrita de si heterotópica (Foucault, 2009). O nosso campo problemático foram as tecnologias de si, em especial o governo das condutas a partir dos aparatos psi. Assim, para dar corporeidade e língua à linguagem acadêmica, o texto da dissertação devirou uma política de amizade entre nós e o Bento, uma figura estética (Deleuze & Guattari, 2013), uma política de amizade heterotópica que nos permitiu percorrer as diversas linhas e territórios que nos habitam. Nesta perspectiva, o rapaz, desde outra topologia, se confundia com o corpo do próprio pesquisador, de maneira que pudéssemos fazer ver modos de ver, fazer dizer modos de dizer, performar modos de performar, no sentido do como as tecnologias de si estão presentes na construção de nós mesmos.

HELENA: UMA PALAVRA PARA DIZER O RUMOR DOS VENTOS

Helena furou as paredes de Francine. Helena furou as paradas e as redes de Francine. Um corpo furado fez-se coro. O que era couro e carcaça tornou-se coro. Narrativa. Múltiplas vozes. Passados cinco anos do início do processo, ecoam, ainda, os furos. Como se o tempo inventasse outros desenhos com o que urge, com o que para, com o que se construía parede e agora se faz chão ou até teto. Helena furtou as paredes, as paradas, as redes de Francine. Talvez, uma pesquisa, uma escrita ou uma vida precisam ser furadas e furtadas para que outros modos de relação com o mundo sejam possíveis.

DON QUIJOTE E O ESTILETE

Assim como *Don Quijote de La Mancha* de Cervantes que, tomado pela ficção literária monta em seu cavalo e se lança pelo mundo em busca de aventuras, alterando, aos poucos, a dita “realidade” que o cerca, a ficção na pesquisa pode operar como um dispositivo que desvela/subverte aquilo que nos cinge. Desse modo, através da/com a ficção, cria-se um estilo próprio: estilo, que vem do latim *stilus*, e pode significar compor ou estilete, estilete que corta e permite compor com/por fragmentos, para além de uma forma hegemônica e de um tempo linear totalizante. Como uma lâmina cultural, a ficção corta, nos arrastando pelos meandros de espaços outros, desarticulando mundos. Afinal, somos habitados por mundos e precisamos experimentar o sabor de distintas narrativas através de ficções outras para poder transitar por eles. Ficção é controvérsia, constrói castelos, moinhos e monstros. Como Don Quijote, há que ousar pelas estradas do insabido!

COM QUANTAS DÍVIDAS SE FAZ UM AUTOR

Se entendemos que o autor é uma invenção, a qual resulta de um dispositivo social de individualização, então a ficção enquanto método pode ser mobilizada em favor de uma auto invenção coletiva. Pode trazer à vida o que não fomos, mas que poderíamos ter sido, e que, portanto, virtualmente somos. Trata-se da atualização de um real virtual: “Os personagens de meus romances são minhas próprias possibilidades, que não foram realizadas” (Kundera, 2008, p. 217). Torna-se útil sobretudo quando estamos às voltas com problemas-experiências que aparentemente não produzem ressonâncias subjetivas, quando faltam as palavras e o laço com o outro ameaça se romper. É então que deixamos de nos agarrar ao outro e começamos a ensaiar uma outra língua, a experimentar o limite.

Assim, a ficção atualiza a coletividade que virtualmente somos, em favor da produção de uma experiência-problema à primeira vista incompatível com a noção usual de coletivo, considerando que carece de ressonâncias subjetivas. Porém, se ela carece de ressonâncias subjetivas é justamente porque é o ponto de partida a partir do qual um processo de subjetivação se desdobra. É no interior da incompatibilidade (entre o atual e o virtual) que a coletividade que virtualmente somos devém atual. Essa incompatibilidade é como uma defasagem, uma dívida em relação a nós mesmos, e a ficção, enquanto com ela nos responsabilizamos por uma tal defasagem, é também uma postura ética.

REDUÇÃO AO ABSURDO DAS LÓGICAS PSICO-PRISIONAIS

Compomos exercício cartográfico-ficcional que operou uma redução ao absurdo das lógicas psicoprisionais sobre o trabalho, nas quais os princípios da moral empreendedora, neoliberal e conservadora, produz alianças inusitadas entre crime, capital e religião, articulações reforçadas em sua intensidade pela ficção, como operadora de delírios do real. A proposição que o trabalho prisional seria o pilar da ressocialização é levada ao limite, uma vez essas racionalidades enunciam uma repetição dos princípios às consequências, rompendo fronteiras, equivalências e generalidades erigidas pela moral e pela lei, mostrando seus paradoxos.

Dessa forma, decidimos nem contestar, nem apenas ser submissos a eles, mas sim criar uma variação radical, compondo um futuro ultraliberal onde, após um colapso do sistema econômico, o crime organizado demonstra sua importância no mercado. Evidenciamos que o crime não acontece em um mundo paralelo, mas sim opera com muitos de seus princípios. Princípios esses que deslocamos através da ironia ou mesmo levamos à sua queda pelos jogos do humor (Deleuze, 1988).

POLÍTICAS DO NARRAR-NOS

A ficção opera como forma de interrogar a ficção mesma produzida pelo encontro da lei penal com o discurso *psi* que, mesmo sendo uma dentre tantas narrativas possíveis, se impõe enquanto verdade absoluta sobre um sujeito. No ato de julgar alguém supostamente autor de uma ação compreendida enquanto criminosa, são mobilizadas políticas do narrar que, mais que ficcionalizar a ação em si, ficcionalizam um relato sobre o sujeito e, se impondo enquanto a verdade, prova da autoria da ação, capturam e aprisionam (física e simbolicamente) esses sujeitos.

Entendendo, junto à filósofa estadunidense Judith Butler (2017), que “ser um corpo é o mesmo que ser privado de uma recordação completa da própria vida” (p. 54), não sendo possível que o próprio sujeito pudesse *relatar a si mesmo* de forma verdadeiramente absoluta, evidencia-se a parcialidade de toda e qualquer narrativa – o que não a torna uma fraude, mas um fragmento de uma existência-vivência-experiência, impossível de ser apreendida em sua totalidade. A ficção é, afinal, uma das maneiras como ocupamos tempos e espaços no mundo, seja desde os relatos que produzimos sobre nós mesmos, seja desde as narrativas dos outros sobre nós.

NOS TRILHOS DE UMA ÉTICA DA MEMÓRIA DESCARRILHADA

Como construir uma pesquisa sobre memória sem cair nas malhas da conservação? Como escrever não para lembrar e sim para esquecer? Como implodir os contornos do passado fazendo-o escoar como um rio que persiste a partir do seu próprio desvio? A ficção inaugurou estas possibilidades e assim permitiu que a produção de conhecimento não se desarticulasse da experiência da pesquisadora no mundo. A narrativa não perseguiu as imagens-recordações com a intenção de ordená-las ou preservá-las, mas apostando nas rasuras, deslocamentos e sobreposições de tempos e espaços heterogêneos. As paisagens e as páginas foram deformadas nesta aglutinação suscitada por um exercício ético, estético e político presente no modo de pesquisar, indissociável do chão das cidades e de sua constante transformação pela imaginação. O delírio da cerração encobrindo as formas em sua precisão, embaralhando os arquivos, sacudindo os corpos cansados de seus fardos e promessas, liberando-os para a diferença inerente à repetição. Jogo paradoxal de luz e sombra, presença e ausência, memória e extravio, e incorporação e esquecimento.

MANUAL PRÁTICO E SIMPLES DE COMO FAZER FICÇÕES

- Vá até um buraco negro.
- Observe tudo o que há de observável.
- Anote tudo.
- Retorne para a Terra.
- Pergunte aos cientistas por que chamam o corpo mais denso do universo de “buraco” se ele nada tem a ver com vazio ou queda.
- Pergunte também por que tudo o que é desconhecido ganha a forma de lacuna ou vazio.
- Pergunte por que as usinas de ficção, de tempos em tempos, ficam constipadas na forma de lacuna ou vazio.
- Anote tudo.
- Finalmente, retorne ao buraco-negro e pergunte a ele o que pensa sobre os desemburcados e inteiros.

SOBRE ESTRELAS²

Podemos facilmente determinar o limite superior de massa para a formação de estrelas. Uma estrela com uma massa maior que aproximadamente cem vezes a do Sol terá uma luminosidade tão grande, uma fusão tão enorme de energia na forma de luz visível, infravermelha e ultravioleta, que qualquer gás e poeira adicional atraído para a estrela será afastado pela intensa pressão da luz estelar. Os fótons da estrela empurram os grãos de poeira dentro da nuvem, que por sua vez levam o gás embora com eles. Aqui a luz estelar se acopla irreversivelmente à poeira.

Essa pressão da radiação opera com tanta eficácia que apenas umas poucas estrelas de alta massa dentro de uma nuvem escura vão ter luminosidade suficiente para dispersar quase toda a matéria interestelar, revelando ao universo dúzias, senão centenas, de estrelas novas em folha, todas irmãs, realmente, agora visíveis para o resto da galáxia. Sempre que contemplamos a nebulosa de Órion, localizada logo abaixo das três estrelas brilhantes do cinturão de Orion, a meio caminho da espada um pouco mais pálida do Caçador, podemos ver um berçário estelar exatamente desse tipo. Milhares de estrelas terem nascido dentro dessa nebulosa, enquanto outros milhares aguardam seu nascimento, prestes a criarem um aglomerado de estrelas gigantes que se torna cada vez mais visível ao cosmos, à medida que a nebulosa se dissipa.

As novas estrelas mais massivas, que formam um grupo chamado o ‘Trapézio de Órion’, estão ocupadas em soprar um buraco gigante no meio da

2 O trecho abaixo é uma citação com algumas pequenas modificações de um trecho da obra “*Origens: catorze bilhões de anos de evolução cósmica*” (Tyson, 2015), do físico Neil de Grasse Tyson.

nuvem da qual se formaram. As imagens dessa região feitas pelo telescópio Hubble revelam centenas de novas estrelas apenas nessa zona, cada recém-nascida envolta dentro de um disco protoplanetário nascente feito de poeira e outras moléculas tiradas da nuvem original. E dentro de cada um desses discos, um sistema planetário está formado. (Tyson, 2015, pp. 103-104)

CONCLUSÃO

A nebulosidade que ora oculta ora revela os contornos dos corpos estelares é aquela que também proporciona à ficção o devaneio de perder-se e reencontrar-se pelo avesso em meio a galáxia. Cada ponto luminoso desta constelação irrompe a partir de um plano comum, incorporando e metamorfoseando os cheiros, as texturas, ritmos e intensidades compartilhados. Rolam os grãos de areia por entre as massas de ar em constante compressão e descompressão, tal como se dilatam nossos vasos sanguíneos e nossos pulmões ao se contagiarem com a intemperividade vertiginosa dos caminhos. Somos submetidos ao balanço (e eventualmente à queda) ao narrar e ao pesquisar, pois aceitamos o risco de colocar em suspensão o que já sabíamos, o que já pensávamos e o que éramos até então – em prol de um desconhecido embrionário.

Nos abrigamos provisoriamente sob uma grande nuvem não para constituirmos unidade, mas para afirmarmos a sua variação e decomposição: pequenas estrelas continuarão brotando enquanto os estilhaços provenientes das rupturas e explosões circularém pelo espaço, criando vida através destes transbordamentos. Se cada disco contém um sistema planetário, então aderimos e convocamos à multiplicação, permitindo que as singularidades façam e ultrapassem as moradas existentes da produção de conhecimento. A existência deixa suas marcas, produzindo interferências e deslocamentos, nos objetos sobre os quais se debruça: ela navega não só observando, mas suscitando movimentos nas águas em que se propõe a mergulhar. Experimentamos a leveza e a gravidade ao nos lançarmos neste jogo-dança-acrobacia que é ficcionalizar o mundo a partir de uma imersão especulativa.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Arthur Gomes** (2018). *A história de A.: escrituras de um aluno cotista negro do curso de psicologia da UFRGS* [TCC (Graduação) – Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Alves, Moisés José de Melo**. (2018). *Ouvindo vozes e contando histórias: locuções de eu na contemporaneidade* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Alves, Moisés José de Melo & Costa, Luis Artur** (2019). A ficção como dispositivo para problematizar as tecnologias de si: alter ego, autoajuda e escrita de si. *Mnemosine*, 15(1), 352-372. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/45991>
- Bottoni, Francine D.** (2017). *Uma palavra para dizer o murmurar dos ventos: a urgência como constituinte da subjetivação contemporânea* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Bottoni, Francine Delavald & Costa, Luis Artur** (2018). Ética ficcional-cartográfica: a procura humilde e a força frágil. *Quaderns de Psicologia*, 20(1), 89-100. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/psicologia.1436>
- Braga, Rubem** (1985). Receita para mal de amor. In *A traição das Elegantes* (pp. 95-97). Record.
- Benjamin, Walter** (1984). *Origem do Drama Barroco Alemão*. Brasiliense.
- Butler, J.** (2017). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Autêntica.
- Cardoso, Jesse Rodriguez** (2020). *Trajetos de Rogério(s): escrituras de um estudante periférico que na descortina-ção da cidade (se) encontra com a população em situação de rua* [TCC (Graduação) – Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Cardoso, Jesse Rodriguez** (2018). Heterofagia como dispositivo fundador do Brasil. *Psicanalistas pela Democracia*. <https://psicanalisedemocracia.com.br/2018/12/heterofagia-como-dispositivo-fundador-do-brasil-jesse-rodriguez-cardoso/>
- Cardoso, Vanessa Branco** (2021). *O Cigarro da Formiga: paradoxos entre trabalhadores e vagabundos em um estabelecimento prisional* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Costa, Luis Artur** (2012). *Desnaturando desmundos: a imagem e a tecnologia para além do exílio no humano* [Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Costa, Luis Artur** (2014). O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal: Rev. Psicol.*, 26(1nspe.), 551-576. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922014000500551&script=sci_abstract&lng=pt
- Costa, Luis Artur** (2016). Compendo subjetivações biografêmicas: a arte como dispositivo nas práticas em saúde mental. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 8(18), 04-24. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69210>
- Costa, Luis Artur** (2018). O (des) apropriado juízo de propriedade da posse: um delírio distópico ficto-jurídico em tempos esquizo-neuróticos. In Luciano Bedin Costa & Diego Souza Marques (Orgs.). *A Hora do Pesadelo: paixões distópicas em educação* (pp. 107- 132). Sulina.
- Cezar, Brides E.** (2018). *A Ética da Memória nos Trilhos da Ferrovia: narrativas poéticas de um processo de pesquisa* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].

- Cunha, Aneta Regina** (2017). *Memórias Inventadas do Endividamento: governo da pobreza* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Cunha, Anete R. & Costa, Luis Artur** (2020). Memórias inventadas do endividamento: experimentações ficcionais de si como método. In Neuza M. F. Guareschi, Carolina dos Reis, & Oriana Hadler (Orgs.), *Produção de conhecimento: profanações do método na pesquisa* (pp. 111-135). Abrapso.
- Deleuze, Gilles** (1998). *Diferença e Repetição*. Graal.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix** (2013). *O que é a Filosofia?* Editora 34.
- Esteves, Maurício Wink** (2019). *Com quantas culpas se faz um autor? ensaios clínico-políticos entre o Eu e o Outro* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Foucault, Michel** (2009). "Outros Espaços". In *Ditos e Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (pp. 411-422). Forense Universitária.
- Gagnebin, Jeanne Marie** (2014). *Limiar, Aura e Rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. Editora 34.
- Kundera, Milan** (2008). *A Insustentável Leveza do Ser*. Companhia das Letras.
- Latour, Bruno** (2001). *La esperanza de Pandora: ensayos sobre la realidad*. Editorial Gedisa.
- Macari, Maria Lucia** (2020). *Esculpindo o tempo com Andrei Tarkovski: articulações entre estética, política e psicanálise* [Dissertação de Mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Manzoli, Pietra Pujol** (2019). *Narrativas infieis: a ficção como ferramenta na escrita psi* [TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Nascimento, Luiza de Oliveira** (2018). *Jogos de Xadrez: do encarceramento à institucionalização de jovens mulheres e as práticas psi* [TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Papini, Bruno Armando Diab** (2019). *O que Floresce do Cadáver de Deus* [TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Paula, Leonardo Régis** (2019). *Narrativas e Ficção: traçando interseccionalidades no Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes* [TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Reis, Ana Laura** (2019). *Encruzilhadas do Povo da Rua: a narrativa ficcional produzindo cidades e memórias* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Saer, Juan José** (2004). El Concepto de Ficción. In *El Concepto de Ficción* (pp. 9-16). Seix Barral. <http://www.literatura.org/Saer/jsTexto6.html>
- Starobinski, Jean** (2011). É Possível Definir o Ensaio? *Remate de Males*, Campinas, 31(1-2), 13-24. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/download/8636219/3928>
- Tyson, Neil de Grasse** (2015). *Origens: catorze bilhões de anos de evolução cósmica*. Planeta.

DIÁLOGOS, HISTÓRIAS E CONSTRUÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR NO BRASIL:

A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SAÚDE E TRABALHO (NEST)

*Jussara Maria Rosa Mendes | Dolores Sanches Wunsch | Carmem Regina Giongo
Paulo Antonio Barros Oliveira | Vanito Ianium Vieira Cã | Tuane Vieira Devit
Adriano Ruschel Marinho | Águida Luana Veriato Schultz | Gildo Aliante
Daniela Trevisan Monteiro*

INTRODUÇÃO

O campo da Saúde do Trabalhador contribui para revelar e desmistificar facetas da questão social outrora ocultadas pela Medicina do Trabalho e pela Saúde Ocupacional. O campo constitui-se como uma expressão concreta da realidade socioeconômica e política das relações de trabalho em suas múltiplas contradições, o que torna a realização de estudos sobre os impactos desses processos na saúde dos trabalhadores cada vez mais fundamental.

No Brasil, o termo “saúde do trabalhador” vem adquirindo significado próprio desde a década de 1980, eventualmente sem correspondente equivalência em outros países e em contextos sociopolíticos distintos. Trata-se de um tema ainda em construção,

baralhando e instituindo a si próprio; que ainda busca individuação “genética” e “fenotípica”; que pensa haver já adquirido as credenciais necessárias para ser caracterizado como um campo ‘próprio’ [...], ainda que sua cientificidade esteja a buscar mais legitimidade e reconhecimento. (Mendes, 2018, p. 1030)

São muitas idas e vindas constantes no processo de construção da política de saúde dos trabalhadores. Há embates políticos corrompidos pelo poder do sistema capitalista a afetar diretamente a relação entre saúde e trabalho. Esse desafio imenso

e contínuo demanda o enfrentamento da “onipotência cega, arrogante e impiedosa que impulsionou a invasão do neoliberalismo que se apossou do mundo do trabalho” (Seligmann-Silva, 2011, p. 15).

Diante das interfaces que marcam esse processo de desumanização do trabalho, observam-se as contrarreformas trabalhista e previdenciária, o fechamento do Ministério do Trabalho, o boicote aos atos de vigilância em saúde, a expansão do trabalho intermitente e terceirizado, a disseminação das incertezas e inseguranças, a precarização elevada à mais alta potência de suas consequências e, acima de tudo isso, a absoluta falta de ética. Nas transformações do metabolismo social do capital (Antunes, 2018), constata-se o ingresso de novos vínculos laborais, a exemplo da *uberização*, além de mudanças nos sistemas computadorizados de execução da produção, com intensificação do trabalho e redução dos tempos de intervalo e descanso. Essas são engrenagens propulsoras para o aprofundamento da exploração do trabalho e a descartabilidade do trabalhador sujeitado a esse processo.

Novas enfermidades vão surgindo em decorrência da introdução de novas formas de gestão da produção, tais como a incorporação do assédio moral organizacional e da pressão psicológica pelo aumento da produtividade, o que Antunes e Praun (2015, p. 413) apontam como “fenômeno intrínseco à sociabilidade construída sob o signo do capital; [...] assumida pelo processo de exploração do trabalho sob o capitalismo em sua etapa de crise estrutural”.

Embora a saúde no trabalho exija dignidade, a própria legislação constitucional admite a existência de riscos laborais, o que leva à criação de normas de saúde, higiene e segurança, embora essas nem sempre sejam respeitadas. Em meio a todo esse complexo contexto, cabe ressaltar que muitos avanços foram experimentados e alcançados na área.

A Saúde do Trabalhador está presente em importantes e frequentes expressões de políticas públicas nacionais, a começar pela Constituição Federal de 1988, que instituiu o direito universal à saúde e atribuiu competência ao Sistema Único de Saúde (SUS) para, nos termos do artigo 200, inciso II, “executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador” (p. 44). Além disso, insere-se na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a seguinte definição, no art. 6º, parágrafo 3º:

Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. (Lei n. 8080, p. 14)

Seu objeto pode ser resumidamente definido como o processo saúde-doença dos grupos humanos em sua relação com o trabalho. A Saúde do Trabalhador busca a explicação sobre o adoecer e o morrer das pessoas, dos trabalhadores em particular, através do estudo a respeito dos processos de trabalho “de forma articulada com o conjunto de valores, crenças e ideias, as representações sociais, e a possibilidade de consumo de bens e serviços, na ‘moderna’ civilização urbano-industrial” (Mendes & Dias, 1991, p. 347).

Enquanto campo de investigação, a Saúde do Trabalhador adota determinadas estratégias de análise, conceitualização e aporte teórico: “[a]plica seu instrumental analítico, segundo procedimentos que representam etapas sucessivas de aproximação a um problema ou conjunto de problemas” (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997, p. 26). Em relação ao campo de conhecimento, a Saúde do Trabalhador é

uma construção que combina um alinhamento de interesses, em determinado momento histórico, onde as questões, politicamente colocadas, adquirem relevância e há condições intelectuais para discuti-las e enfrentá-las sob os pontos de vista científico e epistemológico. (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997, p. 25)

Os marcos fundamentais referentes a tais mudanças foram a realização da VIII e da IX Conferências Nacionais de Saúde (1986 e 1992) e da I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (1986), além da inserção do direito à saúde na Constituição Federal de 1988, eventos que evidenciaram uma nova relação do ser humano com seu meio social. A saúde passou a ser percebida não somente como ausência de doença, mas sim como “resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde” (Conferência Nacional de Saúde, 1986, p. 4).

Destaca-se que os conceitos de saúde que a Medicina do Trabalho e a Saúde Ocupacional usavam até então não contemplavam tamanha complexidade, tampouco as necessidades da área naquele momento, daí a importância de se apreender esse processo em sua totalidade, buscando-se somar esforços e conhecimentos para uma adequada intervenção na realidade.

Tradicionalmente, a atenção prestada a essa área se voltava para o trabalho formal e, dentro desse, para o emprego industrial. Entretanto, esse paradigma de trabalho se altera e modifica a forma de compreender a questão, exigindo transformações radicais na maneira de conceber e de enfrentar os problemas daí decorrentes. A análise, sob uma perspectiva evolutiva e conceitual, indica que, na Medicina do Trabalho, o enfoque principal da determinação do processo saúde-

de-doença é individual, biologicista, como demonstra a sistematização realizada por Mendes e Oliveira (1995), exposta no Quadro 1:

Quadro 1 – Desenvolvimento conceitual da Saúde do Trabalhador.

Determinantes do processo	Ação principal	Caráter principal	Ator principal	Cenário	Papel do usuário	Campo da Saúde
Biológico	Tratamento da doença	Técnico	Médico	Hospital	Usuário é objeto da ação	Medicina do Trabalho
Ambiental	Prevenção da doença	Técnico	Equipe	Ambulatório	Usuário e ambiente são objetos	Saúde Ocupacional
Social	Promoção da saúde	Técnico e político	Cidadão	Sociedade	Sujeito	Saúde do Trabalhador

Fonte: J. Mendes e Oliveira (1995, p. 37)

Na Saúde do Trabalhador, o meio social torna-se determinante das condições de saúde e, sem negar que os doentes devam ser tratados e que seja necessário prevenir novas doenças, privilegia ações de promoção do bem-estar e da qualidade de vida para além de medidas terapêuticas e profiláticas. Nessa perspectiva, as múltiplas causas dos acidentes e das doenças do trabalho comportam uma hierarquia entre si, não sendo neutras e iguais, havendo algumas causas que determinam outras (Mendes & Oliveira, 1995). Diferentemente das visões dicotomizadas anteriores, propugna-se que os programas de saúde incluam a proteção, a recuperação e a promoção da saúde do trabalhador de forma integrada e que sejam dirigidos não só àqueles que sofrem, adoecem ou se acidentam, mas também ao conjunto da classe trabalhadora (Mendes & Dias, 1991). Essas ações devem ser redirecionadas para alcançarem as múltiplas mudanças que ocorrem nos processos de trabalho, sendo realizadas através de uma abordagem transdisciplinar e intersetorial que favoreça a imprescindível participação dos trabalhadores.

A Saúde do Trabalhador, como área de conhecimento na interface com as diferentes áreas do conhecimento, é essencialmente interdisciplinar, o que lhe confere a possibilidade de atenção integral ao seu público-alvo. Nesse cenário, citamos aqui a Medicina, o Serviço Social, o Direito, a Psicologia, a Fisioterapia, entre outras tantas profissões da área da Saúde.

O Serviço Social ganha potência ao “contribuir com esta análise das classes na história brasileira e latino-americana, resguardando a reciprocidade entre o conhecimento científico e as configurações da vida social neste contexto” (Iamamoto,

2007, p. 469), alinhando-se com o seu próprio compromisso em contribuir para a qualificação das políticas públicas, para a garantia de direitos e para a qualidade da formação na área. Ademais, destaca-se a contribuição da Psicologia Social com mediações teóricas que esclarecem o sentido subjacente das mudanças nas relações sociais do modo de produção capitalista, cuja imposição objetiva impacta não só a dimensão econômica, mas, “principalmente, a própria produção de subjetividade na medida em que promove uma sistemática precarização da experiência subjetiva” (Silva, 2008, p. 39).

Cabe ressaltar que o campo Saúde do Trabalhador tem vínculo direto com a luta dos movimentos sociais e de organizações sindicais, originando-se da necessidade de transformação das práticas sociais para uma abordagem ampliada da saúde, frente aos crescentes índices de morbimortalidade da população, na tentativa de superar sua histórica fragmentação em três áreas: saúde, trabalho e previdência (Mendes & Wünsch, 2011). Esse campo nasce no berço da efervescência democrática pós-ditadura, junto à criação do SUS, sendo pensado e elaborado dentro de seus diferentes níveis de atenção entre as décadas de 1970 e 1980.

Em uma visão geral, a implantação e a consolidação do SUS e da Saúde do Trabalhador no Brasil representam um avanço considerável nas concepções de saúde, doença e adoecimento relacionados ao trabalho, na oferta de serviços de assistência, vigilância e promoção à saúde dos trabalhadores e no campo teórico das instituições de ensino e de educação permanente, ainda que permeados por desafios, sejam eles de origem organizativa, econômica ou decorrente de vícios conceituais do passado.

Todavia, apesar do avanço reconhecido e das lutas sociais existentes, a proteção e a garantia de direitos dos trabalhadores no Brasil ainda são processos muito fragilizados. Tal fragilidade se expressa pela constante ofensiva de desmonte dos direitos, representada pela pauta neoliberal do capital global e das contrarreformas trabalhista e previdenciária. O cenário político-econômico nacional nos últimos anos segue marcado pelo avanço do conservadorismo, do fundamentalismo religioso e dos preconceitos de raça, gênero e classe, resultando no contexto da necropolítica. Essa conjuntura representa um retrocesso social, visando à ampla precarização do trabalho e dos direitos da classe trabalhadora, degradando as relações de produção e flexibilizando direitos já garantidos. Em época de pandemia, esse cenário representa também a total barbárie, com o desemprego e a desregulamentação do trabalho deixando grande parte da população desamparada, vulnerável e à mercê da própria sorte.

Historicamente, os adoecimentos e as mortes relacionadas ao trabalho se constituem em expressões da questão social, no embate capital-trabalho, arraigadas no desenvolvimento desigual da sociedade moderna. Entretanto, suas manifestações nem sempre estão visíveis socialmente, pois são ocultadas pelas contradições de

classe e seu reconhecimento torna-se produto do enfrentamento dessas contradições. Mecanismos sociais, políticos, econômicos e culturais contribuem para dar invisibilidade à realidade que envolve os adoecimentos e as mortes relacionadas ao trabalho. Resultados de estudos já realizados nessa área não deixam dúvidas de que tal invisibilidade é construída socialmente e que seu desocultamento requer ações políticas e científicas (Mendes, 2003; Mendes & Werlang, 2015; Mendes & Wünsch, 2011).

Para Castel (1998), a caracterização sócio-histórica do lugar ocupado pela condição de assalariado é necessária para mensurar a ameaça de fratura que assombra as sociedades contemporâneas e empurra ao primeiro plano as temáticas da precariedade, da vulnerabilidade, da exclusão, da segregação, do desterro e da desfiliação.

A aproximação da relação entre saúde e trabalho revela o contexto obscuro no qual se processam os acidentes, as doenças e as mortes relacionadas ao trabalho, rompendo com a perspectiva de riscos socialmente aceitos na lógica sociometabólica da produção capitalista. As doenças produzidas a partir da manifestação tardia de sua crônica latência possuem dupla invisibilidade, haja vista que, para além da frequente ausência de reconhecimento donexo causal entre as condições de trabalho e a evolução sintomática, resultam na ampliação da desproteção social dos trabalhadores que vivenciam situações desse tipo.

Essa realidade expõe uma dinâmica histórica que Alves (2011, p. 51) denomina como “a crise do trabalho vivo” agudizada pelo “novo metabolismo social do trabalho, pelo processo de precarização do homem que trabalha”. Para o autor, a precarização atinge a vida do trabalhador por inteiro, não se restringindo apenas ao trabalho, mas repercutindo em todas as esferas de sua própria vida: social, pessoal e ambiental. Os desfechos dessas situações têm evidenciado que as transformações hoje observadas no mundo do trabalho, nas formas de produzir e administrar, vêm desencadeando o surgimento de novas doenças, tais como o aumento do assédio moral, dos atos de violência psicológica e dos casos de suicídio (Barreto & Heloani, 2011).

Tal contexto também contribui para a construção social da invisibilidade dos acidentes, adoecimentos e mortes “no trabalho” e “do trabalho”. Oliveira (2001) utiliza a expressão “ferida social” ao referir-se a este cenário agravado pelos impactos da reestruturação produtiva diante da atual crise de acumulação capitalista e aponta como um dos entraves da área a fragmentação institucional com que o trabalho e a saúde do trabalhador são tratados no âmbito das políticas governamentais, fato esse que “dificulta o conhecimento do tema por inteiro e obscurece a percepção das possíveis soluções. Todos estão atentos aos detalhes, mas distraídos do conjunto” (Oliveira, 2001, p. 23).

Haja vista o contexto apresentado, a orientação teórica e a direção social adotada em suas atividades, apresenta-se o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEST/UFRGS), problematizando as interfaces entre a investigação científica, os modos de ser e fazer resistência, assim como a construção do campo da Saúde do Trabalhador no Brasil.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SAÚDE E TRABALHO: TRAJETÓRIA DE LUTAS, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tanto os grupos quanto os núcleos de pesquisa são um conjunto de pessoas reunidas com o intuito de compartilhar práticas, debater ideias e desenvolver ações em torno de linhas de estudo de interesse comum aos envolvidos, seja durante a graduação ou a pós-graduação.

Nesses espaços, os estudantes e pesquisadores têm acesso a diferentes leituras que os ajudam a desenvolver um olhar diferenciado sobre os diversos temas e questões abordados nos encontros. Além disso, o contato com as diferentes visões dos seus colegas e dos orientadores contribui para a construção de um pensamento mais crítico e analítico.

Com base nessas premissas, o NEST teve suas atividades iniciadas em outubro de 1999, junto à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Em março de 2010, a partir do ingresso de sua coordenadora, a professora doutora Jussara Maria Rosa Mendes, no recém-criado curso de Serviço Social da UFRGS, houve a migração do grupo de pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI). Posteriormente, com a criação do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social (PPGPSSS), entre 2015 e 2016, o NEST também passou a contar com a participação desse novo corpo docente e discente.

Em seus 22 anos de existência, o NEST tem se destacado pelos processos de investigação desenvolvidos na área da Saúde do Trabalhador, notadamente pelos estudos que visam compreender como se dão os processos de adoecimentos, acidentes e mortes no trabalho em contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. Considera-se, para tanto, que esse contexto, por sua própria gênese, invisibiliza a construção social em que ocorrem os processos de vida e morte no trabalho.

Destarte, as temáticas investigadas pelo grupo de pesquisa desdobram-se sobre os campos da Saúde Coletiva em sua especificidade no âmbito da Saúde do Trabalhador e da Proteção Social. Assim, saúde e trabalho são categorias teóricas

centrais e perpassam os projetos de pesquisa em uma complexa interação entre suas diferentes interfaces, como aspectos físicos, ambientais, psicológicos, culturais e simbólicos da condição humana e da construção de significados sociais.

Diante disso, os estudos e as pesquisas em desenvolvimento buscam contribuir para o enfrentamento dos agravos à qualidade de vida do trabalhador nas perspectivas de integralidade, prevenção, promoção e proteção da saúde, através da problematização dos diversos contextos sociais e das políticas públicas que compõem o sistema de seguridade social.

Importante enfatizar as parcerias realizadas pelo NEST com diferentes instituições para a promoção de pesquisas nos âmbitos nacional e internacional, tais como, por exemplo, o Centro de Documentação e Pesquisa em Saúde do Trabalhador do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEDOP/DMS/FAMED/UFGRS), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o CNPq, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a PUCRS.

Ademais, o NEST partilha ações em conjunto com os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs), Serviços da Previdência Social (particularmente a perícia médica e a reabilitação profissional), Serviços de Medicina e Segurança do Trabalho das empresas (SESMTs), serviços de sindicatos e organizações de trabalhadores, entre outros. Cabe destacar ainda que o NEST conta com um espaço de trabalho junto à UFRGS e com uma equipe constituída por pesquisadores, técnicos e bolsistas de diferentes níveis de formação.

Além disso, buscando articular e potencializar a realização de pesquisas, bem como o intercâmbio científico, foi desenvolvida uma parceria com o Ministério da Saúde do Brasil para sediar, de 2009 a 2014, o Centro Colaborador em Saúde do Trabalhador no Mercado Comum do Sul (COLSAT/MERCOSUL/NEST), um importante trabalho de cooperação técnica junto à Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador na concepção de estudos, pesquisas, capacitações e metodologias de pesquisa em saúde e trabalho, mediante projetos dinamizadores, elaborados a partir da definição de áreas críticas de preocupação comum entre os países-membros.

Realizou-se também um diagnóstico situacional dos sistemas de vigilância em saúde dos trabalhadores nas fronteiras binacionais e trinacionais do MERCOSUL, o que contribuiu para a implementação da área de Saúde do Trabalhador nesse contexto, através da realização de missões de trabalho e de eventos científicos para disseminação de informações e produções. Destaca-se ainda o desenvolvimento do projeto internacional realizado em parceria com a UFES e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (FSS) da PUCRS, intitulado “Análise dos sistemas de proteção social no Brasil, Cuba e Chile”, com financiamento do CNPq, da CAPES e do Ministério da Saúde.

Atualmente, está em pleno andamento o projeto de pesquisa internacional denominado “Precarização do trabalho, desigualdade social e saúde do trabalhador, no contexto sociopolítico e econômico do Brasil e da Espanha pós-2008”, visando comparar os diferentes impactos que o cenário contemporâneo da globalização impõe sobre a rede protetiva de ambos os países. O projeto conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e está sendo desenvolvido através de uma cooperação acadêmica internacional entre o Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS, pelo Brasil, e os Departamentos de Sociologia e de Trabalho Social da Faculdade de Serviço Social da Universidad Complutense de Madrid, pela Espanha.

Entre os estudos mais recentes, estão as seguintes pesquisas:

1. Saúde do Trabalhador e Proteção Social: desafios para a efetivação do direito à saúde – esse estudo contextualizou o trabalho e os sistemas de proteção social no cenário fronteiriço, identificando o perfil dos trabalhadores na região para dar maior visibilidade às condições sociais do processo saúde-doença e aos fatores que dificultam ou facilitam o acesso aos direitos à saúde e ao trabalho na zona limítrofe do Brasil com o Uruguai e com a Argentina. A pesquisa evidenciou os impactos desses processos na própria saúde dos trabalhadores, avançando na percepção de seus desdobramentos apreendidos no campo dos tensionamentos característicos de uma realidade social em constante movimento.
2. Saúde do Trabalhador e Proteção Social: desafios para a efetivação do direito à saúde na atenção básica – essa pesquisa buscou ampliar a reflexão sobre a saúde do trabalhador na atenção básica do SUS, tendo como fundamentos os direitos à saúde e ao trabalho no âmbito da proteção social. Nessa perspectiva, o estudo tratou de aprofundar o conhecimento sobre as configurações do trabalho na atualidade, os agravos à saúde e as necessidades no campo da proteção social.
3. Previdência Social e (Des)Proteção Social: uma investigação sobre trabalho e incapacidade – o estudo tem por finalidade investigar as repercussões das lacunas atinentes à proteção social dos trabalhadores frente às relações fragmentadas e às condições precarizadas de trabalho na sociedade. A pesquisa trata, em

particular, de estudar como se processam e se manifestam as demandas relacionadas à política contributiva de previdência social, haja vista as conformações históricas e contemporâneas que configuram o trabalho como mecanismo de proteção social.

4. O Sofrimento Social e Ambiental no Contexto de Construção de Barragens Hidrelétricas e suas Interfaces com a Saúde – o estudo insere-se nos debates acerca das correlações entre saúde e meio ambiente no contexto de implantação de grandes empreendimentos de engenharia civil, privilegiando o mapeamento e a análise dos múltiplos impactos vivenciados pelas populações atingidas pela construção de represas na bacia do rio Uruguai.

REGISTRO DE ATIVIDADES, FORMAÇÃO DE ACERVO E COMPOSIÇÃO DE DISCURSO EM SAÚDE E TRABALHO DENTRO DO NÚCLEO

Nesses últimos anos, o NEST vem se preocupando em fixar a memória de suas ações conjuntas em geral, além da trajetória acadêmica de seus membros regulares em particular, mediante ferramentas virtuais que permitem ao grupo constituir sua própria política de comunicação social, tais como o *blog*, o portal eletrônico e o canal de vídeo.

O *Blog* do NEST¹ tem a finalidade de exibir a crônica do cotidiano por meio da sucessão temporal de iniciativas internas e externas, tais como apresentações dos projetos de pesquisa de seus próprios componentes, rodadas de leitura e discussão com base em fontes referenciais, aulas abertas sobre temas pertinentes e eventos dirigidos a um público mais amplo, a exemplo do já tradicional Cinema no NEST (CINEST) que visa tirar proveito da linguagem do audiovisual para interrogar o mundo do trabalho e suas vicissitudes. O blog serve também para assinalar a qualificação de projetos, a defesa de teses e dissertações, a presença em atos públicos e manifestações sociais, a participação em eventos, sobretudo nos seus aspectos cronológicos, referenciais e temáticos, além de informar os respectivos endereços de contato.

No caso do Portal do NEST², sua função é consolidar a atuação do grupo de modo organizado em tópicos específicos, tais como a declaração de seus motivos

1 <https://nestpoa.blogspot.com>.

2 <https://nestpoa.wordpress.com>.

e objetivos, a identificação de seus membros ativos e seus egressos com ou sem vínculo, o balanço semestral de realizações da equipe, o registro de eventos passados com vias de emissão e autenticação de atestados de frequência, a divulgação de ações futuras com dados de programação e instruções de inscrição, assim como o acervo das publicações especializadas de cada pesquisador para acesso imediato (disponível em listas de caráter autoral, cronológico, temático e referencial).

O Canal de Vídeo do NEST³ procura abrir nova linha de frente para a difusão de conteúdos gravados no contexto demarcado pela realidade atual, na qual a promoção de eventos por videoconferência ganha espaço com o distanciamento social instituído em resposta à pandemia de coronavírus, tal como se deu com a edição de 2020 do CINEST, em formato eletrônico que, doravante, tende a se repetir cada vez mais.

Além de estabelecer a história acadêmica do grupo, o emprego de recursos virtuais, à medida que contribui para a abertura de um arquivo de consulta às produções científicas dos próprios integrantes do NEST, também se converte em instrumento útil para a investigação bibliográfica, tendo em vista que classifica todo esse material por ano de publicação e por palavras-chave, além de oferecer sua própria referenciação, de acordo com os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Com o registro das atividades e a formação do acervo, busca-se investir em uma das apostas mais instigantes para um grupo de pesquisa da estatura do NEST: a possibilidade de desenvolver um discurso coletivo sobre seus focos de interesse, não por excesso de rigor fundamentalista em torno de conceitos e métodos clássicos, mas pelo incentivo ao constante compartilhamento de distintos enfoques a respeito dos fenômenos em análise, sem abrir mão de conceber a dignidade do trabalhador com base em seus direitos inalienáveis enquanto princípio ético de abordagem e horizonte político de ação.

Ao longo de seus mais de 22 anos, o NEST produziu conhecimento levando em conta as mais diferentes realidades sócio-históricas nacionais e estrangeiras. Entretanto, nada se assemelha ao que aconteceu no ano de 2020 e aos seus desdobramentos futuros, diante da mais grave crise sanitária vivenciada pelo capitalismo maduro em plena era da globalização digital. São mais de 2,2 milhões de pessoas mortas pela Covid-19 e quase 102 milhões contaminadas até janeiro de 2021 em todo o mundo (Organização Pan-Americana da Saúde, 2021). No Brasil, já se rumava para 280 mil mortos e cerca de 11,3 milhões de contaminados, em números que tendem a crescer vertiginosamente a cada dia, ao menos enquanto perdurar o lento ritmo de avanço na cobertura de vacinação, tal como se observa até o momento, tamanho o descaso do governo federal em assumir a coordenação

3 <https://www.youtube.com/channel/UCuO8sJ-rIGHym-V4e6WF-Ow>.

das políticas de enfrentamento que se mostram necessárias com base em evidências científicas (Castro et al., 2021).

A pandemia de COVID-19 afeta as mais diferentes dimensões da vida social. Não obstante, a classe trabalhadora é quem mais sofre seus efeitos destrutivos. No país, já se contam em torno de 14 milhões de desempregados, a maior taxa medida pela série histórica, bem longe daquela obtida em 2012, com menos da metade desse valor (IBGE, 2021), quando então se chegou a debater a hipótese do pleno emprego no Brasil (IPEA, 2012; Kon, 2012; Mattos & Lima, 2015). Ainda é difícil mensurar os efeitos desta pandemia sobre a Saúde do Trabalhador diante da realidade em andamento. Todavia, coloca-se como um desafio para o NEST seguir firme na busca de compreender as mudanças em jogo, dando visibilidade aos processos de saúde e doença que afetam a classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações sociais em curso, fundamentalmente relacionadas ao trabalho, à sociedade e à saúde do trabalhador, evidenciam a necessidade de estudos e pesquisas que possam dar suporte e atualização constantes às políticas públicas na perspectiva de proteção social aos trabalhadores e, portanto, na defesa dos direitos sociais.

Assim, durante toda sua trajetória, o NEST tem buscado contribuir através da produção do conhecimento que expressa seu próprio comprometimento ético-político no campo da Saúde do Trabalhador e que se materializa não só através do ensino, da pesquisa e da extensão, mas sobretudo por meio de sua inserção social e política, contribuindo para a difusão do conhecimento científico.

Evidencia-se, assim, um posicionamento investigativo que desoculta as contradições entre capital e trabalho, especialmente em seus impactos sobre a saúde do trabalhador, denunciando a construção social que invisibiliza as relações de poder presentes e atuantes nesses processos.

Referências

- Alves, G.** (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. Boitempo.
- Antunes, R.** (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.
- Antunes, R. & Praun, L.** (2015). A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social e Sociedade, São Paulo*, 123, 407-427. <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n123/0101-6628-ssoc-123-0407.pdf>
- Barreto, M. M. S. & Heloani, J. R. M.** (2011). Da violência moral no trabalho à rota das doenças e morte por suicídio. In A. Vizzaccaro-Amaral, D. Mota, & G. Alves (Orgs.), *Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI* (pp. 173-184). LTr.
- Castel, R.** (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Vozes.
- Castro, M. C., Kim, S., Barberia, L., Ribeiro, A. F., Gurzenda, S., Ribeiro, K. B et al.** (2021). Spatiotemporal pattern of Covid-19 spread in Brazil. *Science*, 14. <https://doi.org/10.1126/science.abh1558> <https://science.sciencemag.org/content/sci/early/2021/04/13/science.abh1558.full.pdf>
- Conferência Nacional de Saúde** (1986). *Relatório final*. Ministério da Saúde, https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf
- Iamamoto, M. V.** (2007). *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. Cortez.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE** (2021). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: trimestre móvel nov.-jan. 2021*. Autor. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2021_jan.pdf
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA** (2012). *Considerações sobre o pleno emprego no Brasil*. *Comunicados do Ipea*, 135. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120216_comunicadoipea135.pdf
- Kon, A.** (2012). Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores. *Economia e Tecnologia*, [Curitiba], v. 8(2), 5-22. <https://revistas.ufpr.br/ret/article/viewFile/28159/18699>
- Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** (1990). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Presidência da República.
- Mattos, F. A. M. & Lima, S. S.** (2015). Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, 24(2), 293-328. <http://doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n2art3>. <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v24n2/0104-0618-ecos-24-02-00293.pdf>
- Mendes, J. M. R.** (2003). *O verso e o averso de uma história: o acidente e a morte no trabalho*. EDIPUCRS.
- Mendes, J. M. R. & Oliveira, P. A. B.** (1995). Medicina do trabalho: o desafio da integralidade na atenção à saúde. In S. Vieira (Coord.), *Medicina básica do trabalho*, (pp. 33-40). Genesis.
- Mendes, J. M. R. & Werlang, R. Da violência contra si: a autodestruição por meio do suicídio no meio rural no Rio Grande do Sul/Brasil.** *Krypton, Roma, ano 3(5/6)*, 150-159. <http://romatrepres.uniroma3.it/wp-content/uploads/2020/01/KRYPTON-VOL.56-2015-VIOLENZA.pdf#page=151>
- Mendes, J. M. R. & Wünsch, D. S.** (2011). *Serviço social e a saúde do trabalhador:*

uma dispersa demanda. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 107, 461-481. <https://doi.org/10.1590/s0101-66282011000300005>. <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/05.pdf>.

Mendes, R. (2018). “Saúde do Trabalhador”: muito além de uma questão apenas semântica. In *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos, definições, história, cultura* (pp. 1030-1033). Proteção.

Mendes, R. & Dias, E. C. (1991). Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 25(5), 341-349. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101991000500003>.

Minayo-Gomez, C. & Thedim-Costa, S. (1997). A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 13(Supl. 2), 21-32. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1997000600003>

Oliveira, S. G. (2001). *Proteção jurídica à saúde do trabalhador*. LTr.

Organização Pan-Americana da Saúde (2021). *Desfechos de saúde e COVID-19 nas Américas: diferenças de sexo: janeiro de 2020 a janeiro de 2021*. Autor. <https://docplayer.com.br/docview/113/206822156/#file=/storage/113/206822156/206822156.pdf>

Seligmann-Silva, E. A convergência dos olhares. In **A. Vizzaccaro-Amaral, D. Mota, & G. Alves** (Orgs.), *Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI* (pp. 15-20). LTr.

Silva, R. N. (2008). Ética e paradigmas: desafios da psicologia social contemporânea. In K. Ploner, L. Michels, L. Schlindwein, P. A. Guareschi (Orgs.), *Ética e paradigmas na psicologia social* (pp. 39-45). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, <http://books.scielo.org/id/qfx4x/pdf/ploner-9788599662854-04.pdf>

OFICINANDO EM REDE E AS PASSAGENS DE SUBSTANTIVO A VERBO

Cleci Maraschin
Vanessa Mauren

O Núcleo de Pesquisas em Ecologias e Políticas Cognitivas (NUCOGS) foi instituído como grupo de pesquisa em 2010. Mas, antes de sua formalização institucional na UFRGS e no CNPq, já existia como Oficinando em Rede. O Oficinando em Rede é o nome com o qual identificamos nossos projetos de pesquisa, que passaram a integrar o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional desde seu início, em 1997. A denominação “Oficinando em Rede” buscava abarcar as interfaces que caracterizam as questões e os modos de pesquisar de grande parte de nossos estudos. *Oficinando*, um gerúndio derivado de um verbo não existente nos dicionários da língua portuguesa, tem-se constituído em um modo de pesquisar desde então.

No decorrer de nossas investigações, fomos nos apropriando da pesquisa-intervenção e entendendo-a não somente como um modo de produção de conhecimento, mas também como uma ferramenta de intervenção e de transformação — e, portanto, de ensino e de extensão, implicando uma posição política. A pesquisa-intervenção produz uma inversão na direção habitual da relação entre pesquisar e intervir, a qual propõe que, primeiramente, conheçamos (pesquisamos) para, após, intervir (aplicar o conhecimento construído). Na pesquisa-intervenção as ações em campo são modos de conhecer. Um conhecer localizado e corporificado, cujo foco é micropolítico, ou seja, busca tensionar os hábitos cotidianos com movimentos advindos do contraste com diferentes experiências. A intervenção atenta ao processo, e não somente ao instituído, mas também àquilo que está em vias de tornar-se. Se o cotidiano tende a ser naturalizado através dos hábitos e concebido como a única possibilidade de existência, a pesquisa-intervenção, e o oficiar, buscam expandi-lo, produzindo *breakdowns* e deslocando-o, assim, da concepção de uma totalidade fechada.

A oficina, em seu modo substantivo, tem sido amplamente acionada nos campos da saúde, da educação e da assistência como uma forma de envolver

participantes, de um modo ativo, em propostas que abarcam um trabalho conjunto, questionando relações de poder instituídas. Temos transformado o substantivo — oficina — em verbo, pensando-o no infinitivo e no gerúndio — *oficinar*, *oficinando* — como uma ação que, assim como o pesquisar, e junto com ela, não encerra sua potência de transformação das realidades nas quais se produz.

O termo *oficinar* remete ao trabalho do artesão, do *opus*, obra e do *facere*, ou fazer. Em nossa prática, as oficinas são noções-ferramentas, na medida em que concebem os campos de pesquisa como territórios instáveis, atravessados por forças heterogêneas, nos quais o pesquisar constitui mais uma intensidade a compor a trama do que uma lente a objetificar temáticas ao escrutínio. O *oficinar* pode ser pensado como uma metodologia com “m” minúsculo (Haraway & Goodeve, 2015), atualiza-se como um articulador entre possíveis modos de ver, falar e subjetivar. Além disso, esse termo se torna um dispositivo, através do qual é possível acionar e inventar outras formas de agir e de pensar em realidades marcadas por violências instituídas e invisibilizadas das mais variadas formas. O *oficinar* envolve modulações entre pesquisadores, artefatos, sujeitos e instituições e se produz de forma localizada. Assim como na cartografia, para trabalhar com oficinas só podemos buscar pistas e não regras. Nessa perspectiva, a construção das oficinas é atualizada a partir da singularidade dos encontros entre pesquisadores, sujeitos, instituições e tecnologias, nunca fixamente planejadas de antemão. Os trabalhos aqui mencionados são, antes, fonte de inspiração do que formas prontas de intervenção. Neste capítulo, relatamos como um coletivo formado por pesquisadores na área de Psicologia Social, organizado através do Núcleo de Pesquisa em Ecologias e Políticas Cognitivas (NUCOGS) foi constituindo, ao longo dos anos, costuras, redes e relações entre diferentes estudos que têm o *oficinar* como estratégia para conhecer e construir coletivos. Ao perceber forças comuns a esses modos de pesquisar através de oficinas, buscamos pensar no próprio *oficinar* como um conceito-ferramenta, baseadas, principalmente, na noção de figuração de Haraway (1997, 2016).

OFICINAR COMO LINHA QUE CONECTA PESQUISAS

Revisitar o percurso de alguns trabalhos realizados no âmbito do “Oficinando em Rede” permite entender como as oficinas podem ser distintas e, ao mesmo tempo, compartilharem alguns pressupostos ético-políticos e epistemológicos. Além disso, esse movimento explicita que a relação entre as intervenções é uma costura possível entre tantas outras, que podem ser feitas com diferentes linhas e arranjos por nossos leitores. Os padrões que se constituem, nesse caso, são singulares, como

no jogo do barbante ou cama de gato¹ tomado por Donna Haraway (1997) para pensar caminhos e consequências, e não determinismos. Trata-se de um modo de agir que aposta na construção de relacionalidade não agonística, baseada na confiança. No jogo da cama de gato não existe uma disputa, mas a entrega de um padrão a ser transformado, uma ação de soltar os fios e acompanhar as consequências dessa passagem para outras mãos. Um padrão inventado é disponibilizado para que outros sigam transformando-o, mutando-o.

Por se tratarem de propostas de pesquisa-intervenção, muitas de nossas pesquisas se realizam em conexão com projetos de extensão. Já em 1995, estávamos interessados em discutir como oficinas poderiam possibilitar o que denominamos de *exercícios de autoria*. Desenvolvemos, então, a ideia de autoria como a possibilidade de produzir uma diferença em um coletivo e ser, ao mesmo tempo, reconhecido por esse coletivo pela diferença produzida (Maraschin, 1995). Autoria, sendo processual, não apresenta um caráter identitário, pois se relança a cada passo e pode ser exercida por diferentes atores partícipes em uma oficina, em diferentes tempos. A experiência de autoria, ou seja, a possibilidade de disponibilizar um padrão singular a ser coletivizado, é redesenhada e ressignificada, implicando distintos modos atualização. A definição de *autor* adotada implica a participação no jogo do barbante, ou seja, a pertença ativa, propositiva, nas redes sociotécnicas. O oficiar produz um coletivo no qual é possível experienciar-se como autor, no sentido que uma narrativa produzida pode ser reapropriada, recontada por outras vozes, tal qual o jogo da cama de gato, em uma relação não verticalizada. Além disso, essa função faz com que os participantes passem a se importar com as produções e com suas consequências.

O projeto de extensão, ao qual as pesquisas iniciais se articularam, visava uma troca comicineiros populares, que atuavam no bairro Restinga, em Porto Alegre, onde realizavam oficinas para jovens da comunidade (Maraschin, Seibel, & Gorczevski, 2007). A articulação entre as oficinas, que eram, até então, realizadas de modo independente, possibilitou a ampliação das modalidades de linguagens disponibilizadas, que incluíam programas para a rádio comunitária, fanzine, vídeo, *web design*, fotografia, informática, dança e expressão corporal, gravação musical em CD e inserção profissional. Tal diversidade oportunizou distintas experiências de autoria, pois havia possibilidade de escolhas e de combinações inusitadas tanto para os jovens como para os oficineiros. A oficina se configurou

1 A cama de gato também é conhecida como jogo do cordel, jogo da linha, jogo da guita, jogo do berço, jogo da serra, jogo da bandeira e pé de galo. Consiste em utilizar uma corda entre os dedos das mãos, manipulando com a colaboração de um parceiro de modo a obterem os mais diversos efeitos e figuras numa sequência preestabelecida, logo que se obtém uma figura, esta é transformada por nova operação realizada pelo parceiro, e assim sucessivamente. Os efeitos alcançados com as manobras de entrelaçamento da corda são variados e diferentes conforme a tradição cultural. https://pt.wikipedia.org/wiki/Cama_de_gato

como uma tecnologia social, ao produzir articulações entre distintos materiais, uma linguagem que configurava coletivos e atualizava convivências, coordenações de ações² e reflexões. Isso constituiu figurações pela possibilidade dos sujeitos que dela participaram performarem outras posições na construção de narrativas nessa realidade compartilhada.

Seguimos com essa mesma aposta ao adentrar o Hospital Psiquiátrico São Pedro, entre os anos de 2004 e 2010. A figuração que faz operar as instituições totais não deixa muita margem para que novos padrões se desenhem, já que os fios do jogo da cama de gato estão mais próximos das rígidas cordas de aço entrecruzadas, ou das grades que impedem a fuga. Na ocasião, o hospital receberia computadores em doação e desejava usá-los em atividades no CIAPS (Centro Integrado de Atenção Psicossocial para crianças e adolescentes), situado no local. O longo trabalho de intervenção e de pesquisa foi relatado em livro (Maraschin, Diehl, & Francisco, 2011). O que aqui destacamos é como as oficinas foram se reconfigurando no transcurso daqueles anos (Tanikado & Vianna, 2012). Em sua conexão com a saúde mental, o oficiar “tinha como horizonte o esforço de transformar dramas humanos em marcas e registros que pudessem ser narrados e ressignificados no coletivo das oficinas” (Moschen & Maraschin, 2011). No caso do Hospital Psiquiátrico São Pedro, as questões de saúde mental experimentadas pelas crianças e adolescentes eram relacionadas também a situações de pobreza, questões raciais e de gênero e, muitas vezes, agudizadas pelo próprio funcionamento institucional, marcado pelo atravessamento religioso, pelo saber-poder médico e pelas práticas de apagamento da singularidade.

A análise das trajetórias dos jovens usuários foi produzida por Andrea Scisleski (2006) que problematizou o caminho pelas redes institucionais que os levaram à internação psiquiátrica. Através das “oficinas de percurso” a autora propunha a questão: “como vocês chegaram ao CIAPS”? A proposta consistia em que os participantes confeccionassem, em conjunto, através da disponibilização de material gráfico e de sucatas, suas vivências prévias à internação. Após essa elaboração, narravam ao grupo o significado de suas produções. As narrativas traziam situações de abandono familiar, prostituição, pequenos delitos, evasão escolar. Situações que eram recorrentes nas falas dos participantes, entretanto, eram entendidas por eles como não conectadas. Segundo a autora, existe a construção de um certo perfil dos jovens que são internados, como pobreza socioeconômica e uso de drogas, mas, para além disso, eles constituem uma narrativa individualizada, muitas vezes auto culpável, sem problematizar questões que lhes eram comuns. Essa situação

2 Para a abordagem enativa, o linguajar não consiste em processar informações por meio de signos e regras. Todo o signo congrega um pacote de coordenação de coordenações consensuais de ação, decorrentes de uma história linguageira que é constituída/modulada por diferentes práticas. Assim, um signo faz-fazer, faz-agir, ou seja, é performático.

abriu pistas para a importância do oficiar como forma de compartilhar vivências e coletizá-las em experiências narradas.

Com tais resultados, tornou-se importante pesquisar como diferentes artefatos poderiam ter agência nas oficinas. Na sequência, Rafael Diehl (2007) propôs oficinas de mapas e de fotografia para jovens internados no serviço. Inicialmente, o autor oferecia mapas do Estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre e solicitava aos participantes para indicar e contar histórias sobre os locais de suas procedências. Na continuidade da oficina, Diehl (2007) disponibilizou máquinas fotográficas. As diferenças de materialidade e de legitimação entre a produção de fotografias e de mapas serviram tanto para atualizar questões referentes ao funcionamento da instituição quanto para especificar a máquina fotográfica como um analisador, pelas visibilidades e possibilidades enunciativas relacionadas à participação na configuração de planos de inscrição legitimados. A câmera fotográfica se coloca como a materialização de visibilidades, ganhando legitimidade pelo estatuto de representação da realidade da fotografia, o que a permitia entrar de um modo diferenciado no regime de verdades da instituição (Diehl, 2007). Haraway (2016) menciona que, para criar respostas potentes, importam as palavras que usamos, importam as histórias que contamos, importam as figurações que compartilhamos e habitamos, importam artefatos materiais com que nos acoplamos. Para Diehl (2011), o oficiar com fotografia possibilita operar com materialidades cujo foco não se encontra na eficiência de seu uso, mas na modalidade de sua apropriação, abrindo, assim, condições de ludicidade e invenção.

De fato, as fotografias produzidas pelos jovens não tinham a mesma repercussão, no Hospital, do que seus desenhos ou mapas. Entretanto, esse interesse imediato pela produção dos jovens, em função de sua suposta representação de uma realidade, trazia um paradoxo. Se, por um lado, a oficina possibilita uma torção nas posições de saber legitimadas na instituição, por outro, ela só torna isso factível pela condição discursiva da câmera fotográfica de produzir planos descolados do sujeito que a manipula. Esse foi o ponto de inspiração para outro projeto (Maurente, 2010), que buscou pensar em modos de sensibilização para a hibridicidade epistemológica da fotografia, que pressupõe seu entendimento não apenas como ícone — similaridade perceptiva com o real —, mas como índice — contiguidade física com a cena fotografada — e como símbolo — relação de convenção com a realidade.

A importância da linguagem fotográfica e seus efeitos no questionamento de padrões instituídos fez com que continuássemos estudando seu acoplamento às oficinas. Vanessa Maurente (2010) realizou oficinas de fotografia dirigidas aos trabalhadores (equipe fixa e terceirizada) e aos jovens (ambulatório e internação) do serviço. Elas eram divididas em três etapas: (a) sensibilização para a condição simbólica da imagem e possibilidade de exercícios de autoria através da fotografia;

(b) solicitação de que os sujeitos fotografassem a partir da questão “como você percebe o CIAPS?”; e, (c) expressão verbal sobre a experiência e as imagens. As análises incidiram sobre a forma como a proposta foi recebida, o processo de fotografar, as possibilidades de exercícios de autoria no regime do local e as diversas leituras dos sujeitos e dos pesquisadores acerca das imagens produzidas. As imagens e discussões abordaram o aprisionamento, as contradições nas políticas públicas em saúde mental e o questionamento à lógica manicomial. A fotografia se mostrou potente não apenas pela condição simbólica, que enfatizava exercícios de autoria, mas também pelas posições icônica e indiciária, que permitiram análises e discussões com o comitê de ética, com trabalhadores e jovens. Novamente vê-se que a oficina é modulada pelas materialidades que a compõem — no caso, a fotografia — e pelas práticas instituídas no âmbito em que se realiza. São linhas de força que modulam o oficiar.

Com a instalação dos computadores no serviço, o oficiar passou a integrar a tecnologia digital e sua agência (criação de hipertextos, *blog*³ e histórias coletivas). Tatiane Vianna (2008) estudou como o acoplamento com as tecnologias digitais, em um espaço oficina, poderia favorecer — e de que forma — o desdobramento de enredos e narrativas entre jovens que vivem diferentes processos de “adolescimento”. Embora a aprendizagem do uso da tecnologia se fizesse necessária, não se constituía, entretanto, como uma etapa prévia à exploração. O interessante é que ferramentas como o *blog* propiciaram a expansão do espaço-tempo da oficina. Através dos *posts*, os jovens interagiram com outras pessoas, como os integrantes do grupo de pesquisa e os membros da equipe do serviço não ligados diretamente às oficinas. As oficinas com tecnologias digitais propiciaram a construção de narrativas que, por sua vez, davam-se a conhecer pelos pesquisadores. Atravessamentos sociais — como racismo, judicialização e medicalização da vida, patologização da pobreza — e institucionais — como a objetificação do sujeito em instituições totais — eram levados em consideração de modo inseparável dos mundos que se criavam a partir da experiência singular dos jovens. Cabe salientar que as oficinas enfrentaram resistência e até mesmo alguns impedimentos por parte da instituição. Entretanto, aquilo que se efetuava, possibilitava um fazer compartilhado, no qual os participantes constituíam outras formas de parentesco, em relações nas quais desenvolviam novas habilidades de resposta ou *response-ability*, como coloca Haraway (2016).

Ao mesmo tempo, o oficiar em saúde mental não se dirige somente aos sujeitos em sofrimento, mas aos padrões de funcionamento institucionais. Ampliando o campo de pesquisa-intervenção, propomos uma oficina junto à equipe técnica do centro com vistas à construção de uma página do serviço (Tanikado,

3 <http://oficinandoemrede.blogspot.com/>

2010). A oficina constituiu-se como um dispositivo de intervenção institucional que levou à problematização de práticas instituídas e à criação de soluções. A tecnologia se tornou uma espécie de bola do jogo ao produzir ocasiões de interação e negociação dentro da equipe sobre a forma como iriam se apresentar na rede (Tanikado & Maraschin, 2012).

Como comentamos, as forças presentes em uma instituição psiquiátrica secular traziam consequências nos fazeres das oficinas. Seguimos com nosso parentesco estranho, visando fortalecer o ambulatório do CIAPS e sua conexão com as redes de saúde e educação de seu território. Fernandes (2011) propôs uma intervenção junto à Oficina Linguagens da Cidadania (Araldi, Linhares, Franco, & Tschiedel, 2012), que se desenvolveu no bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, com a participação de trabalhadores e usuários do Programa de Saúde da Família (PSF) Vila Viçosa. A autora convidou os participantes a realizarem filmagens e fotografias durante um percurso dentro da área de abrangência do PSF. As imagens eram posteriormente coletivizadas e acarretaram momentos de problematização, em busca de histórias sobre determinados lugares, bem como apontaram contrastes entre os diversos modos de ocupação e as diferenças econômicas e sociais existentes. Aqui também se delinea a importância da oficina para problematizar a experiência cotidiana, uma vez que os percursos efetuados pelos participantes eram habituais, embora nem sempre interrogados.

A partir de 2009, o Oficinando em Rede-CIAPS foi integrado ao Programa Rede de Oficinandos, que incluía a parceria com três projetos relacionados à saúde mental e a tecnologias: Oficinando em Rede, Rádio Potência Mental e Oficina de Imagens do CAPS Cais Mental Centro. O Programa Rede de Oficinandos obteve financiamento do Edital Proext/2009 da Secretaria do Ensino Superior do MEC. O desenvolvimento dos trabalhos resultou em um encontro nacional e em uma publicação coletiva (Palombini, Maraschin, & Moschen, 2012). No âmbito dessa parceria, foram desenvolvidas algumas intervenções e pesquisas, nas quais as oficinas representavam uma ferramenta importante.

O trabalho com imagens foi tema de estudo de Fúlvia Spohr (2011), que propôs oficinas videográficas com um grupo de trabalhadores e usuários do CAPS II Cais Mental Centro/POA. A proposta consistia em retomar uma série de imagens videográficas produzidas pelos oficineiros que seriam descartadas. Imagens desfocadas, tremidas ou fora de enquadro. O trabalho com tais imagens foi objeto de muito debate e autorreflexão, pois como encontrar alguma composição com algo descartável? Tal processo possibilitou produzir deslocamentos e modulações nas redes de conversação entre os participantes por reconsiderar possíveis composições com aquilo que fora considerado inútil. A articulação entre o editor de imagens, as imagens descartadas e as redes de conversação se deram na ação de editar, no fazer que potencializou a autoria e a construção de outros modos de

significação entre a saúde/loucura, constituindo um compartilhamento que é, também, político, ao operar experiências no plano do “comum”.

Nesse percurso, as oficinas realizadas com crianças e jovens mostraram que os jogos digitais constituíam uma figuração muito potente, bem como convocam modos de agir em narrativas que só se efetivam a partir da participação do jogador. A invenção aparece, nesse cenário, como a capacidade do jogador em colocar problemas pertinentes a cada situação do jogo. O videogame produz um interessante parentesco com o oficiar. Para Kurt Squire (2006), os videogames não podem ser entendidos como códigos fechados que teriam um único e correto modo de ser jogado. Embora os videogames consistam em programações, elas, entretanto, não impedem que uma experiência aconteça. Além do fato de a programação estar aberta às decisões, perícias e imperícias do jogador, ele pode subverter os objetivos principais do jogo, criando modificações que podem ser disponibilizadas a outros jogadores. As oficinas de videogame no CIAPS possibilitaram acompanhar os processos de aprendizagem e de interação entre os jogadores (Betts et al., 2012). Jogar exige treino e afinação, mas tal aprendizagem não se constitui em uma atividade isolada, pois os jogadores mais experientes ensinavam os novatos. Também observamos que a imersão consistia em uma via de mão dupla, que dependia da aprendizagem do jogador, mas também das características do jogo.

Essas experiências nos incentivaram a propor oficinas com jogos baseados em localização (JML), entre 2012 e 2018, ampliando o campo da saúde mental para a educação não formal. Nessa direção, desenvolvemos o jogo “Um dia no Jardim Botânico”⁴ em parceria com a Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul (FZB). Nele, os jogadores são convidados a completar missões compostas de objetivos simples, utilizando um dispositivo móvel conectado à internet. Com esse dispositivo (um *smartphone* ou *tablet*), o jogador tem a visão aérea da região do Jardim Botânico e a sua interface para interação com o jogo. O *gameplay* do jogo associa ações de coleta, combinação e redistribuição de itens no plano do mapa digital do jogo a partir do percurso pelo plano do território físico. Uma apresentação detalhada dos resultados dessa pesquisa-intervenção foi publicada por Cleci Maraschin, Renata Kroeff e Póti Gavillon (2017).

O que aqui gostaríamos de salientar é que o jogo de localização oferece outros planos de ação para a oficina. Jogadores, *tablet*, programa e espaço físico participam juntos da oficina, de modo que são indispensáveis para que o jogo ocorra. A oficina amplia essa experiência ao constituir um terceiro plano, o do coletivo. Assim, os três planos se conectam: o Jardim Botânico, o digital no *tablet* e o coletivo na oficina. No agenciamento entre o digital, o físico e o coletivo, ganha relevo a questão das coordenações das ações — aprendizagem corporal —,

4 Para um detalhamento do jogo ver (Gavillon, Costa, & Rocio, 2017).

ou seja, a introdução dessa modalidade de jogo no oficiar induz a um modo procedural, corporal, de ação, contrabalançado com um saber mais declarativo (um saber sobre a ação). As particularidades de cada actante na oficina modulam seu funcionamento, contribuindo com formas distintas de compartilhamento (Araldi, Linhares, Franco, & Tschiedel, 2012). A oficina com jogos de localização incrementa a fabricação de um corpo que seja sensível à tecnologia de um modo que o espaço de deslocamento seja construído nesse agenciamento.

Através dessas pesquisas-oficinas, fomos nos dando conta do quanto as oficinas poderiam ser consideradas um tipo de figuração, nas quais, como vimos, o material, o semiótico e o coletivo se agregam. As várias experiências de oficinas não se colocam como representação especular de alguma realidade dada, não são literais, nem idênticas. A figuração abarca deslocamentos capazes de problematizar certezas e identificações habituais. Para Haraway (1997), as figurações são imagens performativas que podem ser habitadas.

As pesquisas que se seguiram no projeto denominado Figurações Corporificadas — *Indústria do Gênero* e o *Jogo Ilha dos Afetos* —, a partir de 2018, exploraram com mais intensidade narrativas figurativas performativas. Tal como o jogo Um dia no Jardim Botânico, elas constituem mapas de mundos que estimulam a imersão, convidando a um tipo de filiação, parentesco. A figuração *Indústria do Gênero*⁵ incita a participar de uma fabulação distópica, com personagens que utilizaram, durante sua infância e adolescência, alimentos com suplementos de hormônios e estabilizadores emocionais para controlar desvios da heteronormatividade e produzir a padronização — ou mesmo o apagamento — das diferenças. Em razão de problemas ocorridos com alguns consumidores, a indústria teria interrompido a produção e iniciado uma avaliação dos efeitos desse consumo. O objetivo da oficina é, então, fazer com que os participantes avaliem os efeitos desse tipo de alimentos na vida desses personagens, os quais tinham posições diversas em relação ao gênero. A conversa é feita por *WhatsApp*, de modo não presencial. Os personagens são interpretados por bolsistas de iniciação científica, mestrandos, doutorandos e professores vinculados ao NUCOGS. Após a interação via aplicativo, faz-se uma roda de conversa face a face com participantes e pesquisadores-personagens para a discussão da experiência.

Na oficina *Indústria do Gênero*, os participantes são convidados a um processo imersivo, no qual se tornam parte da fabulação. As interações que estabelecem com os personagens são diversas, mas algumas indicam afetações importantes, como raiva — de um personagem que constantemente oprimia as mulheres —, ambivalência — em relação a uma personagem que era intolerante aos produtos

5 Vídeo inicial da oficina <https://drive.google.com/file/d/1HEmZe1tqSjxe4Awh3e2ihubqYh7Axl/view?usp=sharing>

da Indústria do Gênero, mas adequava seu corpo às expectativas masculinistas através de outras tecnologias —, cuidado — com uma personagem que havia sofrido abuso na infância —, entre outros. Além disso, são oferecidos aos participantes alguns alimentos oriundos da suposta Indústria do Gênero, como biscoitos e iogurte. Dos vinte e seis participantes da primeira semana de oficinas, nenhum aceitou experimentar. Alguns diziam, inclusive, “que nojo”! Essa imersão, e a possibilidade de afetação decorrente, indicava uma abertura à problematização das formas instituídas de pensar sobre a cis-heteronormatividade e a padronização/apagamento do corpo da mulher. Quando abríamos para a discussão, as questões se colocavam de forma densa.

OFICINAR, OFICINANDO — FIGURAÇÕES PARA HABITAR OUTROS MUNDOS, CULTIVAR OUTRAS SENSIBILIDADES

Um dos fios que conecta as pesquisas acima comentadas é *oficinar/oficinando*, um verbo que se apresenta tanto no infinitivo como no gerúndio. Com essa transgressão à norma da língua portuguesa, buscamos enfatizar a ação ou a fabricação de figurações para problematizar as narrativas figurativas que habitamos, que, por serem habituais, tornam-se transparentes e pouco problematizadas. O gerúndio evidencia o movimento no qual a ação é tomada no seu modo-problema. Seguimos a perspectiva cartográfica (Kastrup & Passos, 2013), na qual pesquisar não é dominar um objeto, mas acompanhar processos. Nesse acompanhar, criamos, através do *oficinar/oficinando*, formas de parentesco entre saberes acadêmicos, tecnologias e campos de pesquisa, nas quais se pode escrever de outros jeitos, ver de outros jeitos, pensar de outros jeitos, falar de outros jeitos, jogar de outros jeitos, em mundos que se transformam. Conceber modos de pesquisa através do *oficinar/oficinando* é pensar nas realidades como pulsantes, fugazes, mas também passíveis de serem atualizadas em termos acadêmicos, até porque localizadas academicamente criamos *response-abilities* e coletivos através de oficinas.

Em sua forma verbal, *oficinar/oficinando* se articula com diferentes predicados. Para Araldi, Piccoli, Diehl e Tschiedel (2012), a oficina articula-se com o desejo, ou os desejos, daqueles que a propõem e daqueles que dela participam. O *oficinar* atenta para os efeitos dos movimentos de (des)encontros que abrem caminhos de acolhida, de diferenciação, de compartilhamento, ou os negam. Diferentes desejos vão se atualizando/potencializando no transcurso da oficina e é importante uma atitude de atenção a eles.

O *oficinar* articula-se com uma abertura à desestabilização de hierarquias na diferença. Na oficina existem diferenças entre proponentes e participantes, que podem estar relacionadas a uma maior ou menor expertise frente às atividades propostas, mas não somente a isso. Nela se inscrevem diferenças de classe, raça,

gênero, sexualidade e capacidades. Oficinar prioriza colocar as diferenças em análise para não serem convertidas em hierarquias ou exclusões que podem adensar processos de normalização. Oficinar atenta aos riscos da homogeneização, acolhendo a diferença em sua potência de diversidade. Desta forma, o agir — pesquisar, officinar — torna-se um risco e só podemos nos arriscar se tivermos confiança, confiança no encontro, no coletivo por vir.

O officinar articula-se a uma materialidade, um domínio de experiência, o que lhe confere uma concretização. Oficina-se com, seja esse “com” composto de escritas, máquinas fotográficas, videogames, jogos, narrativas figurativas. Cada uma dessas materialidades contém saberes, pois possui uma gênese histórica de sua concretização. Entretanto, o officinar coloca em primeiro plano o fazer compartilhado, no qual o conhecimento técnico não se constitui como um requisito para a ação, questionando a hierarquia entre saber e fazer, o que vai ao encontro da pesquisa-intervenção, sendo que as aprendizagens se realizam no próprio encontro. O encontro com as diferenças do outro, com diversas capacidades e com as materialidades produz um saber do fazer compartilhado, um coletivo de práticas.

O officinar articula-se com a rede heterogênea na qual é efetivado. Assim, a escola, o CIAPS, a rede de atenção básica, o bairro, o Jardim Botânico, a universidade, modulam como o officinar se realiza. Mas, além de modular, ou seja, dar a conhecer as forças que operam nessa rede, o officinar também possibilita questionar as formas habituais de operar desses territórios, ou seja, incide na problematização do cotidiano. O officinar se efetua por, e se constitui de, redes, aqui tomadas em um sentido ampliado, indicando redes heterogêneas que produzem e são produzidas por humanos e não-humanos, sejam esses últimos instituições ou objetos técnicos. Embora o sentido seja ampliado, na medida de sua heterogeneidade, as redes são sempre locais, localizadas espaço-temporalmente.

Os pontos acima elencados se conectam ao pensamento de Haraway (1997, 2016, 2017) sobre as figurações, tornando-se um aliado nos modos de conceitualizar o officinar. Para a autora, toda a linguagem é figurativa, incluindo a matemática, o que a leva a uma análise da ficcionalidade dos processos semiótico-materiais, especialmente na tecnociência. Nossos corpos estão habitados por figurações, que “desenham universos de conhecimento, prática e poder” (Haraway, 1997, p. 11, tradução nossa). Podemos, assim, pensar o officinar como um processo semiótico-material, como exemplificado nas pesquisas anteriores. As figurações nos ajudam a adensar o officinar, ao fornecer pistas para a desnaturalização de práticas, técnicas e conhecimentos que condensam funcionamentos despotencializantes ou opressores. Na pesquisa com os oficineiros da comunidade da Restinga foi possível complexificar autorias por meio da articulação com distintos linguajares. Por sua vez, a materialidade do hospital psiquiátrico atualiza entidades semióticas legitimadas ao longo dos séculos XIX e XX, figurações que habitam o corpo biopolítico. As

oficinas lá realizadas escancararam a ficcionalidade do discurso médico e asilar, ao supor que outras relações com as crianças e os adolescentes da internação — e entre os técnicos de enfermagem, psiquiatras, psicólogas etc. — eram possíveis. Ao mesmo tempo, as oficinas no Jardim Botânico possibilitaram outras coordenações de ações e de relação com o espaço, através de um jogo locativo que colocou em análise as práticas pedagógicas lá propostas, nas quais o encontro com o jardim se dava por meio de uma visitação controlada, que limitava a exploração.

Outro ponto, no qual a proposta de Haraway (1997) nos dá pistas, é pensar que as oficinas podem propor figurações, criando imagens, fabulações, espaços-tempos a serem habitados, capazes de produzir outros territórios existenciais. Nessa linha de análise, poderíamos pensar no laboratório de informática instalado em um hospital psiquiátrico como uma heterotopia ou um espaço figurativo, do qual derivam oficinas de *blogs*, fotografia e *videogame*. Nesse espaço, os jovens puderam se experienciar de um modo distinto daquele produzido pela ficcionalidade tecnocientífica do hospital. Em outra oficina (Tanikado, 2010), os trabalhadores também habitaram modos distintos de se relacionar com suas práticas, ao afirmarem-nas publicamente, em um *blog* vinculado ao hospital e, tal qual, ficcional. Uma ficção que era agora assinada por eles e sobre a qual eles tinham um tempo para fabular. Como mencionado na introdução deste capítulo, esse modo de conceitualizar o oficiar se alinha com a perspectiva institucionalista da pesquisa-intervenção e com a proposta cartográfica, na medida em que possibilita a desnaturalização das fabulações que constituem nossos corpos e modos de viver, ao mesmo tempo em que acionam novas paisagens figurativas. Ao lançar mão de propostas sensíveis, as oficinas fazem vibrar forças silenciadas, permitindo emergir novos padrões e acoplamentos.

Mais recentemente, Haraway (2016) questiona a noção de antropoceno, que se refere aos efeitos das atividades humanas sobre o planeta Terra, cunhada pelo ecólogo Eugene Storer, nos anos 1980. Ela prefere a expressão *capitaloceno* para definir a ameaça ecológica que vivemos, dado que se trata de todo um paradigma econômico e político que extrapola as ações humanas. Entretanto, mais adiante na mesma obra, a autora propõe a noção de *Cthulhuceno* para nomear um tempo que é, foi e poderia ser um modo de seguir com o problema e viver com *responsability* em um planeta devastado. Para tanto, é importante que possamos criar parentesco com outras espécies e formas de existência, inventando novas formas de alianças. Tal proposta consiste em uma perspectiva ética, muito próxima dos modos como temos trabalhado com oficinas, na medida em que objetivamos a modulação de novos acoplamentos entre sujeitos, tecnologias e instituições, assim como a criação de redes e parentescos antes impensados. O desafio dos parentescos realizados com um secular hospital psiquiátrico, com um Jardim Botânico no qual as normativas de visitação diminuem sua potência de aprendizagem, com escolas e ONG que padronizam as aprendizagens na infância e com afetos relacionados aos

marcadores sociais da diferença mostram a possibilidade de realizar composições inusitadas, mas também acionam novas possibilidades de construir respostas hábeis, ou *response-ability*, em contextos marcados por privações e violências em diferentes formas e intensidades.

Assim, pensamos o oficiar como o oferecimento de padrões localizados no sentido de *convites-para-fazer-com*. Nas oficinas, padrões se criam, acionam e movimentam forças, que convidam a novas modificações. Um padrão inventado é disponibilizado para que outros o sigam, transformando-o, mutando-o. Oficiar e figurar convidam ao trabalho coletivo, uma vez que uma experiência local, quando compartilhada, pode contagiar muitas outras.

REFERÊNCIAS

- Araldi, Etiane, Linhares, Daiane, Franco, Marina, Tschiedel, Rosimarie** (2012). *Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental*. Sulina.
- Araldi, Etiane, Piccoli, Luciano Ferreira, Diehl, Rafael, & Tschiedel, Rosemarie Gartner** (2012). Oficinas, TIC e saúde mental: um roteiro comentado. In A. Palombini, C. Maraschin, & S. Moschen (Orgs.), *Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental* (pp. 43-58). Sulina.
- Betts, André, Maraschin, Cleci, Baum, Carlos, Kveller, Daniel, & Medeiros, Débora** (2012). Jogos eletrônicos e videogames como e-dispositivos. In A. Palombini, C. Maraschin, & S. Moschen (Orgs.), *Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental* (pp. 57). Sulina.
- Diehl, Rafael** (2006). *Do mapa à fotografia: planografias de um espaço louco*. [Dissertação de Mestrado em Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS]. <http://hdl.handle.net/10183/8729>
- Diehl, Rafael** (2011). Metodologia para superfícies e operatividades. In C. Maraschin, D. J. Francisco, & R. Diehl (Orgs.), *Oficinando em Rede. Oficinas, tecnologias e saúde mental* (pp. 81). UFRGS Editora.
- Fernandes, Raquel** (2011). *Per-cursos e inscrições: experiências que comunicam modos de viver* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS]. <http://hdl.handle.net/10183/33323>
- Gavillon, Póti Q., Costa, Guilherme, & Rocio, D.** (2017). A construção do jogo Um dia no Jardim Botânico e a estratégia de pesquisa. In C. Maraschin, R. Kroeff, & P. Gavillon (Orgs.), *Oficinando com jogos digitais: experiências de aprendizagem inventiva* (pp. 87-103). Editora CRV.
- Haraway, Donna** (1997). Modest Witness@ Second_Millennium. *FemaleMan@_Meets_On coMouse™: Feminism and Technoscience*. Routledge.
- Haraway, Donna** (2016). *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press.
- Haraway, Donna & Goodeve, Thyrsa N.** (2015). *Fragmentos: quanto uma folha*. Entrevista com Donna Haraway. *Mediações*, 20(1). doi:10.5433/2176-6665.2015v20n1p48
- Kastrup, Virgínia & Passos, Eduardo** (2013). *Cartografar é traçar um plano comum*. *Fractal, Rev. Psicol.*, 25(2), 263-280. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200004>.
- Maraschin, Cleci** (1995). *O escrever na escola: da alfabetização ao letramento* [Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Maraschin, Cleci, Diehl, Rafael, & Francisco, Deise Juliana** (2011). *Oficinando em Rede. Oficinas, tecnologias e saúde mental*. UFRGS Editora.
- Maraschin, Cleci, Seibel, Carolina, & Gorczewski, Deisemer** (2007). **Interfaces entre educação não-formal e juventude. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato** (Orgs.), *Diálogos em Psicologia Social* (pp. 75-86). Abrapso Sul.
- Maurente, Vanessa** (2010). *Imagens do hospício vazio: fotografia, pesquisa e intervenção* [Tese de Doutorado em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Moschen, Simone & Maraschin, Cleci** (2011). *Oficinando em rede: marcas iniciais de um percurso*. In C. Maraschin, D. J. Francisco, & R. Diehl (Orgs.), *Oficinando em Rede. Oficinas, tecnologias e saúde mental* (pp. 37). UFRGS Editora.

Palombini, Analice Lima, Maraschin, Cleci, Moschen, Simone (2012). *Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental*. Sulina.

cional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS]. <http://hdl.handle.net/10183/14778>

Scisleski, Andrea Cristina C. (2006). *“Entre se quiser, saia se puder”: os percursos dos jovens pelas redes sociais e a internação psiquiátrica*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS]. <http://hdl.handle.net/10183/7147>

Spohr, Fúlvia (2011). *Tecendo imagens: operando experiências no plano do “comum”*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS]. <http://hdl.handle.net/10183/62107>

Squire, Kurt (2006). From content to context: videogames as designed experience. *Educational Research*, 35(8), 19-29. <https://doi.org/10.3102/0013189X035008019>

Tanikado, Grace (2010). *Virtualizando coletivos: tecnologias e pesquisa-intervenção* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS]. <http://hdl.handle.net/10183/25818>

Tanikado, Grace & Maraschin, C. (2012). Pesquisa, intervenção e tecnologias: dispositivos de virtualização de coletivos. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24(1), 143-158. <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4885>

Tanikado, Grace & Vianna, Tatiane (2012). *Abrindo janelas: oficinas tecnológicas em um serviço de saúde mental*. In A. Palombini, C. Maraschin, & S. Rickes (Orgs.), *Tecnologias em Rede: Oficinas de Fazer Saúde Mental* (pp. 29-42). Sulina.

Vianna, Tatiane Reis (2008). *Oficinando enredos de passagem: o encontro do adolescer em sofrimento com a tecnologia* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institu-

“N-PISTA(S)” PARA PESQUISAR INSTITUIÇÕES, SUBJETIVAÇÃO E TRABALHO

Fernanda Spanier Amador

Parar, olhar para trás, para o agora, para frente; reunir informações; recuperar o feito, o em feitura; colher os germens do que ainda poderá ser feito. Esses foram os movimentos experimentados quando do propósito de escrever a respeito dos percursos do “n-pista(s) – Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise(s)”, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Grupo de pesquisa, grupo de trabalho, grupo de convívio, que reúne professoras e professores, estudantes de graduação, pós-graduação e pessoas trabalhadoras da rede de serviços em políticas públicas.

Colocamo-nos a contar um pouco de sua história tendo em vista compor o movimento de (cont)ação da história do PPGPSI, empreendido pelos diversos grupos de investigação que compõem este Programa. Nosso intento é contar a história de um grupo de pesquisa que se ocupa do trabalho, de instituições e de processos de subjetivação no escopo de indagações do campo da Psicologia Social e Institucional, tomando a própria experiência do trabalho de pesquisa como mote estratégico para a escrita. Afinal, pelo trabalho se faz história.

Sendo assim, o que nos interessa é operar a escrita deste texto desde a perspectiva de um conceito caro às nossas pesquisas: o do trabalho como ofício. O ofício não é exatamente prática ou profissão, mas, sim, arte do fazer, compartilhado entre quem pesquisa e aqueles com quem se pesquisa. Arte que se imiscui por entre lutas travadas quando da gestão da distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, no encontro com as infidelidades do meio, na produção de normas em sentido “canguilhemiano”, para viver e trabalhar.

É pelo ofício de pesquisar que contaremos um pouco da história do n-pista(s), ofício que comporta uma dimensão perturbadora da história *oficial*, a qual, geralmente, conta a história de pretensos progressos. Assumir uma postura de trabalhadora-historiadora na perspectiva do ofício implica, então, contar a história pelo percurso de suas linhas de descontinuidade e problematização que fazem nascer novos projetos.

O ofício necessita ser cuidado. Nesses termos, o que implica cuidar do ofício de pesquisa? Sendo o ofício em cada situação singular, sempre exposto ao inesperado (Clot, 2013a), o que dizer de um ofício que se sustenta no propósito de produzir conhecimento, de deslocar o saber sobre os processos, em que pesem seus limites definidos pelas instâncias administrativas e reguladoras que definem tempos, critérios de financiamento e que contornam, muitas vezes, quem a ele tem acesso e até mesmo o horizonte daquilo “a ser pesquisado”?

Recuperar neste escrito a produção do grupo de pesquisa converte-se, assim, em mais do que apresentar os projetos desenvolvidos. Trata-se de uma oportunidade para atentar aos seus traçados no tempo, de modo a colher, neste caminho, os elementos que podem abrir novas linhas de problematização que permitam reinventar modos de trabalhar pela pesquisa.

Tramando a escrita por entre três eixos, a saber: ‘Formação do Grupo de Pesquisa: momento de forte investimento em políticas públicas; movimentos na política brasileira com impactos nas questões para pesquisa: *impeachment* de Dilma Rousseff, desinvestimento nas políticas públicas, campanha presidencial de 2018; e a ameaça do vírus: pesquisar na pandemia de Covid-19 pela abertura de vias de problematização’. Trazemos aqui a presença vívida e forte de todas e todos aqueles que já passaram pelo grupo, bem como aquelas e aqueles que ainda se encontram conosco, com seus projetos em andamento ou já concluídos. São estudantes de graduação¹ e pós-graduação que animam nosso trabalho e desacomodam nosso pensamento. É na alegria do encontro com elas e eles que seguimos dando consistência às nossas “invenções”.

FORMAÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA: MOMENTO DE FORTE INVESTIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2012, ano de formação do grupo, o Brasil vivia um momento de franco investimento em políticas públicas. Foi nesse contexto que o *n-pista(s)* iniciou suas atividades, integrando a linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividade.

Em rede com o Núcleo de Pesquisas Subjetividade e Política da Universidade Federal do Espírito Santo (NEPESP/UFES), com outro grupo de pesquisa também vinculado ao PPGPSI/UFRGS, Corpo, Arte e Clínica/UFRGS, e, ainda, com o Grupo de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia Produção de Conhecimento e Práticas Sociais, as atividades do *n-pista(s)* iniciaram com o desenvolvimento de pesquisas guarda-chuva, iniciando com pesquisas rea-

1 As e os estudantes de graduação que se envolveram com nosso grupo de pesquisa foram/são: Dafni de Melo, Marina Haasse Franco, Lucas Bueno, Gabriel Escobar, Daniel Mossi, Letícia Nunes, Caroline Navarini e Sá, Ana Carolina Ongaratto de Oliveira, Larissa Neubarth e Bruno Monticeli.

lizadas em nível de mestrado, expandindo, com o tempo, para o desenvolvimento de pesquisas de doutorado.

Visando o grupo, à época, desenvolver análises relativas aos modos de trabalhar, de subjetivar e de clinicar *no e pelo* trabalho, problematizando os matizes do contemporâneo e indagando acerca de modos de sujeição, bem como de resistências ativas, gerados nessa conexão², foram desenvolvidos entre os anos 2012 e 2016 os projetos de pesquisa guarda-chuva intitulados ‘Clínicas do Trabalho e Paradigma Estético: atividade, subjetivação e linguagem por experimentações imagético-digitais com trabalhadores do sistema penitenciário; e Trabalho, Subjetivação e Clínica – Análises nos setores da Assistência Social, Justiça, Comunicações e Saúde’. Além disso, foram desenvolvidos projetos de mestrado que geraram as seguintes dissertações: *Ofício de gestão em tempos de poder gerencialista: a potência da atividade para fazer crítica*, de autoria de Cibele Vargas Moro; *Ofício de educar em abrigo institucional: diálogos com trabalhadores-educadores*, de autoria de Willian Mella Giroto; *A Potência do Trabalho e o Trabalho da Potência: o fazer cotidiano na Assistência Social*, desenvolvida por Helena Rosa de la Rosa; *Atividade, experiência e narrativa – produzindo dispositivos crítico-clínicos do trabalho*, cuja autora é Cháris Telles Martins Rocha; *Por entre narrativas, montagens e acontecimentos: movimentos de um ofício trabalhador na saúde*, de autoria de Mariana Allgayer; e *Trabalhar em Saúde: por entre recriações de normas, a deserção como afirmação de uma política*, cujo autor é Daniel Rodrigues Fernandes.

Tais projetos se ocuparam da análise da experiência do trabalho em diferentes segmentos das políticas públicas. Operando com as ferramentas oriundas do campo das Clínicas do Trabalho e da Análise Institucional, interessaram às nossas pesquisas acompanhar as microgestões dos processos de trabalho realizadas por entre a distância do Trabalho Prescrito e do Trabalho Real, explorando intercessões filosóficas com o pensamento de Foucault, Deleuze, Guattari, Nietzsche e Benjamin, especialmente no que tange à produção de uma Clínica-Crítica do Trabalho. Por entre a criação e a recriação de normas para viver e trabalhar, modos de subjetivar se processam e relações de poder e estratégias de resistências são experimentadas de maneira que a análise da política pública é viabilizada em situações de co análise com trabalhadoras e trabalhadores.

A partir de uma perspectiva de pesquisa-intervenção de caráter dialógico, genealógico e cartográfico, a dimensão pública da política entendida como esfera relativa aos modos de viver junto, fazendo a gestão dos processos de trabalho, consiste em esfera analítica chave para as nossas pesquisas. Por entre o traçado da

2 Nesse momento, o grupo fio assim descrito: As pesquisas do Núcleo visam a análises relativas aos modos de trabalhar, de subjetivar e de clinicar *no e pelo* trabalho, problematizando os matizes do contemporâneo e indagando acerca de modos de sujeição, bem como de resistências ativas, gerados nessa conexão.

história do ofício, isto é, do trabalho feito coletivamente mediante Trabalho Coletivo que gera Coletivo de Trabalho, em que cada uma e cada um é responsável por manter o ofício em pé no contato com as surpresas do real (Clot, 2013a), podemos encontrar as nuances daquilo que se desloca da história oficial de um trabalho.

Nesse deslocamento, acessamos a história de lutas, de embates de enfrentamentos, travados ou não, de conflitos que são transmitidos como herança. Herança que nos leva a tangenciar o pensamento de Walter Benjamin (1987) e suas análises no que diz respeito à experiência e à narrativa como forma de produção e transmissão de uma história coletiva aberta no e pelo trabalho. Transmissão, sobretudo, do que é problemático no trabalho, do que é abertura à colocação de novas questões aos modos de viver e trabalhar.

MOVIMENTOS NA POLÍTICA BRASILEIRA COM IMPACTOS NAS QUESTÕES PARA PESQUISA: IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF, DESINVESTIMENTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS, CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2018

Entre 2016, ano marcado pelo processo de *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff, e 2020, as forças políticas sofreram forte movimentação no Brasil. Michel Temer, à época vice-presidente, assume a Presidência do País e passa a conduzir uma série de ações de desinvestimento em políticas públicas, sob o manto das argumentações relativas ao equilíbrio das contas públicas. Foi, assim, aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos Públicos, reduziram-se drasticamente recursos para Educação e Saúde.

Outros importantes golpes sofridos pela população brasileira e trabalhadora foram a Reforma Trabalhista de 2017, com a criação da modalidade de Trabalho Intermitente, prevendo alternância entre prestação de serviços e inatividade, bem como a Lei da Terceirização, com aumento de período para trabalho temporário e permissão para contratação de funcionários terceirizados para atividades-fim. Tais mudanças são apenas um trecho da expressão da precarização das condições de trabalho no Brasil, bem como do agravamento das desigualdades no país, que se somaram a uma acirrada disputa política durante as eleições presidenciais no ano de 2018, em que estiveram em confronto um projeto de candidato de partido de esquerda e outro de representante da ultradireita.

Naquele momento, ataques às minorias foram frequentes, geralmente de cunho racista, classista e de gênero. Não foram raras as vezes em que, nas salas de aula, alunas e alunos chegavam relatando algum tipo de agressão sofrida nas ruas durante o trajeto até a universidade, ataques que se repetiam em outras situações e espaços de suas vidas. Ao mesmo tempo, a crescente chegada de estudantes e docentes à universidade por meio das Políticas de Ações Afirmativas foi provocando

mudanças importantes nos modos de produção de conhecimento, sobretudo, no que tange à questão dos saberes localizados, reafirmando a necessidade de seguir uma orientação epistêmica aberta à diversidade pela crítica contundente aos universalismos.

Foi nesse momento que a linha de pesquisa do PPGPSI, ao qual se vincula nosso grupo de pesquisa, revisou sua definição para nela destacar seu compromisso com as políticas públicas, com atenção especial à dimensão interseccional, passando a ser assim apresentada: estuda a produção de subjetividade na interface com as políticas públicas, com o objetivo de problematizar as práticas nas áreas da educação, do trabalho, da saúde, da assistência social, da segurança pública, cidade, moradia, entre outras. Explora a dimensão interseccional, sobretudo, os marcadores sociais de gênero, sexualidade, classe e raça. As pesquisas na linha buscam articular ações voltadas para a qualificação do que é o público como espaço político de investimento de ações governamentais, bem como de afirmação de coletividades e de diferença.

Na esteira dessa revisão e procurando estar sensível às questões que se colocavam como urgentes no campo do trabalho sob a perspectiva da Psicologia Social e Institucional, nosso grupo de pesquisa também reformulou a sua definição, passando a assim se apresentar em seus propósitos: As pesquisas do Núcleo visam a análises relativas aos modos de trabalhar, de subjetivar e de clinicar *no e pelo* trabalho, problematizando os matizes do contemporâneo e estratégias de resistência. Tendo como lastro uma orientação epistêmica ético-político-estética, opera pelos campos da Análise Institucional e das Clínicas do Trabalho, enfatizando a investigação de processos institucionais gerados pelos modos de organizar e viver o trabalho e visando a produzir movimentos afirmativos de diferença, de coletivos e de crítica. Explora as políticas da subjetividade na interface com as políticas públicas em uma perspectiva interseccional dos marcadores sociais da diferença, mediante estratégias metodológicas inventivas e de produção de conhecimento em rede entre Universidade e Trabalhadoras e Trabalhadores. Nesse novo momento do grupo de pesquisa é reafirmado o compromisso com análises referentes aos marcadores sociais da diferença ou da desigualdade, bem como a estratégia metodológica que visa a fortalecer esta rede de produção de conhecimento.

Nesse período, foi desenvolvido o projeto guarda-chuva *Trabalho, Subjetivação e Clínica: educação e saúde em análise*, pelo qual, analisando as transformações do capitalismo contemporâneo, que têm gerado mudanças na gestão dos processos e na experiência de trabalho, foram traçadas três linhas transversas de interesse: (a) estudar os modos como os sujeitos vivenciam e dão sentido às experiências de trabalho atravessadas pelo neoliberalismo; (b) analisar os modos como os sujeitos vivenciam os percursos do trabalho como atividade; e (c) produzir modulações conceituais e metodológicas no campo das Clínicas do Trabalho, especialmente

relativas ao modo de posicionar o problema clínico do trabalho e suas estratégias, afirmando o caráter político da clínica. Explorando o trabalho enquanto atividade, o projeto visou a problematizar o labor no eixo temático-empírico da Educação, da Saúde e da Socioeducação, a partir do qual colocamos relevo na dimensão do aprender envolvido na experiência mesma do trabalhar, entendendo o aprender como dimensão relativa a um certo exercício do pensamento marcado pela problematização.

A dissertação de Edlamar França, intitulada *Psicologia e Trabalho Social: algumas configurações problemáticas*, analisou as tessituras estabelecidas entre trabalho social, psicologia e neoliberalismo, enfatizando os processos de *empresarialização* que se referem a uma composição lógica do *modus operandi* empresarial com as práticas desenvolvidas nos projetos e organizações sociais e, até mesmo, em programas governamentais que compõem as políticas públicas na área social; e *universitarização*, que consiste em um movimento de qualificação profissional permanente, cada vez mais identificado com os moldes da universidade, de modo que esse processo formativo acaba, em determinados casos, por atender à lógica da dinâmica neoliberal e às exigências do mercado.

A dissertação de Tiago Hasmann, intitulada *Uma pesquisa-intervenção em atividade no trabalho face a face de uma empresa pública: por uma política de coleta-vização pelas competências*, discutiu a produção de competências no e pelo trabalho por entre gerencialismo contemporâneo, analisando uma situação paradoxal: à medida que os novos meios de gerenciamento do capital se estabelecem e são estimuladas as faculdades humanas afeitas ao trabalho imaterial, acaba-se por ter como efeito a reconfiguração das condições de possibilidade de ruptura com o regime de dominação pelo capital neste mesmo terreno.

A dissertação de Luis Giorgis Dias, intitulada *Produzir saberes indagando a política: pensando a formação em serviço pela perspectiva do aprender*, dedica-se a pensar a temática da formação em serviço a partir de uma experiência de pesquisa-intervenção realizada com trabalhadores da saúde de uma UBS localizada no município de Porto Alegre. Trata-se de uma experiência de ordem vital e que tem como característica se relacionar com instâncias diversas do corpo social ao qual se está envolvido. A microgestão operada em meio ao reordenamento dessas normas traz à tona a impossibilidade de separar o trabalho da dimensão política, aqui entendida como modos de gerir essa vida que é comum e partilhada, sendo o trabalho em saúde uma das maneiras de pautar modos de viver em conjunto.

A pesquisa de mestrado de Verônica Flores, realizada com agentes socioeducativos, teve o título de *Criando Aberturas em Regime Fechado: percursos por entre o trabalho como atividade no âmbito da socioeducação*. A dissertação teve o intuito de produzir questões clínicas do trabalho com Agentes Socioeducadores, problematizando aspectos relativos à expansão do poder de agir em meio às tensões

educar/punir/vigiar que caracterizam o exercício no campo socioeducativo. Com a emergência dos movimentos sociais que consolidaram o Estatuto da Criança e do Adolescente, efeitos outros produziram-se, no sentido de que a política pública deve se fazer pública, iniciando um processo de fortalecimento de práticas que acolham a produção do comum, o que implica pensar que é na própria experiência cotidiana do labor que os trabalhadores operam a política pública (além das diretrizes), devendo construir coletivamente estratégias instituintes, mediante um processo coanalítico operado com abordagens que tomam o trabalho pela via da atividade.

A pesquisa de doutorado de Lucia Almeida, realizada no campo da educação municipal de Porto Alegre, analisa os impactos da precarização das relações de trabalho, de redução de espaços de diálogo e de planejamento conjuntos nesse âmbito, da escassez de recursos humanos e financeiros que seriam destinados à qualificação dos espaços pedagógicos, da fabricação dos diretores de escolas como gestores mais administrativos do que pedagógicos, de redução de projetos e propostas diferenciadas nas escolas. A pesquisa de doutorado coloca em questão os modos como tais impactos se relacionam com a fragilização das relações dos professores e das professoras com seus pares, com seus alunos e com o seu trabalho, levando ao sofrimento e, eventualmente, ao adoecimento. São tecidas análises relativas aos efeitos das políticas neoliberais no corpo dos trabalhadores e trabalhadoras, buscando entender os modos como os professores e professoras da educação pública produzem movimentos micropolíticos de resistências e criam estratégias de enfrentamento a essas adversidades; e sobre o modo como tais resistências se atualizam quando há tentativas de impedimento ou de redução da potência de vida e de saúde nos ambientes de trabalho.

O projeto de tese de Daniel Rodrigues Fernandes, intitulado *Produzindo competências para compor com meios técnicos modulados por fazeres*, coloca em questão os modos de viver e trabalhar em um mundo tecnificado e sobretecnificado a fim de indagar a respeito de como ativar uma inteligência estratégica no presente.

A investigação de Patrícia Krieger no campo do trabalho da Política Pública de Assistência Social propõe uma pesquisa que tensione a Política Nacional de Assistência Social em suas práticas cotidianas e menores, trazendo como objetivo a busca de potência e transformação, a partir de um “construir com” e sob uma perspectiva que faça sentido aos que a *utilizam*, sejam trabalhadores, pesquisadores, *usuários* ou outros atores. Quais enquadramentos dão suporte às vidas que se encontram nos espaços das políticas públicas de Assistência Social produzida para “*quem dela precisa*”? A quais normas sociais e políticas temos recorrido para afirmar nossas ações nesses encontros? Como produzir alianças éticas e políticas pelo trabalho, a partir da interdependência precária apontada por Judith Butler (2016)? Como produzir rupturas por entre esse “espaço de risco estrutural”, a fim

de um agir político no e pelo trabalho como ofício na Assistência Social? Essas são algumas das perguntas formuladas.

A investigação de Jéssica Prudente originou a tese intitulada "*Por que eu não posso querer morrer?*": uma conversa infinita entre normatividades e normalizações pelo trabalho em saúde. Nela, encontram-se conversas infinitas no intervalo entre querer morrer e suicídio, transversalizadas pela experiência do trabalho em saúde mental, por um viés cartográfico. São colocados em discussão valores produzidos em relação ao viver e ao morrer, levantando questões a respeito de práticas higienistas e normalizadoras nesse âmbito. Por fim, a autora produziu um manifesto antipsicológico acolhendo lutas antirracistas e antifascistas na atualidade e operando uma crítica às práticas da psicologia na política pública de saúde mental na relação com os riscos.

Entre 2019 e 2020, Vilene Moehlecke desenvolveu no Grupo o projeto de pós-doutorado intitulado *Cartografias do NISE: a experiência coletiva como disparadora para novos sentidos às trabalhadoras na Educação em um município da região metropolitana de Porto Alegre, em meio à pandemia de Covid-19*. O NISE consiste no Núcleo Interdisciplinar de Saúde na Escola, vinculado à Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo/RS. O projeto desenvolvido implicou acompanhamento dos processos de intervenção propostos por tal Núcleo, os quais apostaram na constituição da coletividade ao envolver o compartilhamento de questões entre professoras, monitoras, merendeiras e estagiárias. A intenção foi a de estudar junto ao n-pista(s) a dinâmica desse processo, bem como problematizar a intervenção sob a perspectiva da Filosofia da Diferença e das Clínicas do Trabalho.

Ainda mencionando os projetos desenvolvidos, citamos que, desde 2018, Liana Dalla Vecchia se vinculou às atividades do Grupo na condição de coorientada de doutorado, estando ligada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina. Ela desenvolve a pesquisa intitulada *O Trabalho em Saúde e suas Reverberações na Saúde Mental das/os Trabalhadoras/es do SUS: uma cartografia na atenção primária à saúde de Florianópolis/SC*.

As pesquisas referidas a seguir foram marcos significativos no percurso das pesquisas desenvolvidas pelo n-pista(s). São investigações que colocaram provocações instigantes e necessárias no campo das Clínicas do Trabalho sob o ponto de vista da consideração dos marcadores sociais da diferença. Indagações que convocam a racialização das clínicas do trabalho, a consideração dos processos de generificação na experiência normativa do trabalho como atividade e questões referentes à afetação dos corpos com e sem deficiência quando da microgestão dos processos do Trabalho em Situação.

Tatiane Oliveira, com a pesquisa intitulada *Racializar o problema clínico do trabalho: professoras negras e experiência do trabalho como atividade na educação básica*, trata da problemática de racializar os operadores conceituais da Clínica

da Atividade na direção de apontar a pertinência de um fazer clínico do trabalho comprometido com a luta antirracista. Em pesquisa realizada com professoras negras que atuam na educação pública estadual do Rio Grande do Sul, a autora apresenta uma dinâmica de embates entre valores da branquitude e da negritude quando da gestão dos processos de trabalho e finaliza indicando pistas para afirmação de uma Clínica Antirracista do Trabalho.

A pesquisa de Renata Borstmann, que gerou a dissertação intitulada *Perform(atividade)s de Trabalho e Gênero: uma análise com técnicas de enfermagem de um bloco cirúrgico*, coloca em análise a produção generificada de trabalhadoras e trabalhadores pela experiência do trabalho como atividade. A análise dos materiais produzidos aponta para dois eixos referentes à atividade de trabalho no bloco cirúrgico: o primeiro refere-se aos esforços de renormatizações de técnicas e técnicos de enfermagem ao fazerem usos de si (Schwartz, 2007) diante das prescrições do trabalho na gestão do cuidado de modo generificado; e o segundo discute a produção do gênero profissional e estilo (Clot, 2010) atravessado pela produção do gênero, dedicando-se a discutir as estratégias coletivas de produção do cuidado adotadas.

As análises da pesquisa de Borstmann andaram no sentido dos modos como a performatividade de gênero compõe o real da atividade, ou seja, enfrentando tudo aquilo que pode ou não ser feito no trabalho, os interditos ou não, impostos pelas normativas de gênero, resultando no plano de uma atividade impedida, bem como no de uma performance de gênero, impedida ou não. Tendo em vista que a atividade é um processo em constante devir, que abarca possibilidades e impossibilidades com as quais o trabalhador ou a trabalhadora se depara para dar conta de realizar alguma tarefa, indagamos: como os processos normativos e renormativos do trabalho podem perturbar os processos performativos do gênero, produzindo, assim, a possibilidade de agenciar novas performances de gênero produzindo a expansão do poder de agir no e pelo trabalho? Tal pesquisa se faz numa espécie de lacuna das investigações no campo de estudos em gênero e trabalho sob o ponto de vista da normatividade, vital e social, experimentada quando da gestão do trabalho enquanto atividade.

Por fim, a pesquisa de Daniela Navarini gerou a dissertação intitulada *A experiência como plano de composição: uma conversa entre trabalho, deficiência e subjetividade*. Tal pesquisa, tematizando a deficiência no campo Clínico do Trabalho sob o prisma da abordagem da Clínica, destaca que a tradição francófona das perspectivas Clínicas do Trabalho ainda apresenta, na maioria dos seus estudos, um corpo trabalhador “não marcado”. Assim, tal dissertação, ao atentar para os corpos e para suas múltiplas experiências, para os sistemas de opressão referentes aos atravessamentos do capacitismo e para o local parcial ocupado pela pesquisadora na produção de conhecimentos, consiste em um passo a mais na direção de

uma perspectiva crítica e feminista de ciência no que se refere ao campo clínico do trabalho. São problematizados na pesquisa os significados da incapacidade e do produtivismo que compõem o plano problemático do tema trabalho e deficiência, levantando questões relativas aos modos de abordagem da questão enquanto “problema” a ser “tratado” e “gerido” e indicando que a Clínica da Atividade nos permite problematizar questões relativas à corponormatividade – a qual opera por entre a microgestão dos processos de trabalho – ao ampliar a discussão do trabalho a partir de sua dimensão experiencial e dos processos normativos.

No período compreendido entre 2016 e 2020, além das pesquisas realizadas, propusemos, ainda no ano de 2018, o projeto de extensão vinculado ao *n-pista(s)* chamado *Atelier de Formação e Intervenção em Saúde e Trabalho*. Trata-se de um projeto desenvolvido em caráter de Consultoria e Assessoria, objetivando desenvolver tecnologias no campo das Clínicas do Trabalho, explorando a indissociabilidade dos processos de trabalho, saúde e formação junto a diferentes segmentos de trabalhadores e trabalhadoras, notadamente aqueles/as do setor de Políticas Públicas. Nessa iniciativa, visamos a fortalecer a dimensão coletiva da experiência do trabalho, apostando na produção de conhecimento em rede, bem como na difusão do conhecimento produzido pelas Universidades neste campo.

As intervenções propostas pelo projeto desenvolvem ações de promoção de saúde, bem como de formação de trabalhadores e trabalhadoras no campo das Clínicas do Trabalho, tomando a análise dos processos de trabalho como principal estratégia. São objetivos específicos dessa iniciativa: investir nos trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos ativos dos processos analíticos dos processos de trabalho e do trabalho como atividade; problematizar as modificações e transformações do trabalho, em especial no que tange às políticas públicas e seus impactos nos trabalhadores e trabalhadoras; promover a formação de multiplicadores entre os trabalhadores e trabalhadoras no âmbito das Clínicas do Trabalho; explorar a dimensão formativa do trabalho presente no Trabalho em Situação; favorecer expansão do poder de agir dos trabalhadores por entre as microgestões do trabalho cotidiano. As ações são desenvolvidas a partir de três frentes: (a) Intervenções Clínicas do Trabalho conforme demanda; (b) Cursos, Oficinas, Palestras no campo das Clínicas do trabalho; e (c) Reuniões Quinzenais de equipe.

Visando também a estreitar nossa conexão com trabalhadoras e trabalhadores em diferentes contextos e segmentos, criamos o *site*³ do grupo, que permite divulgação de nossas ações, bem como contato conosco.

3 <https://www.ufrgs.br/n-pistas/>

A AMEAÇA DO VÍRUS: PESQUISAR A/NA PANDEMIA DA COVID-19

Em março de 2020, o mundo se viu atingido pela pandemia da Covid-19. Como não poderia deixar de ser, a crise sanitária que se instalava marcou indelévelmente a produção do grupo de pesquisa. Em meio a novos arranjos para organizar o trabalho acadêmico, passamos a experimentar uma ampla e intensa transformação nos nossos modos de viver e trabalhar no âmbito da própria pesquisa.

Em meio a uma proliferação de textos que começavam a ser publicados numa tentativa de colocar em análise a situação inusitada, marcada pela necessidade de isolamento e distanciamento social que passamos a viver, naquele momento também iniciavam a se colocar em nosso pensamento novas indagações pertinentes ao nosso campo de pesquisa. Afinal, quais seriam os efeitos da pandemia no mundo do trabalho na perspectiva do campo Clínico do Trabalho? Quais seriam as novas questões que se apresentariam em termos de mudança nos modos de organização do trabalho, experiência do labor e implicações ético-político-estéticas nesse processo? Como se deram ou como se darão os processos de coletivização e/ou individualização experimentados neste processo, bem como qual será o estatuto dos modos de vida que serão criados?

No rastro de tais perguntas, tal como flecha que nos atinge e pune, a indagação-chave que se impôs é: o que pode a Clínica do Trabalho na pandemia, bem como quais são as modulações necessárias no campo clínico do trabalho tendo em vista as novas urgências de nosso tempo?

As desigualdades no Brasil já davam seus sinais peculiares quando do enfrentamento da Covid-19, uma vez que pessoas trabalhadoras negras, mulheres e pessoas com deficiência se afiguram como grupos de forte impacto do ponto de vista dos efeitos nefastos da pandemia. Além disso, o incremento de modalidades de trabalho por aplicativo acirrou precariedades já vividas, sobretudo, no que tange aos trabalhadores “uberizados”. Sem falar no alto índice de desemprego que chega a números alarmantes no Brasil e nos níveis de miserabilidade que só crescem.

Do ponto de vista de quem segue trabalhando, o momento de pandemia instaura uma situação peculiar, que vem demandando muito daquelas e daqueles que trabalham. Diante de tal infidelidade do meio, para usar um termo proposto por Canguilhem (2002), em face de um vírus que acarreta modificações concretas no âmbito da organização e das condições de trabalho, instaura-se uma situação que convoca intensa normatividade. Normatividade, nos termos de Canguilhem (2012), refere-se à vida como capacidade transitiva, capacidade de movimento e de passar de uma situação à outra.

Por tal normatividade, experimenta-se o trabalho como atividade, desenhando uma história dos ofícios como matéria expressiva de uma produção coletiva. Para o autor, experimentar o trabalho como atividade implica “construção, no

comum, de um mundo em que o sujeito pode viver a experiência do real naquilo que ele tem de desconhecido e inesperado” (Clot, 2013a, p. 201), sendo no acontecimento que se reencontra, graças à instituição, o poder de agir sobre o meio, contra a instituição e além dela. Portanto, vivemos na pandemia uma intensa mudança nas estratégias de ofício, situação essa que nos levou a propor no ano de 2020 o novo projeto guarda-chuva do grupo de pesquisa intitulado *Narrativas do Trabalho Docente na Pandemia de Covid-19: pela memória do ofício, práticas de cuidado na educação*.

Intrigadas em meio a nossa própria experiência de trabalho, demos início à elaboração deste projeto, que ganhou como parceiras colegas de nosso PPGPSI vinculadas ao Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas (Nucogs) e do Núcleo de Pesquisas em Subjetividade e Política (NEPESP), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional/UFES, bem como do Núcleo de Estudos e Intervenção em Trabalho, Subjetividade e Saúde (Nutras), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Esse projeto, voltado para professoras e professores do Ensino Fundamental da Rede Pública em três estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Espírito Santo, visa a acompanhar, via Plataforma Digital, as mudanças expressivas em suas estratégias de ofício, o que produz forte sensação de insegurança, bem como temores no que tange à efetividade do exercício de seu trabalho. Os referenciais conceitual-metodológicos são oriundos do campo das Clínicas do Trabalho, notadamente as abordagens que analisam o trabalho como atividade, a saber, Ergologia e Clínica da Atividade; e são explorados aspectos do pensamento de Donna Haraway (2021), sobremaneira o conceito de figuração como modo de desenvolver o campo das clínicas do trabalho.

Os objetivos da pesquisa são: analisar como a produção de um memorial das intensas transformações geradas pela Covid-19 pode contribuir para a produção ou o registro da história do trabalho docente, de suas lutas travadas cotidianamente, por trabalhadoras e trabalhadores da educação no exercício do seu ofício em tempos de pandemia; produzir e compartilhar um memorial do ofício docente em tempos de pandemia como estratégia de cuidado à saúde de professoras e professores, partindo do princípio de que cuidando do ofício cuida-se das pessoas; contribuir com conhecimento produzido em co-análise com professoras e professores para a formulação de políticas públicas para a educação a partir da situação pandêmica, fortalecendo rede de produção de conhecimento entre universidade, trabalhadoras e trabalhadores da educação; desenvolver, conceitual e metodologicamente, ferramentas clínicas do trabalho explorando a contribuição do conceito de figuração desenvolvido por Donna Haraway para as análises do trabalho como atividade.

A pesquisa segue uma orientação genealógica, cartográfica e dialógica. Genealógica porque as análises visam ao traçado da atividade-pensamento; cartográfica

porque pretende acessar processos – de trabalho, de subjetivação e clínicos do trabalho; e dialógica porque o diálogo se converte em ferramenta crucial na análise do trabalho como atividade.

Em meio ao desenvolvimento desse novo projeto, novas pesquisadoras ingressam no Grupo para desenvolvimento de pesquisas de mestrado de doutorado, respectivamente. Mayara Aguiar, com interesse na investigação de aspectos clínicos do trabalho referentes ao trabalho em Casas de Acolhimento; e Carina Kirst, abrindo indagações no que se refere à experiência de formação em medicina sob o ponto de vista da atividade. Ambas, Mayara e Carina, são as mais recentes pesquisadoras a ingressar em nosso grupo de pesquisa, personificando o movimento incessante de renovação tão caro e crucial à vida de um grupo de trabalho, à vida de um ofício de pesquisa.

Levando em consideração, ainda, os atravessamentos políticos de nosso tempo e País, pelo GT da ANPEPP Políticas da Subjetividade, do qual atualmente fazemos parte, encontramos-nos em pleno processo de colocar, além da pandemia, eixos transversais de problematização entre pesquisadoras e pesquisadores de diferentes universidades brasileiras que compõem o grupo de trabalho, tendo como mote o tema *Abrir o Presente: inventar mundos, narrar a vida, enfrentar o fascismo*. No que tange às questões atinentes ao n-pista(s), interessa-nos explorar quais são os engendramentos entre fascismo, capitalismo e trabalho, entendendo que o fascismo necessita ser abordado desde a perspectiva de suas modulações, mais do que de suas modalidades datadas em formatos de regimes totalitários.

Levando em conta, segundo Pinho (2007), que no fascismo se intensifica a centralidade do trabalho humano no capitalismo como mediador social e gerador de valor, estando diretamente relacionado ao contexto cultural e político de uma época, pensamos em quais são os contornos do fascismo no neoliberalismo. Para Safatle (2018), o fascismo vampiriza a revolta, ativa a paranoia nas relações, mobiliza uma certa insensibilidade em relação a quem é mais vulnerável e coloniza o desejo anti-institucional pela própria ordem. Assim, tais elementos destacados pelo autor, quando pensados no âmbito das transformações nos modos de organização do trabalho operadas por essa verve fascista que “re-pulsa” pelos contornos do neoliberalismo, permitem posicionar a consideração da experiência do trabalho na esfera analítica do poder com nuances particulares.

Se tomarmos a consideração de Schwartz (2011) de que jamais foi possível arrebatar todo mistério do gesto produtivo, podemos colocar os termos do problema de modo a exaltar uma analítica da resistência operada por entre os processos de trabalho? Se no contexto dos totalitarismos italiano e alemão pode-se por breve incursão pela história do trabalho identificar uma pretensão de liberdade em meio a um projeto imperialista de aceleração do desenvolvimento industrial, o que dizer da operação processada por entre o capitalismo globalizado, em que as estratégias

de controle e subjugo se difundem por todo o mundo em uma geopolítica que se sustenta na pretensão individual de sucesso pessoal a ser atingido pelo auto empreendedor espoliado? Qual trabalho, para qual projeto societário vivemos hoje? Qual trabalho, para qual projeto societário almejamos para viver um outro tempo?

Lembramos Umberto Eco quando diz que “os fascismos estão condenados a perder suas guerras, pois são constitucionalmente incapazes de avaliar com objetividade a força do inimigo” (2002, p. 57). Lembramo-nos também de Georges Canguilhem (2012), quando diz que “na guerra e na política não há vitória definitiva”. A partir daí – e levando em conta a afirmação de Yves Clot (2013a) quando sustenta que um ofício para se manter vivo necessita ser atacado, isto é, transformado de modo a tornar-se defensável – perguntamos: como investir na insurreição engendrada por entre os ofícios? Como injetar vigor em uma luta no campo social a partir das histórias engendradas no campo do trabalho?

NOVOS DESASSOSSEGOS: LINHAS PROBLEMÁTICAS QUE NÃO CESSAM DE PROLIFERAR

Contar o percurso de nosso grupo de pesquisa converteu-se em experiência. Experiência de (cont)ação de uma história que se faz e refaz a cada instante em que mantemos nosso ofício de pesquisadoras vivo. Quem somos nós pesquisadoras e pesquisadores no campo da Psicologia Social e Institucional neste momento preciso da história? Por onde andam nossas sensibilidades? Por onde andam nossas indignações?

Fazer andar a história de um ofício implica colocar em análise o que estamos fazendo de nós mesmos por entre o exercício de nosso trabalho, de maneira que se fazer pesquisadora exige um exercício aprendente de si em uma relação de confiança no que virá. Ofício de Pesquisadora, trabalho forjado de modo peculiar por entre as forças problematizadoras que recolocam questões de modo a possibilitar sua reinvenção. O que se quer do trabalho de pesquisa enquanto ofício? Que se possa acessar aquilo que o movimenta, que o coloca em processo de crítica de si mesmo, afinal, há de se colocar sob suspeita as artimanhas capitalísticas que empalidecem a sua vitalidade.

Por onde anda o n-pista(s) neste momento? Pelas águas turbulentas das revoltas que pululam aqui e ali, exercitando uma escuta que quer mais e mais refinar sua amplitude para encontrar os problemas que trabalhadoras e trabalhadores colocam a partir de suas experiências laborais, com especial atenção ao que os diferentes movimentos antirracistas, antisssexistas, anticapacitistas, anticlassistas nos indicam como convocação à produção de conhecimento no campo da Psicologia Social e Institucional, e, ainda, em suas especiais nuances clínicas do trabalho e aos desafios vividos no âmbito do capitalismo flexível e de vigilância, bem como aos contornos

deste mundo na pandemia e no pós-pandemia. Enfim, desafios metodológicos, conceituais e epistêmicos não faltam, sobretudo no que tange ao enfrentamento dos efeitos da colonialidade na racionalidade moderna, os quais nos exigem especiais esforços para aprender a desaprender, como indica Mignolo (2008).

Nosso intento com esta escrita foi o de recuperar passagens que fulguram como pontos de abertura à colocação de problemas, a serem mote de novas pesquisas, a serem mote para novas lutas políticas por entre as pesquisas que realizamos e inúmeros processos de trabalho que acompanham essa tarefa: relatórios, produção bibliográfica, orientações e gestão administrativa, de modo a permitir que nosso próprio trabalho como pesquisadoras continue a se produzir por entre este escrito. Há que tomar o que fazemos enquanto processualidade que diz de processos sociais, institucionais, sempre a serem feitos e refeitos em meio a relações de poder e controle.

Além disso, há que se pensar que o trabalho e o conhecimento produzidos por entre a composição de grupos de pesquisas que sustentam um Programa de Pós-graduação necessitam estar sempre sob suspeita para que seja possibilitado que continuemos a acreditar no mundo, acreditar no sentido proposto por Deleuze (2010), qual seja: pelo suscitar dos acontecimentos, mesmo que pequenos, que consigamos engendrar novos espaços-tempos, que nos permitam confiar no inacabamento como superfície, inacabamento esse por onde deixamos, coletivamente, germinar a criação como resistência.

REFERÊNCIAS

- Benjamin, W.** (1987). *Magia e técnica, arte e política*. Brasiliense.
- Butler, J.** (2016). *Quadros de Guerra*: Quando a vida é passível de luto? Civilização Brasileira.
- Canguilhem, G.** (2002). *O normal e o patológico*. Forense Universitária.
- Canguilhem, G.** (2012). O normal e o patológico. In *O conhecimento da vida* (pp. 169-185). Forense Universitária.
- Clot, Y.** (2010). *Trabalho e poder de agir*. Fabrefactum.
- Clot, Y.** (2013a). O ofício como operador de saúde. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(nspe.), 1-11.
- Clot, Y.** (2013b). A contribuição de Tosquelles à Clínica do Trabalho. *Trabalho & Educação*, 22(1), 199-208.
- Deleuze, G.** (2010). *O que é a filosofia*. Editora 34.
- Haraway, D.** (2021). *O Manifesto das espécies companheiras*: cachorros, pessoas e alteridade significativa. Bazar do Tempo.
- Eco, U.** (2002). O Fascismo Eterno. In *Cinco Escritos Moraes* (pp. 1-12). Record.
- Mignolo, W.** (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.
- Pinho, R. M.** (2007). A organização do Trabalho no Fascismo. *Projeto História*, 34, 370-376.
- Safatle, V.** (2018). O que é o fascismo? *Revista Cult (online)*. <https://revistacult.uol.com.br/home/o-que-e-fascismo/>
- Schwartz, Y.** (2007). Uso de si e competência. In Y. Schwartz & L. Durriue (Orgs.), *Conversas sobre a atividade humana* (pp. 47-86). Universidade Federal Fluminense.
- Schwartz, Y.** (2011). Manifesto por um ergoengajamento. In P. Bendassoli & L. Sobol (Orgs.), *Clínicas do Trabalho*; Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade (pp. 132-166). Atlas.

IMAGENS, TRABALHO E SUBJETIVIDADE EM TEMPOS DE GUARDAR MEMÓRIAS E INVENTAR FUTUROS

*Jaqueline Tittoni | Aline Kelly da Silva | Camila Pereira Alves | Diego Drescher de Castro
Fabiane Konowaluk Santos Machado | Helena de Barros Soares | Leandro Marchini Peixoto
Leticia Eli Pereira de Campos | Marilu Goulart | Marlete Andrize de Oliveira
Marlon Freitas de Campos | Rossana Bogorny Heinze | Thiele da Costa Müller de Castro*

INVENTANDO UM COMEÇO

A reflexão que instiga este texto, “aquilo que insiste em se fazer urgente”, agita nosso pensamento na direção desta escrita... Escrevemos em um país devastado pela pandemia sem controle, pelo descaso com as vidas humanas que se perdem aos milhares todos os dias, marcadas pela condição socioeconômica e pela raça. O governo da pandemia mostra a face branca e violenta da sociedade refletida no espelho colonizador que segue a operar suas formas de opressão. A mão do colonizador que ostenta o espelho carrega a “mágica” do poder de definir quem são aqueles que a imagem reflete. Esta é uma questão que segue urgente: quebrar o espelho.

A imagem é, ela mesma, uma questão. Fundamental nos processos de colonização, as imagens abrem janelas e ampliam os olhares, mas, ao mesmo tempo, fixam e pressionam as experiências. Imagens técnicas que compartilhamos todos os dias e que alimentam um sem-fim de combinações algorítmicas, fazendo circular o mesmo do mesmo, em movimentos infinitos e controlados, ao mesmo tempo. Problematizar os modos de produzir imagens segue sendo uma urgência.

Escrevemos em um país com milhares de pessoas desempregadas, com poucas perspectivas de retornar ao mercado de trabalho e assoladas pelos efeitos da “deforma” trabalhista, vigente desde 2017, que alterou violentamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as condições de possibilidade institucionais para ser trabalhadora e trabalhador nessa nação. Ao aumento da pobreza e da miséria, assim como da insegurança alimentar com o retorno do Brasil para o Mapa Mundial da Fome, soma-se a precarização do trabalho e das relações de trabalho. O trabalho, que não é capaz de garantir nem mesmo a sobrevivência de quem trabalha, segue sendo uma urgência.

Por fim, a produção acadêmica. Desafiar os nós que a constituem como espaço de colonização e de opressão e, ao mesmo tempo, fazer ver sua potência inventiva e

transgressora, também segue sendo necessário e urgente. Colocar em questão os modos universalizantes de conceber o saber e o conhecimento, assim como as inúmeras resistências que se mostram nos saberes menores e cotidianos, segue sendo uma urgência.

Faz-se cada vez mais urgente suspendermos o céu, como defende o importante intelectual e ativista pela defesa dos direitos dos povos indígenas, Ailton Krenak (2020). Ele relata a experiência de povos indígenas que realizam um ritual de cantos e danças quando sentem que o céu está demasiadamente próximo à terra, representando uma dessintonia do povo com o planeta. Assim, ele propõe que suspendamos o céu, num gesto de resistência ao processo de colonização e imposição da concepção de humanidade homogeneizada que separa o humano da natureza. Suspender o céu, dessa forma, é ampliar o horizonte existencial e enriquecer a subjetividade para além do mercado e do capitalismo. Suspender o céu para respirar, para sobreviver.

Mas, de tudo isso, o que insiste em se fazer ainda mais urgente é a coragem para enfrentar e transformar estes tempos em nome da vida, da saúde e da dignidade. A urgência nos move para trabalhar, pesquisar e expandir nossa sensibilidade, buscando rastros de poesia nos percursos que vamos traçando. Cruzando linhas e caminhos, onde as artes do cotidiano, as pequenas artes do viver, vão delineando campos de problematização, provocando saberes institucionalizados e nos convidando a andar pelos desvios, onde, como nos ensinou Manoel de Barros, se podem colher os melhores frutos. A pesquisa arrancada das condições de vida precárias de Carolina de Jesus (2019) nos inspira nos caminhos que vamos trilhar por aqui.

DESENROLANDO AS LINHAS: QUEM ESCREVE

Quem escreve este texto é um grupo formado por seis doutorandas, dois doutorandos e duas mestrandas, assim como uma mestra, que defendeu há pouco sua dissertação, um estudante de graduação em iniciação científica e uma professora-orientadora de percursos e pesquisas. No ano de 2020, juntamos nossas energias e escrevemos o livro intitulado “*Entrenós - escritos de pandemia*”, uma coletânea que mostra nossos diferentes olhares e modos de viver uma mesma situação. Escrever foi, naquele momento, uma forma de irmos fazendo aquela travessia: pés descalços, poucos acessórios para enfrentar as águas turbulentas e muita vontade de seguir andando, juntos. Também mostrou os encontros que podem se dar a partir da diferença. Encontros de partilha e de afetos, para além da identidade de temas ou de problemas de pesquisa. Catamos, nos projetos e estudos de cada pessoa deste grupo, material para formarmos memória e corpo que pudesse tecer um texto comum. Nos aproximamos de Rivera Cusicanqui (2010) quando nos propõe que o conhecimento se produz no coração e no pulmão, nas entranhas superiores, como indica a palavra aimara *chuyma*. Encontro se dá em corpos que pulsam, que respiram, que se alimentam do calor que as proximidades produzem. Corpos que, na

fricção, produzem energia que dispara outros pensares, faz ver os efeitos de poder produzidos como raça, que nos subjetiva como pessoas negras e na branquitude, os efeitos do gênero e das desigualdades sociais. Atritos produzem desacomodação e uma vigilância constante e, muitas vezes, imprecisa e incapaz de produzir estes tempos de encontro como espaços seguros. Infelizmente. Mas é do encontro que se faz o calor que aquece e queima o que já não pode mais ser. Intensidades.

Encontros estão se dando em telas que, como prisões e janelas, são nossa salvação e nossa desgraça e nos fazem habitar o paradoxo deste encontro que nos aproxima e nos afasta. Corpos em tela, que vibram a seu modo. Corpos que se movimentam neste país de pandemias de vírus, de ódios, de descaso. Corpos que clamam por tecnologias, que se constroem e se reconstroem o tempo todo: que tensionam, que produzem, que se acoplam. Ciborgues? Mas que se encontram em uma potência inventiva que, ao resgatar nossas memórias e nossas histórias, tornam o presente mais denso e digno de movimento e de lutas. Como corpos vivos, partes de um mundo que vibra e vive e que pode conhecer com o coração, através dos afetos. Encontros e fricções, como pressupostos de um conhecer que se dá no experienciar. Experiência com os pés no país, nos modos latino-americanos de viver e conhecer, com o passado que nos constitui e o futuro que vamos construindo a cada passo, destruindo o que não deve mais ser. Uma epistemologia do Sul, anticolonial e, assim, feminista e antirracista.

Este texto-tecido está sendo escrito com base em três linhas: o olhar, as costuras e as narrativas. Estes três pontos, cruzados, como ponto atrás ou ponto em cruz, buscam mostrar algumas linhas de composição dos encontros, de modo que a singularidade da obra de cada um possa ser realçada, na mesma medida em que se sabe obra, porque produzida nos encontros e desencontros dos percursos de sua tecitura. As costuras, compostas em roupas e práticas de vestir (Soares, 2019) também informam sobre modos de lidar com as ideias e as perspectivas teórico-conceituais. Os modos de vestir, como estratégias de recriar a pele na forma de cores, estampas ou ornamentos incidem diretamente sobre uma posição crítica ao consumismo e ao trabalho precário que compõem o setor fabril. Abre-se a “pele-roupa”, para deixar ver a pele sensível que recobre o corpo. Pele-palavra que, nas costuras, vai se fazendo texto.

LINHA 1. AS IMAGENS, OS OLHARES.

Olhar para parar, para ouvir, no silêncio das imagens. Imagem que foi se desdobrando, se expandindo dos conteúdos visuais na direção da imaginação e do que poderia, ali, produzir-se como uma imagem fora da imagem, a pressionar os conteúdos visuais para além da representação a que foram atados no pensamento moderno. Não à toa, a fotografia do surrealismo produziu um corte fundamental na noção de imagem como representação ou como prova, marcada pelo desejo do idêntico. Corte e ferida definem o *punctum* (Barthes, 1984) que nos permitiu

produzir um olhar através da imagem, buscar na imagem o que fere, o que punge, o que faz sair da própria imagem, a lança que nos implica e nos movimenta para seu interior. O transver que Zanella (2017) sugere nos faz enfrentar o impossível que reside entre o conteúdo visual das fotografias e o olhar de quem vê.

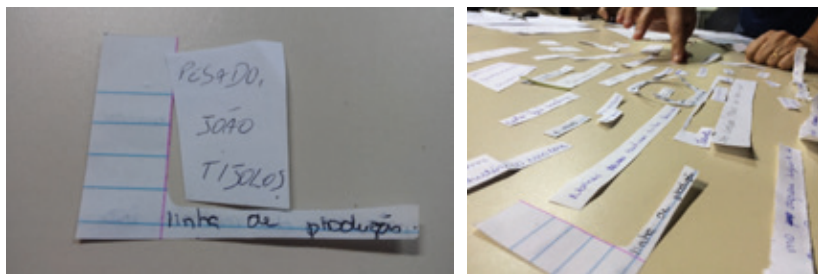
Os movimentos, ao se desprender, iam criando outras imagens. Abrir as imagens, aos moldes foucaultianos, para deixar ver os enunciados (Deleuze, 2005). Buscar as luzes que, no jogo de luz e sombra que faz ver imagens, busca o fora da imagem. Buscar os invisíveis das imagens, os modos como se produziam, o que ficou de fora do foco almejado, o processo em que a imagem não era o ponto de chegada, mas de partida. Estes movimentos criaram a intervenção fotográfica, forjada no plano da pesquisa-intervenção, pensando os modos como a imagem pode ser força-potência de provocar movimentos de olhares e éticas que constroem o *ethos* de onde podemos falar sobre o que vemos (Prudente & Tittoni, 2014). Intervir nas imagens fotográficas: pintar, bordar, desfocar. Intervir nos aparatos técnicos de câmeras que as produzem: digitais, manuais, artesanais. *Pin-lux* e *pinhole* como estratégias para provocar os aparelhos e suas capacidades de fazer ver quem fotografa, tal qual propõe Flusser (2002), como aquele que torce o aparelho a seu favor, como aquele que pode expandir-se da câmera com suas linguagem e inteligência técnica e digital. A fotografia artesanal põe o corpo de quem fotografa na cena, precisa do olhar, das mãos ágeis que recortam, colam, pintam, fazendo sua própria câmera. Outras imagens como inscrição da luz na superfície sensível do filme - *photografia*.



Fontes: Anna Luiza Trein, 2012; e Oficinas de fotografia do grupo de pesquisa NEITS, 2015.

Silvia R. Cusicanqui (2015, p. 19), em seu livro “*Sociologia da Imagem*”, mostra que na perspectiva colonial “*las palabras se convirtieron en un registro ficcional, plagado de eufemismos que velan la realidad en lugar de designarla*”. Para isto, recorre a Waman Puma, cronista quechua, que, através de seus desenhos, cria uma “teoria visual do sistema colonial” (Cusicanqui, 2015 p. 21), deixando entrever conteúdos simbólicos indecifráveis para os colonizadores, pois produzidos na cultura oral dos povos indígenas da região. O artista, assim, cria uma cena na ordem colonial, mas a compõe com conteúdo simbólicos que são invisíveis para o colonizador, pois descritos como narrativas em quechua e aimara. O jogo entre as palavras e as imagens abre brechas, constitui-se como campo de lutas e de provocações e dá vigor à imaginação e ao caráter ficcional inerente à produção imagética.

Foucault (1988), em “*Isto não é um cachimbo*”, propôs que, entre os signos verbais e os elementos plásticos, existem relações de similitude, ao invés de semelhança. A semelhança é da ordem do pensamento, do padrão e, quem sabe, dos ordenamentos algorítmicos que passam a nos definir em tempos de relações mediadas por tecnologias digitais. A similitude é da ordem das aberturas e das diferenças que se propagam, sendo que “multiplica as afirmações diferentes, que dançam juntas, apoiando-se e caindo umas em cima das outras” (Foucault, 1988, p. 63). Uma imagem, feita de palavras, para além dos conteúdos visuais. Assim, fizemos jogar imagens e palavras na exposição fotográfica apresentada no Encontro Nacional da ABRAPSO em 2015, descrita em Tittoni et al. (2017). Para isso, escrevemos, fotografamos e cortamos, produzindo palavras-imagens. Desde aí, a imagem se produz para além dos conteúdos visuais, com a força das cenas e das narrativas.



Fonte: Oficinas de fotografia do grupo de pesquisa NEITS, 2016.

Esta “separação” entre palavras e imagens possui forte caráter colonizador, centrado na racionalidade moderna, que separa pensar, fazer e falar-escrever-publicar. Sustentada em um modo de pensar cartesiano e nos ideais iluministas, essa racionalidade moderna encontra espaço fecundo no ambiente acadêmico e acaba

balizando aquilo que deve ser tomado como um conhecimento válido ou não. Haraway (1995) pensa a parcialidade da ciência em relação ao feminismo e nos apresenta uma “ciência hostil”, pautada em um método fabricado e arbitrário. A autora problematiza aquilo que se apresenta enquanto objetividade científica, propondo, como contrapeso, uma “doutrina de objetividade corporificada”, nomeada como “saberes localizados” (Haraway, 1995, p. 18). O borramento da fronteira entre o sensível que carrega uma imagem e a pretensa objetividade de uma produção cartesiana surge como exercício de tensionamento à racionalidade colonial que inunda a produção de conhecimento na academia.

A imagem como estratégia de aprisionamento e de violência aparece nas práticas racistas. Patrícia Collins (2019), a partir do entendimento de raça, classe e gênero como sistemas de dominação, propõe a noção de imagem de controle para pensar os modos como imagens de mulheres negras são construídas no racismo, produzindo violência simbólica e fomentando formas de dominação. Winnie Bueno (2020), ao tratar das imagens de controle, fala sobre a estigmatização e subalternização decorrente da produção destas imagens, mostrando que a autodefinição se impõe como estratégia de luta e de visibilidade das mulheres negras ao deixar vir à tona o que pretende residir como silêncio nestas imagens. Letícia Campos (2021), ao estudar mulheres negras ciberativistas, identifica que a mulher negra intelectual e ativa nas redes sociais impacta estas imagens, sendo alvo de violências, mas também de articulação e visibilidade das estratégias de resistência a estas imagens estigmatizadoras. As imagens de controle mostram formas de opressão e violência que residem nos modos de olhar, ali, onde o silêncio pode falar mais alto. Abrir as imagens e buscar, nelas, o racismo que as constitui é necessário ética e politicamente. As imagens, que escancaram a raça, muito antes das palavras, instigam os olhares e produzem, através deles, outros olhares. Ali, onde as imagens denunciam, também silenciam. O silêncio opressor direciona balas perdidas, que seguem na direção de corpos negros na sua maioria esmagadora, que faz corpos trocarem de calçada, que estigmatiza muito antes de falar. Silêncio que fala alto, provoca dor e sustenta o que Grada Kilomba (2019) chama de racismo cotidiano.

LINHA 2. AS COSTURAS

O estudo da imagem e do trabalho constituíram-se como questões neste pesquisar, a partir das costuras. No ano de 2000, estávamos acompanhando o trabalho das costureiras do Morro da Cruz, quando fomos instigadas a pensar no trabalho através das cores, dos tramados, dos encontros. Encontros entre mulheres que faziam retalhos virarem roupas pelas costuras tramadas em *patchwork*. Costurar hoje trama nossas histórias no grupo porque várias de nós somos filhas

de costureiras, somos costureiras, somos bordadeiras. A familiaridade com as linhas e agulhas foram indicando, também, modos de tramar os diferentes projetos individuais entre si, criando uma tecitura outra que poderia se chamar de grupo.

Com a generosidade das costureiras do Morro da Cruz, acabamos por criar modos de pesquisar com imagens onde as palavras falharam e, mais precisamente, nas cores, nos tramados, nas combinações que, sensíveis aos olhares, recriavam os retalhos em roupas. Um trabalho artesanal que hoje entendemos funcionar como estratégia de geração de renda, mas, também, de encontro. Encontro entre mulheres em um espaço de conversa, de troca, de afeto. Tecia-se, ali, uma psicologia social do trabalho, tal qual proposto por Sato, Hespanhol e Oliveira (2008) como uma abordagem do trabalho a partir do cotidiano e das micropolíticas. O estudo de Marlon Campos (2020) com trabalhadores da educação mostra estratégias de enfrentamento do sofrimento nos cotidianos de trabalho aliando trabalho, saúde, adoecimento e sofrimento às experiências cotidianas.

Chamamos de “artes de trabalhar”, também problematizando o trabalho no cotidiano, pensando com Michel Certeau (2006) sobre as artes do fazer e as práticas anônimas forjadas nos cotidianos de trabalho e nos afetos, como trabalho tácito. Trabalho este que se reinventa nos limites postos pela organização e pelos processos de trabalho, que subjetiva e se inscreve nas vidas e nas trajetórias para além dos processos e sua organização, criando o que se chamou “trabalho como arte” (Tittoni, Dias, Trein, & Prudente, 2017).



Fonte: Oficinas de fotografia com coletivo de mulheres costureiras do Morro da Cruz (2001).

Ao olharmos, hoje, as fotografias, outras visibilidades podem ser identificadas: mulheres negras, entre os moldes de roupas, que tentam dar alguma ordem à desordem dos retalhos. Hoje, acompanhando Collins (2019), pode-se pensar na potência destes encontros como espaços de conversa e de produção das lutas cotidianas que se expandem da sobrevivência até a possibilidade de inventar um futuro, assim como as roupas iam sendo inventadas naquele trabalho. Marlete

Oliveira (2019) vê, na potência dos encontros entre mulheres negras e trabalhadoras domésticas, possibilidades de produção de autoamor e autodefinição, retomando a discussão proposta por Collins (2019). Buscar as vozes onde elas falam como forma de romper o imperativo do silêncio imposto aos corpos negros e, sobretudo, às mulheres negras, conforme sugere Kilomba (2019).

As atividades comunitárias e solidárias tecem, nas micropolíticas cotidianas, formas de resistência ao trabalho fabril e, principalmente, ao trabalho doméstico tão presente nas trajetórias das mulheres. Pequenas rachaduras no trabalhar em um contexto neoliberal, navegam entre mares turbulentos. O modo de trabalhar neoliberal pressiona e orienta a subjetivação do trabalhador, empresário de si, com poucos acessos aos direitos sociais, com grande exigência de produtividade e tendo os fios do trabalho como as grandes linhas de tessitura de suas vidas: trabalha-se sempre, todo o tempo e em todos os lugares. Tecnologias se acoplam aos modos de trabalhar, reinventando os braços, ouvidos e olhos como peças-ferramentas de aparatos técnicos digitais que forçam o uso do corpo como parte das máquinas que já nos habitam e nos fazem ver e ouvir. Acelerados e extremamente solitários nas lógicas competitivas onde se produzem como quem trabalha (Dardot & Lavall, 2016), lutam cotidianamente para fazer arte de seu trabalho no ritmo incessante, das demandas infinitas e da velocidade estonteante de um dia de muito mais do que vinte e quatro horas.

A luta pelo trabalho digno e saudável segue como uma emergência. O trabalho nas políticas públicas e, sobretudo, de quem trabalha na saúde e na assistência social, vem constituindo um campo de problematizações sobre o trabalho vivo (Mehry, 2002), produzindo modos de pesquisar que têm no acompanhamento do trabalho cotidiano seu principal foco. Articulando a produção de imagens com este acompanhar, criou-se o “pesquisador andarilho”, a acompanhar o trabalho das agentes comunitárias de saúde (Vieira & Tittoni, 2015) e a pesquisadora inventora, que acompanha os movimentos da equipe de trabalho e desdobra suas estratégias metodológicas para melhor realizar este acompanhamento (Dias, Zanella, & Tittoni, 2019).

Em tempos de pandemia, com o temor do adoecimento e uma mudança brusca e intensa nos modos de trabalhar, a discussão sobre o trabalho concentrou-se na experiência do trabalhar em casa, borrando as fronteiras entre o espaço doméstico e o trabalho, impactando diretamente a vida das trabalhadoras mulheres (Castro, Bottega, Detoni, & Tittoni, 2020) ou a aventura de trabalhar com usuários da saúde mental em plena pandemia, conforme expõem Leandro Peixoto et al. (2020), sobre o trabalho com usuários da saúde mental. A produção de imagens cria, com os temas do trabalho e da saúde, laços de parentesco que geram provocações, deslocamento de olhares e visões diferenciadas. Estes movimentos buscam refletir sobre o trabalho, seu cotidiano e os modos de produzir saúde e adoecimento que, ali, se realizam, constituindo-se como estratégias de

intervenção e de transformação dos modos de trabalhar, tal qual proposto por Tittoni et al. (2019) ao pensar a produção de imagens na pesquisa sobre saúde e trabalho. Os laços se criam, não para prender, mas para ligar e criar relações de parceria, mostram-se como nós afrouxados e maleáveis, que se transformam na singularidade dos encontros, redefinindo trabalho, saúde e a produção de imagens conforme as condições e as potências dos encontros que podem fazê-los enlaçar-se e desenrolar-se. Os movimentos, aqui, orientam o pesquisador.

LINHA 3. AS NARRATIVAS

UMA CENA: FRAGMENTOS

Em alguns lugares deparei-me com um vazio que me desorientou. Pensava eu _ aqui tinha uma capela muito fresca e com vitrais coloridos embaixo da sombra das árvores, bem rente ao rio, em frente a quadra de esportes; e o galpão e a casinha de madeira sem banheiro, onde fazíamos os grupos com famílias, as reuniões com a comunidade, as reuniões da rede da criança e do adolescente_ bem por onde passa agora a ponte que em forma de arco desliza sob nossas cabeças numa estrutura firme de concreto, inacabada, dividindo a ilha ao meio. Imponente e cinza, contrasta com os escombros que entrecortam construções, onde ainda moram famílias que aguardam enquanto vivem seu cotidiano. Quais angústias, resignação, poucas alegrias, raivas e tristezas, medos e esperanças lhes atravessam, enquanto dura este processo obrigatório e lento de presenciar semana a semana as máquinas passando por cima das humildes casas. Dos restos, deixados por seus moradores, os quais, por vontade ou não, abandonaram suas casas, vizinhos, trabalho, convivência. Abandonando o que? Bem antes de chegar nas ilhas, os guindastes na sua verticalidade gigante são vistos de longe e alertam pra mudança de cenário numa vida vivida em extensão, os 12 km da ilha. Os rastros daquilo que foi um modo de vida ainda se faz presente nas ilhas, nos móveis entre os escombros, nas paredes e tábuas tortas e torcidas, nos cavalos e nas carroças escondidos pelas sombras, nas lágrimas de quem convive diariamente com a visão da destruição da casa onde nasceu. Marta, que foi morar na cidade vizinha, retorna diariamente pra trabalhar num dos galpões de reciclagem que persistem. Bem em frente a casa onde morava na beira do rio, e que hoje não passa de um amontoado de tábuas e memórias, que não lhe permitem nem esquecer.

OUTRA CARTA: FRAGMENTOS

Lembramos, analisamos e percebemos que não foi bem isso que se sucedeu. Em especial, porque ainda nos amparávamos numa perspectiva dicotômica entre o trabalho e a educação, entre lá e cá, achando que em algum lugar as coisas seriam organizadas e encaminhadas idealmente. Sorvemos outros goles de café, agora quase gelado, para lembrar das mutações estilo Gregor Samsa. Se há anos foi preciso que inventássemos um corpo de trabalhadora para habitar as instituições e seus discursos gerencialistas-assistenciais-tutelares propondo um jogo de cintura na proposição de uma construção ética do trabalho psi, hoje nos damos conta que também foi necessário metamorfosear nossos corpos de trabalhadoras em corpos de pesquisadoras. Se no passado saíamos da universidade ansiosas pelo primeiro emprego, que precisava ser transformado em trabalho, e metamorfoseávamos de estudante para trabalhadora, agora percebemos que somos humanos e insetos ao mesmo tempo. Ao mesmo tempo e não necessariamente em lugares distintos, como na graduação nos ensinaram. É tudo ao mesmo tempo e de todas as formas. Foi aí que ela me olhou e disse: ‘... esse tipo de pesquisadora não cria raiz; inventa outros usos para as pernas, cavocando percursos e muitos percalços para habitar os castelos daqui e de lá, da pós-graduação e do trabalho. É por isso que é nômade. É forjado em andanças, nem tanto aqui, nem tanto lá, é por aí, no que é possível forjar entre.’ Tô lembrando das baratas que passam raspando nos nossos pés quando já é quase noite no centro da cidade e o movimento dos grandes pés e rodas diminui. É sempre movimentado andar pelas calçadas, só depende da perspectiva de quem olha. Andei escrevendo umas coisas sobre a relação entre um castelo e outro. Mas não tá maduro ainda. Logo que mais palavras surgirem, te escrevo.”

Carta de Camila Pereira Alves em: Alves (2018)

UMA CENA

Virei a esquina, chegando perto do imenso terreno dividido em três campos de futebol assimétricos: dois menores de terra batida e um maior com traves e gramado. Esse, o único que tinha gramado verde, agora não existia mais. Para minha surpresa, deparei-me com um muro vermelho e uma inscrição em letras prateadas: Instituto Médico Legal Dr. Estácio de Lima. Senti um incômodo vago ao qual não consegui atribuir sentido

num primeiro momento, mas que me acompanhou até chegar à casa do meu amigo. Conversamos, rimos e quase me esqueci daquele prédio.

Na volta ele permanecia ali me dizendo algo. Andando sob o azul quase alaranjado, fronteira entre dia e noite, sentindo a poeira nos pés, pensei na molecada dos tempos de escola que jogava bola ali. Quando me refiro à molecada, não falo somente dos meninos, mas também das meninas, amigas de turma, que volta e meia encontrava ali de pés descalços num racha de futebol ou numa partida de queimada, como chamávamos. Voltei aturdida para casa. Meu incômodo, antes vago, foi ganhando mais lugar no corpo. Não era apenas nostalgia. Era me dar conta de que o IML está ali também para receber corpos como aqueles que, em outro tempo, jogavam bola no campinho. Não se tratava de um prédio qualquer, mas de como a substituição do antigo campo de futebol enuncia rumos da gestão da segurança pública em Maceió, com baixos investimentos em prevenção à violência e promoção de políticas de esporte, lazer e cultura. Em contrapartida, investindo na ampliação de alojamentos no complexo de unidades de internação e na construção recente do IML, marcando certo fascínio do Estado pelas mortes nas periferias.

Narrativa de Aline Kelly da Silva em: Silva (2020)¹

UMA NARRATIVA EM IMAGEM



Fonte: Rossana Bogorny Heinze em: Schmidt (2015).

1 Silva, Aline Kelly (2020). *Pensar onde os pés pisam: colonialismo, memória e insurgências juvenis* [Projeto Tese de Doutorado Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].

A linguagem acadêmica, já tantas vezes criticada por seu padrão e formalismo, está no centro da discussão sobre o abismo que separa a experiência de sua expressão falada ou escrita ou imagética. Narrar é uma forma de aproximar, uma ponte para buscar atravessar este abismo construído para fazer o corpo pensar como corpo que sente o vento batendo no rosto, o cheiro da comida que sai das casas nas ruas por onde andamos e que faz nossos pés pisarem o chão molhado, enquanto nossos olhos olham o infinito. Se já tomamos a experiência como eixo de nosso pesquisar, como falar disso que se pode experienciar? Como traduzir esse tanto de afecções que implica colocar-se na experiência?

Walter Benjamin (1994), ao escrever o texto “*O narrador*”, evoca, no centro da modernidade, narração em contraposição à informação. A narração contém elementos que permitem abrir o que chama de conteúdo psicológico da narrativa, de modo a que possa ser recontada, repetida e atualizada. Por isso, a narração difere da exatidão e da padronização da informação. Narrar, assim, é reconstruir a experiência no plano das afecções e dos afetos, tomando a experiência subjetiva como referente. A tecitura da linha “narrativas” tem se dado pelas costuras entre experiências, o que se pode contar delas e o que se constrói como ficção, nestes movimentos. Pessoas que trabalham se metamorfoseiam em pesquisadoras ao habitar o campo da pós-graduação e são as narradoras dessas experiências e saberes encarnados, o que desloca a tradição acadêmica do saber-sobre os objetos de pesquisa.

No livro “*A Queda do Céu*”, Kopenawa e Albert (2015) conversam intensamente sobre as palavras do povo Yanomami, para que Bruce possa levar as palavras para que os brancos entendam como pensam os povos da floresta. Em diversos momentos, Kopenawa pede a Bruce que grave as palavras em peles de papel para que possam ir para longe e cumprir o sentido da conversa ali tramada. Diz Davi Kopenawa (2015, p. 392): “Depois, quando essas fitas em que a sombra das minhas palavras está presa ficarem imprestáveis, não as jogue fora. Você só vai poder queimá-las quando forem muito velhas e minhas falas tiverem já há muito tempo sido tornadas desenhos que os brancos podem olhar. *Inaba th a?* Está bem?”

Marcar nas peles de papel, transformar as falas em desenhos que os brancos possam olhar ou prender a sombra das palavras falam de outros modos de ver nosso trabalho de pesquisar cotidianos. Virando o espelho do colonizador para seu próprio rosto, que podemos ver?

Na carta que Grada Kilomba (2019) envia para a editora brasileira de seu livro “*Memórias da Plantação*”, a autora mostra os efeitos do colonialismo e do racismo na língua portuguesa e a necessidade de uma desconstrução linguística e criação de uma nova linguagem. A colonização da linguagem e os modos como se engendra nos cotidianos como formas de produzir sentidos e formas de relação, nos leva a uma operação de escavação, de buscar as palavras ainda com a terra fresca dos tempos em que poderiam nascer da terra, com as coisas da natureza,

com os frutos do trabalho e já não estavam presas às peles de papel. Narrar, no fio da experiência, é uma ação que dobra narrador em tradutor para criar um abrir espaços para tecer e costurar ou melhor, talvez, alinhavar trajetórias distintas em experiências compartilhadas. A ideia de “encontros narrativos” (Genesini, Lazzarotto, & Tittoni, 2020) provoca, justamente, as narrativas que se produzem nos encontros e nos compartilhamentos da experiência.

Judith Butler (2015), sugere as narrativas de si como efeitos das condições que as tornam possíveis, ou seja, narrar a si mesmo é um jogo que implica abrir as relações de poder que compõem as condições narrativas. Deste modo, traz para a cena o narrar engendrado nas lutas de poder que o tornam possível. Narrar-se poderia ser pensado como os modos cotidianos de enfrentar as condições que nos são impostas e, assim, não é descrever-se, tampouco conhecer-se, mas lutar e provocar as condições de emergência das narrativas.

Segue na ordem das emergências estimular um narrar que possa dizer da experiência e das menoridades do cotidiano, como instrumento de conhecimento. Narrar, ora com os pés fincados no chão, descrevendo os fazeres do trabalho cotidiano, ora com as mãos que escrevem no ar o que os pés fincados no chão já não podem expressar. Narrar o cotidiano como ele se mostra; os sonhos, as pistas, os sinais e sintomas, as lutas que se convergem em resistências do viver; a vida que se expande a partir da narrativa que se faz raiz, mas também potencializa a ação através dos encontros de rizomas; os ditos e escritos acadêmicos que transcendem os muros da universidade e que se revelam e rebelam a partir dos poderes e atores sobre eles.

A narrativa se apresenta para nós também através da escavação de documentos, ora produzidos, ora vivos. A exploração dos enunciados em tramas, que também se desfiam e se desfiliam, traduz a decisão política proposta por Haraway (2016) que insurge através do jogo entre o consenso e o dissenso. O jogo que afirma a nossa autonomia e decide, a partir das diferentes existências, nosso pacto coletivo em defesa da universidade pública. Da capilaridade da vida à potência da luta narrando uma universidade pública que constrói suas tranças na normatividade da vida, driblando a normatização.

POR FIM...

Esta escrita foi tecida na coletividade de um grupo de pesquisa e na virtualidade das relações permitidas pelo contexto de pandemia. Corpos que, em alguns casos, nunca se tocaram ou encontraram pessoalmente. Corpos que compartilham algumas trajetórias e experiências e diferem em outras tantas. Muitas perguntas criaram condições para esta escrita e se mantêm abertas para seguirmos pensando: como definir o que caracteriza um grupo de pesquisa? Qual a linha comum em

um contexto em que a rotatividade de membros é constante e parte de seu modo de funcionar? Olhando retrospectivamente, estamos sempre em movimento, pois diversas composições de equipe e projetos de pesquisa, epistemologias e metodologias que se cruzam e se distanciam entre tantas outras multiplicidades, caracterizam a história desse grupo, atualmente denominado NEITS: Núcleo de Estudos em Imagem, Trabalho e Subjetividade. Muitas pessoas que por aqui passaram seguiram seu caminho na academia, outras tantas seguem a buscar as falas que os silêncios querem calar em distintos espaços de trabalho e de produção. Enquanto linha transversal desse percurso, adquire mais evidência a aposta ética na construção coletiva e um posicionamento teórico balizado por uma crítica à noção de modernidade, caracterizando-se por um fazer-pesquisa enquanto prática anticolonial. Nesta perspectiva, expandir e enfrentar a complexidade da noção de interseccionalidade e a importância da noção de ‘mulherismo’ no pensamento feminista são temas que seguem como projetos fundamentais na aposta deste grupo. Um coletivo que corre riscos e faz de seus riscos sua trilha, com os pés no chão. Qual a nossa ordem? A do escape, das tramas e das tranças, alinhadas ou em desalinho, que se emaranham em mesclas e texturas e que nos remetem a construção do *corpus* de pesquisadores deste coletivo: a ordem da insurgência na luta pela (in)segurança epistêmica de um coletivo. Narrativas aqui não convergem em certezas, mas nos alinham nas tranças que dançam através do vento, reavivando utopias, para seguir na busca de manter os desejos que sempre se reativam quando novas pessoas passam a compor esta experiência.

REFERÊNCIAS

- Alves, Camila** (2018). *Experiências de um pesquisador nômade: composições escritas entre trabalho e educação* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Barthes, Roland** (1984). *A câmera clara*. Nova Fronteira.
- Benjamin, Walter** (1994). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Brasiliense.
- Bueno, Winnie** (2020). *Imagens de Controle: um Conceito do Pensamento de Patricia Hill Collins*. Zouk.
- Butler, Judith** (2015). *Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética*. Autêntica.
- Campos, Leticia Eli P.** (2021) *Mulheres negras em ciberativismo produzindo subjetividades* Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Campos, Marlon Freitas** (2020). Estratégias do “Chão da Escola”: o emprego de mecanismos que visam evitar ou atenuar o sofrimento mental no trabalho docente. In Moacir F. Viegas, Suzane B. F. Krug, & Laísa Xavier Schuh (Orgs.), *Estudos e Reflexões Sobre Trabalho, Educação e Saúde* (pp. 212-236). EdiPUCRS.
- Castro, Thiele C. Muller, Bottega, Carla G., Detoni, Priscila P., & Tittoni, Jaqueline** (2020). Em tempos de Coronavírus: home office e o trabalho feminino. *Revista Norus - Novos Rumos Sociológicos*, 8(14), 40-64.
- Collins, Patrícia Hill** (2019). *Pensamento Feminista Negro*. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. Boitempo.
- Dardot, Pierre & Lavall, Christian** (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Certeau, Michel** (1996). *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Vozes.
- Deleuze, Gilles** (2005). *Foucault*. Brasiliense.
- Dias, Lucia Ruduit, Zanella, Andrea V., & Tittoni, Jaqueline** (2019). As práticas jurídicas e a judicialização do trabalho da assistência social. *Athenea Digital*, 19(3), e2404.
- Farias, João Maurício, Goulart, Marilu, Soares, Helena B., & Tittoni, Jaqueline** (2020). Cidade e Memória: rastros de vida em uma ilha em transformação. In Andrea V. Zanella (Org.), *Arte e Cidade, Memória e Experiência* (pp. 251-282). Editora da Universidade Federal do Piauí.
- Flusser, Vilém** (2002). *A filosofia da caixa preta*. Relume Dumará.
- Foucault, Michel** (1988). *Isto não é um cachimbo*. Paz e Terra.
- Genesisini, Ana Paula, Lazarotto, Gislei Domingas, & Tittoni, Jaqueline** (2020). Arquivos de experiência: entre encontros narrativos com juventudes e as aventuras do trabalhar nas políticas públicas. *Conversas & Controvérsias*, Porto Alegre, 7(1). 1-13.
- Haraway, Donna** (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.
- Haraway, Donna**. (2016). *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. University Press Books.
- Jesus, Carolina Maria de** (2019). *Quarto de Despejo*. Ática.
- Kilomba, Grada** (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Krenak, Ailton** (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras

- Kopenawa, Davi & Albert, Bruce** (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- Merhy, Emerson** (2002). *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. Hucitec.
- Oliveira, Marlete Andrize** (2022). *O amor sempre encontra o caminho de casa: memórias encruzilhadas de mulheres negras e o amor* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Peixoto, Leandro M.; Jesus, A. S., Lopes, D. S., Bencke, E., Orsini, F., Nussbaumer, F., Menezes, L. L. et al.** (2020). O Trabalho em Reinvenção: narrativa de uma experiência em meio à pandemia. In Nelson Rivero et al. (Orgs.), *Retratos da Pandemia: Conexões, Desconexões e Reconexões* (pp. 65-74). Casa Leiria.
- Prudente, Jessica & Tittoni, Jaqueline** (2014). A pesquisa intervenção como exercício ético e a metodologia como paraskeuê. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(1), 12-28. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922014000100003>
- Rivera Cusicanqui, Silvia** (2010). Ch'ixi-nakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Tinta Limón.
- Rivera Cusicanqui, Silvia** (2015). Sociología de la imagen : ensayos Tinta Limón.
- Sato, Leny, Hespanhol B., Marcia, & Oliveira, Fábio** (2008). Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. *Psicologia para América Latina*, 15, (online). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400010&lng=pt&tlng=pt
- Schmidt, Rossana B. Heinze** (2015). *Transversalizando práticas: trabalhando em uma assessoria jurídica universitária em direitos sexuais e gênero* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Soares, Helena** (2019). Produção de subjetividade pelas práticas do vestir no Brechó de Troca: novos campos para a psicologia social. *PSI UNISC*, 3(1), 141-151. doi:<https://doi.org/10.17058/psiunisc.v3i1.12605>
- Tittoni, Jaqueline, Castro, Diego D., Papini, Pedro, & Isopo, Rodrigo** (2017) Operações no fio do fragmento: fotografar, escrever e cortar. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 8(1), 87-98. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/27942>
- Tittoni, Jaqueline, Dias, Lúcia R. R., Trein, Ana L., & Prudente, Jéssica** (2017). O trabalho como arte: Invenção e criação nos modos de trabalhar. *Psicoperspectivas*, 16(1), 117-131. <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivasVol16-Issue1-fulltext-869>
- Tittoni, Jaqueline, Machado, Fabiane K., Dias, Lucia, Ruduit, Silveira, Vinícios, Silveira, & Wayner, Laura R.** (2019). A Intervenção Fotográfica Como Ferramenta de Pesquisa em Saúde. In Jussara Maria R. M., Dolores S. Wunsch, & Carmem Regina Giongo (Orgs.), *A Investigação no Campo da Saúde do Trabalhador: Construção do conhecimento e estratégias metodológicas* (pp. 113-126). Papel Social
- Trein, Anna Luiza** (2012). "O que estamos fazendo aqui?" *Sobre o pesquisar e a autonomia nos jogos de visibilidade do SUAS* [Dissertação de Mestrado em em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Vieira, Luis Carlos N. & Tittoni, Jaqueline** (2015). Entre imagens e palavras: as Agentes Comunitárias de Saúde como artífices. *Pesquisas e Práticas psicossociais*, 10(1). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Zanella, Andrea** (2017). *Entre galerias e museus: diálogos metodológicos no encontro da arte com a ciência e a vida*. Pedro & João Editores.

NEPPICS - PERCURSOS CRÍTICOS E CONEXÕES PLURAIS DE UM GRUPO DE PESQUISA

Rosemarie Gartner Tschiedel | Bruna Molina Leal | Carlos André Ferreira Lira
Geice Michele Pereira | Luíza Maria da Rocha Zunino | Patrick Deconto Peliccioli
Ricardo André Cecchin | Vinicius Cardoso Pasqualin

“A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim.” (bell hooks)

Um grupo de pesquisa pode se constituir enquanto *locus* de multiplicidades, fazendo-se canal para diversas vozes, narrativas e vivências. O nosso iniciou suas atividades em 2015 e segue com mestrandas(os) ingressando a cada ano letivo. Em 2019, ganha um nome: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Processos Institucionais, Coletivos e de Subjetivação (NEPPICS). Desde então, vem se constituindo como espaço de discussão, produção e acompanhamento das pesquisas de mestrado e iniciação científica da graduação, agregando uma gama diversa de temáticas, conferindo ao grupo características polifônicas bastante proficuas. As produções permeiam discussões contemporâneas da Psicologia Social em diálogos com diversos campos de estudo como a saúde, a educação, o trabalho, a arte, as políticas públicas e os seus desdobramentos na realidade brasileira, a partir da Filosofia da Diferença e da Perspectiva Descolonial¹.

A pluralidade de temas se mostrou um desafio para a própria nomeação do grupo. Buscou-se dar relevo aos processos institucionais, coletivos e de subjetivação, que transversalizam os estudos e as implicações ético-políticas das(os) integrantes do NEPPICS. O foco na dimensão ética ligada ao ato de pesquisar permeia as

1 O termo descolonial implica a crítica e a desconstrução da lógica da colonialidade, que provém das relações de poder e de dominação política e epistêmica, mas vai além, na medida em que se expressa nas relações intersubjetivas (Zeifert & Agnoletto, 2019). Vale ressaltar que na literatura latino-americana existem outras nomenclaturas (decolonial, anticolonial, pós-colonial) que abordam a mesma crítica, apesar de afirmarem diferenças éticas no campo teórico-político.

nossas discussões, sendo importante considerar a singularidade da experiência da(o) pesquisador(a) na medida em que esta(e) se compromete com a análise dos processos vivenciados no campo, buscando analisar os movimentos, os mal-estares, os afetos e as paixões provocados no próprio ato de pesquisar.

Como grupo, a partir da ética cartográfica, buscamos referências não só enquanto proposição metodológica de pesquisa, mas também enquanto horizonte ético-estético-político, pois, como indicam Barros e Kastrup (2009, p. 54), “é próprio da ciência expor-se ativamente ao mundo”. Tomamos como características do NEPPICS: a valorização dos diálogos inter e transdisciplinares; os estudos acerca dos processos de subjetivação; e as metodologias de pesquisa orientadas pela dimensão processual dos encontros. Frente aos interesses e experiências diversas de seus integrantes, instiga-nos que pensemos sobre a própria dinâmica grupal enquanto espaço de composição e heterogeneidade, falar e poder ser escutada(o) de modo sensível, como afirma Mbandi (2020), espaço que valoriza uma sensibilidade capaz de possibilitar que as diferenças sejam acolhidas e potencializadas.

COLETIVOS, COMPOSIÇÕES E AFETOS: PISTAS PARA UMA REDE DE CUIDADO NO PESQUISAR

Coração é pista de pouso
investir na manutenção da pista para que o amor possa
aterrissar
[...] é tudo uma questão de cuidar e ser cuidado
mais do que assumir o afeto:
se deixar ser afetado pelas sutilezas do cotidiano
(Fabricio Garcia, 2020)²

As imagens do poema em epígrafe nos inspiram a pensar o grupo como pista de decolagens e pousos, como agenciamento de viagens, como lugar de afecções. Entendemos que o NEPPICS, mais do que um grupo de pesquisa formalmente inscrito nas plataformas burocráticas da máquina-de-fazer-ciência-brasileira, configura-se enquanto espaço de encontro, no sentido mais espinosiano conferido a tal conceito, ou seja: como espaço de proliferação e passagem de afetos. Nesses encontros, a discussão produz o seu próprio corpo, uma potencialidade importante para o desenvolvimento das pesquisas.

As(os) participantes que compuseram ou que ainda participam do NEPPICS compartilh(ar)am entre si a mencionada diversidade temática levando as pesquisas a pontos de confluência conceitual e metodológica, tais como: transversalidade,

2 Artista. Fragmento do poema. Postado no Instagram. Fonte: @fabriciogvrciam

diversidade, resistência, análise de implicação, arte, corpo, redes de cuidado, relações étnico-raciais e de gênero, subjetivação, clínica ampliada, políticas públicas, processos coletivos e institucionais; pesquisa-intervenção, cartografia, narrativas, ensaios. A discussão das pesquisas das(dos) companheiras(os) amplia as perspectivas e faz com que a escrita não se constitua um exercício de solidão, mas sim uma prática social e coletiva.

Considerando as diferentes pesquisas e os desafios do grupo no contexto atual, é necessário refletir quanto às contribuições que advêm da vivência das(os) integrantes, de momentos anteriores e atuais do mestrado, que enriquecem a experiência de se fazer pesquisador/a e cartógrafo/a. No NEPPICS, nos reconhecemos como parte de um processo grupal e coletivo cujo campo de imanência congrega diferentes forças e fluxos que se esbarram e se agenciam com algumas premissas. Assim, interessa-nos nesse processo de composição, perseverar na articulação de arranjos heterogêneos que busquem, não o enrijecimento individualista e universalizante, mas a viabilização de experiências cujo horizonte seja a perspectiva do comum, aqui entendido como composição heterogênea de forças. Nesse sentido, entende-se o comum como algo que não está dado, não está sempre disponível, produz-se nas relações, estando uns com os outros, ou seja, estar em comum é 'estar entre'. Teixeira (2015) analisa que o comum é formado por um conjunto de composições relacionais que possibilitam a criação de outros corpos dotados de singularidade. Estas composições em rede articulam-se, também, com partes que não a constituem, produzindo novas relações, transformando o comum e produzindo potências. Assim, o comum pode ser instaurado a partir das singularidades que surgem das relações entre os corpos, constituindo-se mediante a articulação e o reconhecimento do outro.

Ao buscar experimentar a produção de um comum entre as(os) participantes, problematizamos as práticas do NEPPICS, marcadas pelos tensionamentos provocados pela demanda de uma produtividade neoliberal no contexto da pós-graduação. Estar atento a esses afetos que balizam nossas práticas torna-se necessário, de modo a tomar o Cuidado de Si como uma ética que transversaliza esses processos. Ele se constitui como “um conjunto de práticas pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos refiguramos uns com os outros” (Foucault, 2018, p. 14). Tanto como ferramenta conceitual, como prática de si, ele pode auxiliar a fortalecer as relações consigo e com o coletivo no espaço grupal, pois implica uma dobra ética em si mesmo e em relações complexas com os outros – uma vez que esse *ethos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros. Nesse sentido, ao cuidar de si cada pessoa exerce o seu poder sobre si mesma, poder este que regula o poder sobre os outros.

O cuidado de si é um exercício que exige atenção a si e propõe, justamente, o conhecimento sobre seu lugar no mundo, o que possibilitará não extrapolar seu

poder sobre outras pessoas, construindo-se relações mais libertárias e autônomas. Implica que se converta o olhar, que se conduza do exterior para si mesmo. E não deve ser confundido com o *autocuidado*, cuja prática pode reforçar um comportamento egocentrado e individualista. O cuidado de si vai na contramão dos processos neoliberais ao afirmar sua dimensão coletiva, suas relações com o entorno e com aqueles que fazem parte de seu contexto. Assim pensado, o cuidado de si nos permite reconhecer e ocupar um lugar convenientemente ético na cidade, na comunidade e nos nossos grupos.

Afirmamos esse lugar em relação aos processos de pesquisa quando temos esse compromisso de cuidar de nós mesmos e dos outros na produção de um comum. Nos situamos coletivamente como pesquisadores que adotam uma proposição de micropolítica ativa, como aponta Suely Rolnik (2018). Apostamos na ética de afirmação da vida e na escuta que aponta “para as demandas da vida em sua insistência em persistir” (Rolnik, 2018, p. 64). A ética que sustenta nossas práticas tem sua pedra fundamental no saber cuidar, buscar compor coletivamente. Ailton Krenak (2019) evoca a importância da experiência coletiva, da nossa circulação no mundo como fricção e na possibilidade de poder contar uns com os outros.

A partir dessa experiência, sobre o nosso modo de compor, gostamos da imagem trazida por Rui Moreira (2020), bailarino e coreógrafo³ acerca do seu processo de organização “metodológica”:

ele é ritualístico, é bastante ritualístico, porque ele tem essa relação do tempo, essa relação de algo que pode até parecer de certa forma caótico, mas cada um chega e traz aquilo que tem, daquilo que tem a gente organiza ou a gente se mistura, e dessa mistura a gente começa a abrir para que outras pessoas possam, outras pessoas eu digo, primeiro para nós mesmos não é, possamos ali nos entendermos ou não nos entendermos porque às vezes não se entender é mais rico que se entender, e dessa estrutura toda, acabam saindo situações que quando a gente olha depois a gente pensa que só poderia ter sido assim. (Moreira, 2020, transcrição nossa)

A partir de um olhar da análise institucional podemos refletir sobre o nosso processo grupal, sendo este marcado por alguns “rituais” cotidianos. Antes da

3 Rui Moreira é um importante artista da dança brasileiro, com quatro décadas de atuação no cenário cultural mundial. Atua como bailarino intérprete criativo e criador, coreógrafo gestor de projetos e curador. Desenvolve investigação gestual focada nas culturas africanas subsaarianas e na afrodescendência, com base conceitual nas expressões tradicionais patrimoniais, populares e contemporâneas. Desde 2016 reside em Porto Alegre/RS, cidade na qual cursa Graduação em dança na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A fala do artista foi retirada da sua palestra intitulada “*Dança(s) Negra(s) contemporâneas: O corpo a serviço da subjetividade*” no evento Danças Negras em conexão II Promovida pelo grupo Encruzilhada - Grupo de Pesquisa em Dança da UFS, da Graduação em dança da Universidade Federal de Sergipe. A palestra está disponível, gravada, na página do grupo no link: <https://www.facebook.com/108487334221439/videos/1350382082019476>

pandemia de Covid-19 ...o cafezinho com biscoitos, a mesa redonda e, atualmente, o aplicativo de videoconferência, a conversa fluida e por vezes caóticas — “que eu desorganizando posso me organizar, que eu me organizando posso desorganizar” — e outros elementos de cotidianidade também compõem os processos de pesquisa. Alguns conceitos são vivenciados pelo grupo como exercícios, intentamos a prática imbricada com a teoria. Os analisadores, conceito da análise institucional, por exemplo, enunciam o modo como nos relacionamos, como nos cuidamos e nos apoiamos no processo do pesquisar.

A abertura para essas composições de multiplicidades carrega “consigo a pulsação intensiva dos novos modos de ver e de sentir – que se produziram na teia de relações entre os corpos e que habitam cada um deles singularmente” (Rolnik, 2018, p. 61). A consideração de qualquer existência mínima faz dos gestos a expressão, ou melhor, a produção de mundos melhores, mais solidários e abertos às multiplicidades. Gestos como oferecer uma caneca de café à(o) colega, um livro que repousa sobre a mesa, uma companhia na caminhada, diluem a primazia do sujeito sobre “objetos”, ou hierarquias entre agentes humanos e não-humanos. Krenak (2019) discute muito bem a noção de Antropoceno em que somos colocados à uma posição de humanidade versus a natureza, numa dada vaidade perante as outras existências. A sombra das paineiras na rua, o vento empoeirado, o barulho das motocicletas, as notícias do jornal e o que nos faz tropeçar, todos esses seres e acontecimentos podem ressoar conosco numa composição.

DESAFIOS DE UMA ESCRITA COLETIVA

Enquanto grupo de pesquisa, embora não tenhamos assinado nenhuma publicação de forma coletiva até então, entendemos que a experiência da escrita plural pode ser canal de passagem para uma profusão de vozes que compõem nossa andança cotidiana, fazendo com que os encontros do grupo se configurem como espaços de cuidado e agenciamento de corpos. Nossos momentos de leitura conjunta provocam movimentos, acionando o pensamento e se fazendo presentes nos projetos e pesquisas, são autoras e autores que cruzam fronteiras suscitando a interlocução, como um convite para ouvir atentamente e falar o que tem sido historicamente silenciado.

Neste capítulo, propomos ir além da discussão, apostando na produção escrita das páginas em um exercício de artesanaria das palavras compartilhadas. Para tanto, convidamos nossas(os) colegas egressas(os) para compor a experiência de autoria coletiva deste capítulo, que extrapola a si mesma numa multidão de escritoras(es). Desde esse ponto de vista, postulamos que a própria noção de autoria se apresenta agora nebulosa, porém uma autoria coletiva demanda um debate quanto

a que coletivo nos referimos e esse deve ser concebido para além da coletividade localizada no agrupamento de pessoas e ideias, conforme destacado por Guattari:

o termo coletivo deve ser entendido aqui no sentido de uma multiplicidade desenvolvendo-se para além do indivíduo, do lado do socius, como também aquém da pessoa, do lado das intensidades pré-verbais, revelando mais uma lógica dos afetos que de uma lógica de conjuntos de bens circunscritos. (Guattari, 1990, p. 8)

As escritas – supostamente território sob os ditames do autor-rei, embebido pelas mais sedutoras pretensões egoicas – se configuram como campos onde brotam uma multiplicidade de fluxos, cuja gênese é o próprio encontro de corpos, sejam eles humanos e não humanos, em plena experiência de agenciamento. Uma política de escrita afetiva, combativa e implicada só é possível quando em contágio com os afetos, em um mosaico discursivo complexo que se configura enquanto composição, como lance de dados, possível apenas a quem se permite experimentar. Certo modo de fazer ciência, ainda hegemônico e submisso aos anseios platônicos de desprezo ao corpo, coage o pesquisador a silenciar os fluxos que o afetam, divorciando o autor do seu desejo de produção, para fazer triunfar as certezas de uma suposta totalidade, imparcialidade, como se fosse possível um apagamento subjetivo do autor mediante a interdição das impurezas do *pathos*. A sociedade, e a educação superior inscrita nesse meio, é forjada nos moldes em que o capitalismo separa mente do corpo e somos incitados a competir uns com os outros. A paixão raramente é considerada no ambiente institucional, sendo o amor, o sensível e as emoções consideradas ainda um impedimento às análises “objetivas” (hooks, 2013).

Assim, a escrita carrega o desafio de dar passagem a estes diversos afetos e tempos múltiplos de ocupação da Universidade, das pesquisas, de corpos diversos. As leituras provocam movimentos, acionando o pensamento e se fazendo presentes nos projetos de pesquisa. Se entendemos que a produção de conhecimento vem atrelada à prática ético-política, um saber localizado e condizente com as demandas de seu tempo, é, portanto, de diversas linhas, atravessamentos, contextos subjetivos e políticos tanto dentro quanto fora da Universidade que se propõe contemplar.

Consideramos que buscar nos processos de escrita a transparência dos infinitos *particulares* pode ser uma estratégia um tanto infrutífera, ainda que o pensamento moderno aponte para essa possibilidade a cada novo amanhecer, como se sob o véu da representação repousasse certo universo íntimo, ou ao menos a tentativa de codificação de determinado estado de coisas. Sabemos que a escrita, as palavras, são extrapoladas por um indizível dos corpos que podem estar nesses silenciamentos do sensível. No entanto, afirmamos a palavra e o escrever, nas possibilidades de

linguagem e comunicação, aproximando-se também da potência dos corpos e de discursos não-verbais (Simas & Rufino, 2019).

Afirmamos aqui um tipo de horizonte ontológico e epistemológico, que se encontra inevitavelmente imbricado com a orientação ético-política de nossas produções enquanto pesquisadores(as). Ao fazer pesquisa, a escolha ético-política marca todas as etapas, desde questões epistemológicas quanto metodológicas. Imbricados por leituras descoloniais, antirracistas, pós-modernas, antissexistas, as pesquisas elaboradas no grupo bebem também do pensamento da filosofia da diferença, com atenção às implicações que possam atravessar as discussões. Deleuze e Guattari (1995) formulam um princípio metodológico baseado na perspectiva do rizoma, em contraponto a uma fotografia estática, de maneira a abranger múltiplas possibilidades de composição, em que as linhas de força se cruzam constantemente, ora se superpõem, ora seguem seu caminho, ora são interrompidas.

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. [...] um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre 'ao mesmo.' (Deleuze & Guattari, 1995, p. 22)

É neste movimento que surge a cartografia, como experimentação, na composição de um mapa amplo, dando ênfase à processualidade na construção de novos meios de entender. E, dessa maneira, a ação de pesquisar está imbricada nos processos e suscetível às forças atuantes nesse rizoma. Sabemos que somos produzidos a todo momento e que isso depende de um jogo de forças, nos incomodamos com a naturalização de coisas do cotidiano e vamos lançando analisadores para desnaturalizar práticas. Logo, é necessário destacar a dimensão ética adotada, pois parte-se do princípio de que “a implicação existe mesmo que não a desejemos. Trata-se, pois, de analisar mais o modo de implicação do que sua existência, ou a quantidade de implicação, já que ela não pode ser medida em peso” (Monceau, 2008, p. 22). Para Romagnoli (2014), a análise de implicação é um conceito intercessor que reativa o singular e o coletivo nas redes de relações que estabelecemos. A análise de implicação torna-se uma ferramenta necessária também para análise dos lugares de fala (Nogueira et al., 2020; Ribeiro, 2017) que ocupamos e quais afetos, relações de poder, silenciamentos e (in)visibilidades mobilizamos quando estamos em um coletivo de pesquisas, junto aos participantes das pesquisas e projetos de extensão. Desse ponto de vista, temos essa como uma das estratégias para a escuta e a intervenção em que a análise se compõe de elementos macro e micropolíticos, não apenas como um somatório para análises

múltiplas, mas em uma perspectiva interseccional sustentada por uma análise também estrutural quanto aos seus efeitos políticos (Akotirene, 2018).

Entendemos as estratégias metodológicas como uma possibilidade de exercício ético no pesquisar. Sempre associadas a uma escuta sensível, as estratégias adotadas nas pesquisas buscam associar-se a um compromisso político do NEPPICS - vinculado a uma universidade pública, comprometida com o ensino, pesquisa e extensão. Ao longo da nossa escrita coletiva seguimos afirmando a importância de evocar pesquisas que problematizem os reducionismos, gerando variações de pensamentos, nossos e de quem encontramos com as pesquisas.

O CORPO DO(A) PESQUISADOR(A): TERRITÓRIO DE PASSAGEM DE INTENSIDADES

Ainda que apostemos na potência disruptiva das linhas de segmentaridade mais flexíveis, como material para a invenção de outros mundos e outras pesquisas, nossa experiência enquanto pesquisadoras(es) está associada a um quadro mais amplo da vida política de nosso país. Compreender o grupo inserido no seu tempo traz algumas reflexões sobre as dificuldades e impasses de produtividade como um analisador do trabalho acadêmico.

Na universidade pública, destacamos nosso compromisso ético tanto com a pesquisa quanto com a extensão. Nesse sentido, compreendemos as extensões universitárias como modos de provocar efeitos subjetivos (criação de modos de viver e existir) e promover encontros. Muitas das pesquisas se produzem nas extensões universitárias inventando modos de fazer a pesquisa acontecer, meios, fluxos, amarrações. É importante voltar a atenção e recorrer à pesquisa como meio de resistir aos processos de sujeição que atuam como barreiras à potência de vida, de maneira a estabelecer modos de luta por funcionamentos institucionais mais justos.

Assim, a realidade quanto aos cortes de recursos do Ministério da Educação, assim como a ascensão de movimentos radicais, lutas insurgentes e a polarização política no Brasil, interferem nos modos de se fazer pesquisa, como já destacamos. Sem bolsas de incentivo ao desenvolvimento da ciência, muitas(os) das(os) pesquisadoras(es) da universidade pública precisam trabalhar fora para prover seu próprio sustento e dispor de tempo para estudar e dissertar.

É necessário enfrentar os desafios e aventuras da maquinaria burocrática inscrita nas disputas macropolíticas como pesquisadores que atuam nas lutas que atravessam os corpos da polis, que vibram ao sabor das intensidades que percorrem a mesma. Intensidades e afetos que têm como substrato as realidades concretas do estado nas suas dimensões capitalísticas, coloniais, racistas, machistas, LGBTQI+fóbicas, especistas e capacitistas.

O texto, enquanto *encarnado*, encharca-se pela vida na polis, com suas contradições, sabores e dissabores. Dessa forma, aquele que escreve já não busca captar o eterno no transitório, mas afirmar a eternidade do transitório, reconhecendo que na aparente manifestação prosaica dos acontecimentos, encontra-se o mundo que se dobra em cada corpo. Pesquisar é, em suma, uma experiência afetiva e coletiva. Eis aí uma consigna que parece nos unir enquanto grupo.

Portanto, não desprezemos esse corpo que pesquisa, nem desdenhamos da sua capacidade de dar passagem para aquilo que pulsa e afirma a vida. Essas são pistas que a ética cartográfica e a ética do cuidado de si deixam para aqueles que se aventuram pelos territórios da escrita e da pesquisa. Divorciar-se desse sentido ético-político enquanto pesquisador, pode significar um perigoso resvalamento que frequentemente nos atrai, desejosos que estamos pela *vontade de verdade* que entorpece o(a) pesquisador(a), fazendo-o(a) querer agir conforme as regras de uma (falsa) neutralidade.

Destituir o corpo desse processo permitirá entronar o indivíduo atomizado como *expert* detentor da verdade sobre experiências que ele pressupõe observar desde um pedestal conferido a ele, segundo as dinâmicas das lógicas de saber/poder que permeiam as relações sociais. Com a intenção de não corromper a pesquisa, tal pesquisador somente revela o caráter ficcional que subjaz sua produção, ainda que busque ocultar tal fato através de protocolos rigidamente adotados, supostamente *desinteressados* ou alheios às discussões ético-políticas que o engendram. Sob o olhar indiferente dos *experts*, muitas atrocidades foram cometidas.

Chegamos até aqui na escrita deste texto tentando fugir da armadilha da vaidade e não foi possível não expor nossa incapacidade/fragilidade na escrita deste texto. Os medos de se expor na escrita são muitos, assim como os impasses do nosso grupo, composto majoritariamente de homens e mulheres cis e brancas(os). Como em todo processo coletivo, há tropeços, atravancamentos, deslizos. “Dar conta” seja lá do que for alcançar uma perfeição no texto, seja qual for o idealismo, decididamente não é e nem foi um objetivo deste grupo. Manter a escrita aberta, tal qual um diálogo aberto, é um ato político.

APROXIMAÇÕES, DESASSOSSEGOS, ATUALIZAÇÕES...

Ao postularem a reatualização de uma filosofia comprometida com a produção da diferença, Deleuze e Guattari buscam afirmar o caráter processual de seus conceitos, apontando para a provisoriidade de suas assertivas. Os conceitos atuam como ferramentas que garantem sua pertinência enquanto forem capazes de operar nas complexidades apresentadas pela dinâmica do *socius*. Nessa direção, o pensamento elaborado é datado, podendo e devendo ser revisitado, resignificado, renovado, mutado, de maneira a constituir um composto, um conjunto de

elementos e forças teóricas (Schöpke, 2004). Não trabalhamos com a eternidade dos conceitos, como se estes fossem categorias transcendentais, alheias às paixões e ambiguidades que permanentemente embaralham as cartas do jogo da história, não havendo, portanto, teorias que sirvam como guia seguro para o viajante. Isso ocorre tão somente porque os fluxos do desejo, erráticos por excelência, encharcam-se nas intempéries da história, apresentando-nos sempre novos desafios, complexidades e arranjos, que se constituem ao sabor de agenciamentos sempre inéditos. Para Deleuze e Guattari (2010, p. 50) “as máquinas desejantes são a categoria fundamental da economia do desejo, produzem por si mesmas um corpo sem órgãos, e não distinguem os agentes das suas próprias peças, nem as relações de produção das suas próprias relações”.

Ao ocupar o espaço da universidade, somos também impelidos a tensionar criticamente lógicas hegemônicas (patologizantes, capacitistas, cisheteronormativas, racistas, individualizantes, meritocráticas, moralistas) que constituem as relações sociais nas suas mais diversas esferas. Isso posto, faz-se mister a desnaturalização de estruturas políticas e epistemológicas que forjam e determinam as bases da racionalidade colonial incorporadas ao *modus vivendi* moderno. No centro dessas disputas vemos despontar, também na Universidade e na produção de conhecimento, a emergência de pautas que promovam uma sintonia mais fina, capaz de diminuir abismos socialmente construídos entre a academia e a luta dos movimentos politicamente minoritários.

Vislumbrar uma universidade implicada com as questões candentes da sociedade significa desnaturalizar as trágicas empreitadas coloniais que historicamente subalternizaram todos aqueles cujas sociabilidades não eram consideradas civilizadas e, portanto, incompatíveis para o programa moderno. Na esteira dessas disputas, a própria universidade despontou como lugar dessas tensões, colocando em xeque o suposto véu democrático dos espaços acadêmicos. Como nunca antes na história dessas instituições, interrogou-se sobre as possibilidades de fortalecimento da presença de LGBTQI+, negras(os), mulheres periféricas, indígenas e pessoas com deficiência nesse ambiente, sendo ele também reflexo das normatividades que atravessam a sociedade brasileira. Não apenas a dificuldade de acesso e permanência na universidade adquire relevo enquanto agenda política desses grupos, mas a própria necessidade de reorientação curricular dos cursos, o que significa uma abertura para autoras(es) negras(os), indígenas e do sul global, trazendo consigo cosmologias e perspectivas de compreensão da realidade até então alijadas do universo acadêmico.

Tais descentramentos correspondem a rupturas sem precedentes na história da universidade brasileira, promovendo reflexões que enriquecem o exercício intelectual de professoras(es) estudantes e pesquisadoras(es), frequentemente habituados às coordenadas epistêmicas forjadas sobre bases eurocêntricas. O direito

ao acesso à universidade passa a incluir também o direito à representatividade no âmbito intelectual, o que redundará em maiores possibilidades de conexão de pessoas negras(os), indígenas e com deficiência com a experiência acadêmica.

Através desses subsídios intelectuais, trazidos à baila com a contribuição de perspectivas teóricas contra hegemônicas descentralizadas, pretendemos problematizar conceitos e abordagens amplamente utilizados como ferramentas de compreensão da realidade. Não se trata de um perecimento absoluto dos conceitos até então estudados e trabalhados, mas do exercício de composição com perspectivas que redimensionam as experiências de grupos sociais dissidentes, que se insurgem frente à posição de subalternidade. Na esteira desses processos, também nossa experiência coletiva enquanto grupo de pesquisa foi afetada pela necessidade de um reposicionamento ético-político ante a emergência destes movimentos. Situamo-nos frente a análise crítica da invisibilidade e silenciamento, tomando a branquitude, a cis heteronormatividade e o individualismo próprio da construção de saber ocidentalizada - em um regime colonial-capitalístico-racista-patriarcal/antro-falo-ego-logo-cêntrico (Rolnik, 2018) - como analisadores importantes para pensar a produção de conhecimento e pensamento na universidade.

Considerando isso, apostamos em estudos plurais e na aproximação de/entre pensadoras(es) a fim de estabelecer efetivas interlocuções, fundamentais para a produção de saberes que possibilitem trilhar caminhos para uma Psicologia Social Brasileira implicada com os embates do seu tempo. Instigadas(os) pelas leituras de Carla Akotirene, bell hooks, Achille Mbembe, Frantz Fanon, Grada Kilomba, Djamilá Ribeiro, Ailton Krenak, Sueli Carneiro, Paulo Freire, Suely Rolnik, dentre outras e outros, vemo-nos diante da possibilidade de descentramento das abordagens canônicas, também redimensionadas à luz de pensadores(as) imbuídos em reorganizar o mapa que nos orienta na busca por experiências de pesquisa que contemplem uma multiplicidade de formas de ser e habitar o mundo.

Em paralelo a esses movimentos, temos os significativos cortes na educação que se intensificam após o golpe de 2016, que colocaram o país na rota do neoliberalismo e sua “ponte para o abismo”, vendendo como panaceia o teto de gastos, a reforma da previdência, a intervenção de reitores indicados pelo governo nas universidades federais, cortes no financiamento de pesquisas. Essas investidas fizeram e fazem desmontar anos de luta por educação pública e de qualidade como contraponto à lógica privatista na educação em todos os níveis. Tais pautas, que desvelam os movimentos do neoliberalismo que impacta a educação, lança-nos com ainda mais intensidade frente à necessidade de travarmos, enquanto pesquisadores, pesquisas que imponham resistência a essas investidas.

Assumir tal desafio corresponde a um incremento das possibilidades de análise de implicação, inscrevendo o ato de pesquisar nas tramas éticas às quais não podemos nos furtar de habitar, principalmente quando o ambiente social e

político parece refratário às possibilidades de afirmação da diferença. Nesse sentido, tornamos nossas produções permeáveis ao devir que irrompe dos arranjos heterogêneos provenientes das experiências de alteridade, atualizando nesses encontros a impreterível necessidade de uma reapropriação histórica e conceitual sobre bases dissidentes do projeto colonial que nos atravessa.

A partir da observação das produções do grupo, percebe-se a pluralidade enquanto pesquisadores, citamos algumas delas: pistas para o cuidado de si com professores; o trabalho com crianças em situação de vulnerabilidade social nos contextos periféricos; redes de proteção às mulheres vítimas de violência; a literatura *beat* como intercessor para pensar a produção de subjetividade capitalística e o neoliberalismo; uma cartografia das experiências de dançar com jovens de uma companhia jovem de dança, analisando a produção de subjetividades e os movimentos do corpo-território como possibilidade de potência; a problematização da lógica capitalista que atravessa professores e professoras tomados pela realidade de ensino remoto emergencial no período de pandemia e a análise de potencialidades e desafios vividas com essa experiência; a ética cartográfica e antirracista a partir da análise do dispositivo da branquitude na produção científica e na formação em saúde mental; a extensão universitária em espaços de educação e produção de subjetividade na intersectorialidade; a formação de territórios subjetivos a partir das experiências coletivas no espaço público de uma comunidade periférica; os modos de cuidado que podem ser construídos na Atenção Básica/Primária para a saúde mental da criança mental infanto-juvenil.

As pesquisas, na medida em que abordam problemáticas sociais candentes, reafirmam o papel da universidade pública enquanto espaço de discussão e produção capazes de refletir sobre diferentes contextos, seja a partir da pesquisa, seja através da extensão. O grupo, enquanto dispositivo de proliferação de afetos e intensidades, produz, de algum modo, redes de resistências para todas(os) envolvidas(os) nessa experiência coletiva. Através de uma artesanania de afetos, teorizações com diferentes autoras(es) e saberes localizados, que afirmamos a potência curativa da pesquisa em relação aos modos adoecidos de viver. Apostamos nas micropolíticas inventivas e na produção de sentidos para aquelas(es) que se aventuram nas tramas dos processos institucionais, coletivos e de subjetivação.

REFERÊNCIAS

- Akotirene, Carla** (2018). *O que é intersseccionalidade?* Letramento.
- Mbandi, Nzinga** (2020). E se eu falar, você me escuta? In G. Nogueira, N. Mbandi, & M. Trói (Orgs.), *Lugar de fala: conexões, aproximações e diferenças* (pp. 15-20). Devires.
- Deleuze, G. & Guattari, F.** (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Ed. 34.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix.** (2010). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Editora 34.
- Foucault, Michel** (2018). *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. WMF Martins Fonte.
- Guattari, Felix** (1990). *As três ecologias*. Papirus.
- hooks, bell** (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Martins Fontes.
- Barros, Laura P. & Kastrup, Virgínia** (2009). Cartografar é acompanhar processos. In Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, & Liliana da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 52-75). Sulina.
- Krenak, Ailton** (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Monceau, G.** (2008). Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. *Fractal, Revista de Psicologia*, 20(1), 19-26.
- Nogueira, Gilmaro, Mbandi, Nzinga, & Trói, Marcelo** (Orgs.). (2020). *Lugar de fala: conexões, aproximações e diferenças*. Devires.
- Ribeiro, Djamila** (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.
- Rolnik, Suely** (2018). *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. N-1edições.
- Romagnoli, R. C.** (2014). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 44-52. <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/06.pdf>
- Schöpke, Regina** (2004). *Por uma Filosofia da Diferença*. Gilles Deleuze, o pensador nômade. Contraponto/Edusp.
- Simas, Luiz Antonio & Rufino, Luiz** (2019). *Fogo no mato: A ciência encantada das macumbas*. Mórula Editorial. Edição do Kindle.
- Teixeira, Ricardo Rodrigues** (2015). As dimensões da produção do comum e a saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, 24(supl.1), 27-43.
- Zeifert, Anna Paula B. & Agnoletto, Vitória** (2019). O pensamento descolonial e a teoria crítica dos direitos humanos: saberes e dignidade nas sociedades latino-americanas. *Revista Húmus*, 9(26). <http://www.periodicoselctronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/12077>

LARGA A VELHA E VAI PARA A ZONA: **DESLOCAMENTOS E DESCAMINHOS NA PRODUÇÃO** **DO CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA**

Carolina dos Reis

Rodrigo Kreher

Oriana Holsbach Hadler

Neuza Maria de Fátima Guareschi

PRIMEIRA PARTE: A VELHA

Nasci mais ou menos junto com a Modernidade, ao menos dessa forma como vocês me conhecem, lá quando o homem passou a ser tomado ao mesmo tempo como sujeito e objeto da produção do conhecimento. Foi esta época, não raras as vezes lembrada a partir da noção nietzschiana *Der Übermensch*, ou então, super-homem, que acabou por ser consagrada, ainda que resumidamente, pela sentença ‘Deus está morto’, que o meu nascimento, quase como em uma certidão, tem sido registrado.

Se é neste contexto de surgimento de uma série de grandes e modernas formas de organização da sociedade, tais como o Estado, o capitalismo e a ciência, que sou nascida, é porque fui colocada no mundo com a promessa de oferecer as respostas para pelo menos parte destes problemas que começavam a ser colocados por essas transformações: a emergência de um sistema de produção assentando em uma lógica mercantil e a constituição, por exemplo, de universais como o ‘eu’, de uma individualidade inquestionável e considerada inata, da invenção do psicológico.

Surjo, assim, com o propósito de acessar o sujeito, seu interior, seus comportamentos, sua identidade, subjetividade e desvendar formas de conhecer suas questões. Inicialmente, a tarefa que me foi dada era a de transformar o homem e a natureza, que eu acreditava estar encerrada nele em um conhecimento preciso, por meio do qual as famílias pudessem prever desvios, educadores pudessem contornar fracassos e governantes pudessem guiar as condutas de seus governados, a população, para um fim desejável. Enquanto algumas de minhas irmãs vieram ao mundo para desvelar seu funcionamento e solucionar problemas temporários e limitações pontuais, eu

creci e me fortaleci sobre os erros dos homens, sobre suas perturbações afetivas, seus desajustes no desenvolvimento. Foi só mais tarde que me dispus a assumir uma certa postura propositiva.

Verdade seja dita, eu nunca consegui efetivamente oferecer tais respostas. Algumas de minhas tentativas foram, inclusive, tão desajustadas e contraditórias quanto as questões que me dispunha a analisar. No entanto, seja por necessidade de sobreviver e garantir meu emprego, seja por ego ou por puro charlatanismo. Ao longo dos anos, me tornei competente em fazer crer que é possível sempre com um pouco mais esforço e pesquisa obtê-las ou, no mínimo, chegar próximo delas, de maneira que, mesmo alguns séculos depois, ainda sou frequentemente convocada a oferecê-las. Ainda hoje, não param de bater à minha porta não só estudantes, professores, psicólogos e pesquisadores, mas também advogados, políticos, gestores e toda sorte de sujeitos, buscando respostas para as suas inquietações, desde aquelas tomadas como mais íntimas e pessoais até as mais coletivas e plurais. É verdade que, nestes anos todos, eu consegui construir, se não exatamente respostas, pelo menos caminhos, alguns mais satisfatórios do que outros, para aquilo que me indagavam. Com o tempo se aprende e se fica um pouco bom naquilo que se faz.

É preciso confessar também que tenho certo gozo nas disputas que se estabelecem entre aqueles que querem me dizer de que modo devo agir para atingir os objetivos que me impõem ou aqueles que eu mesma traço. Ainda assim, frequentemente sou levada a dizer-lhes que não é aqui, comigo ou na minha casa, nisso que foi de modo tão deliberado, arbitrário e violentamente circunscrito, que ficou conhecido como de meu domínio, técnica e saber, que necessariamente encontrarão as respostas para aquilo que buscam, desejam, anseiam.

Talvez, nem se trate de respostas exatamente, quiçá sejam novas perguntas, interrogações que os levem a descobrir outros caminhos, formas e forças para isso que os mobilizou e os fez trilhar em minha direção. Por vezes, a renovação dos métodos demanda novas questões de análise (Moraes, 2003). Mas, seja pelo reconhecimento que adquiri, seja por hábito daquilo que aprenderam a conhecer a meu respeito, muitos deles não conseguem movimentar seu pensamento e ficam no meu entorno dizendo mais daquilo que nós já sabemos. Assim, quando isso acontece, sinto-me provocada a questioná-los por que a mim recorrem e digo-lhes: “*larga a Velha e vai pra Zona...* mas saiba que quando quiseres ou se deres por satisfeito, podes voltar e me contar o que encontraste”.

Esta é a história daquilo que aqueles que ousaram seguir este meu conselho encontraram. Daquilo que viram e viveram neste *Fora* de mim. A história dos personagens que conheceram, como os tocaram e por eles se deixaram tocar e assim transformaram suas perguntas, recolocaram suas questões, se tornaram outros sujeitos, trouxeram algo de novo e, em mim, produziram uma diferença...

SEGUNDA PARTE: A ZONA

Várias foram as vezes que me solicitaram orientações precisas sobre onde fica a Zona. No entanto, há na própria pergunta um engano, posto que a Zona não está localizada em um único lugar e, por vezes, não se trata sequer de um espaço físico. Embora seja acessível a todos, nem sempre se consegue acessá-la. Acontece que é preciso uma certa disposição para se afastar de mim, desviar dos caminhos que já percorri e mapeei, atingir os limites do meu território, borrá-los, extrapolá-los. É preciso tomar os limites não como o fim, mas como um ponto de partida para o *Fora*, como “solo de fundação de um processo de diferenciação” (Moraes, 2003, p. 538). Se, em meus domínios, por muitos anos, o erro era um fato a ser corrigido, na Zona a errância é a ferramenta constitutiva da diferença.

Quando lanço esse convite, que mais se parece com uma provocação, empurrão ou ordem de afastamento, o que não digo a nenhum deles é que, na verdade, não existe um dentro ou fora de mim, ou melhor, tudo que existe é o fora de mim. Aquilo que se parece com um dentro, um domínio fechado, circunscrito, não é nada mais do que uma dobra do fora, como já dizia um antigo arquirrival. Em suas palavras, ele explicava que: “O lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada de movimentos peristálticos, de pregas e de dobras que constituem um lado de dentro: nada além do lado de fora, mas exatamente o lado de dentro do lado de fora” (Deleuze, 2005, p. 104). O que ocorre é que, ao dobrar o lado de fora, quase como fazemos com uma linha ou um tecido que se dobra sobre si, forma-se algo como uma invaginação, que cria esse suposto espaço interior, que conservo como se privado fosse, mas cujos limites são feitos do próprio fora. Ainda que defenda com afinco a propriedade sobre meus domínios, sei que esse declive permanece sempre entreaberto, rachado, constantemente exposto às forças do fora.

A Zona é esse momento pré-invaginação, é a exposição ao fora em toda sua potência, ao aglomerado de forças múltiplas que o constitui. Quando falo das forças do fora, falo de força como ação sobre ação. Trata-se de qualquer ação que entra em relação tensa com outra ação, tentando direcioná-la, dobrá-la, circunscrevê-la (Cardoso, 2016), ou nela provocar rachaduras, rompê-la, dispersá-la. O resultado desse jogo de forças é imprevisível, essa é a marca da presença do Fora. O desejo que deposito naqueles que lanço em meio às forças do Fora é o de que encontrem as ferramentas disruptivas das linhas que me contornam, aprisionam e me entediam. Se, ao afirmar isso pareço contraditória, é porque assim o sou, se por um lado defendo meus domínios, por outro, sinto-me atraída pela possibilidade de me perder de mim e me tornar outra.

Por isso, a Zona é por mim temida e desejada, pois ela convida aqueles que nela se aventuram a fazer diferir aquilo que de estagnação há em seus pensamentos.

Os leva a uma relação com a finitude, com a passagem ao limite, “limite do que se pensava conhecer e de como se conhece” (Bernardes, 2014, p. 148). Os lança em caminhos desviantes, os faz tensionar as espessuras temporais e relacionais. A Zona é onde o sujeito se torna menos importante do que a operação que constitui seu pensamento, que o desgarrar dele mesmo, tornando-o outro, a ponto de provocar sua aniquilação, ou até mesmo dissociação (Foucault, 2003).

Um aviso de prudência parece importante de ser oferecido nesse instante. Meu desejo de aniquilação ou dissociação dos sujeitos não se reveste de um caráter meramente destrutivo, se não da compreensão de que sua destruição é parte de um processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização. O que ocorre é que “não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte” (Haesbaert, 2009, p. 99). É nesse movimento de ruptura, fuga e criação que o pensamento encontra solos férteis para a produção da diferença (Machado, 2009) contra as epistemologias colonialistas, racistas, classistas, machistas, reprodutoras da norma que insistem no mesmo.

A Zona torna-se tão necessária aos deslocamentos, pois quem pensa o pensamento não é um indivíduo, seja ele pesquisador, doutor, psicólogo, professor, estudante etc. Aliás, é somente no final do século XVIII, início do século XIX, que o pensamento passa a ter uma autoria e uma relação de propriedade individualizada sobre ele (Foucault, 2009a). Uma tese ou uma dissertação, por exemplo, requer anos de trabalho de um pós-graduando, mas também de seu professor, requer seminários teóricos, discussões entre os pares, bancas de qualificação, bancas de defesa, interlocutores no campo de pesquisa, requer a leitura do trabalho de outros que os antecederam, investimento em pesquisa, laboratórios, computadores, xícaras de café, copos de cerveja, conversa entre amigos, filmes, prédios, outdoors, trajetos de ônibus, brigas em família, sofás, plantas, aplicativos, reuniões de condomínio, de forma que o corpo do sujeito pensante é uma dentre várias superfícies, nas quais o pensamento circula, se alimenta, se agencia e ganha territorialidade. A Zona se constitui no encontro com humanos e não humanos, corpóreos e fictícios, ainda assim reais, que dão ritmo ao pensamento.

Alguns poderão dizer que este é um percurso perigoso, para outros trata-se de uma experiência brutal. Raros são aqueles que a vivem em sua potência visceral. Contudo, não lhes parece evidente que para nos tornarmos outros é preciso fazer morrer se não tudo, ao menos partes do que se é. Assim, não é à toa, nem tampouco coisa de acaso, que aqueles que se sentem convocados à Zona, não o fazem sós, mas se tornam coletivos. Da mesma forma que a resistência opera onde há poder, plural nos tornamos: “Meu nome é Legião” (Barthes, 2010, p.11), poderíamos dizer. É, nesse sentido, que, quando ocorre um processo de des-re-territorialização, este não ocorre enquanto um fenômeno solitário, mas como corpo maquínico, vivo.

Engendradas umas nas outras, as questões levadas à Zona provocam o deslocamento para viradas de problemas e, um uma-vez-objeto-de-pesquisa se transforma em campo problemático. Esses deslocamentos, por sua vez, costuram-se, rasgando certezas arraigadas e aqueles que na Zona se lançam, dela não voltam os mesmos: “o espaço de uma experiência em que o sujeito que fala, em vez de se exprimir, se expõe, vai ao encontro de sua própria finitude e sob cada palavra se vê remetido à sua própria morte” (Foucault, 2009a, p. 46).

TERCEIRA PARTE: AS FORÇAS DO FORA

Largar a Velha. Diz de um incessante movimento onde pesquisar passa a ser quase como um vício, um movimento de desatino (ausência de juízo ou bom senso sobre coisas uma vez tomadas como verdadeiras); um lançar-se em uma relação com a finitude onde não se depura a morte como o avesso da vida, mas tomam-se ambas pelo caráter de assombro que causam. Em *Cem Anos de Solidão*, García Márquez nos apresenta Amaranta, personagem que se envereda tecendo a própria mortalha em vida. Em um “vício de fazer para desfazer” (García Márquez, 2014, p. 349).

ela tece e destece a vestimenta fora do tempo, deixando-se tomar uma paciência reflexiva que rompe com o “equivoco do desfecho e da origem” (Foucault, 2009b, p. 225).

As forças que na Zona atravessam e constituem aqueles que nela se experienciam dizem desse caminho entre restos, entre cozer um processo de pensamento, desdobrar-se em possíveis questões que, porventura, se transformarão em outras – ou em outros começos – e, por fim, narrar uma pesquisa. Narrar é verbo intrinsecamente ligado a finitude, a uma “linguagem sobre a linha da morte que se reflete em um jogo de espelhos que não tem limites” (Foucault, 2009c, p. 48). Uma relação com a morte e o morrer; com forças impiedosas dos acontecimentos que fazem os transeuntes declinarem de rumos uma vez conhecidos (Fonseca, 2017), os coloca diante daquilo que toma seu pensamento de assalto e os direciona para o que talvez importe ser questionado.

Não parece simples a tarefa de se lançar em uma narrativa que possa assumir os riscos e medos e intempéries e inevitabilidades que a finitude convoca. Para tal, o que alguns fazem é se cercar daqueles que podem lhes auxiliar ao longo do percurso. É assim, ao que tudo indica, que um núcleo de pesquisa se torna lugar para o incessante movimento daqueles que buscam que nada seja abreviado, que haja sempre aberturas para o surpreendente e, principalmente, para a produção de algo que me desloque, mesmo que minimamente, de um lugar uma vez dado como natural. Nas narrativas que surgem daqueles que se lançaram à Zona, a marca que carregam é um desaparecimento da autoria, pois, o sujeito-autor encarna a presença-ausência de um modo de existência e encontra na itinerância

de uma experiência-limite, processos de desubjetivação. Assim, aquele que narra uma pesquisa vai vivendo no umbral da impossibilidade (de viver e de morrer), no extremo do limite. Onde importa menos um “porquê” contar e mais o “como” e a “serviço de quem” contar.

É nesse aspecto que as forças memoriais de narrativas que se tornam foco de algumas pesquisas me deixaram insone. São pesquisas que forçam passagem, que fizeram ecoar brados aprisionados. No seu encontro com o campo da segurança, é Oriana (Hadler, 2017) que faz provocar uma urgência ao atentar para modos como meu conhecimento alimentou um instrumento escatológico da prisão a partir da construção do elemento biográfico, presente na constituição de histórias de vidas infames. Entre arquivos penais, códigos de delitos, e a criação de um sujeito infrator, o biográfico emana enquanto um determinante identitário, uma narrativa desenvolvimentista voltada para uma unicidade da ‘história de vida’, que encerra vidas em biografias-destinos; eis que, a partir de passagens fragmentárias, ela me faz lembrar e, em um exercício memorativo, busca me deslocar dessa relação amaldiçoada e tornar o biográfico força elementar para fazer retumbar ecos de vidas infames, existências muitas vezes destinadas a passar sem deixar rastro, mas que tornam improrrogável o olhar para o que resta.

Na Zona, Oriana é lançada para um encontro com biografias que falam de vidas que não estão fora da escritura, mas que caminham no limiar da palavra. São vidas que, apesar dos inúmeros instrumentos e técnicas desenvolvidas a partir de meu campo de saber para tentar apreendê-las, nunca poderão ser representadas em sua totalidade..., todavia, por efeito desses, se tornam malditas. O que Oriana me mostra é que ironicamente os maldizeres são as forças que não encerram em finais decisivos. Há um convite feito: de encontrar personagens malditos, fragmentários e espectrais que possam provocar urgências no presente. Uma força testemunhal da memória que pouco abala os campos aos quais estou ligada, mas que busca desvios na inseparabilidade que me uniu à segurança.

É através do testemunho que outra jovem pesquisadora tenta me deslocar do lugar que há muito conquistei como enunciadora de vidas malditas. Foi na Zona que a Pamela (Alves, 2018) percebeu que a questão que tencionava sua dissertação de mestrado não eram as testemunhas do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas enquanto categoria de sujeito, mas sim a noção de testemunho como dispositivo de governo sobre a vida destas pessoas e suas famílias. Dispositivo que de alguma forma ela mesma operava, acreditando fazer parte dessa política de proteção. Com isso, lhe foi possível desnaturalizar a ideia de que certas formas de violência e de criminalidade, um problema político e de gestão, isto é, neste caso de segurança pública e política criminal, estariam encerradas no interior destes sujeitos e pudessem ser por mim, e quiçá por profissionais como ela e seus colegas, acessadas, diagnosticadas e, por fim, geridas.

Quando Pamela Alves (2018) retorna da sua incursão pela Zona, o que ela me conta é que para que tais vidas pudessem ser colocadas sob proteção do Estado, elas precisavam ser encaixadas dentro do sentido dado para estas duas palavrinhas - vítima e testemunha - pelas diretrizes da referida política pública e que, para tanto, não era suficiente que tivessem efetivamente sofrido alguma das violências elencadas pelo programa ou se encontrarem sob risco de novas violências ou ameaça de morte. Era necessário que estas experiências fossem validadas, por meio de instrumentos técnicos e de uma série de critérios formais, ao mesmo tempo objetivos e subjetivos, pelos profissionais, técnicos e gestores envolvidos. Ao dizer isso, Pâmela me coloca de frente com os efeitos que as verdades preferidas em meu nome podem produzir na vida desses jovens, de suas famílias, e da forma como a população brasileira, em geral, entende, se relaciona, pensa sobre esses jovens envolvidos em atos infracionais e suas famílias. Ela denuncia minha responsabilidade na objetificação desses sujeitos e me convoca a assumir uma postura implicada ética e politicamente com uma prática que rompa com essa lógica objetificante.

Foi na Zona também que a Carolina dos Reis (2017) entrou em contato com o testemunho do Seu Ernesto, um homem negro de 72 anos que acabara de ficar com paralisia na metade direita do corpo, sequela de um AVC que tinha sofrido recentemente. Ao que ela conta, o AVC deste senhor foi decorrente do elevado nível de estresse gerado pela então ameaça de remoção da casa onde residia há anos, na qual tinha também um pequeno comércio de bebidas. A pergunta que havia levado Carolina até a Zona era porque muitos moradores do local estavam não só aceitando ser removidos de suas casas e de seu bairro, mas às vezes mesmo se demonstrando felizes com essa possibilidade, ainda que isso significasse viver a médio e longo prazo em condições piores do que as anteriores. A conversa com Seu Ernesto a fez perceber que na cidade em que vivem só é considerado cidadão quem é proprietário de alguma coisa. Sair da favela, mesmo em condições precárias, significava ascender à condição de sujeito de direito, ganhar lugar de fala, de legitimidade.

Diferente do testemunho dispositivo do Programa de Proteção da Pâmela, o testemunho-paresiástico de Seu Ernesto, testemunho-desabafo, não capturado pelas estratégias biopolíticas, a faz perceber que os direitos humanos que ela defendia com tanta certeza, eram também eles ferramentas de engajamento do desejo, de inserção de pessoas como Seu Ernesto no ordenamento social e nas malhas da gestão estatal. Por mais que me interessasse em ampliar os domínios do meu saber sobre a cidade e o urbano, o tempo todo a pergunta que devolvia a Carolina era o que ela achava que eu de fato, tinha a ver com a gestão das cidades ou de acesso à moradia. Carolina em seu retorno me convida a refletir com ela e Seu Ernesto sobre as formas de captura do desejo que minam as possibilidades de resistência

às políticas de normalização. Segundo ela, deveria eu colocar meu saber a serviço das forças revolucionárias em busca de modos não privatistas de viver nas cidades. Ajudá-las a entender os mecanismos de captura do desejo e usar as próprias práticas de subjetivação para operar com ele e mudar o jeito como vivemos.

Já para o Rodrigo (Kreher, 2016), a Zona se constituiu na experiência de um equipamento público destinado ao atendimento de jovens considerados em situação de vulnerabilidade sócio-territorial, onde foi possível acessar algumas das estratégias de proselitismo religioso das igrejas neopentecostais lançadas em direção às juventudes empobrecidas. Quando retornou da Zona, o que o Rodrigo me contou foi sobre sua surpresa ao perceber que nesta história, ao contrário do que ele pensava até então, os arranjos de relações estabelecidos entre estas igrejas e os jovens não operam necessariamente pela lógica do controle e da disciplina, mas sim por meio de um complexo jogo de negociações e investimentos, ao mesmo tempo constantes e variáveis, que atravessam e articulam questões como sexualidade, trabalho, emprego e prosperidade econômica.

Foi através destas narrativas juvenis que Rodrigo entendeu que tomar as igrejas neopentecostais como instituições religiosas meramente conservadoras, antiquadas e extemporâneas pode se constituir como um erro de análise. Seus enunciados em torno do sexo e da sexualidade, que os colocam como algo pernicioso, equivocado antes do casamento e condenável entre pessoas do mesmo sexo, não devem ser tomados como o retorno de ideias do passado, mesmo porque tais instituições são uma invenção contemporânea e genuinamente brasileira, muito pouco coincidindo com outras formas históricas de organização religiosa.

Quando uma jovem negocia o conteúdo de suas letras musicais para gravar um CD com o apoio da sua igreja, vislumbrando aí a possibilidade de construção de uma carreira artística e um jovem renuncia o seu afeto pelos rapazes, investindo na profissão de pastor e sendo auxiliado na construção de um projeto de família heterossexual, também é porque são questões que os interpelam cotidiana e contemporaneamente e, ainda, enquanto estratégias de governo, encontram força e justificção não só no interior de um paradigma religioso, mas também biopolítico. Rodrigo então emprega algumas de minhas tecnologias de pesquisa não somente para análise das estratégias de disciplinamento dos jovens pelas igrejas, mas para compreender os complexos mecanismos que atualizam suas lógicas institucionais e enlaçam os jovens a elas.

Diferente do testemunho da fé, exposto no celibato dos jovens evangélicos encontrados pelo Rodrigo na Zona, na dissertação da Fernanda (Bassani, 2013) é o sexo quem dá testemunho. A partir da visita íntima, Fernanda coloca a prisão em análise, as relações, acordos e negociações que produzem o dia a dia dessa instituição. A visita íntima faz ver e falar das práticas de governo e de resistência que extrapolam as lógicas estatais. Ao voltar da Zona Fernanda conta que, ao

chegar no Mestrado da UFRGS, ela olhava para seu problema de pesquisa de uma forma estruturalista e individualista. Isto é, queria entender como era possível tantas relações afetivo-sexuais iniciadas na prisão e como aquele lugar recebia tantas mulheres nos dias de visita, mesmo sendo sujo, longínquo e perigoso. Seu olhar inicial, naturalmente inquisitório, se voltava para as mulheres: *Por que elas os visitam? Que fetiche é esse? Então posso estudar o “amor bandido”?*

Fernanda largou a Ciência, largou o indivíduo e foi para a Zona. Sem o solo firme que o estudo do indivíduo e de suas supostas essências patológicas garantia até então sob seus pés, Fernanda voltou seu olhar para a própria prisão. Passou a investigar em que momento a sexualidade começou a ser autorizada e legitimada pela instituição prisional e o que isso dizia e fazia ver da utilidade do sexo para a prisão, enquanto forma de governo destas populações. Descobriu que foi na década de 1990 que a visita íntima foi autorizada, exatamente na mesma época em que pipocaram motins nas prisões de todo o Brasil. Com isso, Fernanda me mostra que é possível colocar meu conhecimento não a serviço das formas de governamentalização dos presos e da sua sexualidade, mas do tensionamento dessas práticas de gestão.

QUARTA PARTE: O LADO DE DENTRO DO LADO DE FORA

O convite para compor escritas em homenagem aos vinte anos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS é também um convite para olharmos para a nossa história como grupo de pesquisa e refletirmos sobre o que pesquisamos, por que pesquisamos, para quem pesquisamos, como o fazemos. O Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias de Subjetivação (Núcleo *E-politics*), assim como o PPGPSI, tem mais de vinte anos de história. Desde a segunda metade desse período, o Núcleo passou a fazer parte do PPGPSI/UFRGS, onde compartilha de um solo fértil de interlocução com pesquisadores de iniciação científica, extensionistas, estudantes de mestrado, doutorado, pós-doutorado, docentes, técnicos, parceiros inseridos nos mais diversos movimentos sociais, instituições públicas, entre muitos outros, que tem como compromisso comum a busca de um incessante exercício de reflexão que não dissocia as questões teórico-metodológicas de suas implicações ético-políticas. No entanto, em sua origem, o Núcleo compartilhava espaços institucionais com grupos de pesquisa com filiações teóricas, epistemológicas e políticas que eram por vezes tão distantes das suas que não era incomum desconfiarem que aquilo que fazíamos não dizia respeito ao campo de saber da Psicologia.

A questão em si poderia ser facilmente desmontada pela simples devolução da pergunta a quem quer fosse o interlocutor ou estivesse ele assentado no terreno psicológico que preferisse, isto porque, em verdade, as discussões sobre o que seria

o psicológico do homem ou qual a essência do saber da Psicologia é tão antiga quanto contemporânea e a variedade de respostas só evidencia a impossibilidade desse fechamento essencialista e identitário. A Psicologia, por mais povoada de movimentos endógenos e privatistas que possa estar, permanece com seus domínios sempre em aberto. Justamente porque, esses movimentos são tantos e seguem em constante batalha uns com os outros, que fazem com que essas fronteiras não possam ser nitidamente desenhadas. Logo, não haveria exatamente um dentro em relação ao qual nossas pesquisas estariam fora. Ainda assim, a pergunta sobre nossa pertença ao terreno *psi* provocava um forte desejo de nos afirmarmos situados no fora, de nos afastarmos desse campo ao qual éramos tidos como estrangeiros. A escolha, no entanto, seguiu sendo a de nos mantermos do lado de dentro do lado de fora, não para nos engajarmos em disputas por territórios *psis*, mas para mantermos os tensionamentos que contribuem e intensificam a presença das forças do fora, para que essas sigam produzindo processos de diferenciação, de desterritorialização e reterritorialização.

A orientação, tão icônica quanto concreta, dada ao longo desses 20 anos aos estudantes vinculados ao Núcleo, de largarem a Velha e irem para a Zona, busca justamente provocar descaminhos que levem ao deslocamento da produção do conhecimento em Psicologia. No entanto, são deslocamentos que buscam não somente produzir diferenciações, mas fazer com que estas venham acompanhadas de uma ética pautada pelo enfrentamento de epistemologias epistemicidas presente no delineamento e na estruturação dos terrenos *psis*.

Ainda assim, a questão que tem nos interrogado ao longo desse percurso e como efeito desse convite à escrita em específico é o quanto esses movimentos têm conseguido efetivamente provocar rupturas nessas lógicas classistas, colonialistas, racistas, machistas que sustentam muitas técnicas e instrumentos psicológicos. Ou seriam essas rachaduras ainda pouco expressivas frente às forças das práticas normatizantes e excludentes? Teríamos nós, por meio da busca incessante na produção do novo, de torções no próprio campo de saber, contribuído para a ampliação, manutenção, atualização e fortalecimento desse campo, e com ele, das estruturas de poder que o constituem? Estaríamos nós multiplicando o alcance da Psicologia, levando-a para junto dos movimentos sociais ou fortalecendo sua presença nas políticas públicas, sem conseguir romper significativamente com sua lógica imperialista? Permaneceria a Velha inabalável em seus domínios, sempre atenta às possibilidades de expandi-los e atualizá-los?

REFERÊNCIAS

- Alves, Pamela N.** (2018). *“Quanto vale ou é por quilo?” a produção do testemunho como peça processual* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Barthes, Roland** (2010). *Aula*. 18ª ed. Cultrix.
- Bassani, Fernanda** (2013). *Visita Íntima: o gerenciamento da sexualidade nas prisões do Brasil*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Bernardes, Anita** (2014). Trabalhar conceitos como um exercício de transgressão: acontecimento e acontecimentalizar. *Polis e Pique*, 4(2), 143-154.
- Cardoso, Carlos Antonio** (2016). A subjetividade, o Fora e a cidade: repensando o sujeito, o espaço e a materialidade. *Fractal, Rev. Psicol.*, 28(2), 242-251. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000200242&lng=en&nrm=iso> DOI: 10.1590/1984-0292/1458
- Deleuze, Gilles** (2005). *Foucault*. Brasiliense.
- Fonseca, Tânia Maria Galli** (2017). O destino não pode esperar: apontamentos sobre a inelutável improrrogabilidade. *Polis e Pique*, 7(1), 6-24. <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePique/article/view/71844>
- Foucault, Michel** (1990) Qu'est-ce que la critique? In *Conférence du 27 mai 1978, Bulletin de la Société Française de Philosophie* 2 (pp. 35-63). Armand Colin.
- Foucault, Michel** (2003). Cómo nace un 'libro-experiencia': entrevista realizada por Ducio Trombadori (1978). In G. Indij (Ed.), *El yo minimalista y otras conversaciones* (p. 918). La marca.
- Foucault, Michel** (2009a). O que é um autor (1969). In M. de B. Motta (Org.), *Ditos e Escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (pp. 264-298). Forense Universitária.
- Foucault, Michel** (2009b). Distância, Aspecto, Origem (1963). In M. de B. Motta (Org.), *Ditos e Escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (pp. 219-242) Forense Universitária.
- Foucault, Michel** (2009c). A Linguagem ao Infinito (1963). In M. de B. Motta (Org.), *Ditos e Escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (pp. 47-59). Forense Universitária.
- García Márquez, Gabriel** (2014). *Cem Anos de Solidão* (83a ed.). Record.
- Hadler, Oriana H.** (2017). *Biografias malditas: experiências narrativo-ontológicas entre psicologia e segurança* [Tese de Doutorado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Haesbaert, Rogério** (2009). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (4ª ed.). Bertrand Brasil.
- Kreher, Rodrigo** (2016). *Ou caminha com Deus, ou dança com o Diabo: igrejas neopentecostais e o governo da juventude pobre* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Machado, R.** (2009). *Deleuze, a Arte e a Filosofia*. Zahar.
- Moraes, Marcia** (2003). A Psicologia como reflexão sobre as práticas humanas: da adaptação à errância. *Estud. Psicol.*, 8(3), 535-539. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000300021&lng=en&nrm=iso 10.1590/S1413-294X2003000300021

Reis, Carolina dos (2017). *Cidade e Direitos Humanos: o comum como exercício ético da vida urbana* [Tese de Doutorado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].

LER O NOSSO TEMPO, PRATICAR A LIBERDADE E EXPERIMENTAR OUTROS MUNDOS

Inês Hennigen

Bruno Eduardo Procopiuk Walter

João Maurício Farias

Adriel Giordani Christ

Achei o sabiá mais importante que a Cordilheira dos Andes.

O pessoal falou: seu olhar é distorcido.

Eu, por certo, não saberei medir a importância das coisas:
alguém sabe?

Eu só queria construir nadadeiras para botar nas minhas
palavras.

Manoel de Barros (2015, p. 69)

Quatro pessoas compuseram a escrita deste texto, muitas outras estavam conosco, vozes, afetos, imagens, ideias, objetos técnicos, intensidades, questões ressoaram. Sua elaboração responde ao duplo convite para partilhar a história do grupo e escrever sobre o que hoje insiste em se fazer urgente. Em uma conversa acerca deste texto, a sugestão: falarmos a respeito do nome-proposta do grupo, LECOPSU – Leituras do contemporâneo & Processos de subjetivação. Então, a coordenadora começou referindo conexões conceituais relacionadas, aí parou e contou que, quando as palavras “se apresentaram juntas”, elas logo provocaram o sentimento de se harmonizarem, expressando o fazer do grupo. Mais tarde, a lembrança do poeta: estas palavras (e pensamentos e sentimentos) estiveram a nadar, cada qual circulando por nossa praia, um dia se aconchegaram.

O LECOPSU começou e segue sendo um grupo de pesquisa pequeno, que durante um bom tempo não teve denominação formal. Havia, no início, um interesse mais marcado da coordenadora quanto aos processos e produções midiáticas. Mas o grupo, em uma perspectiva de afirmação da diferença, acolheu e acolhe propostas de pesquisas que, num primeiro olhar (a querer identificar uma área temática basal), distam significativamente. Afinal, qual laço colocaria em

diálogo temáticas como parada LGBTQIAP+ em um videogame, adoção, corpo, endividamento, gênero, consumo, empreendedorismo, *crowdfunding*, vivências de egressos do sistema prisional, moda, *ciberescritas*, publicidade, *nudes*, crédito, *hacking*, educação, suicídio, retomada de território ancestral pelos Mbyá-Guarani, prostituição, aplicativo de encontros, masculinismo? Uma posição ético-política comum: não medir a importância ou proximidade das questões, mas compreender que encontros entre o que é diferente em uma ambiência de estudos, interrogantes e afetos potencializa, desloca, faz conhecer o que não se buscava, promove atenção às complexas redes de relações que constituem nosso tempo.

Giorgio Agamben (2009) entende a contemporaneidade como “uma singular relação com o próprio tempo” (p. 59) que, simultaneamente, adere, mas toma distância: coincidir plenamente com as pretensões de uma época não é ser contemporâneo, constitui mesmo um obstáculo para conseguir vê-la. Para o autor, pensar a contemporaneidade se faz “com a condição de cindi-la em mais tempos” (p. 71), não mirar ou realçar suas luzes, mas o escuro.

Ao discutir leitura enquanto experiência – de linguagem, de pensamento, sensível, – Larrosa (2011) propõe que, ao se ler um autor, importa menos o que ele diz, pensa ou sente, ou o que se pode dizer, pensar ou sentir sobre ele. Para tornar-se experiência, concebida como “*isso que me passa*” (p. 5, destaques no original), fundamental é, na relação com suas palavras, pensamentos e sentimentos, formar ou transformar as nossas palavras, pensamentos e sentimentos, de modo que tal experiência possa ajudar-nos a dizer, pensar, sentir o que ainda não sabemos, podemos ou queremos dizer, pensar, sentir.

Então, ler-pesquisar não só para uma (possível, parcial, implicada) apreensão e compreensão do que estaria posto como sujeições e/ou condicionantes de vida, mas para interrogar (-se no) nosso tempo, mover-se entre o que acontece, de modo a deixarmos de ser, saber, dizer, pensar e sentir o mesmo. Escritos de Michel Foucault legaram ferramentas conceituais para abordar algumas das questões – ou problematizações – que temos lançado, palavra-perspectiva de pesquisa que opera politicamente na sua obra. Para além da vasta rede conceitual, que pode ainda, ou não, ser pertinente e potente para pensar o que acontece hoje, sua prática foi “condição de possibilidade” para nossa transformação. Diante da pergunta sobre o que considerava estar ultrapassado em seus escritos, o filósofo francês pontuou:

Há, certamente, muitas coisas ultrapassadas. Tenho absoluta consciência de me deslocar sempre, ao mesmo tempo, em relação às coisas pelas quais me interesse e em relação ao que já pensei. Não penso jamais a mesma coisa pela razão de que meus livros são, para mim, experiências, em um sentido que gostaria o mais pleno possível. Uma experiência é qualquer coisa de que se sai transformado. (Foucault, 2010b, p. 289)

Quanto aos caminhos metodológicos, igual realce do movimento e da constante criação de caminhos analíticos. Terminada uma pesquisa, na qual recortava um objeto e forjava um método de análise, dizia conseguir fazer reflexões que poderiam ajudar a esboçar outro trabalho. Contudo, estas não tinham qualquer pretensão de levar a um método geral, com validade definitiva: “o que escrevi não é jamais prescritivo nem para mim nem para os outros. É, quando muito, instrumental e sonhador” (Foucault, 2010b, p. 290).

Com o que sonhamos? Por e para que lutamos? O trabalho do LECOPSU vem sendo marcado por estudos, pesquisas e intervenções que buscam traçar linhas compreensivas para compor uma ontologia crítica de nós mesmos (Foucault, 2013). Fazer diagnósticos do presente implica conhecer movimentos, processos e forças que nos atravessam, perguntar “quem somos e o que está acontecendo” (Foucault, 2011, p. 225), discernir limites que nos são colocados de modo a vislumbrar e criar ultrapassagens/transposições possíveis. A aposta é que, enfrentando as sutis e/ou violentas injunções que pesam sobre nós – que impõem lutas, pois é fundamental recusá-las –, possamos nos engajar em relações outras, que tenham como norte o problema ético da prática da liberdade.

Nos encontros com humanos e não humanos, entendemos que se torna crucial nos colocar a refletir “como se pode praticar a liberdade” (Foucault, 2010a, p. 267). É essencial ter em vista que não se trata, de modo algum, da liberdade enquanto suposta independência de um livre arbítrio – pois sempre em meio a relações de saber-poder somos constituídos; também não concerne à liberdade fomentada pelo neoliberalismo, que lhe faz assemelhar a uma posse ou objeto de consumo. Refere-se, sim, a uma prática fundamentalmente reflexiva e relacional. As práticas de liberdade não visam “derrubar um/o poder” (não correspondem às lutas contra formas de dominação, violências); antes disso, visam estar no próprio seio das relações de poder, invertendo-as, dobrando-as e reapropriando-se delas. Assim se exerce liberdade, ação sempre inventiva e capaz de produzir rachaduras, encontrar saídas, entradas, localizar brechas, instaurar outras formas de compor e se relacionar.

Neste sentido, problematizações têm sido forjadas, orientando investigações que, com base na perspectiva ético-estética em psicologia social, se compõem em articulação com saberes de diferentes campos. Antes, lançamos uma interrogação quanto ao laço que permitiria diálogo entre temáticas e questões tão díspares que (se) colocam os integrantes do LECOPSU. O olhar e a afetação a indagar os modos e processos de subjetivação, por meio dos quais somos constituídos e nos constituímos, em permanente tensão entre ser conduzido e conduzir-se, transversalizam as pesquisas realizadas; as especificidades e diferentes entradas que os objetos de análise convocam contribuem para a leitura ativa e debate implicado

do que acontece no presente, de modo que se tem como horizonte abrir espaço para outras formas de pensar, de sentir e de agir, enfim, de ser e (con)viver.

Se fazemos referência ao “legado” de Michel Foucault não é por acreditar que cabe tomá-lo como guia (seria desconhecê-lo), mas diz de afetação e inspiração, passa por localizar suas proposições (Haraway, 1995), rearticulá-las, deslocar-se, pensar outras coisas em diálogo, tensão e composição com tantas outras e outros que – independentemente de habitar o nosso presente ou passado cronológico –, são contemporâneos no cruzamentos de tempos e espaços, a potencializar nossa “capacidade de responder às trevas do agora” (Agamben, 2009, p. 72).

LEITURAS-EXPERIÊNCIAS: QUE NOSSAS PALAVRAS SE DOTEM DE NADADEIRAS

Urgências não se hierarquizam ou comensuram, elas passam pelos corpos que são afetados. Quanto a estas, caberia indagar se seria mais pertinente mirar a esfera macropolítica ou a micropolítica, o familiar da vivência do sujeito em sociedade ou o estranhamento produzido por “embriões de outros mundos em estado virtual”, como nos coloca Suely Rolnik (2018, p. 111)? Entendemos que não. A conjunção tanto torna-se cilada quanto remete a posições excludentes. Essa autora brasileira reitera: “a desarticulação entre ambas as esferas de combate, macro e micropolítica, só contribui para a reprodução infinita do *status quo*” (p. 143). Em nossos trabalhos, com diferentes abordagens e intensidades, buscamos tensionar condições, processos e posições subjetivas que se querem/tornam cristalizadas – recusa, analisando formas outras de existência – afirmação de devires.

Narramos agora alguns caminhos trilhados, intuições e articulações que estão “a crescer”, leituras do presente que nos deslocaram e possibilitam sentir, pensar e expressar aquilo que para nós insiste em se fazer urgente. Esperamos que, para quem nos lê, as ideias e conexões que compartilhamos aqui possam, de algum modo, ser experiência e, assim, composições outras possam advir.

Há mais de uma década, ao reler o texto de Gilles Deleuze (2008) sobre as sociedades de controle, uma passagem realçou-se para a coordenadora do LE-COPSU: “o homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, *pobres demais para a dívida*” (p. 224, destaque nosso). É época, um encontro a havia desassossegado e deslocado o objeto de interesse, movendo-a a fazer uma pesquisa com pessoas em situação de superendividamento.

Quem estava nesta situação e participou da pesquisa falou de mal-estar, culpa e vergonha por ter *o nome* sujo: estigma moral e individualização, apesar das evidências de uma insidiosa *impulsão* (não impulsividade) à contratação “rápida e fácil” do crédito – e sua propulsão a níveis estratosféricos a partir de múltiplas modalidades inventadas

para instituições financeiras “mais-lucrar”. Analisar depois a publicidade do crédito visibilizou o que (já) brilhava: dívidas se “pagam” contraindo-se novas dívidas, em um *loop* sem termo, pois dínamo da (sempre atualizada) máquina capitalista. Cabe referir que um dos pilares da instauração da cultura do consumo, que alavancou produção e economia, foi justamente o crédito ao consumidor (Fontenelle, 2017), hoje *capital* para des-equilibrar orçamentos. Refletir, em pesquisa-intervenção com jovens de escolas públicas, acerca de práticas de consumo mostrou que consumo e crédito/dívida, apesar de (talvez, justamente por) perpassar nossas vivências ordinárias (e as que desejamos sentir como extraordinárias), são questões pouco problematizadas no âmbito educacional, o que fortaleceu a convicção da pertinência da proposta de uma educação *quanto* ao consumo e à dívida, não instrumental, mas reflexiva, experiência a trans-formar (Hennigen, 2019).

O encontro com Lazzarato (2009), que levou a Nietzsche (1887/2009), possibilitou discernir a dupla origem, financeira e moral, do sistema da dívida, que instaura a memória de uma promessa a *honrar*, um compromisso e responsabilização que empenham o futuro. Além de motor de crescimento econômico, a dívida, para Lazzarato (2017), passou a ser uma técnica de governo de condutas, de produção do *homo oeconomicus* neoliberal, pois “impõe um aprendizado de comportamentos, de regras de contabilidade e de princípios de organização usualmente colocados em funcionamento no seio de uma empresa” (p. 67).

Assim, qualificava-se o que Deleuze (2008), nos idos de 1990, vislumbrou quanto a não sermos mais controlados via sucessivos enquadres disciplinares, mas por (sucessivas, infundáveis) dívidas. Contudo, o filósofo indicara haver parcela significativa da população na miséria, pobre demais para a dívida – o que já não se pode mais dizer hoje. Na esteira da crise de 2008 (dos *subprime loans* nos EUA), outras, como a das dívidas de países da zona do euro (que consternou pela severa interferência na própria soberania de nações, como na Grécia), tornou explícito que ninguém, em função de medidas para assegurar “reembolso” aos credores, é pobre demais para responder pelas dívidas soberanas de seus países.

A rigor, a dívida pública tornou-se vetor de aumento de precarização, desigualdade e miséria; atualmente, todos são “culpados e responsáveis” e sofrem os efeitos do “pagamento” da dívida, ou, melhor dizendo, são justamente as pessoas mais pobres as mais atingidas pelos “remédios amargos” prescritos pelo sistema financeiro. Hardt e Negri (2014) pontuam que, atualmente, a base da exploração reside na dívida, uma vez que 99% da população deve trabalho, dinheiro e obediência a 1% que ocupa a posição de credor-cobrador.

“Quando a dívida é ‘pública’, ela não é honrada nem sua falta é expiada individualmente, mas sim coletivamente por meio do imposto. Ele age como um vetor poderoso da transformação de cada um em homem endividado” (Lazzarato, 2017, p. 39). Contudo, não se trata apenas ou principalmente de impostos. Ecoando

e operando princípios neoliberais, pregam-se e impõem-se as chamadas medidas de austeridade, reformas estruturais, reordenamento econômico e corte/controle orçamentário, acarretando um incomensurável custo social pela suspensão de direitos, desmonte de políticas públicas e privatizações. Um efeito é a produção de uma subjetividade culpada ou que monitora e acusa (tudo/todos que são “peso” para o Estado) – o que, no Brasil, tem-se tornado mais e mais calamitoso, pois é combinado aos acordes neofascistas que aqui soam como trovão.

Laval e Dardot (2017) abordam duas modalidades de governo pela dívida: uma governamentalidade mais sutil, que se apoia na gestão individual do capital humano, que induz uma relação subjetiva de acumulação e rendimento – o que seria do âmbito da biopolítica; um governo que, em face da dívida pública, opera por meio “*de chantaje del tipo: ¿La devolución o la vida!*” – neste caso, tratar-se-ia de necropolítica.

Acreditamos que tais linhas analíticas, tecidas por nós ao longo do tempo, que progressivamente passaram a focalizar certas racionalidades, especialmente neoliberalismo e financeirização, são via potente para fazer frente a uma urgência, a brutal desigualdade econômica que campeia mundo afora. Íntima de muitas outras desigualdades sociais, ela só fez/faz alargar-se, e se atualiza de modo, literalmente, mortal, hoje em função da pandemia. Trata-se de problemática complexa que requer a conjugação de esforços para buscar seu combate e reversão, pois diz respeito, em graus variados, mais ou menos radicais, à vampirização das potências da vida.

Rolnik (2018) discute a versão contemporânea do regime colonial-capitalístico – financeirizada, neoliberal e globalitária –, lembrando que, “como em qualquer outro regime, é o modo de subjetivação que nele se produz o que lhe confere sua consistência existencial” (p. 35). Portanto, uma direção de pesquisa reside na problematização da constituição das diferentes e cruzadas posições subjetivas que este regime coloca em jogo e que lhe sustentam: empresário de si, sujeito contábil, homem endividado, sujeito investidor. Como nos faz reconhecer Sant’Anna (2019), a pressão por ser aberto e flexível, traço que transversaliza tais posições, não poupa condição: “no limite, até mesmo a vida precária tende a ser interpretada como um modo de descobrir novas chances de autoconhecimento e autossuperação” (p. 165). Tudo o que se vive, sofre ou é poder e deveria ser capitalizado:

Significa que o corpo, assim como sua alimentação, sua sexualidade, seu sono, suas ideias e emoções devem ser liberados de todos os preconceitos morais do passado para serem convertidos em *recursos* passíveis de investimento, ou seja, em *crédito*.

... parece-me que hoje é o investidor mais do que o empresário a figura mais emblemática do que se passa dentro do *ethos* neoliberal. Somos investidores de nós próprios. (Sant’Anna, 2019, pp. 167-168, destaques no original)

A narrativa (e o “sucesso”) do ‘Favelado Investidor’ (Souza, 2020) – como se identifica nas redes sociais um jovem (hoje ex-morador de uma favela paulista) que busca traduzir o “economês” para a linguagem popular a fim de dar dicas de como investir (mesmo para quem recebe salário mínimo) – mostra como converter-se em crédito passou a ser a tônica; de quebra, enaltece o imaginário de que a conquista da “riqueza” (a se fazer no mercado financeiro) estaria ao alcance de todos (dispostos a arriscar e investir).

Cabe lembrar, junto com Grosfoguel e Onesco (2021), que o capitalismo, por ter sua existência associada umbilicalmente à expansão colonial, põe em processo todo um jogo de im-possibilidades para quem está dentro e fora dos centros de poder (que hoje passam pela concentração do capital financeiro). Por outro lado, como enfatizam Collins e Bilge (2020), há que se considerar que o capital é interseccional. Limitante seria focalizar somente classe ao abordar a desigualdade econômica global: mulheres pretas do Sul são bem mais pobres.

Uma vez que o modelo de “desenvolvimento” do neoliberalismo financeirizado está aprofundando sobremaneira as desigualdades econômicas e sociais, como mostram inúmeros relatórios, leituras decoloniais e interseccionais podem trazer espessura e especificidades para conhecer os modos diferenciais de sua operação e, eventualmente, contribuir para localizar e fomentar recusas, rachaduras, (micro) ultrapassagens, a ruir por dentro e mover-se para fora da máquina capitalista. Imprescindível, pois, se queremos ter chance de seguir existindo, como Krenak (2020) indica com lucidez ímpar, “parar de nos desenvolver e começar a nos envolver” (p. 24).

Que caminhos potenciais para experimentarmos ultrapassagens às formas de subjetivação e assujeitamentos que tais racionalidades nos impõem? Quem sabe nos envolver e se deixar afetar pelos modos de existência dos povos indígenas? Um de nós desenvolveu pesquisa – o acompanhamento cartográfico ao movimento *Retomada no Yvyryrupa*, como os indígenas *Mbyá-Guarani* chamaram a luta para retornar à sua terra ancestral na Mata Atlântica – que possibilitou encontros e composições, agenciamentos que conduziram à produção de subjetividade nomeada “guaranização” voluntária (Farias, 2018), onde afecções no campo estratégico dos embates engendraram outros corpos, os *jurúás xondaros* e *xondárias* (guerreiros e guerreiras não indígenas aliados a esses).

O seu retorno e permanência em área onde se situava a extinta FEPAGRO/RS mobilizou grupos contrários, mas também fez tecer redes de apoiadores e pesquisadores, que se uniram aos indígenas em encontros públicos (na Assembleia Legislativa gaúcha, em audiências judiciais, no Parque da Redenção, entre outros) e na *tekoá*, espaço sociocosmológico propício para o exercício do seu modo de vida, o *teko*. Encontros geradores de afecções e estratégias de enfrentamento, forças que constituíram uma potência tal que, mesmo em tempos tão angustiantes, de

ataques necropolíticos, levaram o Estado, após dois anos, a recuar e desistir da ação que objetivava a retirada dos indígenas do seu território. Como apontaram os *Mbyá-Guarani*, as batalhas para garantir a retomada da área inseriam-se no contexto de uma guerra que perdura os 521 anos de contato com a sociedade dos invasores/colonizadores europeus e seus sucessores, agentes de extermínio dos povos indígenas e das condições vitais para continuarem se autoreproduzindo.

Na pesquisa, uma imersão no que esses povos vêm enfrentando, as forças destrutivas que setores do Estado brasileiro, legisladores e operadores do Direito, setores produtivos, grandes corporações midiáticas, entre outros, têm exercido, de maneira a eliminar o que não se dobra a um modo de vida e produção alicerçado na superexploração dos recursos naturais, sem compromissos com a sustentabilidade, na financeirização e lucratividade exacerbada. O que, com Guattari e Rolnik (1986), chamamos de processo de subjetivação capitalístico atua como uma máquina destruidora de modos outros de existência, dá sustentação às racionalidades e às práticas que atuam diretamente no aniquilamento das condições socioambientais e cosmológicas de autorreprodução dos povos originários: desmatamentos gigantescos na Amazônia e na Mata Atlântica pelo agronegócio, invasões das terras indígenas pela mineração, poluição e degradação de suas áreas, disseminação de doenças, matança direta de integrantes destes povos.

Trata-se de práticas genocidas, ecocidas e epistemicidas contra os povos originários, o que, sem dúvida, insiste enquanto urgência. Para os campos da Psicologia e das Ciências Sociais, pesquisar com os indígenas demanda e pode levar à produção conjunta de um conhecimento crítico, ético e politicamente implicado, e à construção de alianças e estratégias para suas/nossas lutas. Para nós, pesquisadores *juruaís*, se deixar atravessar por saberes e modos de vida dos povos originários pode oportunizar a criação de linhas de fuga (Deleuze & Guattari, 1995), contribuir para nossa descolonização, principalmente no que tange às máquinas de produção de subjetividades outras. Contudo, é crucial escapar tanto da perspectiva que os toma como essencialmente frágeis quanto daquela que os idealiza (teriam um viver mais verdadeiro, a ser “copiado”). Conhecer e compor trans-forma, pode abrir devires. Assim, ampliam-se as possibilidades de afetar-se por mundos outros; neste caso, um pouco do mundo *Mbyá-Guarani* (um entre tantos outros dos povos originários), o seu *nhandereko* (modo de ser orientado por *Nhanderu*, uma de suas principais divindades).

As famílias *Mbya-Guarani*, como disse um de seus líderes, “voltaram pra casa” e seguem reterritorializando sua área ancestral. A retomada da *Ka’aguy Porã* (bela mata sagrada) marca o reencontro com o espaço onde seu modo de vida pode se realizar com mais intensidade. O processo de subjetivação se produz no encontro com insetos e pássaros, com frutos, como o *pindó* (tipo de jerivá e árvore primeva deste povo), com animais silvestres, como os tatus, com águas cristalinas

dos córregos e rios e seus peixes, para banharem-se e pescá-los, e com os protetores destes seres, mediando quem e quanto podem ser abatidos ou coletados. Neste espaço estão presentes as marcas de seus ancestrais e o diálogo cotidiano com suas divindades vai acontecendo.

Forças e formas de alteridades produzem o ser e estar *Mbyá*-Guarani no mundo, assim como também o nosso, sensibilidade e saber dos quais nos afastamos. Improrrogável *retomá-los*. Nos encontros – com humanos e não humanos – há variação da nossa potência de afetar e de sermos afetados. Não saímos iguais da travessia do rio Xingu, ao encontrar este ou aquele amigo, ou se contrairmos o vírus da Covid-19. Um banho de cachoeira pode ser restaurador, dando-nos ânimo e vitalidade, ou precipitar um problema respiratório: cada encontro é singular e aberto, não se pode antecipar o que potencializará ou não nossa vida.

Dentre os não humanos com os quais nos encontramos diariamente estão os objetos técnicos, especialmente os digitais, cuja presença é naturalizada, e cuja essência, no sentido simondoniano, é ignorada (Walter, 2018). Por isso, entendemos ser urgente questionar como nos compomos com tais objetos, como ingressamos/saímos (ou não) dessas relações mais ou menos potencializados. De maneira cada vez mais veloz e em volume crescente, são produzidos dados acerca de nossas vidas, coletados a partir de nossas (inter)ações: onde, com quem e como vamos, o que compramos, as pesquisas que realizamos nos buscadores na *internet*, as videoconferências e *lives* de que participamos, o que postamos e curtimos nas redes sociais, enfim, a variedade de dados não tem limites.

Apesar de a discussão estar em andamento, a forma como os dados são processados e utilizados para manipular nossas condutas requer um olhar mais atento. A princípio, supomos que sejam coletados de modo a descrever minuciosamente os indivíduos – idade, gênero, etnia, renda, religião, opiniões políticas, time do coração, dentre inúmeras outras – permitindo identificá-los na multidão, retirando-os do anonimato, iluminando-os, colocando-os, assim, sob o exercício do poder. Entretanto, como assinalam Rouvroy e Berns (2010), tem-se espreado outro tipo de governo, interessado nos traços digitais heterogêneos e infraindividuais, a fim de produzir “modelos de comportamento, ou perfis, aos quais corresponde, por certas combinações de traços a cada vez específicos, uma multidão de pessoas” (Rouvroy, 2014, p. 3, tradução nossa). Diferente de sua acepção corrente (relativa aos perfis de pessoas em redes sociais), os perfis algorítmicos não correspondem nem visam identificar alguém, são modelos supraindividuais, categorizações impessoais provenientes, sobretudo, de correlações encontradas por meio da mineração de dados e da aprendizagem de máquina. Enquanto saberes que têm poder preditivo, eles “permitem modelar os comportamentos, atitudes, trajetórias e eventos do mundo de modo mais detalhado e preciso à medida que a quantidade de dados disponíveis cresce” (Rouvroy, 2014, p. 10, tradução nossa).

Ao navegar na *internet* ou utilizar algum aplicativo, recebemos recomendações e postagens personalizadas, customizadas em função de participarmos, naquele momento, de determinado(s) perfil(s) algorítmico(s). Estas não buscam nos convocar enquanto sujeitos pensantes, reflexivos, capazes de entendimento, mas atuam no modo de alerta e de respostas reflexas – ou seja, têm por efeito produzir (re)ações. As customizações pautadas em perfis algorítmicos buscam conectar-se diretamente com indivíduos (Deleuze, 2008), com os componentes da subjetividade (atenção, memória, sensações, cognição, força física), aumentando ou diminuindo a probabilidade de que certa ação ocorra (uma compra, um voto, um sorriso, um clique, um sentimento, uma imagem etc.) – tecnologia estratégica que foi empregada pela empresa *Cambridge Analytica* para a campanha da eleição de Donald Trump. Trata-se de uma nova modalidade de poder que Rouvroy e Berns (2010) denominam ‘governamentalidade algorítmica’. Nela, o que está em jogo não é a ação sobre os corpos ou almas no presente, mas, sobretudo, a potência de afetar e de agir:

Ter seu perfil produzido de tal ou qual maneira afeta as oportunidades que nos são disponíveis e, assim, o espaço de possibilidades que nos definem: não somente isto que nós temos feito ou fazemos, mas isto que nós teríamos podido fazer ou poderíamos fazer no futuro. Com a produção de perfis algorítmicos, o poder mudou de alvo: não o provável, mas o potencial, a potencialidade pura, a dimensão de virtualidade no real. (Rouvroy, 2014, p. 14, tradução nossa)

Mais do que prever, a governamentalidade algorítmica atua no próprio virtual, seja para atualizá-lo, seja para evitar sua atualização, operando uma espécie de gerenciamento do acontecimento, estruturando os possíveis. Ao sugerir conteúdos, produtos, resultados, *Netflix*, *Amazon*, *Google*, por exemplo, fazem mais do que apresentar itens previamente selecionados conforme o perfil identificado. Em última instância, são escolhidos, para ser ou não ofertados, mundos possíveis, trajetos de encontros mais ou menos potentes.

Boa parte de nós, que reluta em fornecer presencialmente informações pessoais sem uma boa razão, sente-se confortável em (quase) tudo postar virtualmente, desconhecendo que nossas ações e hábitos estão constantemente sendo registradas, processadas e utilizadas para guiar nossas condutas. Não defendemos evitar ou excluir os dispositivos tecnológicos de nossas vidas (sem dúvida, há encontros com eles que são/podem ser muito potentes). Antes, o que buscamos problematizar quanto à governamentalidade algorítmica é: qual é o espaço de liberdade que nos resta quando as nossas possibilidades já foram selecionadas pelos algoritmos a partir de critérios que não sabemos e que, provavelmente, não sejam aqueles que mais nos seriam convenientes? O que está sendo retirado (ou incluído) do nosso campo de possibilidades?

Por outro lado, mas em articulação (pois diz de nossas entradas em espaços virtuais), quando começamos a utilizar um aplicativo ou rede social, nos indagamos quanto àquilo que é demandado registrar para compor um perfil individual, condição para acessar suas funções? Se, como vimos antes, nossas ações levam à produção de modelos supraindividuais (perfis algorítmicos), não menos relevante são as identificações, normalizações e também as eventuais (possíveis) transposições que entram em jogo nos usos e interações a partir de perfis pessoais em redes sociais específicas.

Aplicativos arquitetados para mediar/viabilizar encontros elencam uma série de características para a criação do perfil com o qual cada um vai apresentar-se, dar-se a conhecer aos demais usuários, mostrar corpo, desejos, expectativas, preferências etc. Então, cabe indagar: que efeitos subjetivos se produzem ao ser solicitada esta ou aquela informação, ao incluir certas orientações e conexões – e não outras?

Questão que emergiu a partir de pesquisa que focalizou o *Grindr* (Christ, 2021), um aplicativo geolocalizado de encontros para público LGBTQ+, muito (mais) utilizado por homens que buscam outros homens. Chamou a atenção sua dinâmica paradoxal, a embaralhar o olhar quanto a práticas que possibilitam vislumbrar outra relação com corpos, normas de gênero, sexualidades, desejos etc. Assim, colocamo-nos interrogantes relacionadas ao governo biopolítico (para além do Estado, mas em articulações com esse) que, a se compor com condições sociopolíticas como temos hoje no Brasil, facilmente podem deslizar e assumir feições necropolíticas, o que faz com que se configure como mais uma urgência a se atentar.

A edição de um perfil no *Grindr* passa por diversas etapas, com opções pré-definidas à escolha. Uma delas refere-se a Tribos (de pertencimento ou interesse), na qual existe a opção Soropositivo, além de outras, como Urso, Papai e Barbie. Outra etapa, denominada Saúde Sexual, solicita o registro do *Status* HIV (onde há, entre outras, a opção negativo usando PrEP), da Data do último teste (com opção para receber lembrete para fazê-lo), e encerra com *link* para acessar Perguntas de saúde sexual, onde lê-se: Aprenda mais sobre HIV, PrEP, como fazer teste. Cabe explicar que a PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) é um método que visa a prevenção à infecção pelo vírus HIV e consiste no consumo diário de um comprimido. O *Grindr* divulga a PrEP como a melhor forma de prevenção durante os encontros (Christ, 2021).

Que possibilidades se abrem e/ou sedimentações se produzem, para seus usuários, quando o *Grindr*, diferente de outros aplicativos de encontros não direcionados ao público/corpos LGBTQ+, traz elementos tão marcados por dados, informações e orientações quanto à “saúde-doença” sexual?

É plausível ler a inserção da tribo soropositivo e as campanhas que reivindicam o combate a preconceitos como estratégias voltadas a conferir visibilidade e “incluir” pessoas soropositivas. Porém, simultânea e paradoxalmente, o *Grindr* materializa

formas de monitoramento e controle marcados por sorofobia. Cumpre registrar que, na pesquisa, verificou-se que o Status HIV quase sempre estava preenchido nos perfis, podendo-se conjecturar que tem sido tomado como critério importante para viabilizar encontros *offline*. A distribuição de luminosidade sobre tal aspecto da vida dos usuários seguiria fixando-lhes uma identidade atrelada ao HIV/Aids, estigma que parece não cessar de se atualizar?

A questão torna-se mais nebulosa e complexa ainda ao se refletir acerca da produção de dados quanto à adesão/consumo da PrEP. Sua indicação (quase explícita, conduzida) sinaliza um fomento ao medo e a uma “profilática gestão medicamentosa dos riscos”. Ao mesmo tempo, a massiva produção de dados permite a criação, pelo *Grindr* e empresas associadas, de amostras epidemiológico-estatísticas globais próprias sobre o panorama do HIV/Aids, o que não pode deixar de ser problematizado, política e eticamente, haja vista a íntima relação entre o mercado (empresas publicitárias, produtos e serviços privados de saúde, como laboratórios) e o Estado (regulação e administração de tratamentos como a PrEP), em compasso às racionalidades biomédicas, econômicas e políticas, que sustentam diferentes tecnologias de monitoramento. Não se pode perder de vista, ainda, que se vivem no Brasil os impactos de ações do governo atual (2019-2022), que recriminou recursos destinados a pacientes com HIV/Aids, concebendo-os como corpos que são “despesas” ao Estado e promoveu desmonte de políticas públicas relacionados aos cuidados destas pessoas. Por aqui campeia explícita lgbtfobia.

Enfim, entre posicionamentos de usuários do *Grindr*, havia aqueles que ostentavam um suposto “corpo blindado” por meio da PrEP e que buscavam “sexo no pelo” (sem preservativos), mas também os que fervorosamente exigiam respeito às vidas soropositivas. Havia ainda alguns que circulavam tranquilamente, sem nada pôr em questão, compondo no corpo a soropositividade como uma marcação qualquer. Resistências e ultrapassagens possíveis neste âmbito tão sensível?

DA VIDA, DAS LUTAS E DOS SONHOS

De resto eu não sonho, eu não vivo, salvo a vida real. Todas as naus são naus logo que esteja em nós o poder de as sonhar. O que mata o sonhador é não viver quando sonha; o que fere o agente é não sonhar quando vive. Eu fundi numa cor una de felicidade a beleza do sonho e a realidade da vida. (Fernando Pessoa, 2019, p. 398)

É, afinal, da vida que se tem falado. Nós aqui, as pessoas nas suas casas, na rua, nas redes sociais, jornalistas, profissionais de saúde, políticos, pesquisadores, professoras, artistas, todas e todos. O viver – e o morrer – são hoje pensados, discutidos, sentidos, sofridos. Sem dúvida, a pandemia que enfrentamos agudizou

a problemática da vida e da morte, que vem se cronificando há tempo demais. Se, como concebe Judith Butler (2015, p. 31), “a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro”, instituindo assim laços e uma precariedade constitutiva e inevitável para todos, atentar para os regimes que operam sua maximização ou minimização é improrrogável, pois delírios – e ações muito concretas – neofascistas estão agora (mais uma vez) em curso de colisão com as potências do vivo, especialmente no Brasil.

Em nossas trajetórias pessoais e de pesquisa perguntamo-nos sobre diferentes processos, condições, forças e formas, lançamos problematizações singulares, implicamo-nos em práticas e intervenções diversas, lutamos em variadas frentes, sonhamos e buscamos contribuir para criar outros mundos em função dos encontros que estabelecemos.

Como diz Krenak (2020, p. 40), “caçadores sonham de um jeito e os agricultores, de outro” e, tendo sonhos, “o ato de contá-los é trazer conexões do mundo dos sonhos para o amanhecer” (p. 38). Diferente dos referidos pelo escritor e ambientalista brasileiro (experiências oníricas possíveis aos povos originários), nossos sonhos são aqueles que temos acordados. Eles falam de nossos afetos e sensibilidades, implicações, forças e desejos de criar condições e participar de um mundo que tenha mais aberturas do que obstáculos e bloqueios, que não gire em torno de normas, métricas, hierarquias, produtividades e lucros, mas onde o cuidado, o envolvimento, a composição, o comum (Hardt & Negri, 2014) possam ser a tônica.

Contamos um pouco sobre nossos fazeres e, assim, das lutas e dos sonhos, do que pensamos, sentimos e buscamos praticar. Referimos urgências – que têm linhas de conexão entre si e com tantas outras – que se reverberam mutuamente. Buscamos afirmar as diferenças, pois acreditamos que, se a potência tem um nascedouro, ele constitui-se a partir e no encontro delas, logo, é processo a deslizar e realizar-se incessantemente. Assim sendo, buscamos problematizar o que quer fixar-se e estrangular mundos e existências outras. Realçamos as práticas de liberdade – em seu sentido ético e relacional. Entendemos que existem muitas formas de se lutar: pode passar por reivindicar direitos; mirar e tomar como questão o “escuro” do nosso tempo; desnaturalizar o que é visível, mas demasiado próximo para se ver; resistir e recusar ativamente quem somos; performar outros corpos e práticas, singulares e desestabilizadores; deslizar entre devires minoritários; desistir de tudo querer abarcar, ir compondo à medida que a vida vai acontecendo.

Diante de mundos “programados”, arquitetados para nós – e, em maior ou menor medida, por nós mesmos, que lhes conferimos sustentação e fortalecemos –, que nos produz e conduz nossas condutas, uma urgência, um desafio, uma posição ético-política: arriscar nos deixar afetar pelo inusitado, por aquilo que carrega consigo germens de outros mundos possíveis e que pode nos deslocar dos “*scripts*” que encerram, drenam, pulverizam nossa potência. Sonhos, lutas, vida.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G.** (2009). *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Argos.
- Barros, M.** (2015). *Meu quintal é maior do que o mundo*. Objetiva.
- Butler, J.** (2015). *Quadros de guerra*. Quando a vida é passível de luto? Civilização Brasileira.
- Christ, A. G.** (2021). *Grindr e processos de subjetivação: uma deriva cartográfica pela produção de corpos* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Collins, P. H. & Bilge, S.** (2020). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Deleuze, G.** (2008). *Conversações*. Ed. 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F.** (1995). *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*: vol.1. Ed. 34.
- Farias, J. M.** (2018). *Retomada Mbya-Guarani no Yvyrupá: produção de subjetividade, agenciamentos e criação de estratégias de luta* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Fontenelle, I.** (2017). *Cultura do consumo: fundamentos e formas contemporâneas*. FGV Editora.
- Foucault, M.** (2010a). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In M. B. Motta (Org.), *Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade e Política* (pp. 264-287). Forense Universitária.
- Foucault, M.** (2010b). Conversa com Michel Foucault. In M. B. Motta (Org.), *Ditos & Escritos VI – Repensar a política* (pp. 289-347). Forense Universitária.
- Foucault, M.** (2011). A cena da filosofia. In M. B. Motta (Org.), *Ditos & Escritos VII – Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina* (pp. 222-247). Forense Universitária.
- Foucault, M.** (2013). O que são as luzes? In M. B. Motta (Org.), *Ditos & Escritos II – Arqueologia das Ciências, História dos Sistemas de Pensamento* (pp. 351-368). Forense Universitária.
- Grosfoguel, R. & Onesko, G. C.** (2021). A complexa relação entre modernidade e capitalismo: uma visão descolonial. *Revista X*, 16(1), 6-23.
- Guattari, F. & Rolnik, S.** (1986). *Micropolítica – Cartografias do desejo*. Vozes.
- Haraway, D.** (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Hardt, M. & Negri, A.** (2014). *Declaração – Isto não é um manifesto*. N-1 Edições.
- Hennigen, I.** (2019). Endividado, devo: Governo da vida pelas finanças. *Fórum Linguístico*, 16(3), 3953-3965.
- Krenak, A.** (2020). *A vida não é útil*. Companhia das Letras.
- Larrosa, J.** (2011). Experiência e alteridade em educação. *Reflexão e Ação*, 19(2), 04-27.
- Lazzarato, M.** (2009). Sobre a crise: finanças e direitos sociais (ou de propriedade). *Lugar Comum*, 27, 83-90.
- Lazzarato, M.** (2017). *O governo do homem endividado*. N-1 Edições.
- Laval, C. & Dardot, P.** (2017). *La pesadilla que no se acaba nunca: El neoliberalismo contra la democracia*. Gedisa Editorial.
- Pessoa, F.** (2019). *Livro do desassossego*. Ciranda Cultural.
- Rolnik, S.** (2018). *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. N-1.

Rouvroy, A. (2014). *Des données sans personne: le fétichisme de la donnée à caractère personnel à l'épreuve de l'idéologie des Big Data*. <http://1libertaire.free.fr/ARouvroy02.html>

Rouvroy, A. & Berns, T. (2010). *Le nouveau pouvoir statistique. Ou quand le contrôle s'exerce sur un réel normé, docile et sans événement car constitué de corps «numériques»...*. *Multitudes*, 40(1), 88-103. <https://doi.org/10.3917/mult.040.0088>

Sant'Anna, D. (2019). Hayek na praia. In A. Butturi Junior, C. Candioto, P. de Souza, & S. Caponi (Orgs.), *Foucault & as práticas de liberdade I: o vivo & os seus limites* (pp. 161-171). Campinas, SP: Pontes.

Souza, F. (2020). 'Do zero aos R\$ 100 mil': 5 dicas do Favelado Investidor em meio a crise da covid-19. Recuperado a partir de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53384776>

Walter, B. E. P. (2018). *Hacking e práticas de liberdade: conspirando com hackers outros mundos*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional.

POLÍTICAS DO TEXTO:

POR UMA ECOLOGIA ACADÊMICA

Luciano Bedin da Costa | Bruna Moraes Battistelli | Camilla Zachello
Daniel Leal Racheli da Silveira | Gabriela Hammes Varela | Laura Barcellos Pujol de Souza
María Laura del Huerto | Vitória Moro Bombassaro

Ainda que estejamos muitas vezes mergulhados em uma algazarra de vozes e imagens que dão a impressão de um excesso de vida, se olharmos bem no fundo de nossa experiência enquanto seres sociais, na verdade, o que “resta” são escassos fragmentos de algo que pulsa e é compartilhável. Nesse caso, os vazios, os silêncios, a recusa em falar aquilo que se força a dizer, sinalizam também algo do nosso tempo, de quem somos. (Raquel Bierhals, 2019, p. 80)

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer às organizadoras deste livro pela oportunidade de uma escrita coletiva em torno do grupo de pesquisa ‘Políticas do Texto’, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. O Políticas do Texto foi criado em 2015, com a preocupação de problematizar temáticas ligadas à escrita e à leitura no contexto das pesquisas de mestrado e doutorado. Em meio a um horizonte de criação coletiva, demos início ao projeto de pesquisa ‘Políticas do Texto: o escrever no território da Pós-Graduação’ com a expectativa de cartografar as relações que mestrandas/os e doutorandas/os estabelecem com suas próprias escritas e com as escritas/pesquisas de seus pares. No entanto, ao invés de optarmos por metodologias mais diretivas - entrevistas, formulários ou questionários - apostamos na constituição de espaços coletivos em que as/os estudantes pudessem dar corpo às suas questões através da própria escrita. Em nosso ver, não bastaria apenas convocar as pessoas para falarem sobre seus impasses, fantasmas e dilemas com a escrita, uma vez que estes são sintomas estruturais que nos acompanham em todo nosso processo de escolarização. Não é preciso uma profunda reflexão para nos darmos conta de que, desde a infância, somos subjetivados a vivenciar a escrita como uma obrigação ou competência à luz e sombra do poder. Isto se agrava ainda mais quando falamos de um país onde

sequer o ensino fundamental é efetivamente garantido e em que a universidade pública ainda é um espaço para uma pequena parcela de privilegiados.

PESQUISAR E ESCREVER NA ACADEMIA

De modo preliminar, diremos que a concepção que temos de pesquisa ainda está eminentemente circunscrita a uma práxis cientificista. Deleuze e Guattari (1997) chamam este modelo de ciência maior, com artefatos e anteparos herdados de um positivismo ainda vigente e que se atualiza a cada novo confronto da/o pesquisador/a com seu campo de pesquisa. Mesmo que parta de territórios aparentemente flexíveis e fronteiriços – como no caso das pesquisas em humanidades –, a concepção de pesquisa ainda reserva para si marcadores de poder crivados pela imagem de uma ciência objetiva e, como tal, passível de identificar, separar, manipular e analisar seu suposto objeto com segurança. O escrever, nessa lógica, passa a ser um exercício secundário, uma operação de registro que se faz enquanto o pesquisador escrutina seu objeto, uma espécie de franja lógica da pesquisa, o exercício capaz de tornar claros e comunicáveis seus movimentos, hipóteses, constatações e, sobretudo, suas conclusões. Outro fator a ser considerado, e que está intimamente atrelado ao problema supracitado, é a questão da produtividade acadêmica e suas relações com os modos de pesquisar em nosso país. Autores como Bertonha (2009), Luiz (2006), Escobar e Verdinelli (2010) problematizam o tema, oferecendo-nos pistas para que possamos nos posicionar criticamente acerca dos modos de subjetivação produzidos por tal fenômeno que, dentre muitos aspectos, premia os pesquisadores mais profícuos, instituindo modos de pesquisar calcados na aceleração, na acumulação e na constante otimização da atividade produtiva. O escrever, circunscrito a esta lógica, passa a ser sinônimo de publicar, exigindo da/o pesquisador/a uma postura de escrita atenta aos periódicos científicos e ao *modus operandi* por eles indicados, respondendo à “Santíssima Trindade Produzir-Escrever-Publicar” (Costa, 2017a). Sobre tal questão, faz-se necessário explicitar o papel regulador que a Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES) vem exercendo dentro do Ministério da Educação (MEC), coordenando e avaliando cursos, assim como estabelecendo parâmetros regulatórios às produções decorrentes. Tais critérios, ao serem igualmente propagados por outras agências de pesquisa, acabam situando essa lógica individual-produtivista como a única lógica viável de se fazer pesquisa, subnutrindo práticas investigativas amparadas no cuidado e no apoio mútuo. O “viável” aqui nos parece ligado a uma lógica patriarcal que, incrustada em modelos e protocolos institucionais, se faz repercutir em nossos corpos acadêmicos, tão submissos quanto dominadores.

Considerando que estes mesmos editais privilegiam pesquisadores ou grupos de pesquisa supostamente mais produtivos, e que a própria noção de produtividade está intimamente ligada à aderência à lógica de gestão neoliberal do conhecimento, fecha-se o contorno para a implementação e manutenção deste novo design de universidade. De modo explicitamente ambíguo (assim como a ambiguidade ontológica do próprio neoliberalismo), será preciso pagar a suposta liberdade/autonomia do pesquisar com a moeda de uma cega e silenciosa submissão a avaliações tão opacas quanto perversas. O dito pesquisador universitário torna-se, doravante, a imagem de um sujeito individual, competitivo, paranoico e necessariamente submisso. (Costa, 2017b, p. 24)

No entanto, ainda que tenhamos um aumento significativo no ranking mundial de produtividade acadêmica¹, pesquisas como as de Ricci (2009) nos fazem pensar nos efeitos de tal situação e no que isto acaba por implicar em termos de saúde discente/docente. Nessa direção, faz-se também consequente e crescente o aumento do estresse e adoecimento discente/docente, conforme nos apontam Santos e Alves (2007), Voltarelli (2002) e Legal e Verdinelli (2005). Em nosso grupo de pesquisa, retomamos o que Escobar e Verdinelli (2010, p. 3) chamam de “corolário de um capitalismo acadêmico”, problematizando-o junto a mestrandas/os, doutoranda/os e demais pesquisadoras/es, de modo que encontrem ferramentas críticas e sensíveis, capazes de pôr em análise os impactos deste em seus textos, assim como as estratégias de resistência operadas no interior deles. No entanto, não pensamos o escrever como atividade meramente denunciante, mas enquanto superfície para que essas forças possam se exercer em termos de enunciação, para que as/os pesquisadoras/es consigam manejá-las em suas próprias práticas de escrita. Ao invés de um mero produto da pesquisa², assumimos a escrita (de um trabalho de conclusão, dissertação ou tese) como agência capaz de amalgamar pesquisa, pesquisador/a e coletivo em um mesmo abraço.

DO PUZZLE-1 AO ABRAÇO

O que quer com uma escrita? - você tenta um pensamento e responde - é que ela se coloque diante da literatura ao experienciar o ato de escrever como num tabuleiro. Haverá jogo? (Vicente, 2017, p. 93)

- 1 De acordo com Ricci (2009), o Brasil foi o país que mais cresceu na lista das 20 nações com mais artigos publicados em periódicos científicos indexados pelo ISI. Em 2008, 30.145 artigos de instituições brasileiras foram aceitos nessas publicações. Em 2007, esse número era de 19.436. Com o crescimento, o Brasil ultrapassou Rússia e Holanda no *ranking*. Esses 30 mil artigos representam 2,12% da produção mundial.
- 2 Nos incomoda a designação das dissertações e teses enquanto produtos, uma vez que, no neoliberalismo mundial integrado, o termo produto se vê deslocado de todo o seu processo de produção, não importando o território, a cultura e as condições em que este é produzido.

Desde a criação do grupo, em 2015, já foram oito dissertações defendidas³, sendo que atualmente (abril de 2021) contamos com 9 pesquisas em andamento (4 de mestrado e 5 de doutorado). A convocatória para a escrita deste livro nos levou a olhar para estas produções, a farejar nos rastros já deixados algumas pegadas que pudessem revelar para onde estamos indo. Em pesquisa submetida à época, havíamos criado a imagem do *puzzle-1*, publicações de baixo custo que faríamos ao longo da pesquisa no intuito de socializar as escritas produzidas coletivamente em ateliês e seminários oferecidos pelo Políticas do Texto a estudantes de pós-graduação. Esses textos menores produzidos por mestrandas/os e doutorandas/os funcionariam como peças de um quebra-cabeça por vir, de um *puzzle* de figuras acerca do escrever e pesquisar no território acadêmico. Retiramos a ideia de *puzzle* do livro *A vida modo de usar*, de Georges Perec (2009), romance em que a imagem do quebra-cabeça se faz central. No preâmbulo do livro, Perec se refere ao *puzzle* como uma arte menor, mínima, contida nos rudimentos da *gestalt* teoria.

O objeto visado - seja um ato perceptivo, seja uma aprendizagem, seja um sistema fisiológico, seja, no caso presente, um quebra-cabeça de peças de madeira - não é uma Gestalt soma de elementos que teríamos inicialmente de isolar e analisar [...] o elemento não preexiste ao conjunto, não é nem mais imediato nem mais antigo; não são os elementos que determinam o conjunto, mas o conjunto que determina os elementos; o conhecimento do todo e suas leis não é passível de ser deduzido do conhecimento separado das partes que o compõem. (Perec, 2009, p. 11)

Neste fragmento que abre o livro, o autor nos provoca a pensar a dialética entre o todo e suas partes, dialética que, através do *puzzle*, só é possível de ser estabelecida na experiência do sujeito que se coloca a montar um quebra-cabeça. “Isso quer dizer que se pode observar uma peça de *puzzle* durante três dias e achar que se sabe tudo sobre sua configuração e cor, sem que com isso se tenha avançado um passo sequer; a única coisa que conta é a possibilidade de relacionar essa peça a outras peças” (Perec, 2009, p. 11). Para além da dialética, o que nos interessa nessa leitura sobre o *puzzle* é sua aposta na relação, uma vez que avançar na montagem

- 3 (1a) “Políticas da bolha: por um itinerário de pesquisa menor”, de Lucien Soldera Corseuil (2017); (2a) “Escrever em Saúde Mental Coletiva: A Pedagogia em Jogo de Luz e Sombra”, de Gisele Vicente da Silva (2017); (3a) “A cidade escrita, a escrita em imagens: rastros de um hotel dos viajantes”, de Laura Barcellos Pujol de Souza (2018); (4a) “Figuras para uma clínica política institucional: análise de implicação e gestos de gestar relações não-fascistas”, de Emanuel Otto Schwieder (2019); (5a) “A vidas das mulheres infames: biografemas e escrita de outras histórias políticas públicas”, de Raquel Bierhals (2019); (6a) “A escuta em vertigem: otocartografias do presente”, de Gessica Carneiro da Rosa (2019); (7a) “Laboratório Cartográfico: Masculinidades, Polifonia e Rua”, de Theo Storchi (2020); (8a) “Narrando experiências políticas íntimas: arte, crítica e criação de mulheres”, de Christine Gryschek (2021).

de um quebra cabeça significa estabelecer mais relações entre as peças, sendo que, a cada nova conjunção, a imagem vai se revelando até sua totalidade.

Se, por um lado, a dimensão relacional nos interessava, por outro nos víamos reticentes quanto à ideia de totalidade. Se entendíamos o conjunto de textos produzidos como um *puzzle*, seria interessante pensarmos este conjunto enquanto processualidade, não se esgotando em um produto ou imagem final. Chegamos então à concepção do *puzzle-1*, ideia inspirada no conceito de “n-1”, indicado por Deleuze e Guattari (1995) para designar o princípio da multiplicidade, da operação que não se esgota em um conjunto final (n), formado pela soma de todas as partes. Para os filósofos, a operação pelo negativo (n-1) é o que torna o conjunto sempre aberto e conectável, tal qual uma raiz, um rizoma. Trata-se de uma espécie de subtração conjuntiva que não se reduz a uma ideia de falta ou incompletude. Ao relacionarmos a produção coletiva de textos ao *puzzle-1*, apostávamos na inesgotabilidade do jogo, de montagens (de textos) sempre provisórias e localizadas, reiterando o princípio da processualidade.

Se, em 2015, as peças de nossa pesquisa eram talhadas por nomes próprios já conhecidos - Deleuze, Guattari, Barthes, Foucault e Blanchot -, outras peças foram se aproximando de nosso tabuleiro de pesquisa. Junto a estas peças maiores, somaram-se peças que atendem por nomes próprios outros: bell hooks, Conceição Evaristo, Davi Kopenawa, Suely Rolnik, Franz Fanon, Ailton Krenak, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Gloria Anzaldúa, Rodolfo Kush, Adrienne Rich, Pilar Quintana, Teresa Cárdenas, dentre outras. Se o conjunto previsto em 2015 era um, em 2021 ele se anuncia outro. As provocações decoloniais oriundas dos feminismos e das cosmologias dos povos originários produziram rupturas a ponto do próprio *puzzle* ser colocado em questão. Mais do que peças, o que estes nomes próprios trouxeram ao grupo foi uma espécie de *coragem de cuidado*, coragem para assumir o cuidado enquanto ferramenta de pesquisa, cuidado para com a escrita, cuidado para com as condições de escrita, cuidado para com as relações estabelecidas na escrita, através da escrita e para além da escrita. Do quebra-cabeça (*puzzle*) partimos para a imagem do abraço, esta tecnologia leve e eminentemente relacional. Sobre esta questão, estamos com Diego Marques (2018, p. 149), quando nos diz que “a história dos grandes eventos se fez por beijos, mas a do devir dos acontecimentos se faz por abraços”. No entanto, a ideia do abraço nos chegou posteriormente à criação do grupo, uma vez que ela só se fez presente em 2019, quando buscávamos um logotipo para o Políticas do Texto. Foi Gabriela de Souza Monteiro, licencianda de artes visuais e integrante do grupo, que materializou o que estava pulsando em nosso grupo, oferecendo-nos uma imagem repleta de detalhes e com uma semiótica bastante plural.

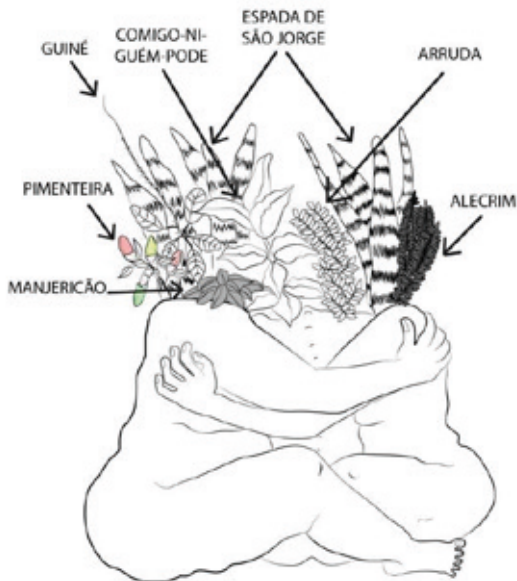


Políticas do Texto - UFRGS

Fonte: Arte de Gabriela de Souza Monteiro, @oborosboros

ESCREVER A SETE ERVAS

Foquemos na imagem acima. Na cena há duas pessoas se abraçando, com plantas brotando de seus pescoços. Em um mundo acadêmico, em que a racionalidade produtiva individual é tida como um valor maior, quais os riscos quando apostamos no coletivo e em outras formas de conhecimento? Qual o risco que se corre quando, ao invés de pensamentos sistematizados, apostamos na intuição e nos saberes que se fazem pelo corpo? É possível abraçar saberes ancestrais e ao mesmo tempo responder aos ditames da academia? Com ervas brotando de nossas cabeças, nos perguntamos sobre as dimensões do cuidado (e de cura) que nossas escritas podem oferecer, sobre a possibilidade de não somente dissertarmos sobre o cuidado, mas de tornarmos possível o agir do cuidado em nossos corpos-abraços. Se focarmos ainda mais na imagem, veremos que são sete as ervas presentes - Manjerição, Pimenteira, Guiné, Comigo-ninguém-pode, Espada de São Jorge, Arruda e Alecrim - cada qual com propriedades singulares e ao mesmo tempo conectáveis.



Diversas tradições consideram o número sete sagrado, cabalístico e espiritual. Nesta toada, sete são os períodos da vida, as cores do arco-íris, os dias da semana, as notas musicais, as maravilhas do mundo (ao menos as da primeira listagem), os principais chacras etc. A presença do número sete se dá também nas religiões africanas. Na Umbanda, por exemplo, sete são as linhas maiores de trabalho e os Orixás: Oxalá, Ogum, Oxóssi, Xangô, Oxum, Iemanjá e Iansã. Nossa aposta nas ervas não diz respeito somente ao número sete, mas também nos gestos de cuidado e proteção que cada uma destas ervas é capaz de operar através de nossas escritas. Se, por um lado, nunca é demais pedir por proteção e cuidado às nossas escritas, por outro é possível pensar que as escritas podem, elas mesmas, operar como proteção e cuidado a outrem.

Para este texto fizemos um exercício coletivo e experimental de escrita na tentativa de trazer algumas especulações iniciais sobre cada uma das sete ervas, as quais apresentamos abaixo.

COMIGO-NINGUÉM-PODE

Com folhas graúdas e vincos esbranquiçados, costuma-se relacioná-la a uma função ornamental. No entanto, muitos desconhecem seu potencial toxicológico, uma vez que possui pedaços minúsculos rígidos que, ao passarem pela mucosa comum do sistema digestório e respiratório, irritam a pele e fazem com que ela inche, impedindo a passagem de ar. Há também um potencial perfurador destas partículas quando em contato com as mucosas. Espiritualmente, a esta erva são atribuídos efeitos como a proteção contra o mau-olhado e a inveja, atraindo boas energias, limpando e fortalecendo o campo energético. No entanto, sabemos que os ensinamentos alquímicos afirmam que o que determina o veneno ou o remédio é a quantidade e a forma de uso. Com a comigo-ninguém-pode, não é diferente. Se queres escrever um texto forte e enraizado para enfrentar o corpus racional-patriarcal-branco-científico da academia com potência, recomenda-se fortemente o seu plantio e uso. Para textos combativos e incomodativos, para sacudir o pensamento colonizador, para que *conosco-ninguém-possa* mais mexer sem receber uma boa resposta, escrevemos com esta erva poderosíssima e intensa. Mergulhe seu texto em um banho de comigo-ninguém-pode. Enquanto o artigo/tcc/dissertação/tese absorve suas propriedades mágicas, tire um longo sono restaurador.

Nunca utilize da cabeça para cima.

ESPADA-DE-SÃO-JORGE

Proteção. Amuleto. Escudo contra energias negativas e maus espíritos. Espanta quebranto e mau-olhado. *Saravá Ogum!* Originária da África, uma planta guerreira cujas folhas são compridas e suculentas, com manchas rajadas em verde escuro, que crescem em direção ao céu. Simboliza a força e a coragem, a bravura e a fé. A espada com borda amarela é chamada espada-de-Santa-Bárbara ou espada-de-Iansã, sobrenomes que marcam o sincretismo brasileiro característico da Umbanda. Gosta de sol e luminosidade, mas também pode viver nas sombras. Resistente, sobrevive em altas e baixas temperaturas. É um filtro natural contra a poluição e a emissão de toxidades. Indicada pela Nasa para a purificação do ar. Absorve elementos perigosos como o benzeno, o xileno e os formaldeídos, presentes em produtos químicos de limpeza e solventes, metabolizando-os ao longo do dia para de noite liberar altos níveis de oxigênio. Uma planta anticapitalista que nos faz respirar melhor. Dizem que a Espada-de-são-jorge, quando colocada nos cantos do trabalho de escrita, afasta o mau-olhado e as forças conservadoras fogem dali rapidamente. Em textos antifascistas, utilize sem moderação, pois é uma planta odiada por forças ultraconservadoras. Espada-de-São-Jorge é aquela referência bibliográfica que intensifica o campo de combate. Em textos para os

quais lhe faltar coragem, coloque uma espada-de-são-jorge logo de saída, para que a potência de agir não abandone o ato da própria escrita. Ela pode ser utilizada para amenizar o medo da página em branco, para espantar a poeira de escritos engavetados que desejam ir para o mundo.

ALECRIM

O aroma do alecrim favorece a concentração, auxilia o fluir do movimento antes e após alguma atividade. Aroma erval, adstringente e energético. Desaconselhável seu uso em pessoas hipertensas por potencial hipertensor. Útil em cuidados em contraturas musculares, câimbras de idosos e adultos, torcicolo, entorse, luxação, mialgia e dor localizada por esforço esportivo. Ameniza dores de hemorroidas. Estimula a circulação dos líquidos corporais. Potencial digestivo, atenua dor de cabeça e enxaqueca. Fortalece o sistema nervoso, estimula a memória. Revigora, reduz a letargia mental e o cansaço. Prepara a mente e o corpo para iniciar o dia com disposição e alegria. Anima, alivia a tristeza da mente depressiva. Útil nos cuidados dos distúrbios hormonais na TPM, climatério e menopausa. Apazígia o desconforto da arritmia cardíaca. Aroma do bom humor, fresco e relaxante. Dizem que aromatizar o ambiente queimando um pequeno ramo de alecrim ajuda a abrir o pensamento na hora que se senta à escrivaninha para escrever um texto. O alecrim atua nas ondas cerebrais, abrindo brechas no racionalismo científico e permitindo uma pequena passagem para o delírio. Segundo pequenas pesquisas realizadas empiricamente na sala de estar, quando o alecrim se dissipa no ar nos sentimos relaxados e não pensamos mais em prazos e entregas do texto. Nesse momento, vale a pena relaxar e ler um bom poema. Coadjuvante na expectoração do muco, o alecrim pode ser uma ótima opção para aqueles textos em que precisamos escarrar, no intuito de lançar mão do viscoso e incomodativo muco que nos impede respirar de maneira plena. O alecrim também é utilizado para tratar eczemas e pequenas feridas, inclusive aquelas localizadas no mais íntimo e oculto do nosso ser. Feridas desse tipo costumam atormentar pesquisadores iniciantes, que passam por primeira vez longas horas sentados frente ao texto, noite após noite. Sua propriedade antioxidante também protege os textos, deixando-os imunes ao estresse do escritor. O alecrim ajuda a espantar insetos, pragas, e pensamentos colonizados, por isso é recomendável usá-lo minutos antes de sentar-se a escrever.

PIMENTEIRA

Aquece a musculatura e as extremidades. Queima calorias. Coadjuvante em tratamentos de emagrecimento. Potencial anti-inflamatório e analgésico. Usada para amenizar a dor muscular, fibromialgia, torcicolo, reumatismo, dor de cabeça.

Ativa a circulação. Diurético. Aroma quente e picante, estimula a produção de endorfinas, relaxa a tensão mental e desperta o corpo para o prazer do toque. Erva da vitalidade e da prosperidade. Revitaliza e alivia a depressão. Afrodisíaca, aumenta a sensualidade e o apetite sexual. Otimiza a tomada de decisões e a ação. Indicada para as pessoas apreensivas e preocupadas que precisam de força para as transformações. Descongestionante respiratório. Desinibe aquelas que têm vergonha do corpo. Aporta o sentimento de merecimento da riqueza do universo, permitindo a entrada da prosperidade na vida. A pimenteira produz a pimenta, cujo universo de possibilidades amamos para a vida e para os textos. A pimenta, quando entra em um texto, torna-o muito mais picante e saboroso, pois a pimenta tem a capacidade de incrementar os sabores de outros temperos. Lembrando da regra da pimenta: quanto menor, mais picante. Não tente nada com aquelas pequeninas pimentas brancas: quando chegam à língua amortecem por completo gerando dores lancinantes e você perderá a capacidade de falar por alguns minutos à procura de uma solução imediata. Existem textos que, de tão apimentados, precisam ser equilibrados com elementos lácteos e acalentadores. Outros textos são gostosos por serem picantes, sensuais, como aqueles belos ensaios frutos de uma longa pesquisa apaixonada. A pimenta é um afrodisíaco maravilhoso e cai muito bem em textos longos - nestes, é possível utilizar as pimentas vermelhas e doces, para manter a leitura cativa; em textos pequenos, use tiros curtos de pimenta e leve as leitoras e leitores à loucura.

MANJERICÃO

Aroma da integração. Aroma doce, suave, tônico, revitalizante ambiental, harmoniza consciente e inconsciente. Integra pensar, sentir, falar e agir. Traz equilíbrio entre o individual e o coletivo, aportando reconhecimento e respeito para as necessidades de ambos. Atenua a dualidade matéria e espírito, integra os opostos. Pode tranquilizar e acalmar a taquicardia nervosa. Potencial digestivo, coadjuvante nos cuidados para atenuar cólicas intestinais e menstruais, gases e sonolência após as refeições. Potencial antiviral. Auxilia contra enjoos. Aroma da estabilidade. Útil no esgotamento mental daqueles que se esgotam e sacrificam-se para servir aos outros e esquecem de si. Estimula a paz interior. O manjeriço é muito utilizado em molhos encorpados acompanhados de um bom vinho. Pode ser utilizado de forma moderada durante os preparos, mas, se o manjeriço viesse a ser incorporado em um texto, o melhor seria servi-lo cru, após o preparo, quando o prato textual já estiver nos seus arremates finais. Sirva o texto em um prato de bonita apresentação, e coloque as folhas por cima, mexendo levemente para que os sabores se misturem. Combina com textos vermelhos e aromáticos. Use a gosto.

Desfolhar manjeriço é um ótimo exercício de paciência.

GUINÉ

Pettiveria alliacea, planta nativa de regiões tropicais, poderosa, perigosa, mágica. Tem um pouquinho dela em toda parte, Amazônia, Caribe, África. Muito usada na medicina tradicional, se faz antibactericida, inseticida, antifúngico, anti-reumático e por assim vai. O perigo está no consumo desassistido já que pode causar alucinações, problemas no sistema nervoso central e levar à morte. Não apenas a medicina tradicional usufrui dos benefícios dessa planta, mas estudos têm sido feitos para que ela seja usada como antibiótico alternativo para bactérias super-resistentes. Tão forte ela é. Se acredita que a Guiné traz paz, limpa ambientes pesados por ter uma energia quente. Ela queima aquilo que precisa ser renovado, ela queima o que a gente não consegue queimar. A paz que ela traz é graças a essa força transformadora do fogo em suas folhas. Um texto onde o medo impera deve ser visitado pela Guiné para libertar, queimar aquilo que prende, transformar a escrita em libertação e não esconderijo. A Guiné vem para libertar nossas mentes, nossas mãos e nossas palavras.

ARRUDA

Planta medicinal com propriedades analgésicas, calmantes, cicatrizantes, antioxidantes, anti-inflamatórias, contraceptivas e vermífugas. Auxilia no tratamento de dores de cabeça, varizes, dores reumáticas, úlceras, cistos, cólicas menstruais e dores de estômago. Também ajuda a combater piolhos, sarnas, pulgas e vermes. Facilita a absorção de vitamina C, aumentando a imunidade do corpo. Fortalece e aumenta a flexibilidade dos vasos sanguíneos, prevenindo coágulos e ajudando na circulação do sangue. Foi muito utilizada ao longo da história por mulheres que desejavam abortar. Suas folhas são verdes e as flores amarelas e possuem um aroma especial. Recomenda-se o chá de arruda para quem precisa enfrentar as ansiedades da produção acadêmica, mas é preciso cuidar o excesso e tomar em doses adequadas, pois uma alta concentração do chá pode levar a hemorragias internas, tremores, convulsões, dores abdominais e problemas gástricos. Em um texto, como na Grécia Antiga, pode-se colocar um ramo de arruda na orelha do livro para proteção, afastando doenças e mau-olhado. Um texto que teve incorporadas as propriedades da arruda, é um texto curativo, um texto potente para erguer as vontades e os desejos e colocar em curso trocas profundas entre diferentes.

Vai lá fora e dá um tapa na arruda
Já dizia minha mãe
toda vez que algo ruim acontecia.

POR UMA ECOLOGIA ACADÊMICA

Duas figuras sentadas no solo úmido, uma em frente da outra e abraçadas, onde ervas emergem de seus pescoços, substituindo suas cabeças, direcionando-se aos céus, em busca de luz. Ou seriam os corpos humanos uma extensão das raízes dessas ervas? De qualquer forma, outros organismos se aproximam desses corpos-herbáceos. São borboletas, morcegos, beija-flores, abelhas, moscas, lagartos, enfim, uma diversidade de formas de vida que são atraídas por esses corpos-herbáceos e, ao visitá-las, acariciam suas flores. Alguns buscam alimento, outros abrigo, outros ainda apenas procuram uma sombra para se deleitar. Encontram-se ali tantas outras experiências de vida ainda, como um tardígrado que vive na água empoçada em uma das flores. Pequenos detritívoros arrastam-se sobre o solo, permitindo entradas de oxigênio através dos túneis formados por seus corpos arredondados e diminutos. Tatuzinhos de jardim, minhocas, lacraias, bactérias e fungos nutrem a terra que sustenta os corpos plurais que fazem casa nesses corpos-planta. O território é um caminho dinâmico de trocas e encontros entre seres diversos. Entre esses encontros, os corpos desses organismos visitantes acobertam-se por pólen de seus anfitriões herbáceos. Entre as idas e vindas, esses seres trajados de mantos polínicos partem em direção às outras figuras dispersas nesse vasto mundo, como a desses corpos-herbáceos, e, ao lambê-las com seus corpos dispersam tudo isso que trouxeram de seus encontros prévios, para outros organismos: trazendo e levando pequenos grãos de pólen, estabelecendo redes, criando novos parentescos.

No momento, é com pistas humanas e não-humanas que saímos em busca de aliadas e aliados em nossas pesquisas em educação e psicologia social. Falamos de uma ecologia acadêmica, de um pesquisar enquanto pertença viva, de escritas vulneráveis às inusitadas vidas que corajosamente brotam de nossos endurecidos pescoços acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- Bertonha, João Fábio** (2009). Produção e produtividade no meio acadêmico: a “ditadura do Lattes” e Universidade contemporânea. *Revista Espaço Acadêmico*, 100, 6-9. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/7978/4560/>
- Bierhals, Raquel R.** (2019). *Vidas de mulheres infames: biografemas e escrita de outras histórias em políticas públicas* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional UFRGS, Porto Alegre/RS]. http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001109811&doc=2020&l=056402bb14430_062
- Costa, Luciano Bedin** (2017a). *Ainda escrever*: 58 combates para uma política do Texto. Lumme.
- Costa, Luciano Bedin** (2017b). Aos que ainda escrevem: a escrita acadêmica nos designs do neoliberalismo. *Linha Mestra*, 33, 21-28. https://linhamestra0033.files.wordpress.com/2018/01/03_luciano_bedin_da_costa.pdf.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Felix** (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.1. Editora 34.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Felix.** (1997). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Ed. 34.
- Escobar, Maria A & Verdinelli, Miguel** (2010). Percepção do discente sobre produtividade científica em um programa de pós-graduação strito sensu. In *Anais do X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria en America del Sur*. UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97083>
- Legal, E. J. Silveira & Verdinelli, Miguel** (2005). Sintomas de burnout e estresse ocupacional em professores universitários de um curso de psicologia. In *Anais do V Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*. UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96998>
- Luiz, Ronir** (2006). Avaliação de produtividade acadêmica: uma proposta de quantificação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 3(6), 300-312. <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/112>
- Marques, Diego** (2018). As paixões distópicas como formas de abraçar o futuro: posfácio. In L. Costa & D. Marques (Orgs.), *A hora do pesadelo: paixões distópicas em educação* (pp. 147-150). Sulina.
- Perec, Georges** (2009). *A vida modo de usar*. Companhia das Letras.
- Ricci, R.** (2009). A peculiar produção intelectual do Brasil recente. *Revista Espaço Acadêmico*, 9(100), 16-22. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8024>
- Santos, André F. & Alves, Antônio** (2007). Estresse e estratégias de enfrentamento em mestrands de ciências da saúde. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(1), 104-113. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722007000100014&script=sci_abstract&lng=pt
- Vicente, Gisele** (2017). *Escrever em Saúde Mental Coletiva: A Pedagogia em Jogo de Luz e Sombra* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, Porto Alegre/RS]. http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001083517&doc=2018&l=b6a-8ede007889e_6f
- Voltarelli, Júlio C.** (2002). Estresse e produtividade acadêmica. *Revista Medicina*, 35(4), 451-454. <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/866>

CARTAS INTERVENIENTES:

SOBRE PESQUISAS BRINCANTES E ARTESANIAS COLETIVAS

*Simone Mainieri Paulon | Moises Romanini | Dário Frederico Pasche | Mário Francis Londero
Michele de Freitas Faria de Vasconcelos | Luciana Barone | Ariadne Cedraz | Cassio Nogueira
Diogo Faria Corrêa da Costa | Tamires Sivinski | Iago Marafina | Juliana Baldasso Siqueira*

Narrar percursos de pesquisa de um coletivo que, ao longo de seus 10 anos de vida acadêmica, embrenhou-se no campo da saúde coletiva e da saúde mental, imbuído do espírito cartográfico e embalado pela disposição afirmativa de dizer “Sim” à vida, é dispor-se, e um tanto junto despir-se, a uma escrita com as vísceras. “Não vê que isto é como um filho nascendo?” usando uma expressão de Clarice Lispector (1998, p. 69). Dói, adverte a poetisa. Pois a vida, quando pede expansão, dói. É um pouco desta lenta e boa dor de um vir-a-ser se processando em corpos-pesquisantes, que, ao se gestarem pesquisadoras/es, partejavam tantas outras vidas, em si e naqueles com quem trabalhavam, que este grupo de investigadoras/es quer contar. Aprendemos com o movimento feminista contemporâneo que o pessoal é político e, assim, ao compartilharmos nossas histórias, politizamos nossas experiências antes consideradas íntimas. Ao escrever, ler, escutar e compartilhar nossas histórias, como nos diz bell hooks (2020), construímos relações cooperativas, de escuta profunda, de acolhimento do estranho-em-nós, conectamo-nos com outras histórias. Trata-se, pois, de uma escrita amorosa e, assim como o aprendizado genuíno, o amor é sempre mútuo (hooks, 2020).

O convite feito ao grupo - àquela/es que o compõem estudando junto toda semana, àquela/es que levaram suas experimentações intervenientes para outras paragens, àquela¹ que já se foi e deixou sua marca viva na história do grupo, a quem está se chegando... - foi de falarmos dos encontros que forjaram nossos modos de pesquisar, formaram pesquisadoras/es em Psicologia Social e produziram outros encontros com novas saúdes, outros possíveis, novos sujeitos pesquisantes e pesquisados. Sujeitos pesquisadores e sujeitos pesquisados, aliás, não são funções *apriorísticas*, dadas por lugares institucionais anteriores ao processo investigativo. Na pesquisa implicada que o

1 Referência à nossa saudosa colega, Loiva De Boni Santos, falecida em 2016, pouco tempo depois de defender seu mestrado junto ao grupo InterVires.

InterVires se propõe a fazer junto a diferentes coletivos interessados em olharem para si, se pensarem como grupos e analisarem suas composições e impasses cotidianos, todos são sujeitos investigadores/em investigação.

Na utopia auto gestionária que embasa as metodologias participativas, herdadas e reinventadas a partir das referências socio analíticas, psicanalíticas, dos estudos etnográficos e da cartografia, todo processo de pesquisa resultaria na formação permanente de toda/os envolvida/os como pesquisadora/es. Desde a academia, a comunidade, a rua, o serviço de saúde ou o residencial terapêutico, não há, ou não gostaríamos que houvesse, um *locus* de pesquisa que por si só defina a condição de fazer-se pesquisador/a. O que forja a disposição investigativa é, antes de um saber sobre um outro, a aposta na produção compartilhada de conhecimentos, a tecitura conjunta e necessariamente coletiva de compor verdades, inventar novas realidades, desafiar o já sabido, produzir desvios no já dado.

Clínica, política, formação e pesquisa, nessa perspectiva, se definem mutuamente, com fronteiras muito tênues entre si, que por vezes se confundem. É desde este não-lugar de se produzir conhecimentos que este grupo de pesquisa quer se apresentar. Para fazê-lo, escolhemos falar dos encontros que o compuseram. Pois é como fruto dos encontros com autora/es, com professora/es, com colegas, com tanta/os trabalhadora/es que nos confiaram suas histórias, com usuária/o cujas vidas loucas tanto nos ensinaram, que esta década de existência do InterVires se fez. Nossa gratidão a estes inúmeros coletivos com os quais nos (e eventualmente os) formamos pesquisadoras/es formulou-se na forma de cartas endereçadas a alguns dos personagens que compuseram a história deste grupo de pesquisa-intervenção.

Estas cartas, intervenientes porque resultantes de processos de criação e artesanias coletivas, afirmam re-existências e desvios aos instituídos. São escritas pululantes de corpos-pesquisantes que, nos diferentes campos de pesquisa, graçejam, entretêm-se e burlam os limites do preestabelecido, brincam e produzem pesquisas brincantes. O brincar, aqui, tem implicações ético-estético e políticas. A pesquisa brincante é ética porque comprometida com a afirmação dos diferentes modos de ser e existir; é estética naquilo que cria permanentemente novos mundos, tomando o mundo como obra de arte; e é política porque, ao brincar, pular, dançar e criar, escolhemos o tipo de mundo em que queremos viver. Ao fazermos essa escolha, adiamos os fins de muitos mundos:

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade

de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, adiaremos o fim. (Krenak, 2020, pp. 26-27)

Aceitamos, então, o desafio proposto por Krenak, contando, escrevendo e compartilhando nossas histórias, ‘re-produzindo’, reinventando as possibilidades do ser-em-grupo, do nosso coletivo, e lembrando e recriando os nossos brincares.

A GONÇALO TAVARES

O MIRACULOSO

Em meados de março de 2009, pode se dizer, o InterVires fora parido. nascido em meio a professores do departamento de psicologia, de alunos de graduação e pós-graduação e de trabalhadores da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em um primeiro momento nem nome ganhara, em um insucesso para conseguir nomear aquele coletivo desejante. eram tantas frentes cartográficas realizadas ao mesmo tempo que encontrávamos dificuldades para achar uma agulha de costura que desenhasse, com seus pontos, um traçado nomeador do grupo. afetos titubeantes rondavam aquela sala de aula de classes postadas em círculo, uma dança das cadeiras com a qual muitas forças confluíam sem permitir, em razão de sua intensidade animalescas, uma linha que desse maior contorno ao grupo. trabalhadores narravam suas experiências do ato de cuidar e das dificuldades e invenções feitas no trato para com a gestão e a comunidade em geral; professores, com muita “cancha” na escutava interventiva do campo da saúde mental, “bolavam”, ao mesmo tempo que escutavam, percursos problematizantes para as rodas de conversa ali realizadas; e alunos, com diferentes posturas, como: (a) estar se perguntando o que está ali a fazer; (b) ficar vislumbrado com este mundo de discussões, mas não conseguir formular duas frases com nexos para contribuir na discussão; (c) debater como “gente grande” de maneira a receber o olhar encantado dos mestres ou o olhar surpresa, pela astúcia de tal ato, daqueles que tinham as atitudes 1 ou 2. as atitudes 1 e 2 eram as que predominavam em meu corpo desacomodado por tais afetos inusitados da academia e deste nascimento de grupo. a tipo 3 só pairava em meus pensamentos, sem a ação em si de falar e compartilhar o pensar no grande grupo. as palavras quase atropelavam minha boca, colidiam-se com meus dentes serrados pela tentação de querer falar e não se autorizar. e quando alguma palavra escapulia, saía toda torta, em movimentos ziguezagueantes, que mal eram possíveis de compreensão. o fato era que estes movimentos em devir, que ocorriam nos encontros, percorriam o corpo grupal e o meu próprio corpo recém-chegado na academia para pesquisar a prática do acompanhamento terapêutico. quase como um traço unário, esse desejo de movimentação, de deslocamento e desnaturali-

zação interventiva, deixa este grupo sempre atento aos nuances que borbulham no coletivo que ao longo de seus anos foi se atualizando em uma vontade pelo novo, potência que vigora um laço ético combativo junto às forças conservadoras. não por acaso, nesta inspiração que os devires singulares ao grupo trazem, algumas de suas letras foram cifradas para compor o nome deste coletivo de escuta interventiva e problematizadora do campo da saúde mental:

interdisciplinar
intersetorializar

vires a ser

instituir

devires

intervir

InterVires

*um abraço,
Francis.*

A TODES INTERVENIENTES DESEJANTES DESSE MUNDO,

Lembro com muito carinho, com muita nitidez e saudade no peito, daquele dia em que escolhemos o nome InterVires e o que gostaríamos que representasse e produzisse em nós e nos outros. Quanta saudade!!! Quantas pessoas queridas e com quem aprendi tanto!!!

InterVires não era apenas um grupo de pesquisa, um grupo a mais nas listas do CNPQ, não, definitivamente não era e não é!!! Reunia uma gente de tudo que era canto, gente cheia de vida e experiências para compartilhar. Cada encontro alçava-me longe no horizonte das perspectivas, tanto de pesquisa quanto de vida. Lembro dos encontros, das risadas, dos almoços, especialmente de uma visita ao Morada São Pedro² e Simone dizendo, em seu jeito bem-humorado, saindo do

2 Serviço Residencial Terapêutico anexo ao Hospital Psiquiátrico São Pedro, Porto Alegre/RS.

portão de acesso ao centenário hospital psiquiátrico: *agora vão nos revistar para ver se não estamos levando um louco com a gente!!!!*

Assim eram os encontros desse grupo: para além das teses, dissertações e artigos, era afeto, risada, parceria, acolhimento. Reunia estudantes e profissionais das diversas redes e isso fazia toda diferença. A troca de saberes pautada na vivência prática oxigenava a academia e nossas intenções de pesquisadores.

Penso que essas experiências foram as mais marcantes para mim enquanto estive no grupo: um misto de aprendizagem teórica, acadêmica, militância, defesa do SUS e da Reforma Psiquiátrica, com participação em eventos em prol da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial. Para um trabalhador do SUS, cheio de angústias e sofrendo com os processos burocráticos e institucionalizantes, o InterVires trazia vida, oxigênio, potência e esperança para seguir adiante!

Fico muito feliz em poder relembrar um pouco dessa história nesses 10 anos do grupo, especialmente em poder afirmar a diferença e a força que pesquisas-intervenções podem produzir e abrir brechas nas instituições. Brechas-rupturas fundamentais nos modos de fazer pesquisa e produzir conhecimento! Embora não mais fisicamente presente, ainda me sinto parte deste grande coletivo, que acompanho virtualmente e sinto muitas saudades!

Importante mesmo poder marcar a história dos 20 anos do PPGPSI da nossa querida UFRGS, pois, com toda certeza, o InterVires já deixou seus frutos espalhados pelos rincões do Rio Grande e de nosso Brasil afora.

Saudade, saudade e mais saudade!

*Um abraço,
Diogo.*

À MEMÓRIA VIVA DE LOIVA,

“Lançamos o barco, sonhamos a viagem: quem viaja é sempre o mar”. Início essa carta com essa oração de Mia Couto em *Mar me quer*, pois, navegar foi preciso. Essa é uma carta de amor, que talvez não seja endereçada a uma pessoa, mas a um movimento de acolhida num porto alegre. O InterVires acolheu movimentos marítimos, movimentos nossos que viemos do menor do Brasil (Michele, Alice, Mairla, Ariadne) e, aqui, acolher e menor não são palavras mofadas, dizem de relevantes num terreno de formação e de luta. Acolher diz de tardinhas de alegria partilhadas a dar ouvidos a sotaques de pensamento, bordados em tons alaranjados mesmo num céu de inverno. Menor diz de um olhar criancês para a vida que do encontro brota entre sul e nordeste do Brasil, um encontro tecido pelo mote da luta antimanicomial. Um encontro com a resistência ao epistemicídio e etnocídio acadêmicos...Um encontro com sotaques, calores, cores quentes, mesmo em dias frios...

“O início de uma carta a ser escrita, mas para quem?” (Didi-Huberman, em Cascas). Pedços de memória são pedços de desejo, e um punhado de saudades. Lembrei agora de uma aluna da UFS, a Analu, que, nesses tempos pandêmicos, está fazendo o trabalho de conclusão de curso de graduação trocando cartas com Seu Cruz, usuário de um CAPS III aqui de Aracaju. “Não vamos avançar o sinal vermelho, que significa fogo”, escreve Seu Cruz numa das cartas, parecendo, perdendo a interpretação, responder à curiosidade de Analu sobre sua história. Estou eu aqui, a costurar as cartas trocadas entre eles, com os pedços de memória do livro O holocausto brasileiro e o livro Cascas, do Didi-Huberman... Queria tanto bordar com vocês mais uma história...

Nessas horas é que tenho mais saudade do InterVires... Os olhos ardem com as imagens criadas nesses agenciamentos. As imagens esbraseiam e convocam a olhar para as coisas chãs, como diria Didi-Huberman. Agora é tarde, é de tardinha, avançamos o sinal vermelho, mas não porque queremos decifrar a sua história, Seu Cruz. Há fogo nas palavras e nas coisas, há fogo nas práticas de cuidado em saúde mental. Avançamos o sinal vermelho e olhamos para as coisas inimagináveis: a humanidade dos homens, mulheres, crianças (monstros, anormais, desumanos) que as práticas de cuidado (humanas, demasiadamente humanas) tendem, ainda hoje, a olhar do alto e à distância nos laboratórios, diagnósticos, nos *settings*; e, mesmo quando ousam ir para o chão, ainda olham do alto e pro alto. Mas, Seu Cruz, quero lhe dizer, é a essa sina do olhar à distância focado nas alturas que esse ardor das tardes e encontros alaranjados fazem desaprender. Sua história nos interessa sim, mas porque não nos resignamos a esse impasse da imaginação, não nos resignamos diante daquilo para o que fomos formados: prescrever formas de vida para você se tornar humano.

Nessas horas, é que tenho mais saudade do InterVires. “E descobriu que o que tanto procura não estava na grandeza, mas no menor do Brasil. Tou te querendo, tou te querendo navegar”, diria Patrícia Polayne, cantora e compositora sergipana, em *Arrastada*. Navegar é preciso! Loiva, Francis, André, Rafaela, Dago, Cecília e Simone (me) acolheriam, (me) arrastariam até o mar e os pensamentos bailariam, pois juntos criamos caos dentro das práticas em saúde mental. Evandro, como que entendendo as ressonâncias, me daria comida e uma pedra...

*Saudades em tons de laranja,
Michele.*

QUERIDO NEY,

Ainda me lembro do impacto de suas palavras, da intensidade delas, quando nos contava sobre como era ser usuário da saúde mental, conselheiro de saúde e vice-presidente de uma associação – dizia-nos: “O usuário é a peça que tem toda

a bagagem de experiência, compartilhem o nosso sofrimento, é a maneira mais rápida de nos conhecer”. Uma história de luta por direitos e que viu, no nosso modo de pesquisar, um caminho para fortalecer-se e dar vazão ao que sentia de modo mais solitário, é bem verdade. Caminho é um bom termo, caminhos diferentes que ao se cruzarem possibilitaram transformar em *carne e sangue* aquilo que nosso grupo tensionava: o pesquisar^{com}. Tu, Ney, sabias bem representar teus pares, e junto contigo foi possível encontrar outros usuários apropriados de si e, apropriados do que era percorrer os caminhos para um cuidado em saúde mental, transformavam-se em parceiros de pesquisa. Ah Ney, que lindas eram as tardes de grupos em que os possíveis eram possíveis, num tempo em que o caminhar não era tão inseguro, como hoje se desenha o horizonte da saúde.

Pesquisar, hoje, está mais difícil, pesquisar^{com} então, nem se fale! Mas, interveniente é insistente e tu fostes um, insistíamos juntos para que a gestão nos ouvisse, insistíamos juntos para que os eventos sobre participação pudessem ganhar vida, insistíamos... Ainda assim, é necessário insistir. Acredito que tu daí, nós daqui.

Tu falavas do quanto a pesquisa mudava o modo de ver e sentir, e te digo, a recíproca é verdadeira. Depois da nossa intervenção, todos saíram diferentes, de minha parte, mais atenta e militante por modos participativos de pesquisar/trabalhar/construir o cuidado.

Como será que o Ney conselheiro/usuário/associação tem andado? Desejo que com a mesma intensidade com que compartilhava suas experiências e suas expectativas em nossa pesquisa. Intervir é o mote do grupo, se não assim, para que pesquisar? As andanças não foram mais as mesmas, mas as lembranças do que era possível são a força para nosso pesquisar-caminhar! Viva a pesquisa dos afetos, viva ao que ainda resiste, viva e obrigada por ter sido também interveniente!

*Um grande abraço!
 Tamires.*

AO TRABALHADOR EM MIM (EM UM SERVIÇO DE POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRO, ENTRE UM ATENDIMENTO E OUTRO...)

Toda minha trajetória junto ao InterVires foi em função da minha experiência enquanto trabalhador que se tornou pesquisador. Habitar esses dois espaços tão distintos e tão semelhantes, sempre foi belo enquanto me consome. Se não há nada tão prático, como uma boa teoria, habitar esses dois espaços sempre complementaram e me deixaram com uma estranha sensação de ser muito teórico no trabalho e muito objetivo na academia.

Fui convidado a participar do InterVires em um MentalTchê, imaginando que seria somente mais um grupo de pesquisa, o que se mostrou depois em toda

sua potência e descobertas inventivas que eu estava redondamente enganado. InterVires é mais que um grupo de pesquisa, é um grupo de pesquisa-intervenção. Se, numa primeira olhada, parece dar no mesmo, depois de anos ligado a esse coletivo potente, podemos afirmar que ele nunca perdeu seu horizonte de pesquisar com compromisso social, produzindo realidades e novas maneiras de se trabalhar nas políticas públicas, notadamente no SUS e na Reforma Psiquiátrica.

Coletivo potente e acolhedor, abriga diversos sujeitos e suas propostas para o mundo, de diversos lugares do país, lugar talhado para o trabalhador em me poder pesquisar e praticar essa vivência intensa nas políticas públicas. Muitas vezes me senti amordaçado, deslocado no meu trabalho longe demais das capitais, como psicólogo litorâneo nas políticas públicas de Saúde Mental e Assistência Social, me achando o “errado da história” dessa psicologia muitas vezes conservadora e mantenedora de privilégios em um país tão desigual como o Brasil. O InterVires me proporcionou afirmar um lugar de diferença, de uma outra psicologia, social, analítica institucional, sempre inventiva, que analisa suas implicações e nega a neutralidade das intervenções em nome de um posicionamento ético-estético-político da profissão e de estar no mundo.

Ao fim e ao cabo, não teria um lugar melhor para um trabalhador-pesquisador habitar.

Cássio

QUERIDO COLEGA TRABALHADOR,

Tenho lembrado muito de você nesses tempos de pandemia, de isolamento e de maternidade. São muitas mudanças nos modos de trabalhar, em que fico me perguntando sobre essas tais configurações e sobre como será depois de tudo isso. Pensar em como será, faz pensar em como foi e como é, ou melhor, como está sendo. Encontrei-te por muitas vezes nessas minhas trajetórias reflexivas, de interrogações. Sempre estavas em meio a muitos processos, tudo já andando, outras coisas aparentemente mais atravancadas, motivo de sofrimento muitas vezes. Como bem nos ensinou José Gil (2001), sempre entramos pelo meio, pois sempre estamos em movimento. Em tempos de aparente paralisação, esse pensamento retorna com força. Me toma. Quais movimentos são possíveis diante de tanto distanciamento e aparente parada? Um deles é este, motivo de minha escrita. Contar, relembrar e reconstruir nossos percursos pesquisantes no grupo InterVires. Deves lembrar de nossos inúmeros encontros nas pesquisas andantes que nosso grupo foi construindo com vocês. Na verdade, as pesquisas eram construídas por vocês. Ou seríamos nós? Enquanto trabalhadora da saúde e pesquisadora, o ingresso no grupo InterVires me cativou justamente pela possibilidade de hibridizar esses diferentes lugares, por perceber a presença dos trabalhadores na academia, seja de um modo mais

formal, ou através das pesquisas mais participativas. Entrei nesse grupo já assim, em andamento (pois afinal sempre entramos pelo meio, não é mesmo?!), cheio de trabalhadores questionadores, cheio de desejo de encontrar mais trabalhadores e construir conhecimento com eles. Fácil não era, não é mesmo? Nós, trabalhadores, temos muitas queixas, angústias, esperamos muitas respostas da universidade. Mas também temos brilho no olho, desejo de mudança e aproveitamos muitos desses encontros misturados de idas e vindas por muitos territórios por aí. Pode acompanhar mais os territórios da atenção básica, lá e cá, em diferentes cantos, e perceber o quanto de encontros iam se produzindo. Talvez essa seja a maior percepção desse grupo, que por si só já é muitos, e cada vez mais vinha querendo produzir muitos híbridos. Multiplicar híbridos.

Pois então, caro trabalhador. Muitas andanças construíamos. Com alguns trabalhadores a marca ficou mais forte, reverberou. Lembro daqueles ricos encontros em Alvorada, dos encontros entre trabalhadores, pesquisadores e usuários, incluindo muitas vezes os gestores e da potência de construir um grande encontro na cidade dentro de um contexto de uma pesquisa participativa em saúde mental na atenção básica. Lembro das andanças da saúde mental em encontro com a atenção básica, de outros elementos que se atravessavam, do corpo arrepiado, ou cansado, do corpo vivo. Quando entrei no InterVires, muito já tinha se construído sobre políticas públicas em saúde, sobre saúde mental, e pude perceber a potência desses encontros cotidianos em pesquisa. Andamos por muitas cidades nessa ocasião. Por falar em cidades, não sei se sabes, mas essa tem sido uma questão para o grupo agora. Ao menos, são as notícias mais fresquinhas que tenho. Cidades, como se constroem, ocupam? O que são essas cidades afinal? Essa coisa toda de andar por muitas cidades e com muitas pessoas diferentes acho que aguçou a vontade do grupo de seguir hibridizando.

Vou ficando por aqui. Espero notícias tuas, de como anda essa loucura pandêmica, em meio a paralisações e, ao mesmo tempo, um grande agito desse trabalhador da saúde, imagino eu. Fico aqui, com minhas novas aventuras maternais e espero que nos encontremos em breve, por aí, nessas andanças do grupo nas cidades. Um abraço,

Uma pesquisadora e trabalhadora e bailarina e agora também mãe da Clara e...

Lu Barone.

PRA QUEM QUER SABER SOBRE INTERVIRES...

Para quem quer saber sobre o Grupo InterVires, não sei se posso contar muito. Sempre fiquei pensando que entrei no grupo depois de muita história que só ouvi falar... mas posso compartilhar um pouco desse InterVires que hoje há

em mim, das coisas que se produzem nessa relação que tem poucos anos e que se impõe incipiente pelo meu desejo de querer ficar mais.

Esse grupo sempre foi, para mim, sinônimo de estudos em saúde: um pé grande no pensamento sobre o trabalho em saúde, um corpo todo em saúde mental. A saúde mental, por anos, ocupou minhas leituras, meu desejo e meu pensamento até que, confesso, houve em mim, uma vontade cansada de trilhar outros caminhos. Eu percebi, nessa história, que me parecia bem difícil mudar de rumo porque parecia que eu estava sempre começando, sempre temendo perder um tanto do que já foi feito, sempre inexperiente, lendo sem astúcia até mesmo os livros já grifados. Estudar uma coisa nova, mesmo com as velhas leituras, é como descortinar um novo palco no qual a peça é sempre improvisação, impensada em cada ato.

Nunca me esqueço da minha primeira reunião no InterVires, neste dia, até chegar à sala do encontro era difícil porque tudo era novo, havia uma confusão que fazia com que a sala tivesse o número do andar errado e todas as explicações complexificavam o que deveria ser muito simples. Quando cheguei aonde todo mundo se conhecia e me desconhecia, sentia que todas as pessoas eram estranhas; estranhas na aparência nada familiar, estranhas na voz de sotaque distinto, estranhas no pensamento de quem começa nova pesquisa. Eu cheguei no tempo em que o InterVires começava a estudar “cidades” e, para acerto do acaso, isso acontecia em compasso com o meu desconhecimento da nova cidade, na qual eu passaria um tempo em função do doutorado.

“Só pode ser loucura ou brincadeira”, eu pensava. Tantas coisas combinam com a história desse grupo e “esse povo doido” se arvora a mudar de mundo, a transgredir a lógica dos estudos a inventar o que nem se sabe ainda o que é – assim o estranhamento dos novos estudos do grupo se fixava em mim de vez em quando. Felizmente, nos loucos encontros a gente se produz Vida e aos poucos, mesmo sempre estrangeira, eu ia me percebendo cada vez mais parecida com o grupo, percebendo o quanto nossas histórias eram compassadas, sendo que cada vez mais estar ali fazia sentido.

Aprendi no InterVires a inventar um monte de mim na estrada do desconhecimento que leva à produção de saber, aprendi a acolher estrangeirices, a fazer fogo-amigo, a ver bergamota na tangerina, a desviar-me de qualquer sina porque pesquisar precisa ser a invenção de outros caminhos. No InterVires, aprendi que enveredar por outro trajeto não tem nada a ver com ignorar o passado. Inventar outros rumos é ressignificar as marcas deixadas por nosso percurso, é encarar o medo do desconhecido, é rejeitar a ideia de conformar-se no papel de especialista, é inventar cidades onde se mora menos adormecido, é construir mundos onde a gente cabe. Isso me ajudou a encarar com mais tranquilidade o medo de querer fazer algo diferente do óbvio e conseguir andar-dançante no limite dos paradigmas da Academia!

No InterVires, tão estranho no princípio, conheci amizade e, estudando cidades em Porto Alegre, aprendi a me sentir em casa mesmo onde meu pé andava em quadras curvas de se perder facilmente. No InterVires, aprendi que fazer pesquisa pode constituir laços ao invés de nós. Nesse grupo, mesmo sendo eu sempre uma estrangeira com pessoas estranhas (pois gente nova e louca sempre chega), aprendi a não ter medo de perguntar, aprendi a testar o inusitado sem me sentir só, porque lá (tão longe de onde sempre chamo de lar) me senti à vontade. InterVires é o espaço no qual fazer pesquisa rima com ousadia, com um fazer impertinente... InterVires é movimento que nunca se conforma e que nesse movimento faz casa, faz família, traz conforto mesmo quando há incômodo.

Da minha ‘inda parca parte nesta história, o que posso dizer é: Quem um dia ao InterVires “pertence”, pode se lançar em rumos outros – às vezes mais perto, às vezes mais distante – mas entre um ou outro movimento, sempre pousa em grupo.

Ariadne Cedraz

A PORTO ALEGRE,

PARA CONJUGAR O VERBO “ESPERANÇAR”

Como estás, querida?

Fiquei sabendo que não tens sido bem tratada pelos teus últimos governantes abusivos - e a maior parte das pessoas por aqui também têm sofrido com essas relações. Sei que são tempos pandêmicos, eleitorais e caóticos, mas realmente espero que fique tudo bem contigo e que logo possas me retornar com boas novas, por isso decidi te escrever essa carta. Rubem Alves (2010) uma vez disse que não escrevemos cartas para dar notícias. Escrevemos cartas para que palavras separadas se colidam e produzam sentido nas folhas de papel, para que mãos distantes se toquem, para que possamos ler e depois reler, para que possamos as colocar contra o rosto com ternura. Também não precisa analisar as palavras colocadas aqui, viu? Interpretar uma carta é uma armadilha para Rubem Alves, porque elas sempre falam sobre o que não está escrito: desejo, ausência, nostalgia, amor. Qualquer tentativa de interpretar uma carta corre perigo de a reduzir. Outro ponto que gostaria de te dizer é sobre a diferença entre a carta e o telefonema. Decidi não te telefonar porque em uma chamada telefônica sempre existe a imposição de um mesmo ritmo de tempo... tu estás muito atarefada, a conversa precisaria acontecer naquele instante e, no final das contas, todo mundo sairia sem nada nas mãos.

No momento em que decidi te tornar minha casa, trouxe do interior um tipo de nostalgia romântica inventada por Baudelaire. Ele sempre odiou a França, sonhando em trocá-la por outro lugar em um continente distante da Europa. Ele sonhava sobre o momento da partida em portos ou estações ferroviárias, onde

exclamava: “Carruagem, leva-me contigo! Navio, arranca-me daqui! Leva-me para longe, muito longe. Aqui, a lama é feita de nossas lágrimas!” (Botton, 2012, p. 41). Ele acabou nunca partindo da França, mas acredito que muitas pessoas que partem de seus lugares-primários para chegar até aqui também enxergam em ti um lugar possível para dar vazão a esse tipo de sentimento.

Quando atravessei a ponte do Guaíba era noite, fazia frio e não carregava nada mais que algumas malas, expectativas e desejos. Aquela cena logo me transportou para dentro das pinturas de Edward Hopper sobre as experiências contemporâneas em grandes cidades. Ele não pintou sobre ti, Porto Alegre, mas sobre outras cidades que tu já deves ter ouvido falar. Ao mesmo tempo, também poderia ser sobre ti, afinal, são cenas comuns de metrópoles. Suas pinturas retratavam figuras distantes, sentadas ou em pé, sozinhas, bebendo num bar; contemplando uma carta - assim como tu quando leres estas palavras; observando um trem em movimento pela janela do quarto ou lendo um livro no saguão de um hotel. Seus rostos eram sempre vulneráveis e introspectivos. Talvez tenham deixado alguém ou foram deixadas; talvez estejam à procura de trabalho, companhia; ou simplesmente talvez estejam à deriva em lugares transitórios. Como bem sabes, tem um punhado de gente que chega aqui. Gente que chega pela ponte do Guaíba - como eu; gente que chega pelo aeroporto e tem até mesmo gente que chega pelo lago. Ou rio - inclusive, essa é uma das dúvidas que saltitam pela rua sem consenso nas respostas, estão me diz em outra carta: o Guaíba é lago ou rio? Bem, a única coisa que sei é que cheguei pela tua rodoviária e ela é uma pintura hopperiana à brasileira.

Bem, voltando ao assunto, toda essa gente que chega acaba por habitar algum lugar, sejam eles os mais precários ou os mais abastados. No meu caso, encontrei uma casa móvel chamada InterVires, já ouviu falar? O InterVires é devir e, um deles, é o devir república-ambulante, que recebe um punhado de gente interessada em fazer de ti uma cidade possível e, como bem sabes, uma cidade possível é uma cidade alegre. De tempos em tempos, chega gente de tudo quanto é canto interessada em tudo quanto é coisa. O InterVires é uma república móvel porque é casa fixa em ti, Porto Alegre, mas também é casa em uma parentada tua! Se quiseres, podes perguntar sobre nós a São Paulo, Aracaju, Natal e tantas outras que também são da família. Nós gostamos mesmo é de construir redes. Falando em redes, tenho me perguntado se todos esses teus cabos de rede e fios de alta tensão, cruzando-se por todos os lados, mais nos afastam do que nos unem. Mas não é só a tensão elétrica que existe numa cidade grande, são também as tensões entre o eu e o outro, entre público e privado, entre projetos individualizantes e projetos de construção de um comum. Nesse caso, o exemplo das pinturas de Hopper foi para dizer que o InterVires -república-fixa-ambulante resiste a fazer de ti um lugar de cenas que nos isolam, mesmo que o momento atual demande isolamento físico, mas não social e muito menos afetivo.

O InterVires é lugar de encontro, de riso, de choro, de potência de escuta, escrita e de fala. É lugar de resistência contra qualquer tipo de precarização da vida na experiência de respirar teus ares. É lugar de coletivizar os afetos e também é lugar de luta. É lugar que se espalha por cada região do teu corpo, tentando manter viva e potente a capacidade de nós conjugarmos coletivamente o verbo “esperançar”. Vamos marcar novos encontros?

Conta conosco, Iago.

PARA CAÊ E SUA GERAÇÃO

Hoje tu tens apenas 22 semanas dentro de uma bolha de água quentinha e, imagino, calorosa! Quando saíres, encontrarás aqui fora aconchego e colo, mas que jamais alcançará os graus de acolhimento que tens aí dentro. O mundo aqui fora não é fácil... nem para as crianças, nem para os adultos. Será trabalhoso aprender a falar, a sentir, a pensar, a desejar. Eu torço para que tu encontres nesta vida motivos sempre para continuares. É por isso que eu escrevo esta carta para ti, para te contar que para continuarmos precisamos encontrar almas mundanas dispostas a acolher as diferenças e a fazer atos no mundo e não apenas em pensamentos. Quando a gente atua no mundo, a gente corre riscos porque nossos esforços nunca sairão exatamente da maneira que queríamos, mas ainda assim, valem a pena e mais, por isso mesmo valem a pena! Um dia tu vais descobrir que o mundo jamais será exatamente da maneira que tu lutaste para que fosse, mas que ainda assim a luta valeu pelas pequenas coisinhas do dia a dia que viste mudar. Não há maneira de lutarmos sozinhos, não te esqueças disso! Por isso escrevo. Para te contar que quando pensares que no mundo só existe gente na contramão das tuas ideias, tu lembra que precisas seguir buscando! Eu encontrei muita gente ao longo do meu caminho e este aqui, o grupo InterVires, foi um dos gratos encontros com o qual a vida me presenteou. Este grupo cheio de gente diferente uma da outra me acolheu e me ensinou que estudar e pesquisar pode ser belo. Se tem algo que este encontro me proporcionou e que desejo a ti e a toda geração que nasce contigo, é que vale a pena estudar com amigos, pesquisar com afetividade, se divertir trabalhando. Confesso, não é fácil, nestes dois anos que estive no InterVires, as demandas de fora me permitiram participar de um jeito possível e não em tempo integral. O que me ensinou que as singularidades humanas também podem ser aceitas por aqueles capazes de as entenderem e que a intensidade dos momentos vividos juntos talvez valha mais que a burocrática constância exigida pelas normas acadêmicas. Eu vivi momentos extremamente importantes com este grupo aconchegante (quase tal a bolha na qual tu te encontras), ainda que controversos! Controverso é bom, pois impossível qualquer relação

sem a complexidade da contradição. Momentos pensantes, festivos, aventureiros, companheiros, amigáveis e difíceis. Neste meio tempo, sofremos um golpe de Estado, que desde então vem tentando acabar diariamente com nossos trabalhos acadêmicos, com as pesquisas nas quais incansavelmente viemos trabalhando para combater as desigualdades sociais. Somado a isso vivemos uma pandemia mundial que mata mais de 600 pessoas por dia só no Brasil, não bastasse as mortes corriqueiras nas favelas, efeito de um país escravocrata e racista. Tu, contra todas as expectativas das políticas genocidas que presenciamos, nasces agora! Em meio ao caos político, às mortes e a tristeza que este sistema produz em todos os que percebem as injustiças e não se negam a enxergá-las. Tu nasces! Uma vida na contramão da morte, para nos ensinar que vale a pena continuar. Que Eros brota e não se cansa de insistir. No InterVires, conheci pessoas engajadas com a luta de mulheres, indígenas, imigrantes, moradores de rua, negros e daqueles que não se enquadram nos padrões de normalidade. Do mais novo ao mais velho, por um breve espaço no tempo, lutamos juntos, sem hierarquias, e seguiremos, porque aquilo que se faz uma vez produz efeitos que seguem se perpetuando ao longo do tempo. Eu desejo que estes efeitos cheguem até a tua geração. Porque a vida é assim, as colheitas apenas podem ser feitas quando alguns tiveram a coragem de plantar. Nós todos aqui estamos tentando plantar sementes de fraternidade para vocês. Que vocês possam colher e seguir plantando o que o mundo futuro necessitar, com paixão, coragem e alegria! Três elementos fundamentais para que nunca se desista da árdua e apaixonante batalha que é viver. Viver com vontade de guerrear: “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”, como diria Rosa Luxemburgo.

Juliana.

AOS COLEGAS DO GRUPO INTERVIRES

Hoje pela manhã, após ter sido convidado pela Simone a compor a escrita do capítulo sobre este grupo, escutei uma música que me emocionou profundamente, e é com ela que início esta carta:

Vejo a vida passar num instante
Será tempo o bastante que tenho pra viver?
Não sei, não posso saber
Quem segura o dia de amanhã na mão?
Não há quem possa acrescentar um milímetro a cada
estação
Então, será tudo em vão? Banal? Sem razão?
Seria, sim seria, se não fosse o amor

O amor cuida com carinho
 Respira o outro, cria o elo
 O vínculo de todas as cores
 Dizem que o amor é amarelo
 [...]
 Queria eu guardar tudo que amo
 No castelo da minha imaginação
 Mas eu vejo a vida passar num instante
 Será tempo o bastante que tenho pra viver?
 Eu não sei, eu não posso saber
 Mas enquanto houver amor, eu mudarei o curso da vida
 Farei um altar pra comunhão
 Nele, eu serei um com o mundo até ver
 O ponto da emancipação
 Porque eu descobri o segredo que me faz humano
 Já não está mais perdido o elo
 O amor é o segredo de tudo
 E eu pinto tudo em amarelo.

(Emicida & Nave, 2019)

Principia. Principiar. Iniciar algo ou alguém. Criar algo. Desconstruir. Construir. Conhecer. Intervir. São verbos encarnados nas práticas de um grupo que acolhe estudantes e pesquisadores, com escolhas teóricas distintas, temas de pesquisa diversos, mas com uma dimensão ético-política em comum: cada um de nós é um com o mundo e, enquanto houver amor [entre nós, com os outros, com e para o mundo], estaremos tentando mudar os cursos das nossas vidas, da vida de todes.

Após quatro anos afastado da UFRGS, retorno em 2019 como professor do Departamento de Psicologia Social e Institucional, tendo como a minha morada nesta instituição o grupo de pesquisa-intervenção InterVires. O gentil convite da, agora minha colega, Simone, acalentou uma alma inquieta e um corpo trêmulo, que, sem saber onde pisar, encontrou um espaço em que se sentiu abraçado, acolhido. Por isso, penso que, em todas as pesquisas e projetos de extensão, grupos de leituras e estudos, através dos quais nos dedicamos a pensar e lutar por políticas públicas que asseguram a todes uma vida melhor, é o amor que se atravessa, que irrompe e é sentido a cada encontro, presencial ou virtual, quando rimos e choramos juntos. Entendi que esse grupo nunca seria “meu grupo”, porque ele é nosso. É um grupo que cuida com carinho, que respira o outro, que cria elos. Somos um com o mundo.

Dizem o que o InterVires é amarelo...

Um grande abraço e muito obrigado pela acolhida! Moises

INTER(VIRES) EM MIM – CAMINHOS QUE PERCORRI PARA VIR E INTERVIR

Nem um dia sequer deixei de pensar em voltar. Sabia, já fazia alguns anos que minha volta tinha destino, mas que esse tal lugar a destinar meu corpo foi mudando até ser mudado radicalmente. Não seria mais para Ijuí e para a UNIJUÍ, de que me despedi em 2009, depois de mais de duas décadas ajudando a construir uma universidade vocacionada para o desenvolvimento (humano) regional, para a autogestão e para o fazer (universidade) coletivo. Um dia, respirei fundo e cortei umbigo. Não exatamente assim, pois umbigo é cortado como fato inquestionável, não porque a gente pede. Pois bem, eu não era exatamente uma criança (mas ela estava por ali), então decidi cortar e me soltar. O corte foi bem aceito pelas partes e me vi, nos dias seguintes, em uma universidade federal. Mas, aquela (primeira) não era, ainda, minha casa, embora tenha sido escolhido para habitá-la e fosse querido por seus/as moradores/as. Meu coração já pulsava em Porto Alegre e isso não tinha sido um propósito, pois coração é despropositado, todes sabemos, e lá (hoje aqui) já havia deitado pequenas raízes, que foram se aprofundando em um solo que me pareceu fértil e fui percebendo que ele era capaz de sustentar gramíneas que desejam espalharem-se. Então, a tal desejada volta, aquela em que nenhum dia deixei de pensar, foi se modificando e uma nova paisagem foi aparecendo. Mas, antes mesmo de voltar para onde efetivamente nunca estive, ancorarei por aqui meu barquinho e pela generosidade de amigas, sobretudo elas, que por aqui estavam com raízes fortes e gramas e que se faziam ouvir (pelo crepitar de seu crescimento) por muitos lugares desse país. Venho, então, ajudar na gestão da saúde no estado. Fiz pontes, ajudei no que pude em um momento muito grave de uma crise no SUS que se anunciava já aquela época (e que era só a ponta do *iceberg*, hoje sabemos). Finda essa que foi uma incrível incursão na política desde a gestão do SUS, me recolho para a Ilha, que é bela, meu quase destino. Nas inda e vindas, quando enfim ganhei a notícia que seria professor da UFRGS, a então (ainda) genitora (sim, a mãe) do InterVires (hoje vó pois a pesquisa-brincar que ela criou gerou muitas pessoas brincantes) com sua generosidade sem fim e sua capacidade de tecer redes e de acolher (é vocação, né?) desgarrados brincantes desprovidos de brinquedos e de outros/as para brincar, me acolhe nesse incrível grupo-brinçalhão. Já vínhamos brincando juntos (com uma turma muito legal) há mais de década e, nesse tempo, inventamos coisas incríveis, com pessoas muito dedicadas a criar modos de cuidar e de gerir (o cuidado, os lugares onde ocorre e seus processos de trabalho) que ultrapassassem o convencionalizado pelo formalismo das instituições e seus regramentos normalizantes, quase nunca capazes de acolher o singular. Enfim, eu tinha agora a possibilidade de ingressar e de compor uma oficina (já bem aparelhada) que se destinava à fabricação de pesquisas-ensino-brincantes.

Vim ver. Inter(vi). Venho(vendo). Ajudar a fazer incidir o Campo da Saúde Coletiva no mundo da Psicologia Social foi acontecendo como um fazer-convocação em mim. Por aqui, no InterVires assumo a condição de aprendiz, pois rodado que sou de mestres estudantes e colegas da(s) universidade(s). Então, desde que por aqui cheguei, o InterVires é parte desse porto que se fez alegre. Melhor, foi se fazendo alegre, um porto onde me seguro, adjetivo que só é possível porque no InterVires nos asseguramos pelos afetos iluminados pela amizade, pela alegria de estar juntos e juntas, afetados por valores cujo sentido estão impressos em um desejo (inabalável) de construir um mundo melhor para todes. Compromisso com a vida, com a pessoas, sobretudo as mais frágeis, aquelas que precisam de mais atenção, cuidado e proteção. Inter(viemos) como essa “química” da ética da vida, buscando criar conexões (singulares), forjando novas entradas de saídas (em organizações e grupos) nem sempre convencionadas, pois para se fazer justiça com equidade é necessário respostas que (nem sempre, quase nunca) temos a mão. Necessário, então, inventá-las.

Dário.

QUERIDES JOAQUIM, GUILHERME, MONIQUINHA, HELOISA, LORENA-LOLÔ, CLARA, RECÉM CHEGADES FRANCISCO, MARTINA E CAÊ E VINDOURA ELISA:

Acho que vocês nem sabem quem é esta *nona* que escreve esta carta, mesmo assim eu queria contar uma coisa a vocês. Antes mesmo de vocês virem ao mundo, eu e seu pai ou mãe (que agora vou chamar de criador/a) estávamos nos preparando para esperar vocês. Ou melhor, a gente queria preparar o mundo para ficar mais legal para a chegada de vocês e a gente inventou um brinquedo pra esta espera ficar mais divertida, que a gente chamou de pesquisa-intervenção. É um nome comprido e esquisito, mas o brinquedo é fácil, então vou apelidar de pesquisa-brincante para contar como se joga. Sim, é tipo um jogo, com 3 regrinhas³ bem simples:

- 1^a) todo mundo sabe brincar de alguma coisa
- 2^a) ninguém sabe brincar melhor que outro ou outra
- 3^a) todo brinquedo que a gente inventa tem que ser divertido para todo mundo

3 Inspirado nas três regras da inteligência coletiva proposta por Pierre Lévy (2003): (a) Todo mundo sabe alguma coisa; (b) Ninguém sabe tudo; e (c) todo saber é universal.

Sabem como é que o brinquedo começa? Quando qualquer um de nós tem vontade de trocar brincadeiras com outros amigos, aprender a jogar pesquisa-brincante e chamar suas turmas pra jogar com a gente. Uns/umas criadores/as traziam um povo que nem tem casa pra morar, mas tem jogos pra nos ensinar; tinha turma de professores que vinham pra aprender a brincar com seus alunos; tinham crianças que não jogavam os jogos das escolas delas e queriam brincar de outras coisas; veio também umas mulheres que andavam muito tristes porque brigaram com os maridos e queriam achar novos amigos e amigas pra conversar; e tinha uma turma grande que sempre brincava com a gente e que são chamados de doidos, malucos porque não fazem as coisas do mesmo jeito que todo mundo tá acostumado. Daí, tem muita gente ruim que não quer deixar esses, que eles chamam de loucos, se misturar com os outros e andar pela cidade, inventando seus jeitos de brincar. Bah, isto nos deixava muito braves, tanto que eu e seus criadores/as fizemos de nossos colegas preferidos de pesquisa-brincante esses mesmos ditos loucos e toda uma turma de quem cuida dos loucos, porque eles topavam muito nossas 3 regrinhas, que não vale tirar ninguém da brincadeira só por ser diferente e gostar de brincar esquisito.

No começo, tinha muita gente da nossa escola que achava que isto nem era brincar de verdade, só porque a gente não contava pontos, não tinha vencedor e perdedor do jogo, e dizia que todo mundo podia jogar. Mas, nossa escola é muito grande e espalhada - se chama universidade - que já dá uma ideia que parece que ela pode estar em toooodo universo, o que é meio petulante, não acham? A gente só brincava em Porto Alegre mesmo, mas como pela regra 3 todo mundo que experimenta pesquisa-brincante vai chamando mais gente para brincar, até que a gente se espalhou um bocado e hoje tem criadores/as de vocês fazendo pesquisa-brincante em vários cantos do país. Até em outros países, às vezes, achamos quem queira ser pesquisador-brinçalhão.

Olha, foi tanta invencionice de pesquisa-brincante nesses 10 anos que nossa turma do InterVires experimentou que até inventar de virar pai e mãe seus criadores/as inventaram, porque a gente descobriu, brincando de pesquisar juntas, que quanto mais se inventa nesta vida, mais a vida fica interessante, daí a gente até se encoraja de trazer mais gente para o mundo. Aquela parte que falei no início, de que a gente se juntou para preparar um mundo mais legal pra vocês chegarem, ainda não deu tão certo quanto a gente queria. Tá cheio de coisa torta, que deixa um montão de gente de fora das brincadeiras e das coisas bonitas da vida que a gente queria que todas as pessoas fizessem parte. Mas, a gente não desistiu, porque tinha um professor bem velhinho, com bigodão que pensava umas coisas meio malucas e escrevia umas lições incríveis que a gente gostava de ler juntas lá no InterVires e ele nos ensinou que quanto mais a gente tem vontade de brigar por um mundo melhor, mais tem chance de ele melhorar de verdade. Ele escreveu um

livro muito lindo dizendo que para isto acontecer a gente tem que ser resistente feito um camelo, forte feito um leão e brincalhão feito uma criança⁴.

Por isto, eu quis escrever esta carta, para dizer que eu estou muito feliz que vocês existam. Olhar para vocês hoje nas barrigas e colos de seus criadores/as me lembra que a gente brigou muito quando tinha que brigar, trabalhou muito pra chamar mais gente pra muitas pesquisas-brincantes, e se diverti muito com tudo isto que a gente fez junto. Olhar para vocês hoje me dá tanta alegria, que acho até legal imaginar que toda a minha vida podia congelar agorinha. Tipo a tela do computador quando fica parada no mesmo lugar, sabem?! Aquele professor bigodudo chamava de ampulheta do destino, mas é que nem tinha computador no tempo dele. Então, esta carta é para dizer obrigada a vocês e seus/suas criadores/as, por chegarem comigo neste instante que se voltasse igualzinho amanhã e depois e depois eu poderia dizer: “- Bora brincar outra vez!”

Simone.

4 Em referência ao *Zaratustra* de Nietzsche (1996).

REFERÊNCIAS

Alves, R. (2010). *Do universo à jabuticaba*. Planeta.

Botton, A. (2012). *A arte de viajar*. Intrínseca.

Emicida & Nave (2019). Principia. In *Amarelo* [CD]. Sony Music, Laboratório Fantasma.

Gil, J. (2001). *Movimento Total: O Corpo e a Dança*. Relógio D'água.

hooks, b. (2020). *Ensinando Pensamento Crítico: sabedoria prática*. Elefante.

Krenak, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Lévy, P. (2003). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Loyola.

Lispector, C. (1998). *Água Viva*. Rocco.

Nietzsche, F. (1996). *Así habló Zaratustra*. Alianza Editorial.

POSFÁCIO

PSICOLOGIA, PESQUISA CARTOGRÁFICA E TRANSVERSALIDADE: TRÊS ANOS DEPOIS

Eduardo Passos

INTRODUÇÃO

Em dezenove de novembro de 2018 participei mais uma vez do evento “Temas em debate” do PPG Psicologia Social da UFRGS. Este é um dispositivo inventado pela pós-graduação para fazer uma pausa no final do ano, debruçar-se sobre o que foi o percurso das pesquisas, avaliar-se. A avaliação se faz num interessante jogo de forças em que o coletivo do ppg se envolve. Os trabalhos dos pós-graduandos com seus orientadores são apresentados para convidados externos que leem os textos e ajudam a pensar as pesquisas. No dispositivo, os diferentes agentes envolvidos avaliam-se.

Se dizemos que os envolvidos se avaliam é porque a avaliação não se dá deste modo tradicional em que a ação judicativa distingue e separa o agente da avaliação e o avaliado. Tampouco a avaliação se faz num jogo reflexivo em que a ação avaliativa seja de um indivíduo que pratica e sofre o ato praticado. Não se trata da oportunidade para cada pós-graduando, ou cada orientador avaliar-se. O pronome reflexivo se mostra aqui numa dinâmica de reciprocidade. O pronome reflexivo recíproco indica que determinado agente *pratica uma ação sobre outro, e o outro pratica a ação sobre o determinado* agente. A avaliação se faz de modo circular sem que possamos determinar separadamente seus polos avaliador e avaliado. O dispositivo permite que os envolvidos se avaliem nesta reciprocidade da ação, tal como se diz acerca de duas pessoas que elas se amam.

No dispositivo Temas em debate, pós-graduandos, orientadores e convidados externos se avaliam. A reflexividade da avaliação se dá de um modo não especular. A reflexão sem espelho se realiza mais por alterização do que por identificação. Reflito por força da presença do outro em sua diferença e não pela repetição da minha mesma imagem. A reflexão não narcísica desta avaliação recíproca confere ao dispositivo um sentido fortemente filo-sófico: avalia-se por amor ao pensamento em sua força de alterização.

Era assim que experimentávamos mais uma vez o dispositivo do ppg na UFRGS naquele novembro em que só pressentíamos já atônitos o que adviria com força tenebrosa na sequência do ano de 2019. A paisagem social no Brasil foi tomada por uma sombra que comprometeu a todos e, em especial, o que fazemos na universidade pública brasileira.

Escrevi este ensaio tomado por aquela atmosfera sombria, mas sem perder de vista a luz que nos iluminava por trás. Mesmo sem um vislumbre do fim do túnel, havia uma chama de que não nos esquecíamos. Este texto discute a perspectiva transdisciplinar nos estudos da psicologia, saudando os vinte anos do PPGPSI da UFRGS. Queria celebrar o que foi feito na psicologia social praticada no programa de pós-graduação em Psicologia Social da UFRGS, para afirmar a importância do trabalho rigoroso do método e nossa implicação com o campo da pesquisa em psicologia no contemporâneo que cartografa a realidade multivetorializada em que nos encontramos. O método da cartografia orienta a abordagem transdisciplinar na psicologia, entrelaçando clínica, arte, ciência, filosofia e política, no esforço de se aproximar dos problemas que o mundo em que vivemos nos apresenta.

Minhas idas a Porto Alegre sempre estiveram ligadas direta ou indiretamente a UFRGS. Meu carinho por esta universidade tem a ver com a experiência do interesse comum e da amizade que decorre desta comunalidade.

Em maio de 1962 é morto com treze tiros o assaltante Mineirinho, morador do morro da Mangueira no Rio de Janeiro, onde era protegido pela população que o tomava como um Robin Hood carioca. Reza a lenda que Mineirinho teria sete vidas e que morreu levando no peito uma medalha de São Jorge e no bolso uma oração a Santo Antônio. Eram sete vidas, mas no excesso da prepotência policial foram treze as balas que lhe atingiram na madrugada daquele primeiro de maio de 1962. No mês seguinte, Clarice Lispector (2019) publica o conto “Mineirinho” na revista *Senhor* onde foi cronista desde 1958.

Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro.

Clarice descreve as etapas do tormento diante do assassinato. Usa da sua sensibilidade para enfrentar o ataque policial, gesto violento que lesa a todos e de

que ela não pode se proteger. Ela escreve o conto, acolhe o evento brutal e reage a ele, tudo a um só tempo, apontando com seu dedo em riste a injustiça social de um mundo no qual os direitos são tortos. A justiça que mata Mineirinho é de uma razão injusta. A ação e a reação da escritora se fazem nessa mistura afetiva, de uma indignação trêmula e contundente, acompanhando reflexivamente as mudanças em seu espírito que, por fim, sem mais poder se esquivar é atingido mortalmente. Algo nela morre para ser o outro. Ela quer ser o outro. Ela já quer morrer.

Clarice continua, não para:

Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais.

(...)

Quero uma justiça que tivesse dado chance a uma coisa pura e cheia de desamparo em Mineirinho — (...) é uma coisa que em nós é tão intensa e límpida como uma grama perigosa de radium, essa coisa é um grão de vida que se for pisado se transforma em algo ameaçador — em amor pisado;

(...)

Amor pisado, sangue pisado, palavra pisada. A escritora se sente pisada em seu amor que não é mais próprio, mas amor coletivo, amor comum ou que comuna com o bandido que tem com ela a prerrogativa do erro. Oferecendo sua sensibilidade em sacrifício literário, é sua existência que irradia em propagação perigosa tal como uma grama de radium.

Ela continua:

Essa alguma coisa muito séria em mim fica ainda mais séria diante do homem metralhado. Essa alguma coisa é o assassino em mim? Não, é desespero em nós. Feito doidos, nós o conhecemos, a esse homem morto onde a grama de radium se incendiara. Mas só feito doidos, e não como sonsos, o conhecemos. É como doido que entro pela vida que tantas vezes não tem porta, e como doido compreendo o que é perigoso compreender, e só como doido é que sinto o amor profundo, aquele que se confirma quando vejo que o radium se irradiará de qualquer modo, se não for pela confiança, pela esperança e pelo amor, então miseravelmente pela doente coragem de destruição. Se eu não fosse doido, eu seria oitocentos policiais com oitocentas metralhadoras, e esta seria a minha honorabilidade.

Até que viesse uma justiça um pouco mais doída. Uma que levasse em conta que todos temos que falar por um homem que se desesperou porque neste a fala humana já falhou, ele já é tão mudo que só o bruto grito desarticulado serve de sinalização.

Uma justiça prévia que se lembrasse de que nossa grande luta é a do medo, e que um homem que mata muito é porque teve muito medo. Sobretudo uma justiça que se olhasse a si própria, e que visse que nós todos, lama viva, somos escuros, e por isso nem mesmo a maldade de um homem pode ser entregue à maldade de outro homem: para que este não possa cometer livre e aprovadamente um crime de fuzilamento.

Uma justiça que não se esqueça de que nós todos somos perigosos, e que na hora em que o justiceiro mata, ele não está mais nos protegendo nem querendo eliminar um criminoso, ele está cometendo o seu crime particular, um longamente guardado. Na hora de matar um criminoso - nesse instante está sendo morto um inocente. Não, não é que eu queira o sublime, nem as coisas que foram se tornando as palavras que me fazem dormir tranquila, mistura de perdão, de caridade vaga, nós que nos refugiamos no abstrato.

O que eu quero é muito mais áspero e mais difícil: quero o terreno.

Na quarta-feira dia 14 de março de 2018, algo de sinistro acontecia entre nós. Foi uma noite escura como as outras, até que uma ventania excepcional, sem trovões embora repleta de raios, interrompeu a normalidade do céu do Rio de Janeiro. A cidade foi perturbada por um fenômeno meteorológico que só teve sentido para os que já sabiam do ato violento que cruzou nossas vidas, como no céu os relâmpagos cruzavam indicando a ira das deusas, tendo à frente Iansã, provavelmente o ori de Marielle Franco. Foram quatro tiros no rosto da vereadora, mulher preta, lésbica e da favela, ativista do campo progressista da esquerda, que era executada por uma ordem que já não mais se oculta, Estado de exceção tácito e sorrateiro que vem se impondo como uma sombra cinzenta sobre nós, gerando afetos tristes: medo, raiva, tristeza, angústia. Os tiros foram certos porque atingiram a todos nós, milhares, centenas de milhares mais ou menos pretos, mais ou menos mulheres, mais ou menos favelados, mas todos atingidos como se o ato de violação expusesse o comum da lesão, alvo multipessoal, coletivo. A ira de Iansã era proporcional ao golpe sofrido naquele momento do disparo, abrupto, inadmissível apesar de inelutável. Diante da morte, essa experiência de extrema dor frente ao que não tem reparo, do que não tem sentido nem nunca terá, porque a morte, o corpo frio da morte é um limite inexpugnável com que nos confrontamos diante de um abismo, dessa precipitação final, inescapável mas de

que só temos uma vaga ideia até o momento que tocamos o corpo frio da morte. Marielle estava morta e seu corpo frio nos devolve não só a evidência da violação, mas, sobretudo, a força que em nós é a evidência da vida, do calor da vida. A sua morte nos indicava o vívido da vida como forma por excelência da resistência. Precisamos falar da resistência, da luta que é intrínseca à vida, como a biopotência é intrínseca aos corpos que resistem à biopolítica. Precisamos falar das forças que nos atravessam. Talvez seja mesmo para esse terreno onde os domínios, os jogos de forças se cruzam que precisamos voltar. Na encruzilhada, Clarice Lispector e José Rosa de Miranda, o Mineirinho, se misturam, Marielle Franco e todos e todas nós somos um. Precisamos falar da transversalidade como diretriz metodológica para pensarmos em sintonia com o contemporâneo.

Nossas pesquisas em psicologia precisam tratar do terreno problemático que se delinea na interface transdisciplinar entre clínica, arte e política. Da transdisciplinaridade queremos essa operação primária do cruzamento – tal como no céu foram os raios de Iansã – para pensar as diagonais, os vieses, os vetores que nos atravessam e nos compõem no contemporâneo. Não há como pensarmos, doravante, nossos trabalhos de pesquisa sem considerar a força abrupta desses eventos como aquele que na noite de quarta-feira nos tomou na ventania do assassinato de Marielle.

Aquela morte foi programática, gerando comoção em milhares de mulheres e homens. E hoje ouvimos, estarecidos, discursos políticos que se posicionam descaradamente contra o levante das minorias e a favor da violência que constrange, viola, tortura. A onda conservadora que, tal um tsunami, tomou de assalto a realidade brasileira, sobretudo nas últimas semanas desse mês de outubro de 2018, nos surpreende pela sua proporção, intolerância e esquecimento. Como foi possível produzir esse esquecimento da violação no Estado de exceção do golpe civil-militar de 1964? Como é possível não se lembrar dos perigos do autoritarismo masculinista que se impôs vestido de verde e amarelo? Não entendemos ainda como esse esquecimento se produziu. Não entendemos como esses afetos tristes puderam se espalhar com tamanha força a ponto de tornar secundária a propagação com brilho radioativo de uma vida pisada. Não entendemos como a população reagiu como um rebanho obediente às palavras de ordem de seus pastores. Não entendemos e por isso estamos estarecidos e perplexos. Perdemos algum elo explicativo na cadeia sinistra dessa história recente.

Talvez seja prudente conter o furor explicativo e manter o estado de perplexidade como uma aura de proteção. Talvez não seja preciso explicar tudo, deixando um resto sem sentido, uma grama sensível que nos mantém atentos para o que acontece. Mas tal reserva não pode nos descomprometer com o rigor do método que nos orienta em nossas pesquisas.

Afirmamos a importância do trabalho rigoroso do método. Mantenhamos nossa perplexidade sem perder de vista nossa implicação com o campo da pesquisa

em psicologia no contemporâneo que cartografa a realidade multivetorializada em que nos encontramos. Há um preconceito de que devemos nos livrar, preconceito que pressupõe uma relação excludente entre a radicalidade da invenção e o rigor metodológico, como se admitíssemos que uma ideia criativa só pudesse ser construída em um espontaneísmo do pensamento ou que a intervenção inventiva só se fizesse sob a forma de um *laissez-faire*. O preconceito tem também em sua forma invertida a pressuposição não menos perigosa de que um pensamento rigoroso metodologicamente não pudesse ser criativo, como se toda aposta e todo esforço fosse consumido no trabalho árido e infecundo do método.

Para nós, trata-se de pensar a relação entre inventividade e rigor metodológico de tal maneira que possamos afirmar um método da criação ou, por outra, pensar o trabalho metodológico como condição para nossas intervenções inventivas. O método da cartografia orienta a abordagem transdisciplinar na psicologia entrelaçando clínica, cognição, ética, estética e política. Trata-se de um método que:

(1) mantém inseparáveis descrição e funcionalidade. Aqui a descrição da realidade investigada se faz ato sobre a realidade – descrição-intervenção, observação-intervenção que constitui, no mesmo movimento, descrição e aquilo que descreve. A dimensão autopoietica (Maturana e Varela, 1972; 1987) ou enativa (Varela, 1989; Varela, Thompson e Rosch, 2003) da cognição (percepção, pensamento, memória) indica o caráter criativo (*poiético*) do conhecimento, o que faz da cartografia uma perspectiva metodológica que mitiga o sentido representacional da cognição. No método cartográfico, acessamos a realidade do “objeto” por atos-descrição que põem algo a funcionar, sendo os próprios atos cognitivos efeito de uma funcionalidade;

(2) amplia o plano de intervenção pela inclusão do indivíduo, do social, do coletivo de seres humanos e não humanos (as coisas do mundo como os objetos técnicos, fenômenos meteorológicos e geográficos). A cartografia considera a realidade a partir de seu processo de produção sempre heteróclito, articulando elementos de diferentes naturezas. Tem como diretriz o acompanhamento dos processos de efetuação, atuação (enação) da realidade. Conhecer torna-se acompanhar processos, o que não se dá sem a participação no plano coletivo de produção do fenômeno estudado. Pesquisa-se com os processos do mundo, em meio à diversidade do mundo. Pesquisa-se nos processos e não sobre eles.

(3) operacionaliza a intervenção através de dois dispositivos inseparáveis: o dispositivo analítico – análise no sentido químico do termo, análise como quebra do já dado – e o articulacional ou composicional – no sentido artístico do termo como criação de universos de referência. A pesquisa cartográfica considera inseparáveis conhecer e intervir. Como pesquisa-intervenção (Passos & Benevides, 2009; 2000) abre analiticamente a forma da realidade para acessar seu processo de realização; intervém sobre o instituído mirando os processos instituintes (Lourau,

1975). Com os fragmentos analíticos da intervenção, a cartografia se interessa pelas articulações ou composições que advêm no percurso da investigação.

O método assume aqui suas três faces: descrição do plano de produção ou das condições de possibilidade dos fenômenos estudados; ampliação da funcionalidade clínico-política do fenômeno pela inclusão das dimensões individuais e coletivas, humanas e não humanas; e operação analítico-articulacional sobre o terreno onde o fenômeno ganha e muda de sentido. Descrever as condições de possibilidade dos fatos imprime um atijamento do plano de sua produção – plano de fazer ver e fazer falar, tal como Foucault demonstrou com sua analítica genealógica – que desestabilizado, libera forças de criação (Deleuze, 1988). Este trabalho de descrição não pode se realizar mantendo a separação entre aquele que descreve e aquilo que é descrito, o que exige a inclusão ou a lateralização como procedimento metodológico: os termos são postos lado a lado, de tal maneira que o indivíduo e o coletivo, os objetos humanos e não humanos se dispõem num mesmo plano clínico-político de produção da realidade. Esta ampliação da funcionalidade clínico-política do fenômeno investigado desestabiliza suas formas instituídas numa operação analítica, ao mesmo tempo em que permite a articulação de novos sistemas de referência ou territórios existenciais: o fenômeno se transforma ou sai do lugar onde o pressupunhamos estar no ato mesmo da investigação. É a grama de radium emitindo sua propagação.

Certamente é o sentido do método que em última instância se transforma. Como qualquer método, estamos falando de uma direção, de um caminho a ser percorrido. A questão decisiva é o da determinação da direção do caminho (*hodos*). Ter a meta determinada previamente ao caminhar da pesquisa (*meta-hodos*) ou tê-la constituída no percurso da investigação (*hodos-meta*) e contando com a participação do objeto (sentido forte da pesquisa participativa) faz toda a diferença. A cartografia é um método de pesquisa-intervenção participativa que realiza a inversão metodológica do *hodos-meta* (Passos & Barros, 2009; Passos & Kastrup, 2014). Por isso mesmo, a cartografia nunca pode perder seu caráter circunstancial e está atenta tanto aos pontos de congelamento da capacidade normativa e aos limites da experimentação, quanto à intervenção que desestabiliza e articula os fragmentos da realidade analisada para a criação de novos territórios existenciais (o terreno que Clarice evoca). O método deve estar sensível aos movimentos, acompanhando os processos de mudança do/no terreno.

A propósito dessa palavra com que abruptamente Clarice Lispector termina sua crônica “Mineirinho”, Baptista e Ferreira (2013, p. 70) dizem:

O que seria este “terreno”? Oposto ao celestial e sublime, certamente. E também o terreno onde se ergue a casa habitada por paradoxos do cotidiano, lugar onde os homens vivem no desassossego dos choques e fricções.

*Esta interpretação para terreno está presente quando ela reflete sobre a sonsice que busca resguardar a casa de qualquer “estremecimento”. Diz a narradora: “Eu devo ter esquecido que embaixo da casa está o **terreno**, o chão onde nova casa poderia ser erguida” (ibid., p.30, negrito nosso). Não seria esta nova casa um modo novo de viver com os outros, diferente da “sonsice essencial”? E o terreno então não seria o peso, mas o lugar de onde se poderiam lançar os alicerces de novas construções.*

A efetiva realização do método não se cumpre sem o engajamento no concreto do terreno que habitamos em nossas pesquisas. Não podemos falar da realidade concreta numa perspectiva de terceira pessoa como se ela pudesse ser apresentada numa mera descrição objetiva do fato ou do “que ele é”, do seu *know what*. O método exige uma perspectiva de primeira pessoa ou de engajamento na experiência de tal maneira que esta direção se realize num “como fazer”, num *know how*.

Como fazer com que esta tríplice face do método se cumpra? Como se engajar na experiência concreta e cartografá-la funcionalmente, ampliando o plano de composição pelas inclusões das dimensões individuais e coletiva, humanas e não humanas? Como realizar a análise e acompanhar a articulação de novos territórios existenciais? A operação concreta para a realização deste método, ou a contraface experiencial do método é a prática da transversalização.

O conceito de transversalidade foi criado no contexto da análise institucional francesa dos anos 1960, em uma transformação e desvio por relação ao conceito de transferência e contratransferência e ao de hierarquia institucional e “grupismo”. As circunstâncias nas quais o conceito emerge montam um cenário no qual a instituição manicomial do pós-guerra é criticada pelo fechamento da experiência da loucura. É pela conjugação entre forças de resistência ao enclausuramento que uma prática concreta de ampliação do plano da experiência no campo da saúde mental e das práticas militantes da esquerda ganha expressão com o conceito de transversalidade (Rossi & Passos, 2014).

Mais do que o conceito de uma experiência temos aqui um conceito-experiência que descreve e intervém. Por isso sua natureza paradoxal, a um só tempo teórica e técnica, abstrata e concreta. Este campo de experiências atravessado pela instituição psiquiátrica, pelos partidos políticos e pelos movimentos sindicais está fortemente segmentado, marcado por posições estanques e regido por códigos de comunicação e de trocas circulantes em dois eixos pré-estabelecidos: hierarquia e corporativismo – um eixo vertical que hierarquiza os sujeitos e um eixo horizontal que cria comunicações corporativas.

Felix Guattari afirmou que, através de uma psicoterapia institucional, o que se quer é acabar com os “porta-vozes”, com as características individualizantes das práticas de cuidado que centram nos especialistas a possibilidade de análise e transformação. Diferenciará grupo-sujeito de grupo-sujeitado, ressaltando que não

está se referindo à concepção de grupo como tendo, em si, virtudes analíticas. Ao contrário, dirá que são necessários vários movimentos para que um grupo possa produzir “efeitos analíticos” (Guattari, 2014).

A primeira formulação de Guattari para “grupos sujeito e grupo sujeitoado” – os dois modos de organização dos coletivos que expressam graus maiores e menores de liberdade – responde às demandas de sua experiência na clínica La Borde, nas décadas de 60/70. Como qualquer conceito, ele preenche diversas funções, dependendo tanto de variáveis do próprio campo do pensamento, quanto do momento histórico que o produz. O grupo sujeitoado é caracterizado pela hierarquia e pela organização vertical ou hierárquica; é uma tendência grupal que conjura qualquer inscrição de morte, de dissolução, que preserva os mecanismos de auto conservação fundados na exclusão de outros grupos e que impede os cortes criativos que interrompem suas repetições sintomáticas. Recebe sua lei do exterior, opera por totalização, unificação, substituindo as condições de enunciação coletiva por agenciamentos estereotipados. Um grupo rebanho pautado pelo medo e pela *sonstice* como indicou Clarice.

Já o grupo sujeito coloca em questão sua própria posição, abrindo-se para o outro e para os processos criativos. É uma tendência grupal que conjura as hierarquias e totalidades, que se confronta com seu próprio limite, sua finitude, que não busca garantias transcendentais e que se define por um coeficiente de transversalidade ampliado. Suportando seu fim, diz: “porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro”.

O aumento do coeficiente de transversalidade é o grau de abertura para o outro e para o outramento de si. Está referido à possibilidade de confronto com outros grupos e ao confronto com o outro no interior do próprio grupo. É o grau de abertura à alteridade e, portanto, à emergência da diferença. Clarice escreve com a grama de radium na mão que a faz irradiar-se, abrir-se ao outro, suportando sua própria morte. Numa instituição essa irradiação pode se dar pelo aumento de comunicação entre os diferentes membros de cada grupo e entre os diferentes grupos, indicando um processo de transformação que aumenta a capacidade comunicacional, a liberdade de expressão e a condição de sujeito da história. A direção da intervenção clínico-política é essa: o método se cumpre na passagem da posição assujeitada do grupo para a de sujeito.

O conceito de transversalidade pressupõe a constituição da subjetividade como política e social. Neste sentido, a abertura do que Guattari chama de “coeficiente de transversalidade” depende de um maior ou menor contato com as condições de produção de fala, de decisão no coletivo. A produção de um grupo sujeito se dá pela possibilidade de tomada da palavra. O desencadear do processo analítico em qualquer intervenção cartográfica está relacionado ao aumento do grau de transversalidade. No caso do grupo, isto será possível quando ele for suporte

para os diversos modos de expressão que emergem, os diversos enunciados que o descolem do lugar mítico e imaginário em que o próprio grupo se reconhece. Inserir-se no grupo como ouvido-ouvinte é o que abrirá a possibilidade de um acesso para além do grupo.

O conceito de transversalidade se define como um grau de abertura à alteridade ou um quantum comunicacional que tende a ser máximo entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos intra e intergrupos: um quantum de radium. O conceito de comunicação que serve para Guattari pensar o coeficiente de transversalidade em um grupo deve ser entendido, como nos ressalta Lourau (1975), não a partir do esquema bilateral emissor-receptor. A comunicação a que se refere Guattari se exerce com uma dinâmica que subverte o eixo tradicional do sistema de informação. Guattari se distancia do modelo sociológico e psicológico que toma a instituição como estrutura de poder cujo sociograma latente se oculta por trás de um organograma manifesto. É esse eixo bidimensional que pressupõe a oposição entre um manifesto e um latente, um oculto e um explícito que Guattari põe em questão ao experimentar uma dinâmica de comunicação multivetorializada ou transversal. O que é produzido nessa experiência concreta de comunicações transversais não é da ordem do desvelamento, do desocultamento da dimensão profunda toda pronta e recalçada. Guattari insistirá que essa dimensão ativada pela análise “nunca é dada de uma vez por todas”, estando consequentemente ligada a uma “intervenção criadora do sujeito da instituição” (Guattari, 2014).

Seguir a diretriz metodológica da transversalidade nos leva, então, a cartografar processos de abertura ou fechamento comunicacionais. Frente aos que fecham, intervir na aposta da ativação dos processos de diferenciação e emancipação. Frente aos que abrem, acompanhar a articulação dos universos de referência avaliando coletivamente os sentidos que advêm. Não há como realizarmos tal direção sem estarmos sensíveis ao mundo, sem acolhermos os eventos que nos tocam, nos desviam, nos compõem. É preciso estar sensível à grama de radium como nos indica Clarice Lispector.

A psicologia social praticada no programa de pós-graduação em Psicologia Social da UFRGS, com sua inclinação transdisciplinar, dedica-se a esse estudo sensível, construindo sentido e narrativa para o que nos acomete no silêncio angustiante do presente. Saúdo, então, esses 20 anos do PPGPSI da UFRGS, celebrando o que aqui foi feito e confiante no que aqui será feito contra o obscurantismo que nos ronda.

REFERÊNCIAS

- Baptista, L. Ferreira, M.** (2013) Mineirinho e a compaixão da revolta: Uma leitura da leveza em Italo Calvino e Clarice Lispector. *Revista Intratextos*, vol 5, no1, p. 64-74. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.11827>
- Deleuze, G.** (1988) *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Guattari, F.** (2014) *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida /S.P: Ideias & Letras.
- Lispector, C.** (2019) Mineirinho.
- Lourau, R.** (1975) *A Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes.
- Maturana, H. e Varela, F.** (1980/1972) *Autopoiesis and Cognition: the Realization of the Living*. Dordrecht, D. Reidel Publishing Company.
- Maturana, H. e Varela, F.** (1995/1987) *A árvore do conhecimento*. Campinas, Editorial Psy.
- Passos, E.; Barros, R** (2009) A cartografia como método de pesquisa-intervenção Em *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* Porto Alegre: Sulina, p. 17-31.
- Passos, E.; Barros, R. B.** (2000) A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia. Teoria e Pesquisa*, v.16, p.71 - 79.
- Passos, E.; Kastrup, V.** (2014) Cartografar é traçar um plano comum. Em *Pistas do método da cartografia experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, p. 15-41.
- Rossi, A.; Passos, E.** (2014) Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no brasil. *Revista Epos*, v.5, p.1 - 21.
- Varela, F.** (1989) *Autonomie et Connaissance: essai sur le vivant*. Paris, Seuil, [tradução ampliada do original em inglês de 1980].
- Varela, F., Thompson, E., Rosch, E** (2003) *A mente incorporada. Ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

ADEMIEL DE SANT'ANNA JUNIOR

Bixa preta da música, da Poesia e da Psicologia. Interesse-me por práticas que operem desde a descolonização do pensamento. Mestre e Doutorando em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGpsi/UFRGS). Afirmo-me por epistemologias pretas que sambem enquanto descolonizam o pensamento. Integrante do Coletivo Adinkra de Saúde Mental e Relações Raciais em Porto Alegre-RS e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas E'léékò (UFPeL-UFRGS). Professor na especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP-FIOCRUZ).

Contato: psi.ademielfunior@gmail.com

ADRIEL GIORDANI CHRIST

Psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia Social e Institucional - UFRGS. Atua como psicólogo clínico e é membro do grupo de pesquisa Leituras do Contemporâneo & Processos de Subjetivação - LECOPSU/UFRGS.

Contato: adrielchrist@gmail.com

ADRIELI PACHECO SPERANDIR

Artista, cantora, compositora acadêmica de Psicologia no Instituto Metodista (IPA) e de Ciências Sociais na Univer-

sidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica (CNPq). Integrante do GEPS.

Contato: adrielsperandir@hotmail.com

ALANA SOARES ALBUQUERQUE

Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), mestre e doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Contato: alana_albuquerque@hotmail.com

AMANDA CAPPELLARI

Psicóloga pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGpsi/UFRGS). Integrante do GEPS.

Contato: amanda.cappellari@gmail.com

ANA PAULA MELO DA SILVA

Mulher preta geógrafa, pesquisadora e bailarina. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas E'léékò (UFPeL-UFRGS) e no LaGente - Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-raciais e Espacialidades (IESA-UFG).

Contato: anapaulameloge@gmail.com

ALINE KELLY DA SILVA

Psicóloga, doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui graduação e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integrante do Grupo de Pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação (UFAL) e do Coletivo bell hooks: psicologia e políticas do cuidado (UFRGS).

Contato: alineksilva977@gmail.com

ANALICE DE LIMA PALOMBINI

Docente do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI UFRGS). Coordenadora do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: analice.palombini@ufrgs.br

ARIADNE CEDRAZ

Psicóloga e Psicodramatista. Mestre em Psicologia pela UFRN e doutora pelo Programa de Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Contato: cedraz.dine@gmail.com

AURÉLIA MARIA RIOS

Psicóloga com abordagem Social Comunitária. Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Conselheira Municipal de Saúde. Idealizadora do projeto Repaz Mulher: o redescobrir de uma nova história, acolhimento psicológico comunitário para mulheres moradoras de palafitas que fazem uso de psicotrópicos. Participou como convidada representante do Brasil no Global Day of Action, evento em comemoração ao Juneteenth,

dia da libertação da população negra norte-americana. O evento reuniu iniciativas de várias partes do mundo de trabalho e luta pela democracia racial, contra o racismo e a violência policial, e integrou o levante de ações ocorridas após o assassinato de George Floyd. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas E'léékò (UFPeUFRGS).

Contato: aureliarios@gmail.com

AYO MAIÁ FREITAS SANTOS

Pessoa negra não binária (ela/dela/elu/delu), educadora social, poeta. Licenciada em Educação Física - ESEF/UFPeU. Discente do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPeU). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas E'léékò (UFPeUFRGS).

Contato: mayscheila@gmail.com

BRUNA BARCELOS DUARTE

Mulher preta, cria da comunidade, na luta ganhando espaços que por direito pertencem a ela e as que vieram antes e virão depois dela. Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPeU). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas E'léékò (UFPeUFRGS).

Contato: brunabduarte07@gmail.com

BRUNA MOLINA LEAL

Psicóloga, licenciada em Ciências Sociais, mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, técnica em Assuntos Educacionais na UFRGS e integrante do NEPPICS.

Contato: bruna.m.leal@gmail.com

BRUNA MORAES BATTISTELLI

Psicóloga, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e integrante do grupo Políticas do Texto.

Contato: brunabattistelli@gmail.com

**BRUNO EDUARDO
PROCOPIUK WALTER**

Psicólogo no Instituto Federal do Paraná/IFPR, Doutor em Psicologia Social e Institucional/UFRGS.

Contato: bruno.walter@ifpr.edu.br

CAMILA PEREIRA ALVES

Psicóloga, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação (UFRGS) Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) Integra o Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas (NUCOGS/UFRGS) e o Coletivo de Extensão e Pesquisa Anticapacitista da Psicologia (CEPAC/UFRGS).

Contato: psicamilalves@gmail.com

CAMILA TRINDADE COELHO

Mulher negra, enfermeira. Mestra em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFPel. Pesquisadora Núcleo de Estudos e Pesquisas E'léékò (UFPel-UFRGS).

Contato: trielho_camilla@hotmail.com

CAMILA ZACHELLO

Psicóloga, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e integrante do grupo Políticas do Texto.

Contato: camillazachello@gmail.com

CARLOS ANDRÉ FERREIRA LIRA

Terapeuta ocupacional, especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela ENSP/FIOCRUZ, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e integrante do NEPPICS.

Contato: carloslirato13@gmail.com

CAROLINA DOS REIS

Psicóloga, Feminista, Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional/UFRGS. É integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (Núcleo E-politics) e Coordenadora do Projeto de Extensão Ocupas: cidade, resistência e subjetividade.

Contato: carolinadosreis@gmail.com

CAROLINE RODRIGUES FERREIRA

Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional/UFRGS, especializanda em Musicoterapia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante/FAVENI.

Contato: carolinerofe@gmail.com

CÁSSIO STREB NOGUEIRA

Psicólogo e município das redes SUS e SUAS no litoral do RS, Especialista em Saúde Mental, mestre e doutorando em Psicologia Social e Institucional - UFRGS, Pesquisador do grupo de pesquisa-intervenção INTERVIRES.

Contato: cassio_nogueira@yahoo.com.br

CLECI MARASCHIN

Doutora em Educação (UFRGS), com estágio pós-doutoral pela UW-Madison University (EUA). É professora titular aposentada da UFRGS e docente convidada no PPG em Psicologia Social e Institucional da mesma universidade.

Contato: cleci.maraschin@yahoo.com

**DANIEL LEAL RACHELI
DA SILVEIRA**

Biólogo, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e integrante do grupo Políticas do Texto.

Contato: punkleal@gmail.com

DÁRIO FREDERICO PASCHE

Enfermeiro, Sanitarista, Doutor em Saúde Coletiva pela UNICAMP. É professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGSI/UFRGS). Integra o grupo de Pesquisa-Intervenção INTERVIRES.

Contato: dario.pasche@gmail.com

DINAÊ ESPÍNDOLA MARTINS

Psicóloga, Doutoranda em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Mestra em Saúde Coletiva (UFRGS) e Especialista em Saúde Mental Coletiva (UFRGS). Atua como Psicóloga Clínica e Psicanalista.

Contato: dinaemartins@gmail.com

DIOGO FARIA CORRÊA DA COSTA

Mestre em Psicologia Social e Institucional - UFRGS e doutorando em psicologia - PPG psicologia - UFSM / Santa Maria. Especialista em saúde da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul.

Atua na coordenação regional da política de saúde mental e rede de atenção psicossocial na 4ª coordenadoria regional de saúde / Santa Maria, RS.

Contato: diogofcosta30@gmail.com

**DOUGLAS CASAROTTO
DE OLIVEIRA**

Psicólogo, mestre em Educação UFSM, doutor em Psicologia Social UFRGS. Docente de Psicologia das Faculdades Integradas de Santa Maria (FISMA), atua na RAPS Santa Maria. Integrante do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: douglascasarotto@hotmail.com

ERICA FRANCESCHINI

Psicóloga graduada pelo Centro Universitário Univates, especialista em Metodologias de Trabalho com Famílias pela Faculdade Santo Augusto (FAISA), mestre e doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Contato: ericafranceschini@hotmail.com

**FABIANE KONOWALUK
SANTOS MACHADO**

Psicóloga, doutora e Mestre na área de Saúde do Trabalhador pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com PósDoutorado junto ao Programa de Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Atualmente é doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Conselheira do Conselho Regional de Psicologia do RS, Presidenta da Comissão de Avaliação Psicológica (CAP) e Presidenta da Comissão de Psicologia Organizacional

e do Trabalho (CPOT) do Conselho Regional de Psicologia/CRP07.

Contato: *fabiane.konowaluk@gmail.com*

FERNANDA SPANIER AMADOR

Psicóloga, pós-doutora em Educação/UFRGS, Professora e Pesquisadora do Instituto de Psicologia/ Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional/UFRGS, Coordenadora no n-pista(s) – Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análises.

Contato: *feamador@uol.com.br*

GABRIELA HAMMES VARELA

Licencianda em Biologia na UFRGS e integrante do grupo Políticas do Texto.

Contato: *ghvarela@hotmail.com*

GABRIELA WEBER ITAQUY

Psicóloga, mestre em Psicologia Social e Institucional UFRGS e doutoranda no mesmo Programa. Atua no SUAS em Santa Cruz do Sul e na clínica. Integrante do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: *gabi.itaquy@hotmail.com*

GEICE MICHELE PEREIRA

Psicóloga, mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e integrante do NEPPICS.

Contato: *geicemichele@gmail.com*

GEOVANI FACHINI DA SILVA

Psicólogo, mestrando em Psicologia Social UFRGS. Extensionista no projeto AT na Rede - UFRGS. Integrante do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: *geovanif.psi@gmail.com*

GLAUCIA MARIA DIAS FONTOURA

Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Especialista em Políticas Públicas de Gênero, Raça e Promoção da Igualdade (PUCRS) e Colaboradora da Comissão de Relações Raciais do (CRPRS).

Contato: *psiglau@gmail.com*

HELENA DE BARROS SOARES

Psicóloga e psicanalista Mestre e doutoranda em Psicologia social e Institucional (UFRGS). Participou de pesquisa em Economia Criativa no PPG Sociologia da UFRGS na linha de pesquisa Sociologia Econômica como apoio. Atua em clínica psicológica e como coordenadora do grupo Brechó de Troca.

Contato: *hellsoares@gmail.com*

HENRIQUE CAETANO NARDI

Médico sanitarista, mestre e doutor em sociologia. Professor titular do departamento de psicologia social e institucional e integra o corpo docente do programa de pós-graduação em psicologia social e institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É fundador e co-coordenador do núcleo de pesquisa em sexualidade e relações de gênero (Nupsex) e do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), na mesma universidade.

Contato: *hcnardi@gmail.com*

IAGO MARAFINA DE OLIVEIRA

Psicólogo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutorando em Saúde Coletiva na UFRJ.

Contato: *iagomarafinadeoliveira@gmail.com*

INÊS HENNIGEN

Psicóloga, doutora em Psicologia pela PUCRS, docente convidada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde atua como pesquisadora e coordena o grupo de pesquisa LECOPSU - Leituras do contemporâneo & Processos de subjetivação.

Contato: ineshennigen@gmail.com

IVONE DOS SANTOS

Psicóloga, especialista em Atendimento Clínico UFRGS. Atua na clínica; extensionista na Clínica de Atendimento Psicológico/ CAP-UFRGS e integrante do GT Mulheridades da CAP-UFRGS. Integrante do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: ivone_x@hotmail.com

JAQUELINE TITTONI

Psicóloga, doutora em Sociologia (UFRGS) com Pós-Doutorado em psicologia Social na Universitat Autònoma de Barcelona, docente dos Programas de Pósgraduação Psicologia Social e Institucional da UFRGS e Coordenadora do NEITS – Núcleo de Estudos em imagem, trabalho e subjetividade.

Contato: jatittoni@gmail.com

JOÃO MAURÍCIO FARIAS

Cientista social, mestre e doutorando em psicologia social e institucional, pesquisador associado ao LECOPSU do PPGPSI/UFRGS, professor estadual de sociologia e filosofia em escola indígena, indigenista e produtor/documentarista de audiovisuais.

Contato: jmfarias5419@gmail.com

JÚLIA DUTRA DE CARVALHO

Bacharel em ciências jurídicas e sociais PUCRS e psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Social e Institucional UFRGS. Atua na clínica e é professora convidada na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental. Integrante do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: juliadcarvalho@gmail.com

JULIANA BALDASSO SIQUEIRA

Psicóloga, psicanalista membra do EBEPPOA (Espaço brasileiro de estudos psicanalíticos de Porto Alegre) e mestra em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Contato: juliana-bs@hotmail.com

**LAURA BARCELLOS
PUJOL DE SOUZA**

Psicóloga, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e integrante do grupo Políticas do Texto.

Contato: barcelloslaura@gmail.com

LEANDRO MARCHINI PEIXOTO

Psicólogo (UFRGS) e foi bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Estudos em Imagem Trabalho e Subjetividade (NEITS) da UFRGS nos anos de 2021 e 2022.

Contato: marchinipeixoto@gmail.com

LETICIA ELI PEREIRA DE CAMPOS

Psicóloga clínica, Mestre em Psicologia Social e Institucional pelo PPGPSI/UFRGS, mulher negra e cyberativista.

Contato: lcampospoa@gmail.com

LÍLIA CASTEGNARO TREVISAN

Psicóloga, mestre em Saúde Coletiva pela UEFS, doutoranda em Psicologia Social pela UFRGS. Atua na clínica. Integrante do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: *ligiatre@gmail.com*

LÍLIAN RODRIGUES DA CRUZ

Psicóloga, doutora em Psicologia (PUCRS), professora e pesquisadora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS). Coordenadora do Grupo de Estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas de Produção de Subjetividades (GEPS).

Contato: *lilian.rodrigues.cruz@gmail.com*

LÍVIA ZANCHET

Psicóloga, mestre em Psicologia Social UFRGS e doutora em cotutela em Psicologia Social UFRGS e Psicologia Clínica Université Côte D'Azur, França. Atua em Residencial Terapêutico em Vence e como psicóloga clínica em Antibes, França. Integrante do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: *liviazanchet@gmail.com*

LEONARDO DE OLIVEIRA

Músico, compositor, poeta, psicólogo e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS). Integrante do GEPS.

Contato: *leonardodeoliveira.o2@gmail.com*

LETÍCIA MAÍSA EICHHER

Psicóloga pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestranda no Pro-

grama de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS). Especialista em Saúde da Criança, violências e vulnerabilidades (Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e UFRGS). Integrante do GEPS.

Contato: *le_maisa@yahoo.com.br*

LUCIANA RODRIGUEZ BARONE

Doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Psicóloga da Gerência de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição.

Contato: *lucianarbarone@yahoo.com.br*

LUCIANO BEDIN DA COSTA

Professor da Educação da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Coordena o grupo Políticas do Texto.

Contato: *bedin.costa@gmail.com*

LUÍZA MARIA DA ROCHA ZUNINO

Psicóloga e artista da dança, especialista em Saúde da Família e Comunidade, mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e integrante do NEPPICS.

Contato: *luiza.zunino@gmail.com*

LUTINE DE LARA

Psicóloga, Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS (PPGPSI/UFRGS). Integrante do GEPS. Doutorado em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS e Mestrado em Psicologia pela PUCRS.

Contato: *lutianelara@gmail.com*

MARCIANA ZAMBILLO

Graduada em filosofia e psicologia, mestre e doutora em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI UFRGS). Atua no Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio Grande e como professora convidada na Especialização Psicanálise e Prática Clínica da Feevale. Integrante do Grupo Travessias: narrativas da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: marcianazambillo@mail.com

MARÍA LAURA DEL HUERTO

Psicóloga, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e integrante do grupo Políticas do Texto.

Contato: mlauradelh@gmail.com

**MARIA LEONOR MESQUITA
TARQUES DA SILVA**

Mulher negra, Psicóloga Clínica com a abordagem psicanalítica, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas E'léékò (UFPEL-UFRGS).

Contato: leonortarques28@hotmail.com

**MARIA LUZITANA
CONCEIÇÃO DOS SANTOS**

Mulher Negra. Integra a Comunidade Colaborativa de Mulheres Afro-Indígenas - RECOSEC/COCAM. Ativista no Movimento de Mulheres Negras na Paraíba. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação - FAGED/UFRGS. Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável. Pedagoga. Secretária Executiva. Pesquisadora e coordenadora de linha de pesquisa no Núcleo de Estudos e Pesquisas E'léékò (UFPEL-UFRGS). Professora Adjunta no Departamento de Ciências

Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/Campus IV).

Contato: luzdosol.pe@gmail.com

MARILIA MENEGHETTI BRUHN

Psicóloga, mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS). Integrante do GEPS.

Contato: marilia_bruhn@hotmail.com

MARILU GOULART

Psicóloga, doutoranda em Psicologia Social e Institucional pelo PPGPSI/UFRGS, Mestre em Educação pelo PPGEDU/UFRGS servidora pública na política de Assistência Social na FASC/PMPA.

Contato: goulart.malu@gmail.com

MÁRIO FRANCIS PETRY LONDERO

Doutor em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, Docente do Departamento e do pós-graduação de Psicologia da UFRN. Coordenador do grupo de pesquisa psicanálise, clínica e política. Diretor da clínica escola de psicologia (SEPA) da UFRN

Contato: francislonder@hotmail.com

MARLETE ANDRIZE DE OLIVEIRA

Mulher negra em poesia e lança, filha de Leonice, terapeuta ocupacional, Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e doutoranda em Terapia Ocupacional. (UFSCAR).

Contato: marlete.oliveira1205@gmail.com

MARLON FREITAS DE CAMPOS

Psicólogo (FURG) (2014), Mestre em Educação (UNISC), doutorando no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

Contato: marlonfjp@gmail.com

**MICHELE DE FREITAS
FARIA DE VASCONCELOS**

Doutora em Educação (PPGED-UFRGS); Professora do Departamento de Psicologia e da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

Contato: *michelevasconcelos@hotmail.com*

MÍRIAM CRISTIANE ALVES

Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Adjunta do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGpsi/UFRGS). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa E'léékò (UFPeL-UFRGS). Coordenadora do projeto de pesquisa OMO KÉKÉRÉ – Primeira Infância de Terreiro (UFPeL/UFRGS).

Contato: *olorioba.miriamalves@gmail.com*

MOISES ROMANINI

Doutor em Psicologia Social e Institucional (UFRGS); Professor Adjunto do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS; cocoordenador do grupo de pesquisa-intervenção INTERVIRES e membro do GT “Políticas de Subjetivação e Invenção do Cotidiano” da ANPEPP.

Contato: *mromanini@gmail.com*

MONIQUE NAVARRO SOUZA

Mulher cis, negra, mestiça. Mestre em Psicologia Social e Institucional pelo PPGPSI/UFRGS, e doutoranda pelo mesmo programa, na linha de pesquisa Redes

Sócio-Técnicas, Cognição e Comunicação. Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisa E'léékò (UFPeL/UFRGS) e ao Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas (NUCOGS-UFRGS).

Contato: *moniquenavarro0410@gmail.com*

**NEUZA MARIA DE
FÁTIMA GUARESCHI**

PhD pela university of Wisconsin - Madison USA, Pós-Doutorado pelo Institute of Education UCL - London UK, pesquisadora CNPq A2, Professora Associada do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente coordena o Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação - Núcleo e-politics, Conselheira do Conselho Federal de Psicologia e Editora da Revista Psicologia: Ciência e Profissão.

Contato: *nmguares@gmail.com*

ORIANA HADLER

Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Psicodramatista pelo IDH-RS. Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (E-politics). Mãe de Hiram e Íris.

Contato: *orianahadler@gmail.com*

PATRICK DECONTO PELICCIOLLI

Psicólogo, mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS e integrante do NEPPICS.

Contato: *patrickdeconto@yahoo.com.br*

PAULA EMÍLIA ADAMY

Psicóloga, mestre em Psicologia Social UFRGS e doutoranda no mesmo Programa. Docente de Psicologia Faculdade São Francisco de Assis. Bolsista pesquisadora no Projeto “Vinculação e retenção de pessoas com HIV em serviços públicos de saúde” - Unisinos/AHF. Integrante do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: paula.adamy@gmail.com

PAULA FLORES

Psicóloga, Professora e Artermanualista. Mestre em Educação (PPGEDU/UFRGS) e doutoranda PPGPSI/UFRGS).

Contato: florespset@gmail.com

RAFAEL WOLSKI DE OLIVEIRA

Psicólogo, mestre em Psicologia Social UFRGS e doutorando no mesmo Programa. Docente de Psicologia UNISINOS. Integrante do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato:rafaelwolski@gmail.com

RAQUEL GUERREIRO

Psicóloga clínica e Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Está como professora substituta do Departamento de Psicologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Contato: raquel.guerreiro.psi@gmail.com

REJANE PAFÉJ KANHGÁ

Neta de Domingas, filha de Maria Kairu, mãe de Kafág e filha da floresta. Psicóloga e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

Contato: rejane06carvalho@hotmail.com

RICARDO ANDRÉ CECCHIN

Psicólogo, especialista em Saúde Mental Coletiva, mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS e integrante do NEPPICS.

Contato: patrickdeconto@yahoo.com.br

RICARDO LUGON ARANTES

Médico psiquiatra, mestre em Educação UFRGS e doutorando em Psicologia Social UFRGS. Docente dos cursos de Medicina da FEEVALE e UNISINOS e do curso de Psicologia do Instituto Educacional de Novo Hamburgo. Integrante do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: ricardolugon@gmail.com

RENATA FLORES TREPTE

Psicóloga, doutora em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e mestra em Saúde Coletiva (UFRGS). Docente na Universidade Luterana do Brasil.

Contato: renata.trepte@gmail.com

RODRIGO KREHER

Doutorando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2012). É membro do Núcleo Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação - E-politcs.

Contato: kreher.rodrigo@gmail.com

ROSANE AZEVEDO**NEVES DA SILVA**

Professora titular aposentada do Departamento de Psicologia Social e Institu-

cional (UFRGS) e docente convidada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, desenvolvendo o projeto “Políticas de subjetivação e produção de conhecimento na Psicologia Social contemporânea” e coordenando o Grupo de Pesquisa “SuL - subjetividades e saberes anticoloniais”.

Contato: *rosane.neves@ufrgs.br*

ROSE MARI FERREIRA

Mulher negra, cirurgiã-dentista, Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Saúde Coletiva pela UFRGS. Especialista em Saúde Coletiva pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS-Campus Alvorada). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas E'lélékò (UFPEL-UFRGS). Atuando na assistência odontológica no Sistema Único de Saúde (SUS) em Alvorada/RS. Professora no IFRS - Campus Alvorada.

Contato: *rosemariferreira344@gmail.com*

ROSEMARIE GARTNER TSCHEDEL

Professora associada do Curso de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e coordenadora do NEPPICS.

Contato: *rosetschiedel@gmail.com*

ROSSANA BOGORNY HEINZE

Psicóloga, doutoranda e Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) psicóloga na empresa Contato Seguro. doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Contato: *rossanabheinze@gmail.com*

SANDRA MARIA SALES FAGUNDES

Psicóloga, psicanalista, mestre em Educação (UFRGS). Docente convidada da Residência em Saúde Mental Coletiva UFRGS. Atua na clínica. Integrante do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: *sandra.m.sales.fagundes@gmail.com*

SCARLETH NARDES

Psicóloga, mestranda em Psicologia Social UFRGS, pós graduanda em Psicanálise e Prática Clínica FEEVALE. Integrante do Grupo Travessias: narrações da diferença - clínica, pesquisa e intervenção e do projeto de extensão Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade UFRGS. Atua como psicóloga clínica.

Contato: *scarlethnardenes@gmail.com*

SIMONE ALVES DE ALMEIDA OU CHICA

Doutoranda em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Mestre em Saúde Coletiva (UFRGS) e tem formação em Residência em Saúde da Família e Comunidade. É permacultora. Pesquisadora pelo SuL do PPGPSI/UFRGS e pelo Artemis do PGDR/UTFPR.

Contato: *simone.smcoletiva@gmail.com*

SIMONE MAINIERI PAULON

Doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP), com estágio pós-doutoral pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN /Alma Mater Studiorum - Universidade de Bologna. É professora titular da UFRGS, onde coordena o grupo de Pesquisa-Intervenção INTERVIREs e docente convidada do PPG de Psicologia Institucional da UFES,

compõe o GT “Políticas de Subjetivação e Invenção do Cotidiano” da ANPEPP.

Contato: simone.paulon@ufrgs.br

SHARYEL BARBOSA TOEBE

Psicóloga, especialista em Saúde Mental, mestranda em Psicologia Social UFRGS. Integrante do Grupo Travessias: narrativas da diferença - clínica, pesquisa e intervenção e do projeto de extensão Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade UFRGS. Atua como psicóloga clínica.

Contato: sharyeltoebe@gmail.com

TAMIRES DA CUNHA SIVINSKI

Mestra em Psicologia Social e Institucional - UFRGS. Psicóloga na Equipe de Apoio em Saúde Mental do município de Sapucaia do Sul - RS.

Contato: tamiressivinski@gmail.com

THALES WILLIAM BORGES LINDENMEYER

Graduando em Psicologia pela UFSM. Extensionista no Núcleo de Psicanálise da Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia - CEIP/UFSM e no Práxis - Coletivo de Educação Popular. Integrante do Grupo Travessias: narrativas da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: thales.lindenmeyer@gmail.com

THIAGO DOS SANTOS ALVES

Psicólogo, mestre em Psicologia pela UFSM. Atua na RAPS de Santa Maria. Integrante do Grupo Travessias: narrativas da diferença - clínica, pesquisa e intervenção.

Contato: thiagovalves11@hotmail.com

THIELE DA COSTA MÜLLER DE CASTRO

Psicóloga, doutoranda e Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Supervisora de Estágio PUCRS. Colaboradora da Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho (CPOT) do Conselho Regional de Psicologia/CRP07.

Contato: thielemuller@msn.com

VANESSA SOARES MAURENTE

Psicóloga, doutora em Informática na Educação (UFRGS) com estágio de doutorado sanduíche na Universitat Autònoma de Barcelona, mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), docente dos Programas de Pós-graduação em Informática na Educação e Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Contato: vanessamaurenate@yahoo.com.br

VINICIUS CARDOSO PASQUALIN

Psicólogo, especialista em Clínica ênfase Família, casal e sexualidade, mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, Doutorando em Educação pela UFRGS e integrante do NEPPICS.

Contato: pasqualinvinicius@gmail.com

VITÓRIA MORO BOMBASSARO

Bióloga, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e integrante do grupo Políticas do Texto.

Contato: vickymouras1@gmail.com